

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RACHEL DOS SANTOS MARQUES

PARA ALÉM DOS EXTREMOS:

Homens e mulheres livres e hierarquia social

(Rio Grande de São Pedro, c. 1776 - c.1800)

CURITIBA

2016

RACHEL DOS SANTOS MARQUES

PARA ALÉM DOS EXTREMOS:

Homens e mulheres livres e hierarquia social

(Rio Grande de São Pedro, c. 1776 - c.1800)

Tese apresentada ao Colegiado do Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Martha Daisson Hameister.

CURITIBA

2016

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Marques, Rachel dos Santos

Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c.1776 – c.1800) / Rachel dos Santos Marques – Curitiba, 2016.

256 f.

Orientadora: Profa. Dra. Martha Daisson Hameister
Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

1. Hierarquia – Aspectos sociais. 2. Distribuição de riqueza –
Liberdade – Séc. XVIII. 3. Rio Grande de São Pedro (RS) – História –
Séc. XVIII. 4. Liberdade – História. I. Título.

CDD 326.098165



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

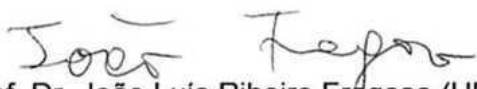
E-mail: cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br


PARECER DA BANCA EXAMINADORA

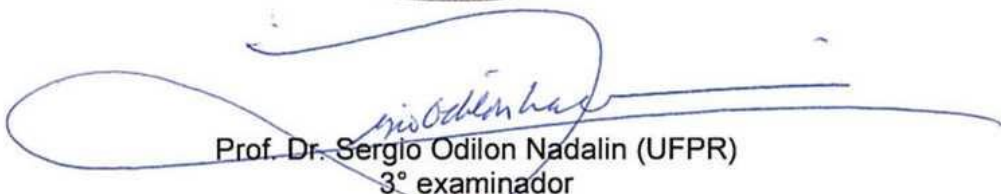
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **RACHEL DOS SANTOS MARQUES** intitulada: **Para além dos extremos: Homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776 c.1800)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO**, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

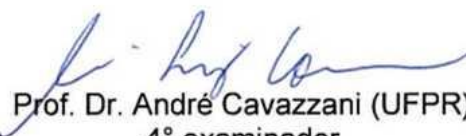
Curitiba, vinte e três de maio de dois mil e dezesseis.


Prof. Dra. Martha Daisson Hameister (Orientadora)
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dr. João Luís Ribeiro Fragoso (UFRJ)
1º examinador


Prof. Dr. Tiago Luís Gil (UnB)
2º examinador


Prof. Dr. Sergio Odilon Nadalin (UFPR)
3º examinador


Prof. Dr. André Cavazzani (UFPR)
4º examinador

Este trabalho é dedicado aos brasileiros e brasileiras que o financiaram e que nunca tiveram oportunidade de cursar o Ensino Superior.

AGRADECIMENTOS

Contam na minha família que no início do século XX a *vó Maria*, que era descendente de escravos, havia *bordado seu enxoval em lágrimas*, quando foi obrigada a casar com um português rico que era quase quarenta anos mais velho que ela. A *riqueza* do português era composta basicamente de uma junta de bois. Aparentemente ter uma junta de bois era coisa importante na Capela da Boena, região pobre de um dos municípios mais ricos do Rio Grande do Sul, a Cidade de Pelotas. É preciso não ter muita pena da *vó Maria*, no entanto. Viveu como pôde com o português Manuel e, quando por sua velhice ele foi parar num asilo, tratou logo de ajuntar-se com um terceiro, que era mais do seu agrado, para escândalo familiar.

Meu primeiro agradecimento é a meus antepassados. Não apenas por serem responsáveis pela minha existência, *dom* que nunca poderei retribuir. Também porque suas experiências de vida, contadas nos cafés de tarde com *rodas de carreta* à mesa, me mostraram que, independentemente da situação material, as pessoas pensam, agem, vivem, como podem. Têm amizades, inimizades, conseguem realizar sonhos de uma vida inteira ou se frustram, superam e seguem adiante. Mais do que isso, vivem vidas plenas, cheias de dores, de amores, de alegrias, de complexidades. Vidas importantes.

Quero agradecer também ao conjunto da população brasileira que, por meio da agência de fomento CAPES e do programa REUNI, me concederam a bolsa de estudos que garantiu meu sustento durante esses quatro anos. Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná e aos professores que o compõem agradeço a oportunidade de estudo, os debates e o crescimento intelectual que aquele espaço proporcionou. Em especial, aos professores Maria Luiza Andrezza e Sergio Odilon Nadalin, cujas disciplinas ofertadas e debates promovidos no âmbito do CEDOPE contribuíram imensamente com o presente trabalho.

Aos professores que aceitaram participar da banca avaliadora deste trabalho, André Cavazzani, João Luís Ribeiro Fragoso, Sergio Odilon Nadalin e Tiago Luís Gil, agradeço imensamente a disponibilidade. Ao André Cavazzani e ao Tiago Gil também sou grata pela leitura atenta, pelos comentários e pelo excelente debate na qualificação, que foi essencial para que esse trabalho pudesse avançar, amadurecer e tomar a forma que tem.

À Martha Hameister, minha eterna orientadora e também amiga, agradeço o apoio, as leituras, discussões, e por ter me fornecido a base a partir da qual pude me tornar uma pesquisadora. Sua generosidade pessoal acadêmica – fornecendo textos, documentos e bases de dados *sem*

frescura – como se diria no Rio Grande do Sul – é traço raro no mundo de hoje. Agradeço especialmente a confiança depositada em mim, representada na liberdade que me concedeu para que pudesse trilhar meu próprio caminho.

À Maria Cristina, cuja dedicação e excelente trabalho dá a estabilidade necessária para que nós, estudantes atrapalhados e perdidos em meio à burocracia institucional, possamos passar por todo esse processo com mais tranquilidade, agradeço por seu trabalho e pelo carinho.

O CEDOPE, como instituição, foi um espaço essencial de debates, trabalho e suporte para pesquisa. As oficinas ali por mim realizadas como contrapartida à bolsa recebida pelo Programa REUNI foram de muito aprendizado, e tenho muito a agradecer aos alunos de graduação que delas participaram. O CEDOPE, como espaço de convivência, foi o lugar que me acolheu em Curitiba. Eternamente terá, para mim, jeito de casa.

Do CEDOPE saíram alguns dos transcritores que me auxiliaram a transformar centenas de páginas de manuscritos em material de pesquisa: Alysson, Fran, Helena e Mayara, muito obrigada! Agradeço também aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que me atenderam atenciosamente, às vezes acomodando horários e disponibilização de documentos de acordo com minhas idas a Porto Alegre.

O Grupo de Trabalho História da Infância, Juventude e Família da ANPUH-RS foi outro espaço importante de discussão e crescimento intelectual. Em especial agradeço aos colegas Carina, Claudia, Denize, Jonathan, Luciano, Max e Nathan pelas excelentes reuniões e por serem um grupo tão dedicado.

Aos colegas de turma fica o agradecimento pelos debates, passeios, bares, e experiências culinárias. Serei eternamente grata aos colegas e amigos que dedicaram parte de seu tempo à leitura deste trabalho, em diversas condições e formatos: André, Fran, Helena, Hilton, Jonas, Luciano e Thaís, obrigada!

Aos amigos abrigos, loucos lindos de justiça e bichos voadores da beleza e demais vadios e mal cuidados que andam por aí e que por aí continuarão, fica o agradecimento pelo carinho, pelas risadas, por me acompanharem, por me entenderem e aceitarem como sou.

Os anos que passei em Curitiba não seriam tão bons se não fossem o Almir, a Ana, o Fabrício e o Hilton, e as muitas noites parangoleando em conversas sobre tudo que não é sério, sobre tudo que é essencial. A Marina, a primeira curitibana a me estender a mão, sempre disponível, sempre carinhosa, é amiga dessas que a gente carrega, orgulhosamente, por uma vida toda. A Fran teve o azar de cair de paraquedas na minha primeira oficina no CEDOPE, quando eu ainda não sabia muito bem o que estava fazendo. Cresceu comigo, me ajudou a crescer, e se tornou uma grande amiga. A companhia do André me proporcionou alguns dos melhores momentos que já vivi,

em cafés, bares, maratonas de cinema, no CEDOPE e, principalmente, no gélido pátio da reitoria. E a amizade dele fez de mim uma pessoa melhor.

Em Pelotas, desde o já distante ano de 1999, a Aline, a Ane, a Íria e a Roberta são minhas companheiras, me acompanhando e me auxiliando ao longo do caminho. A Thaís e a Jacque estão sempre prontas para o próximo chimarrão acompanhado de discussões sérias sobre historiografia ou leves sobre uma nova série a acompanhar. Carol, Tiago, Geruza e Maicon, mesmo depois de minhas longas ausências, sempre estão disponíveis, prontos para a próxima aventura (em Azeroth ou fora dela).

A Angélica me acompanhou desde muito cedo, e com seu carinho, atenção e cuidado pude obter a estabilidade necessária para realizar esse trabalho, e amadurecer nesse processo. Obrigada!

A Cris, que sempre me acolheu na sua casa e no seu coração, mais do que parente na minha louca estrutura familiar, é uma grande amiga. Conversar com ela é sempre interessante e divertido, e sou muito grata pelo carinho com que sempre me tratou.

O Jonas me ajudou mais do que ele imagina. E não estou falando apenas das leituras, comentários e discussões. O talento e dedicação dele são fonte de inspiração, no trabalho e na vida. E com o seu incentivo, apoio e companheirismo, pude encontrar a força e a confiança necessárias para fazer este trabalho da melhor maneira que me foi possível. Obrigada!

A minha grande horda de tios, tias e primos, agradeço o apoio, a compreensão pelas ausências e por sempre acreditarem em mim. Em especial, agradeço à Rosângela, ao Marcelo, à Fernanda e ao Humberto por terem disponibilizado suas casas e modificado suas rotinas para me receber, possibilitando as muitas idas aos arquivos necessárias durante esse processo. Não apenas o acolhimento foi importante, a forma carinhosa com que ele aconteceu também foi essencial.

Sou uma pessoa de muita sorte: tenho mais avós do que a maioria das pessoas. E como são importantes, esses avós. Como me ensinaram coisas. Me ajudaram muito, especialmente nesses quatro anos. A Ruth, com suas histórias fantásticas, seus bolos e seus apelidos carinhosos. O Valdir e a Luci, todo o camarão ofertado, com as viagens e as conversas. A Sueli, com a confiança que depositou em mim. Ao Kosta, que deixou esse mundo alguns dias antes da conclusão deste trabalho, agradeço os muitos anos de aprendizado que o convívio com ele proporcionou a todos nós. Fica a imagem de sua risada que era, em si mesma, tão engraçada.

Meus pais me deram o suporte que precisei nessa caminhada, me entenderam, me aceitaram, e até suportaram algumas crises de mau-humor (desculpem por isso). Meu pai Cléber, meu pai Constantin e minha mãe Rosemeri são exemplos de força, generosidade, amor e dedicação. Por terem me criado como sou, são os coautores deste trabalho.

Minhas quatro irmãs me ajudaram muito. A Sofia e a Vitória, com as brincadeiras, as risadas e o carinho. A Helena e a Laura, com quase tudo mais. Gurias, vocês são as pessoas que eu

primeiro procuro quando algo acontece, e, quando lembro que tenho vocês do meu lado, me sinto a pessoa mais rica desse mundo.

Last but not least, agradeço ao Pedro, que nasceu junto com este trabalho, por ter alegrado imensamente a minha vida.

900 years of time and space, and I've never met anyone who wasn't important.

The Doctor

RESUMO

A presente tese tem como objeto de estudo um setor da população livre da Vila de Rio Grande de São Pedro nas duas últimas décadas do século XVIII. Esse setor, entendido aqui como *intermediário*, era composto por aqueles que tiveram acesso a bens materiais e simbólicos, porém em concentrações muito inferiores às encontradas na elite da mesma localidade. A partir do estudo desse setor objetivou-se desvelar alguns aspectos da participação dessa população na manutenção das hierarquias sociais. Para isso, as principais fontes utilizadas foram inventários, testamentos, registros de propriedade de terra e registros paroquiais, e os dados neles existentes foram organizados com a utilização da metodologia do cruzamento nominativo. Foi elaborado um panorama da distribuição de riqueza, propriedade fundiária e de escravos, que permitiu a identificação das pessoas livres e libertas cuja situação material as incluía no setor intermediário. Estudaram-se também as relações de compadrio formadas pela população da vila naquele contexto, assim como a atuação dos padrinhos e madrinhas preferenciais que eram intermediários em termos sociais e econômicos.

Palavras-chave: Hierarquia Social. População livre. Rio Grande de São Pedro.

ABSTRACT

This thesis has as its study object a sector of the free population of the village of Rio Grande de São Pedro in the last two decades of the eighteenth century. This sector, understood here as an intermediary, was composed of those who had access to material and symbolic goods, but at much lower concentrations to those found in the elite of the same locality. This study aimed to reveal some aspects of the participation of this population in the maintenance of social hierarchies. For this, the main sources used were inventories, wills, records of land holdings and parish records, and their data were organized with the use of nominal record linkage as methodology. An overview of the wealth distribution, land ownership and slave ownership was prepared, which allowed the identification of free and liberated people whose economic circumstances placed them in the intermediate sector. The spiritual kinship relationships formed by the village population were also studied, as well as the role of preferential godfathers and godmothers that were intermediate in social and economic terms.

Key words: Social hierarchy. Free population. Rio Grande de São Pedro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. O RIO GRANDE E SUA GENTE	20
<i>1.1. No fim do fundo da América do Sul - primórdios de uma sociedade plural</i>	<i>22</i>
<i>1.2. Rio Grande - Conquista e reconquista</i>	<i>32</i>
<i>1.3. Da terra para o porto, do porto para o mundo</i>	<i>43</i>
<i>1.4. A população de Rio Grande</i>	<i>48</i>
2. QUEM, QUANDO E COMO – metodologia e intermediários sociais	62
<i>2.1 – Sobre senhores de terra e de escravos</i>	<i>65</i>
<i>2.1.1 – Senhores de terras</i>	<i>65</i>
<i>2.1.2 – Senhores de escravos</i>	<i>75</i>
<i>2.2 – Quando os mortos deixam: inventários</i>	<i>86</i>
<i>2.3 – Quando os mortos demandam: testamentos</i>	<i>108</i>
3. SOBRE LIBERDADE, NEGOCIAÇÃO E HIERARQUIA SOCIAL	120
<i>3.1 – Sobre concessões, conquistas e negociações</i>	<i>121</i>
<i>3.2 – Alforrias e Forros</i>	<i>130</i>
<i>3.3 – Alforrias pagas, trabalho e sociabilidade</i>	<i>142</i>
<i>3.4 – Forros, cores e hierarquia social</i>	<i>153</i>
4. NEM SÓ DE ELITE SE FAZ UM BOM PADRINHO	166
<i>4.1. A instituição do compadrio</i>	<i>171</i>
<i>4.2. Quem era chamado a batizar em Rio Grande?</i>	<i>184</i>
<i>4.3. Campeões na pia batismal: padrinhos e madrinhas preferenciais</i>	<i>197</i>
5. PRIMUS INTER PARES: PADRINHOS PREFERENCIAIS ENTRE INTERMEDIÁRIOS SOCIAIS	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
Fontes Manuscritas:	231
Fontes impressas:	232
Referências:	233

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – A VILA DO RIO GRANDE	35
MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO APROXIMADA DOS DISTRITOS DA VILA DE RIO GRANDE	68
MAPA 2 – NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS E TAMANHO TOTAL DAS PROPRIEDADES POR DISTRITOS DA VILA DE RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, 1786	70
QUADRO 1 – REPRESENTAÇÃO DA PROPORÇÃO ENTRE A MAIOR, MENOR E MÉDIA PROPRIEDADE EM CADA DISTRITO DA VILA DE RIO GRANDE, 1786	73
QUADRO 2 – PADRINHOS E MADRINHAS COM MAIS AFILHADOS CONSIDERANDO A TOTALIDADE DOS BATISMOS (RIO GRANDE 1776-1800)	199
QUADRO 3 - PADRINHOS E MADRINHAS COM MAIS AFILHADOS CONSIDERANDO APENAS OS BATISMOS OCORRIDOS NA MATRIZ (RIO GRANDE 1776-1800)	200
QUADRO 4 - PADRINHOS E MADRINHAS COM MAIS AFILHADOS CONSIDERANDO APENAS OS BATISMOS OCORRIDOS NO ORATÓRIO DO POVO NOVO (RIO GRANDE 1776-1800)	202
QUADRO 5 – PADRINHOS E MADRINHAS COM MAIS AFILHADOS CONSIDERANDO APENAS OS BATIZADOS DE FILHOS DE ESCRAVAS EM TODOS OS LOCAIS (RIO GRANDE 1776-1800)	204
QUADRO 6 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE PADRINHOS PREFERENCIAIS INTERMEDIÁRIOS EM RIO GRANDE (1776-1800)	210
QUADRO 7 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE FRANCISCO DA COSTA MARTINS	212
QUADRO 8 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE DOMINGOS DA BOA NOVA E MANUELA MARIA BUENO	214
QUADRO 9 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE ADRIÃO PIRES GONÇALVES E TERESA DA COSTA PEREIRA	215
QUADRO 10 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE MANUEL PEREIRA MADRUGA E ISABEL DE SANTO ANTÔNIO E DE JOÃO PEREIRA DA TERRA E MARIA PEREIRA MADRUGA	217
QUADRO 11 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE ANA LOUREIRO	219
QUADRO 12 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE JOSÉ ANTÔNIO XAVIER DA CÂMARA E MARIANA DE ARAÚJO	221
QUADRO 13 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE ANTÔNIO MACHADO	223

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - REGISTROS DE BATISMO E ÓBITO POR ANO (RIO GRANDE, 1776-1800)	54
GRÁFICO 2 - BATISMOS POR CONDIÇÃO JURÍDICA (RIO GRANDE, 1776-1800)	55
GRÁFICO 3 - ÓBITOS DE ADULTOS POR CONDIÇÃO JURÍDICA (RIO GRANDE, 1776-1800)	56
GRÁFICO 4 - FAMÍLIAS POR CONDIÇÃO JURÍDICA (RIO GRANDE, 1776-1800)	58
GRÁFICO 5 - MÃES POR CONDIÇÃO JURÍDICA	58
GRÁFICO 6 - CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA INVENTARIADA POR FAIXA DE FORTUNA	90
GRÁFICO 7 - LOCAIS DOS BATISMOS (RIO GRANDE, 1776-1800)	186

TABELA 1 - POPULAÇÃO DE RIO GRANDE NO MAPA DE 1780	49
TABELA 2 - PESSOAS DE TODAS AS CONDIÇÕES, ESTADOS E IDADES DE RIO GRANDE NO MAPA DE 1798	50
TABELA 3 - POPULAÇÃO DE RIO GRANDE NO MAPA DE 1802	51
TABELA 4 - POPULAÇÃO DITA “BRANCA” DE RIO GRANDE NO MAPA DE 1802 DE ACORDO COM FAIXAS DE IDADE	51
TABELA 5 – REGIÃO DE ORIGEM DE PAIS E MÃES DE BATIZANDOS EM RIO GRANDE (1776-1800)	59
TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DOS PLANTÉIS NOS INVENTÁRIOS DE RIO GRANDE (1779-1809)	76
TABELA 7 – FAIXA ETÁRIA DOS ESCRAVOS INVENTARIADOS POR TAMANHO DE PLANTEL (RIO GRANDE, 1779-1809)	78
TABELA 8 – PROPRIETÁRIOS EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE MÃES ESCRAVAS, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE (1776-1800)	82
TABELA 9 – PROPRIETÁRIOS EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE ESCRAVOS FALECIDOS, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE (1776-1800)	83
TABELA 10 – COMPARAÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA EM INVENTÁRIOS, BATISMOS E ÓBITOS (RIO GRANDE, 1776-1809)	85
TABELA 11 - INVENTÁRIOS DE RIO GRANDE POR FAIXA DE FORTUNA EM LIBRAS (1779-1809)	89
TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS DE PROPRIEDADE POR INVENTÁRIOS EM RIO GRANDE (1779-1809)	95
TABELA 13 – VALORES EM LIBRAS DOS PRINCIPAIS TIPOS DE PROPRIEDADE E SUAS PROPORÇÕES EM CADA FAIXA DE FORTUNA (RIO GRANDE, 1779-1809)	96
TABELA 14 – GÊNERO DOS ALFORRIADOS POR TIPOS DE REGISTRO (RIO GRANDE, 1777-1810)	133
TABELA 15 – ORIGEM DOS ALFORRIADOS POR TIPOS DE REGISTRO (RIO GRANDE, 1777-1810)	134
TABELA 16 – TIPOS DE ALFORRIA (RIO GRANDE, 1777-1810)	135
TABELA 17 - OCORRÊNCIA DE DESIGNAÇÕES DE COR DE FORROS EM REGISTROS DE ALFORRIAS, BATISMOS E ÓBITOS (RIO GRANDE, 1777-1810)	157
TABELA 18 – ESTADO MATRIMONIAL DOS PADRINHOS E MADRINHAS CONSIDERANDO A TOTALIDADE DOS BATISMOS (RIO GRANDE, 1776-1800)	188
TABELA 19 – CONDIÇÃO JURÍDICA DOS PADRINHOS E MADRINHAS CONSIDERANDO A TOTALIDADE DOS BATISMOS (RIO GRANDE, 1776-1800)	190
TABELA 20 – OCORRÊNCIA DE QUALIFICATIVOS ENTRE OS PADRINHOS NÃO RELIGIOSOS CONSIDERANDO A TOTALIDADE DOS BATISMOS (RIO GRANDE, 1776-1800)	191
TABELA 21 – PADRINHOS E MADRINHAS COM QUALIFICATIVO DE ACORDO COM A CONDIÇÃO SOCIAL DO BATIZANDO CONSIDERANDO A TOTALIDADE DOS BATISMOS (RIO GRANDE, 1776-1800)	192
TABELA 22 – NÚMERO DE AFILHADOS POR PADRINHO CONSIDERANDO OS BATISMOS COM PADRINHOS (RIO GRANDE, 1776-1800)	194
TABELA 23 – NÚMERO DE AFILHADOS POR MADRINHA CONSIDERANDO OS BATISMOS COM MADRINHAS (RIO GRANDE, 1776-1800)	195

LISTA DE SIGLAS

ADPRG – Arquivo da Diocese Pastoral do Rio Grande

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AMDPA – Arquivo da Mitra Diocesana de Porto Alegre

AN – Arquivo Nacional

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

APM – Arquivo Público Mineiro

BN – Biblioteca Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INTRODUÇÃO

Em 1812, a localidade que seria economicamente a mais proeminente do atual Rio Grande do Sul durante boa parte do século XIX tomava contornos próprios, com a formação da freguesia de São Francisco de Paula de Pelotas. Nesse ano, uma disputa a respeito do local em que seria edificada a Igreja Matriz envolveu membros de duas destacadas famílias da região: a família do Capitão Antônio dos Anjos e a família *Silveira*. Ambas tinham entre seus membros comerciantes, charqueadores, detentores de cargos régios e de patentes militares e mulheres reconhecidas como *Donas*.¹ As pessoas envolvidas mais diretamente na contenda² eram, eles e seus antepassados, ou os antepassados de suas esposas, pessoas conhecidas na Vila do Rio Grande, fazendo parte das *principais famílias*³ da região, tendo, portanto, uma boa posição na hierarquia social daquela localidade.

Pode-se entender o debate em torno do local de edificação da igreja como uma tentativa de determinar qual das famílias teria em suas terras o centro da nova freguesia, podendo, assim, tirar proveito dessa posição em termos materiais, via loteamento dos terrenos

¹ Um dos grupos familiares em questão foi um dos mais proeminentes do século XVIII no Rio Grande de São Pedro, fazendo parte de um dos *bandos* atuantes na região. Três de seus principais nomes são Manuel Bento da Rocha, Francisco Pires Casado e Mateus Inácio da Silveira. No outro grupo estavam alguns dos principais charqueadores do início do século XIX, também aparentados via casamento, como Antônio Francisco dos Anjos e Domingos Rodrigues. Ver: HAMEISTER, Martha Daissou. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c. 1738 - c. 1763). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006; KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 2006; MARQUES, Rachel. **Por Cima da Carne Seca**: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750 - 1820). Dissertação (Mestrado) – UFPR, Curitiba, 2012; GIL, Tiago; COMISSOLI, Adriano. Camaristas e Potentados no extremo da Conquista, Rio Grande de São Pedro, 1770-1810. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Org.). **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso**: séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012; VARGAS, Jonas. **Pelas Margens do Atlântico**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

² "Dividiam-se as opiniões; Antônio Soares de Paiva e Domingos de Castro Antikeira queriam que fosse em terras da Fazenda de Nossa Senhora dos Prazeres das Pelotas, de D. Isabel da Silveira, à beira da Lagoa dos Patos (Laranjal). O Sargento-mor José Tomaz da Silva, o Capitão Domingos Rodrigues, José da Silveira Calheca e seus futuros genros Manoel José Roiz Valadares e João Antônio Ferreira Viana desejavam situá-la na lomba que dominava a várzea, onde é hoje o Instituto Nossa Senhora da Conceição. O Capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos e Boaventura Rodrigues Barcelos queriam-na no lugar onde é hoje a Catedral de Pelotas." NASCIMENTO, Heloisa Assumpção. **Arcaz de Lembranças**. s/l: Martins Livreiro, 1982.

³ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

no entorno da Matriz, e também politicamente, uma vez que os detentores dessas terras controlariam em certa medida a formação do núcleo da nova localidade. Teriam ainda seus nomes lembrados por gerações, tirando proveito também do prestígio gerado pela doação dos terrenos para a edificação da igreja.

No caso das famílias Anjos e Silveira, estar em lados opostos nas discussões que se deram no âmbito da Irmandade de São Francisco de Paula (responsável pela edificação da igreja) não era exatamente um momento de conflito em meio a relações harmoniosas: duas das famílias mais importantes da Vila de Rio Grande no início do século XIX, elas optaram por não estabelecer entre si alianças parentais, seja via casamentos, seja via compadrio, e podem ser encontradas em contendas por terras e outros recursos na documentação cartorária. Ou seja, tratava-se de dois grupos que disputavam recursos econômicos, políticos e sociais na Vila do Rio Grande e na recém-formada localidade de Pelotas.

A pesquisa que originou este trabalho partiu do pressuposto de que entender os conflitos entre grupos da elite de um determinado local é um elemento necessário para que se possa compreender os modos de perpetuação desses grupos no topo da hierarquia, assim como a manutenção da própria hierarquia social. Especialmente porque essas disputas não envolviam apenas os membros desses grupos, envolviam também seus aliados – voluntária ou forçadamente –, pessoas que ocupavam diversas posições na hierarquia e que, ao estabelecer laços com um ou outro grupo, participavam dos processos que perpetuavam ou eliminavam certos grupos do poder. Essas relações com os demais setores da sociedade eram essenciais na manutenção da posição que os membros dessas famílias ocupavam dentro da hierarquia social, mas também, e principalmente, na manutenção da própria hierarquia e nas possíveis modificações que ela viesse a sofrer.

Tendo isso em mente, meu problema de pesquisa inicial era tentar entender o papel das relações estabelecidas pelos membros da elite com pessoas que não fizessem parte desse grupo na manutenção de sua posição na hierarquia social. Em outras palavras, estudar qual a importância, para a elite, das alianças estabelecidas com os demais setores, da formação de uma base de sustentação de uma posição que não era, em uma sociedade de Antigo Regime, uma realidade dada e estática, mas cotidianamente mantida. No decorrer da pesquisa, no entanto, percebi certa carência de estudos a respeito da população livre que não era da elite e, especialmente, dos papéis exercidos por essa população na configuração da sociedade em que estava inserida.

As relações estabelecidas por essas pessoas com aqueles que ocupavam o topo da hierarquia social eram elementos extremamente significativos no estabelecimento de

estratégias de sobrevivência, manutenção ou mesmo ascensão social de ambas as partes – mesmo que os objetivos originalmente almeçados nem sempre fossem atingidos. Porém, não eram as únicas importantes. Uma miríade de relações e interações compunha a existência daquela população, e nem sempre essas interações envolviam pessoas que poderiam ser consideradas como socialmente superiores a elas.

Pensando a ideia de hierarquia social de forma dinâmica, uma vez que a posição de cada um é alterada cada vez que mudam os atores sociais envolvidos nas diferentes situações de interação, modifiquei meu foco de estudo. Ao invés de ter como objeto principal pessoas e famílias de elite e suas estratégias para manter ou aprimorar sua posição social, passei a estudar a população livre que não era da elite e suas estratégias sociais.⁴ Assim, a primeira definição do meu objeto de pesquisa foi a partir de uma negativa: não pertencer à elite – aqui entendida enquanto grupos ou famílias que concentravam riqueza, posse de escravos, títulos ou patentes e a ocupação de cargos da *Res publica*.

O resultado do primeiro elemento limitador seguiu sendo a maior parte da população. Como minha preocupação eram, ainda, as maneiras como as relações entre os atores sociais podem manter ou modificar não só o lugar de cada um na hierarquia social, mas também a própria hierarquia, optei por estudar aqueles que, não pertencendo à pequena parcela populacional a que se pode chamar *elite*, ainda assim se destacavam com relação às demais pessoas de seu meio social.

Esse destaque foi medido primordialmente em termos materiais: o acesso à propriedade da terra, de homens e o grau de riqueza. Se nesses quesitos as pessoas aqui estudadas nem de perto se igualavam àqueles que mais conseguiram acumular na Vila de Rio Grande de São Pedro nas últimas décadas do século XVIII – contexto que serve de pano de fundo ao meu estudo –, ainda assim elas configuravam-se em uma camada intermediária entre a elite e a população livre que não chegou a obter o *status* de proprietária.

A população livre que não pertencia às famílias detentoras de grande riqueza e poder de mando por muito tempo foi percebida como um grande bloco indistinto de despossuídos. Percepção essa intimamente ligada à visão que cada autor que tratou do tema tinha das características da sociedade em que estes livres estavam inseridos.

Para Gilberto Freyre, uma vez que a conformação social estava intimamente ligada à estrutura patriarcal, que por sua vez girava em torno da *plantation* escravista, a população livre encontrava lugar dentro dessa estrutura como agregada à família senhorial, fruto

⁴ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 46.

principalmente de relações dos senhores com escravas e índias. Para o autor, o entendimento da população livre não proprietária – em suas palavras, a *rala e insignificante lambugem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos* [senhores e escravos] - confundia-se com o entendimento do processo de mestiçagem da população brasileira.⁵ Teria sido essa população miscigenada que teria dado origem ao *desenvolvimento de 'classes médias', ou intermediárias, de 'pequena burguesia', de 'pequena' e de 'média agricultura', de 'pequena' e de 'média indústria'*, as quais, no entanto, seriam praticamente inexistentes até finais do século XIX.⁶

Também os trabalhos que tiveram por pressuposto a vocação agroexportadora do Brasil e, conseqüentemente, um mercado interno pouco significativo, tenderam a ver essa população como praticamente inexistente ou, quando existente, vivendo marginalmente nessa sociedade. Teria pouca importância social – exceto como problema para as autoridades ou nos casos em que a parcela proprietária podia aproveitar-se dela, sendo politicamente irrelevante, não influenciando de nenhuma maneira os mecanismos de poder que construíram e mantiveram a sociedade colonial.

Para Caio Prado, uma vez que o *sentido da colonização* seria a contínua transferência de excedentes para a metrópole, gerando uma economia baseada no sistema de *plantation*, sem mercado interno considerável, e uma sociedade dividida entre senhores e escravos, a parcela da sociedade que não se encaixava nesses dois grupos seria ínfima:

Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização [senhores e escravos] comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos **desclassificados**, dos **inúteis** e **inadaptados**; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma.⁷

Sobriariam, para essa população, ocupações como as de feitor, mestre dos engenhos, ou outro *ofício mecânico que a escravidão não monopolizou e que não se torna indigno dele pela brancura excessiva de sua pele*⁸. Ou, para os que fossem *suficientemente brancos*, os

⁵ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003 (1933), p. 32.

⁶ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Companhia editora nacional, 1936.

⁷ PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957, p. 281. Grifo meu.

⁸ PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957, p. 279.

cargos militares e a atuação no comércio, esta última atividade monopolizada pelos reinóis em detrimento dos nascidos na terra.

No texto de Caio Prado percebe-se algo além da ideia da pouca representatividade social da população livre não proprietária. Os termos utilizados para tratar dela deixam entrever que, em sua visão, estas não seriam apenas *dispensáveis* para a economia agroexportadora colonial: seriam as *categorias inferiores da colonização*, o *elemento humano residual*, formado a partir dos *mestiços do índio que conservaram dele a indolência*, ou de *brancos degenerados e decadentes*. Seriam os *mal ajustados na nova sociedade* e, em alguns casos extremos, o *detrito humano segregado*, aqueles que *vegetam miseravelmente nalgum canto mais ou menos remoto e apartado da civilização, mantendo-se ao deus-dará, embrutecidos e moralmente degradados*.⁹

Partindo das mesmas premissas com relação à sociedade colonial e a seu *sentido*, Maria Sylvia de Carvalho Franco, em *Homens livres na ordem escravocrata*, chega a conclusões semelhantes às de Caio Prado a respeito das condições de existência dessa população. Em suas palavras,

[...] numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se, antes, uma "**ralé**" que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais da sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser.¹⁰

Tratando, em seu trabalho, especificamente dessa população, a autora negou sua razão de ser. Esses homens e mulheres não teriam sequer a capacidade de formar laços com base em *situações de interesses*, tal qual ocorria nas *camadas dominantes*. Segundo Franco, os *expropriados* uniam-se uns aos outros *em pequenos grupos, fundados em relações pessoais, categorizadas e reguladas apenas com base na "tradição"*.¹¹ Levando o raciocínio da autora a suas últimas consequências, aquelas pessoas não seriam capazes de realizar raciocínios estratégicos a respeito de sua própria existência.

⁹ PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

¹⁰ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969, p. 12. Grifo meu.

¹¹ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969, p. 43.

Como explicação dessa perspectiva, Franco estabelece um paralelo entre a teoria da *coisificação* do escravo e a situação da população livre não proprietária, a qual estaria em situação de dominação *pior* do que a dos cativos. Isso porque na escravidão haveria marcas externas de opressão, as quais inexisteriam no que se refere à população livre vinculada por relações de dependência aos setores proprietários. Assim, tal situação passaria despercebida pelo dominado, anulando-se assim *as possibilidades de auto-consciência*, transformando essas pessoas em *criaturas domesticadas*.¹² Dessa falta de consciência surgiria a reconstrução cotidiana dessa situação:

Essa existência dispensável levou-o, em última instância, a conceber sua própria situação como imutável e fechada, na medida em que as suas necessidades mais elementares dependeram sempre das dádivas de seus superiores. Assim, em sua vida de favor, a dominação foi experimentada como uma graça e **êle próprio reafirmou, ininterruptamente, a cadeia de lealdades que o prendia aos mais poderosos**. Desprovida de marcas exteriores, sua sujeição foi suportada como benefício recebido com gratidão e como autoridade voluntariamente aceita, fechando-se a possibilidade de êle sequer perceber o contexto de domínio a que esteve circunscrito.¹³

Assim, o fato de se tratar de uma população *dispensável* teria feito com que estes livres aceitassem a sujeição a seus *superiores*, sem que ao menos se apercebessem da própria posição dentro da sociedade. Às avessas, a autora atribuiu a essas pessoas um papel na manutenção da configuração da sociedade em que estavam inseridas, ao mesmo tempo em que negou sua capacidade de agência, atribuindo-lhes atitudes automatizadas com base na *tradição*.

Partindo dos mesmos pressupostos teóricos lançados por Caio Prado e defendidos por Maria Franco, Laura de Mello e Souza utilizou o conceito de *desclassificado social* para tratar da população livre não proprietária de escravos. Segundo a autora, existindo uma ordem classificadora, aqueles que não se adequavam a tal ordem seriam os desclassificados, ou, em suas palavras, *uns são bem classificados porque outros não o são, e desclassificado só existe quando existe o classificado social, partes antagônicas e complementares do mesmo todo*. Contrapõe esse conceito ao de *marginalidade*, o qual estaria associado a casos extremos nem sempre vinculados à pobreza (loucura, feitiçaria etc.), e que *pode ainda fazer pensar em algo que se separa de um todo uniforme, constituído, no caso, pela sociedade*. *Desclassificado*, por

¹² FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969, p. 91.

¹³ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969, p. 108. Grifo meu.

outro lado, teria uma relação íntima com o nível infraestrutural, tratar-se-ia de uma não inserção à sociedade gerada primordialmente pela pobreza, primeiro dentre os agentes desclassificatórios.¹⁴

O termo *desclassificado*, então, seria utilizado para designar todos aqueles externos à *classificação social* e distantes de *um todo heterogêneo e diversificado*. Embora tenha criticado a utilização do conceito de *marginalidade* como aplicável para a sociedade que estuda, o conceito utilizado por Souza e a análise que elabora não parecem se afastar, na prática, da noção de que o homem livre pobre estaria apartado de uma sociedade na qual sua existência seria supérflua, exceto em situações pontuais, em atividades que não poderiam ser exercidas pelos escravos.

A instabilidade seria elemento definidor desse vasto contingente humano, afeito ao trabalho assistemático e esporádico: homens livres pobres, sempre prestes a se tornarem desocupados, habituados ao biscate e à incerteza de um eterno ser-e-não-ser. O homem livre pobre seria o marginal entre os marginais ou, ainda, o elemento vomitado por um sistema que simultaneamente o criava e o deixava sem razão de ser. O trecho seguinte resume a imagem construída pela autora a respeito de seu objeto de estudo:

Somando-se aos aventureiros do ouro e aos desclassificados que Portugal despejava nas Minas, toda uma camada de **gente decaída e triturada pela engrenagem econômica da colônia** ficava aparentemente **sem razão de ser, vagando** pelos arraiais, pedindo esmola e comida, brigando pelas estradas e pelas serranias, amanhecendo morta embaixo das pontes ou no fundo dos córregos mineiros. Muitos morriam de fome e de doença, **mestiços desgraçados** que, não bastasse a desclassificação social e econômica, traziam estigmatizada na pele a desclassificação social.¹⁵

Por mais que esses termos sejam empregados em tom de denúncia, dificilmente pesquisadores que os utilizam para se referir à população livre não-proprietária da colônia a entenderiam como portadora de qualquer importância política. Esses estudos que a entendem como *dispensável* não ignoravam que se tratava, na verdade, da maior parte dos livres da colônia. No entanto, partindo de uma concepção da sociedade como dicotomizada entre senhores e escravos em função da economia baseada no sistema de *plantation*, não haveria espaço para esta população, restando percebê-la como necessariamente marginal. Preocupados em criticar o *sentido da colonização* e a exploração sofrida com a apregoada

¹⁴ SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004 [1982], p. 21-25.

¹⁵ SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004 [1982], p. 103. Grifo meu.

transferência de excedentes para a metrópole, estes autores acabaram caricaturizando uma população à qual aquele modelo explicativo não dava sentido de existência.

Por outro lado, existem trabalhos que, partindo dos mesmos pressupostos, abordam a questão de formas diferentes. Também baseando-se em Caio Prado, mas utilizando metodologias da demografia histórica, Iraci del Nero da Costa estudou as regiões mineira e paulista entre o final do século XVIII e o início do XIX, identificando a preponderância de domicílios sem presença de escravos. Propôs-se a estudar essa população, traçando uma comparação com o grupo dos proprietários de escravos; Costa percebeu que, em termos de razão de sexo, estrutura etária, estado conjugal e legitimidade dos filhos, não havia diferença entre os dois grupos, ou a diferença não era significativa o suficiente para caracterizá-los, concluindo que, em termos demográficos, tratava-se de uma mesma população.¹⁶

Costa tampouco conseguiu distinguir claramente os dois grupos em termos econômicos e sociais: no dos não-proprietários de escravos existiria uma concentração, como seria de se esperar, dos *pretos e pardos, agregados, forros e pobres*, no entanto, estas não seriam categorias exclusivas desse segmento. A parcela dos que não eram senhores de outros homens tampouco se restringia aos que se dedicavam ao cultivo dos chamados gêneros de subsistência, havendo aqueles que produziam e comercializavam também os gêneros clássicos de exportação, ainda que em quantidades *relativamente acanhadas*.¹⁷

A elaboração desses dados e as conclusões atingidas a partir deles configuraram um avanço com relação à visão dicotomizada presente em parte da historiografia na qual Iraci Costa se baseia. No entanto, segundo o autor, isto não implicaria em críticas ao modelo proposto, uma vez *que os não-proprietários também se vinculavam à economia de exportação, a qual, como sabido, enformou até recentemente a economia brasileira e se confundiu com o próprio sentido de nossa colonização*.¹⁸

Ainda assim, são importantes as conclusões a que Costa chega com relação às características da população livre não proprietária de escravos. Apesar de, no trabalho citado, o autor não diferenciar pequenos e grandes proprietários de escravos – o que poderia produzir diferentes resultados ao se estabelecer uma comparação entre os grupos –, os resultados a que chegou se distanciaram da imagem caricaturizada da população livre não proprietária de

¹⁶ COSTA, Iraci del Nero da. **Arraia-miúda**: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP Editores, 1992.

¹⁷ COSTA, Iraci del Nero da. **Arraia-miúda**: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP Editores, 1992.

¹⁸ COSTA, Iraci del Nero da. **Arraia-miúda**: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP Editores, 1992.

escravos que vinha sendo construída por outros autores que se fundamentavam na mesma linha teórica:

Não encontramos, pois, no grupo dos não-proprietários de escravos, qualquer anomalia ou anomia. Ademais, ele **não se viu presa de qualquer patologia social** que o contrapusesse ao outro segmento socioeconômico aqui estudado. Trata-se, de fato, de grupo fundamental na formação de nossa população e do povo brasileiro. Excluídos que estavam da propriedade de escravos, quase se viram excluídos de nossa própria história.¹⁹

O modelo citado – referente ao *sentido da colonização* e à consequente divisão da sociedade entre senhores e escravos – aos poucos passou a sofrer críticas, principalmente a partir da verificação, de um lado, do peso demográfico dessa população, e de outro, da importância da agricultura de subsistência e do mercado interno.

A demografia histórica e os estudos de população contribuíram muito com o debate, dando destaque a uma população até então considerada irrelevante tanto demográfica quanto economicamente. Verificou-se, em linhas gerais, a presença de famílias estáveis e economicamente produtivas, não proprietárias de escravos ou proprietárias de pequenos plantéis.²⁰

Os homens e mulheres livres não proprietários de escravos ou proprietários de pequenos plantéis também foram estudados por historiadores preocupados com questões relacionadas à chamada economia de subsistência e à população camponesa a ela vinculada. Entre esses trabalhos está o de Hebe Mattos, *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*, em que a autora analisa a produção agrícola em pequenas propriedades na localidade de Capivary, município da Baixada Fluminense, na segunda metade do século XIX. Ainda que não trate do contexto colonial, crê-se importante salientar a conclusão a que a autora chega de que as diferenciações existentes entre *dominadores* e *dominados* não resultavam *de qualquer dado estrutural absoluto como a propriedade da terra ou de escravos, mas do somatório de vários determinantes de riqueza e poder naquela sociedade,*

¹⁹ COSTA, Iraci del Nero da. **Arraia-miúda**: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP Editores, 1992. Grifo meu.

²⁰ Entre os trabalhos pioneiros estão MARCÍLIO, Maria Luíza. Tendências e estruturas dos domicílios na capitania de São Paulo (1765-1828), segundo as listas nominativas de habitantes. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 131-143, dez. 1972; MARCÍLIO, Maria Luíza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. Tese (Livre-docência), São Paulo, 1974; LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco C. Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981. Apud COSTA, Iraci del Nero da. **Arraia-miúda**: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP Editores, 1992.

onde a "fortuna" stricto sensu ocupava papel essencial.²¹ Nesse contexto eram elaboradas as variadas estratégias de sobrevivência por parte daqueles 'homens livres pobres' e mesmo remediados, que se ligavam uns aos outros, a pequenos vendedores e aos grandes proprietários gerando vínculos diversos, criadores de obrigações interpessoais.²²

Também os proprietários de pequenos plantéis de escravos passaram a ser foco de estudo. A constatação de que o acesso à propriedade escrava era muito mais amplo do que se imaginava e que ocorria mesmo entre posseiros ou arrendatários – ainda que isso não excluísse a concentração de cativos entre os grandes proprietários – foi essencial para que se pudesse pintar um novo quadro. Pioneiros nesse sentido foram os trabalhos de Francisco Vidal Luna e de Stuart Schwartz.²³

A partir de pesquisas como essas passou-se a questionar alguns pressupostos com relação à sociedade colonial. Críticas de cunho teórico já haviam sido feitas, mas foram as pesquisas de base empírica, com foco principalmente na existência de um mercado interno, que modificaram drasticamente a questão, afetando a maneira como a maior parte da população livre era tratada. Como expressou Sheila de Castro Faria, a partir desses trabalhos produtores de lavouras nobres (como açúcar e café, por exemplo) de pequeno e médio portes e lavradores de alimentos, escravistas ou não, deixaram de ser considerados marginais. Inseriram-se, assim, na história.²⁴

Com relação à identificação de um mercado interno e de sua importância para a economia do período, o trabalho de maior vulto foi *Homens de Grossa Aventura*, de João Fragoso. Neste estudo, além da verificação da existência desse mercado e do controle do tráfico atlântico de escravos por comerciantes residentes na colônia, foi importante a constatação de que por meio do mercado interno era possível uma acumulação suficiente para formar uma elite comercial de grosso trato e para financiar a montagem de áreas agroexportadoras. Ao mesmo tempo, não eram necessariamente esses comerciantes que ocupavam o topo da hierarquia social, lugar dos senhores de terras e escravos.

²¹ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 113.

²² CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 113-114.

²³ LUNA, Francisco Vidal. Estrutura de posse de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. **Minas colonial: economia e sociedade**. São Paulo: FIPE-Pioneira, 1982; SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

²⁴ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 [1994].

Com isso ficam claras as noções de que a economia não estava isolada de outros mecanismos sociais e de que as relações estabelecidas entre os atores poderiam influenciar diretamente os resultados das estratégias engendradas:

A forma de produção e a de apropriação do sobretrabalho aqui consideradas pressupõem a existência de uma sociedade hierarquizada, onde as diferenças entre os grupos sociais passam também por distinções jurídicas e políticas; ou, mais precisamente, tal estratificação tem por base relações de propriedade do homem sobre o homem. A percepção dessa sociedade zelosa por sua estratificação se manifesta pelas próprias distinções sociopolíticas existentes entre os homens livres, ou seja, nem todos, na prática, tinham os mesmos direitos.²⁵

No que se relaciona à presente pesquisa, a verificação da existência do mercado interno e da produção realizada também pela população colonial não necessariamente formada por grandes proprietários de terras e de escravos, assim como a percepção de que a reprodução do sistema não se dava por meios exclusivamente econômicos, foram essenciais para mostrar a importância e integração econômica e, principalmente, social daquela parcela da população.

A partir da década de 1990 proliferaram trabalhos que partiam do questionamento dos pressupostos vigentes para buscar entender as dinâmicas internas daquela sociedade. Ideias como as de um *Antigo Regime nos Trópicos* e de uma *economia do bem comum* passaram a fazer parte do arcabouço teórico para o entendimento de uma sociedade na qual o mercado também era regulado pela política, e em que os privilégios concedidos aos mais bem colocados na hierarquia social possibilitavam a reiteração das desigualdades. Uma hierarquia social que era fortemente marcada e excludente, baseada num sistema de reciprocidades desiguais que envolvia todos os setores da sociedade, com destaque para a atuação da Coroa portuguesa como integradora desse sistema.²⁶

²⁵ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 [1992], p. 30.

²⁶ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope: revista de história e ciências sociais**, n. 23, p. 67-88, 2000; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; HESPANHA, A. M.; XAVIER, A. B. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**: O Antigo Regime (1620-1807), v. 4. Lisboa: Estampa, 1998, p. 340-341; entre outros.

Inicialmente, os trabalhos produzidos enfocaram principalmente o papel das elites locais na manutenção da governabilidade do império português.²⁷ Além da própria existência de uma elite local, até então negada, foram identificados os mecanismos utilizados por esses grupos com vistas à manutenção de sua posição. Daí a importância de se estudar, também, as relações estabelecidas por estas elites com os demais grupos sociais.

A partir disso, a maior parte da população livre da América Portuguesa deixou de ser considerada uma massa de *desclassificados* ou de pessoas que *não tinham razão de ser* para incorporar a realidade social. Tendo-se em mente a importância da *negociação*²⁸ entre agentes em diferentes posições para a manutenção do sistema político e social, a existência dos despossuídos e dos pequenos proprietários passou a ser levada em consideração não apenas numericamente e em termos produtivos, mas também com vistas a sua importância *política*. Por mais que o acesso ao poder de mando, às estruturas decisórias e à ascensão social fosse muito restrito, a negociação com a população *subalterna*, fosse ela livre ou escrava, passou a fazer parte dos elementos a serem considerados para o entendimento da dinâmica daquela sociedade e da própria posição ocupada pelos grupos mais bem colocados. Ainda que se tratasse de uma hierarquia fortemente demarcada, na qual as oportunidades eram desiguais, a posição de cada um dentro dela precisava ser cotidianamente mantida e reforçada.

Essa perspectiva não exclui o papel das desigualdades e das tensões sociais, mas dinamiza a realidade social e traz a noção de que, se essas negociações eram importantes para os grupos de elite, também o eram para aqueles que com eles se aliavam, dando de certa forma o *consentimento* (nem sempre consciente) necessário para a manutenção da própria hierarquia. Assim, percebeu-se que as relações estabelecidas entre pessoas de diferentes posições sociais também podiam ser estratégicas para a parcela da população que não fazia parte da elite. A esse respeito, João Fragoso diz que:

Os escravos e outros grupos subalternos eram portadores de formas de pertencimento culturais, práticas familiares e maneiras de solidariedades que não se reduziam às chamadas relações de produção. Sendo mais incisivo e sem menosprezar a chamada circularidade cultural: os cativos e os pequenos lavradores possuíam mais de dois neurônios. Deste modo, não eram criaturas das elites. Se,

²⁷ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope: revista de história e ciências sociais**, n. 23, p. 67-88, 2000. p. 67.

²⁸ GREENE, Jack P. **Negotiated authorities**: essays in colonial political and constitutional history. Rutgers University Press, 1994, p. 3-4.

para estas, suas estratégias sociais significavam a manutenção do poder, para os grupos subalternos, tê-las podia representar a própria sobrevivência física.²⁹

Entender o papel dessas vinculações e negociações entre diferentes grupos foi um passo importante no que se refere à percepção de uma participação, de certa forma, política, da população livre que não era de elite e que não fazia parte diretamente dos mecanismos e cargos de governança. No entanto, o enfoque da maior parte dos estudos se manteve sobre os grupos de elite, suas estratégias de poder e a importância daqueles vínculos para a manutenção ou ascensão dos grupos que ocuparam, em algum momento, o topo da hierarquia social. Embora se reconheça o papel dos demais setores nesses processos, apenas tangencialmente trata-se deles. Por consequência, raramente se estudam as estratégias sociais dessa população como importantes em si mesmas, e quase nunca se trata daquelas que prescindiam de vinculação clara com a elite.

Esse reduzido enfoque na população intermediária, uma vez superados os preconceitos do antigo modelo, deve-se talvez menos ao desinteresse do que à dificuldade, em primeiro lugar, de se definir que pessoas fariam parte desse grupo e, em segundo, de investigar esses atores sociais a partir de uma documentação que espelha, nas informações disponíveis, valores que privilegiavam a elite em detrimento do restante da população.

Ainda assim, existem importantes trabalhos que tratam da população livre não proprietária ou pequena proprietária, ainda que raramente seja focado seu papel político. Além dos aspectos demográficos, estudaram-se a organização familiar, a mobilidade espacial, as estratégias de sobrevivência, entre muitos temas, seja considerando populações de origem lusa, seja, e aqui encontra-se a maior parte dos trabalhos, investigando populações livres provenientes da escravidão (forros e pardos em suas diferentes acepções).³⁰

²⁹ FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **TOPOI - Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 5, 2002, p. 47.

³⁰ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 [1994]; MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 (1995); OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999; MACHADO, Cacilda. **A Trama das Vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008 [2006]; OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa (Dir.). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, 1), p. 153-170; FARINATT, Luís Augusto. Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil (1845-1865). **Anos 90**, v. 15, n. 27, 2008; RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 [1967]; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. **Ciência e Cultura**, v. 32, n. 7, p. 836-841, 1980; FERREIRA, Roberto Guedes. **Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social, Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 - c. 1850**. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005; entre outros.

Como foi dito inicialmente, o presente trabalho pretende contribuir para um melhor entendimento das relações e das estratégias da população livre cuja situação, se comparada àquela das elites, não apresentava o mesmo nível de sucesso econômico, poder de mando e oportunidades, mas que ao mesmo tempo possuía um cabedal material ou simbólico superior ao dos demais homens e mulheres livres. Sua posição intermediária fica definida pela proeminência verificada em termos materiais – pessoas cujos patrimônios se destacam em termos relativos – ou pelo prestígio social, medido pela quantidade, qualidade e diversidade das relações que estabeleciam, pré-requisitos esses que muitas vezes estavam associados.

Tudo isso tendo como pano de fundo a Vila do Rio Grande de São Pedro, uma localidade portuária que foi palco de disputas territoriais entre as coroas ibéricas na segunda metade do século XVIII. No ano de 1763, Rio Grande foi tomada por tropas castelhanas, o que significou a dispersão da maior parte de sua população pelos territórios contíguos à vila. Apenas no final da década de 1770, após treze anos sob o domínio dos súditos de Espanha, a vila voltou a fazer parte do território sob controle português. Isso significou, em termos populacionais, uma mescla de antigos grupos que ali habitavam desde a fundação e que ali haviam permanecido durante o período castelhano com pessoas e famílias que retornavam para aquele território. A eles viriam se juntar outros que para lá foram atraídos, seja pelo contexto de reorganização dos territórios sulinos entre as coroas ibéricas, seja pelas oportunidades que a reorganização da vila apresentava, especialmente em termos de distribuição de terras, à medida que as possessões portuguesas iam avançando para além das antigas fronteiras. De acordo com Maria Luiza Queiroz, em 1780 a população da paróquia já era a maior da Capitania, alcançando 1.825 habitantes.³¹

Além do crescimento populacional, observou-se na região um significativo desenvolvimento econômico, relacionado à conjuntura econômica mais ampla do período colonial tardio, quando ocorreu um incremento da agroexportação, da produção de alimentos e do comércio. Somaram-se ao já habitual – no Rio Grande de São Pedro – comércio de animais e seus derivados novas produções, como o plantio do trigo e a fabricação do charque em larga escala, com vistas à exportação.

A partir dessas características, optei por essa localidade e período para estudo porque acredito que, durante as primeiras duas décadas após a reconquista, ela apresentou oportunidades, em termos econômicos e sociais, não tão disponíveis em um contexto mais estável, especialmente no que se refere ao acesso à terra. Assim, este estudo tem como baliza

³¹ QUEIROZ, Maria Luiza. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande**: estudo de história demográfica (1737-1850). Tese (Doutorado) – UFPR, Curitiba, 1992. p. 16.

temporal inicial o ano em que foi concluída a reconquista, 1776, e iniciaram-se novamente os registros paroquiais na localidade. Com relação ao marco final, tem-se o ano de 1800, quando, no território pertencente à freguesia de São Pedro do Rio Grande, passaram a surgir novas freguesias, representando o auge de sua expansão territorial e populacional.

Para realizar este estudo foi importante a ideia de *variação de escala* proposta pela micro-história italiana, que permite relacionar os casos particulares aos processos históricos mais gerais, assim como perceber as especificidades, os descaminhos, as diversas possibilidades que se descortinavam aos atores sociais. Pensando na relação macro/micro não como uma dicotomia, mas como uma dinâmica, esse método procura levar em consideração o entendimento que os atores sociais tinham da realidade em que viviam e as possibilidades de ação que eles consideravam disponíveis na formulação de suas estratégias.³²

O termo *estratégia* aqui é usado enquanto possibilidades de ação pensadas ou planejadas a partir de uma *racionalidade limitada*, que indica que, em uma realidade social dinâmica, a quantidade de informações disponíveis e a percepção que cada pessoa ou grupo possui da realidade são parciais. Sendo possibilidades de ação localizadas e limitadas pela realidade de cada um, as estratégias engendradas pelos grupos não são totalmente conscientes e não levam necessariamente ao sucesso da empreitada. Nas palavras de Giovanni Levi,

Uma racionalidade seletiva e limitada explica os comportamentos individuais como fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrição.³³

Assim, é preciso ter em mente que nem sempre as escolhas e ações dos agentes levam aos objetivos desejados, ou seja, nem sempre as estratégias são bem-sucedidas. Estratégias essas que poderiam ser múltiplas, nem sempre se reduzindo ao desejo de ascensão ou manutenção da posição na hierarquia social.

A primeira aproximação a meu objeto de estudo foi feita via assentos paroquiais, que permitiram conhecer boa parte da população que viveu ou transitou na vila de Rio Grande nas últimas duas décadas do século XVIII. Por meio dos batismos, óbitos e casamentos

³² LEVI, Giovanni. Un problema de escala. **Relaciones: Revista de El Colegio de Michoacán**, v. 24, n. 95, 2003. A primeira utilização intencional da variação de escala foi vista na obra de Fredrik Barth *Nomads of South Persia*, de 1961, em que o autor indica que uma quebra artificial (porque não existe na realidade vivida pelos agentes) nos níveis de análise pode levar a uma melhor compreensão da articulação entre esses níveis – e, portanto, a uma melhor compreensão da realidade que se estuda. BARTH, Fredrik. **Nomads of South Persia: the Basseri Tribe of the Khamseh Confederacy**. Boston: Little, Brown and Company, 1961.

³³ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

registrados pela Igreja ao longo daquele período, pode ter acesso – provavelmente - aos nomes da maior parte daquelas pessoas. A partir de seus nomes, pode agregar informações presentes nos outros tipos documentais pesquisados – inventários, testamentos, registros de terras e outros que serão devidamente citados quando utilizados.

As estratégias sociais destes atores foram estudadas com o uso da metodologia do cruzamento nominativo proposta por Poni e Ginzburg. A utilização dos nomes dos atores sociais investigados como modo de agregar informação sobre eles e sobre a sociedade em que viveram, ainda que tenha suas limitações, é um dos melhores métodos para lidar com documentação variada.

É importante salientar os apontamentos feitos por Wrigley e Winchester sobre as dificuldades de se lidar com essa metodologia como meio de acesso à informação sobre as pessoas no passado. Wrigley define o cruzamento nominal como o processo pelo qual itens de informação acerca de um indivíduo em particular são associados uns com os outros em um todo coerente, de acordo com certas regras. Isso só pode ser feito, entretanto, se duas condições forem atendidas: a primeira, que seja possível distinguir satisfatoriamente entre associações falsas e verdadeiras – elemento particularmente importante em contextos nos quais existam muitos homônimos. A segunda, que o cruzamento nominal entre diferentes registros revele algo a respeito do objeto de pesquisa que de outra forma não seria conhecido; caso contrário, o cruzamento nominativo se tornaria um procedimento fútil.³⁴

Com relação à distinção entre associações falsas e verdadeiras – ou seja, a verificação de que dois registros têm como *protagonista* a mesma pessoa – Winchester aponta a importância da utilização de itens identificadores que, juntamente com o nome, permitam ao pesquisador diminuir a margem de incerteza com relação a tal associação. Na documentação por mim pesquisada, esses itens podem ser o local de nascimento ou moradia, a filiação, o nome do cônjuge, algumas designações tal como cargos e patentes ou, no caso de algumas mulheres, a designação *Dona* que precede o nome.³⁵

As dificuldades da utilização dessa metodologia são maiores quando se trata de pessoas que não tinham muitos elementos distintivos acompanhando seu nome (tais como patentes militares), ou seja, a maior parte da população. Nesses casos, a possibilidade de identificá-las e distingui-las umas das outras depende do tipo de documento, do quão comuns

³⁴ WRIGLEY, E. A. Introduction. In: WRIGLEY, E. A. (Org.). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973, p. 1 e 5.

³⁵ WINCHESTER, Ian. On referring to ordinary historical persons. In: WRIGLEY, E. A. (Org.). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973, p. 19-20.

eram seus nomes e de quantas outras pessoas são citadas em relação a elas – por exemplo, se constam os nomes de seu cônjuge ou de seus pais.

Além disso, não havia uma regularização da grafia dos nomes. Para lidar com essa questão e facilitar a associação de dados, atualizei, em minha base de dados, todas as grafias dos nomes encontrados. Ainda assim, há muitas disparidades, especialmente com relação ao uso de mais de um sobrenome. Comparando registros completos, provenientes, por exemplo, de assentos de batismo (em que constam o nome do cônjuge, os dos pais, etc.), foi possível igualar nomes diferentes, utilizando a versão mais completa ou a mais frequente. Assim, os nomes efetivamente utilizados para o cruzamento de dados – o centro da metodologia do cruzamento nominativo, portanto – são, em realidade, uma abstração. Uma abstração construída com cuidado e diversas checagens, mas, ainda assim, bastante passível de erro. Possíveis erros da pesquisadora que se somam aos possíveis erros e perdas já presentes na documentação. Como modo de checar possíveis falhas nesse processo, mantive um campo com o nome que originalmente constava no documento. Além disso, como os documentos por mim consultados estão em formato digital, e como mantive, nas bases por mim construídas, as referências completas ao documento de origem (por exemplo, para os registros de batismo, freguesia em que ocorreu, número do livro e página), é bastante simples retornar ao documento para verificações, caso necessário.³⁶

Os diversos *corpora* documentais utilizados na presente pesquisa foram organizados inicialmente em bancos de dados individuais, de acordo com o tipo de documento, com emprego do *software Microsoft Excel*. Assim, uma tabela foi construída para a organização dos batismos, outra para os óbitos, outra para os inventários e assim por diante.³⁷

³⁶ Os registros paroquiais de Rio Grande de São Pedro foram disponibilizados no domínio Family Search; os documentos digitalizados pelo Projeto Resgate estão acessíveis por meio do domínio <http://resgate.bn.br/>; todos eles foram baixados e salvos para dispensar o recurso à internet. Com relação aos documentos presentes nos arquivos citados, foram em sua maioria fotografados por mim. Algumas digitalizações de documentos foram fornecidas por colegas, aos quais agradeço imensamente, especialmente a Jonas Vargas, Luciano Gomes e Tiago Gil. O impacto da digitalização de documentos na produção do conhecimento em história nos últimos anos ainda carece de uma avaliação, mas é certo que facilitou em muito o acesso às fontes, especialmente a pesquisadores que moram em localidades distantes de capitais (onde se encontra a maior parte dos Arquivos) e com poucas condições financeiras de se manter em uma outra cidade, pesquisando em arquivos durante o horário comercial por longos períodos de tempo, como seria necessário caso a digitalização não fosse possível.

³⁷ O conjunto de bases foi o seguinte: batismos, casamentos, óbitos, testamentos, inventários, dívidas, cartas de alforria, requerimentos, relação de moradores, registros de datas de terras, justificações de Sesmarias, Projeto resgate e Demarcação de limites, e tiveram origem nos seguintes documentos: **ADPRG. 5º a 8º livros de batismos de Rio Grande; 2º e 3º livros de casamentos de Rio Grande; 2º e 3º livros de óbitos de Rio Grande;** APERS. **Processos de contas testamentárias; Processos de inventários;** MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; SOUZA TASSONI, Tatiani de. **Que com seu trabalho nos sustenta:** as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. Porto Alegre: EST, 2007; AHRS. **Fundo requerimentos; Fundo Fazenda, Livros de Registros das datas de terra que se dão aos casais das Ilhas** (Códices F1229, F1230 e F1231). Utilizei a transcrição dos mesmos publicada em BARROSO, Vera. **Açorianos no Brasil:** história, memória, genealogia e

Posteriormente, cada uma dessas bases foi incorporada em uma base única relacional, denominada TARDIS, por meio do *software FileMaker*. Essa base facilitou em muito a busca e o cruzamento de informações sobre os atores investigados, uma vez que constavam nas fichas individuais todas as informações associadas àquele nome em particular.

Com base nesses recursos pude incorporar e, o que é mais importante, ter acesso rápido a um conjunto bastante amplo de informações a respeito das mulheres e homens com os quais me deparei ao longo da pesquisa. As análises realizadas a partir desse conjunto de dados foram organizadas em cinco capítulos.

No primeiro capítulo a Vila do Rio Grande é a protagonista. Procurei apontar os principais aspectos de sua trajetória político-administrativa, e de que forma o que acontecia naquela pequena localidade sulina se vinculava com o restante do mundo. Também expus as principais atividades econômicas com as quais as pessoas que ali habitaram podiam levar suas vidas. Outro foco do capítulo é a população de Rio Grande, seu tamanho, sua composição em termos de gênero, condição jurídica e origem. Esses dados se configuram na primeira aproximação do objeto pesquisado e são importantes para que se possa entender as possibilidades de associação dos habitantes da vila no momento de formarem laços com os demais.

O segundo capítulo delimita o grupo de pessoas a que chamo de *intermediários* e expõe as escolhas metodológicas realizadas nesse processo. Por meio de inventários, testamentos, relações de proprietários rurais e mesmo registros paroquiais pude elaborar um panorama dos níveis de riqueza e acesso à propriedade escrava e fundiária. Ainda que limitado pelos dados disponíveis, esse cenário permitiu que as informações existentes para cada um dos agentes que se buscava classificar fossem postas em perspectiva.

O Capítulo 3 também trata da identificação de intermediários, porém de maneira distinta, enfocando especificamente aqueles que eram egressos da escravidão. Forros e seus descendentes mais raramente conseguiram cabedal suficiente para serem enquadrados no grupo por mim identificado como intermediário. No entanto, sendo seu ponto de partida – a escravidão – desigual, devem ser distintos também os critérios utilizados para avaliar sua atuação e ascensão social. O estudo desse grupo partiu dos registros das alforrias concedidas durante as duas décadas analisadas, e das diferentes formas de obtê-las. Os processos de passagem da escravidão para a liberdade ajudam a desvelar aspectos da mobilidade e da

hierarquia social numa sociedade na qual as distinções e desigualdades eram naturalizadas e reforçadas.

No quarto capítulo, a população de Rio Grande como um todo volta ao palco, dessa vez representando papéis específicos: os de afilhado, padrinho e compadre. O estudo do compadrio na freguesia do Rio Grande de São Pedro foi feito com o objetivo de identificar os padrinhos e madrinhas preferenciais, cuja atuação à pia batismal é entendida como possível indicativo de seu prestígio. Uma vez identificados, puderam ser, em sua maioria, classificados de acordo com os critérios socioeconômicos anteriormente explicitados. Essa classificação serviu de base para a reflexão a respeito das diferentes hierarquias que regulavam os laços formados pela população estudada.

O quinto e último capítulo é dedicado exclusivamente aos padrinhos preferenciais pertencentes ao setor intermediário da população. A distinção identificada no capítulo anterior apenas em números (quantidade de afilhados) é qualificada. São estudados os perfis dos pais e mães que, ao convidarem os referidos padrinhos à pia batismal, expressam publicamente a confiança que depositavam neles, declarando, assim, que aquela era uma pessoa de prestígio, pelo menos para aqueles habitantes de uma localidade tão dinâmica como era a Vila do Rio Grande de São Pedro.

1. O RIO GRANDE E SUA GENTE

Já há mais que vossa excelência pode imaginar para subsistir deste lado do rio. Esta vila e seus arredores eram um verdadeiro deserto, onde não se encontravam nem habitante, nem bois, nem charrete, nem cavalo, nem gado para comer, os espanhóis tinham levado tudo. É necessário trazer todos os dias carne do outro lado, porque os bois não passam a nado, como fazem os cavalos, um rio tão largo e perigoso como este aqui, e mesmo que nós tivéssemos farinha, faltavam os padeiros.³⁸

Vê-se logo, pela opulência dos habitantes, que os negócios são bons nessa parte da província. Há, entre eles, alguns imensamente ricos, que fizeram construir casas e estabelecimentos espaçosos. É possível fazer-se uma ideia de quanto esses edifícios lhes custaram, quando se sabe que é preciso trazer todos os materiais de Porto Alegre ou de outros pontos mais distantes do interior. O que contribui mais para a prosperidade de São Pedro é o espírito de associação de seus negociantes, os quais empregam uma grande parte de suas fortunas em empreendimentos de utilidade pública, tendentes a atrair o comércio estrangeiro e a modificar, com trabalhos importantes, os graves inconvenientes de uma situação tão desagradável e tão pouco cômoda como a de sua cidade.³⁹

No final da década de 1770 a Vila de Rio Grande de São Pedro estava ressurgindo. Após treze anos sob domínio espanhol, aquela localidade, estratégica por se encontrar nela o único porto marítimo ao sul de Laguna, voltava às mãos dos súditos de sua Majestade Fidelíssima. Era necessário, a partir de então, reorganizar. Seria preciso acomodar famílias que de lá haviam fugido no *tempo da correria*⁴⁰ e que para lá retornariam, as que haviam ficado sob domínio inimigo, os soldados que lutaram na reconquista e se recusavam a retornar a suas províncias de origem, os potentados locais, que se diziam senhores daquelas terras desde os tempos da primeira conquista e outros, tantos outros, que para lá se dirigiram e lá desejavam levar suas vidas.

³⁸ BÖHM, João Henrique de. *Memoires relatifs à l'expédition au Rio Grande*. In: IHGB. **Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)**. v. III, p. 254. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979, p. 117. Tradução minha. No original: *Il s'en trouve déjà plus que Votre Excellence ne s' imagine pour subsister de ce côté de la Rivière. Cette villa et ses environs étoit un véritable désert, où il ne se trouvat ni habitant, ni Boeuf, ni Charette, ni cheval, ni Bétail pour manger, les Espanhols aÿant tout emmené. Il faut fair venir tout les jours les viandes de l'autre côté, car les Boeufs ne passent pas à la nage, comme firent le chevaux, une Rivière aussi large et dangereuse comme celle-ci et quoi que nous aÿons de farines, il manquent des boulangers.*

³⁹ ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 156. A grafia foi por mim atualizada em todos os documentos citados neste trabalho, com o objetivo de facilitar a leitura.

⁴⁰ Termo utilizado pelo Vigário Manuel Francisco da Silva se referindo à tomada da Vila por tropas espanholas. ADPRG. **1º Livro de Batismos do Estreito (1763-1776)**. Já citado por HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)**. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

As décadas que se seguiram ao relato do General Böhn foram de expansão, em diversos sentidos. O território da *Fronteira do Rio Grande* foi se ampliando na medida em que os portugueses iam avançando sobre territórios espanhóis, ou supostamente neutros, até se dividir novamente em outras freguesias, outras vilas. A população aumentou em ritmo mais acelerado do que nas outras localidades do Continente, como também aumentou a proporção de escravos perante os livres.⁴¹ A cultura do trigo para exportação, já praticada em outras paragens, também encontrou ali seu espaço, e a produção do charque, iniciada nesse momento, no século seguinte seria base de algumas das maiores fortunas do extremo-sul da América luso-brasileira.⁴²

Mais de meia centúria divide os dois relatos inicialmente citados. Quando Arsène Isabelle chegou à Rio Grande, essa era uma das mais prósperas localidades sulinas, e já era momento de estabilização, de consolidação daquelas famílias que tiveram mais habilidade em reservar para si boa parte dos recursos econômicos, políticos e sociais. Provavelmente já não havia tantas oportunidades para aqueles que não faziam parte desse seletivo grupo ampliarem seus próprios recursos, como ocorreu nas primeiras décadas do retorno, quando mesmo os maiores produtores e comerciantes do local ainda não concentravam os meios necessários a seus próprios negócios.⁴³

Não estou afirmando aqui que aquela pequena vila sulina representasse, no último quartel do século XVIII, uma nova versão da *terra de promessa* apregoada pela historiografia a respeito tanto da formação do Continente como da sua manutenção em mãos portuguesas.⁴⁴ Se é verdade que aquele contexto significou oportunidades um pouco mais abundantes do que em outros locais – o que é sugerido pelo deslocamento populacional em direção à vila – as mesmas eram restritas ao lugar social de cada um, e às relações que conseguissem estabelecer, dentro da lógica de uma sociedade pautada por parâmetros de Antigo Regime.

⁴¹ GOMES, Luciano Costa. Escravidão e agricultura no Rio Grande de São Pedro, período colonial: sugestão de um modelo de interpretação. **Revista Latino-Americana de História**, v. 3, n. 10, p. 89-110, 2014.

⁴² VARGAS, Jonas. **Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

⁴³ Nesses primeiros anos é frequente a referência, em inventários, a dívidas referentes ao envio de produtos em embarcações de terceiros, ao aluguel de escravos por charqueadores na época da safra, ao arrendamento de terras nas margens dos rios, pelos quais a produção era escoada até o porto de Rio Grande. APERS. Comarca de Santa Catarina, **Processos de Inventário (1787-1796)**.

⁴⁴ Ver, por exemplo, as obras classificadas por Ieda Gutfreind como de matriz lusitana. GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

Se ali comerciantes fizeram fortuna que entraria para a história como as maiores da Capitania, as famílias mais antigas do Continente com eles casaram suas filhas, enquanto as famílias de agricultores deles compravam dois ou três escravos para auxiliar na produção. Ou talvez de outros comerciantes de menor monta, com quem talvez também negociassem parte do trigo que plantavam. Também escravos puderam comprar a própria liberdade, pagando em trigos, ou com seus jornais, ou, quem sabe, tomando parte do valor de empréstimo daqueles mesmo comerciantes que os haviam vendido em primeiro lugar.

Soldados que lutaram nas guerras de reconquista, voluntários ou não, saídos das entranhas de Minas Gerais e da Capitania de São Paulo, ali receberam algum quinhão de terras, e com algumas cabeças de gado – talvez contrabandeadas – já podiam iniciar a produção. Calafates, carpinteiros e outros artífices tinham na movimentação do porto um chamariz, uma oportunidade de trabalho e de algum acúmulo. Quem possuía alguma embarcação, a podia colocar a serviço dos demais, levando trigo, couro ou charque dos distritos mais distantes, ou mesmo de locais como Porto Alegre, até o porto da vila. Os donos das embarcações maiores, dali podiam ganhar o Atlântico.

Nenhuma dessas possibilidades se apresentava apenas na vila de Rio Grande de São Pedro, especialmente se comparada com outras vilas portuárias da América Portuguesa. É sua existência um pouco mais intensa naquele período inicial que faz de Rio Grande nas últimas décadas do XVIII um local privilegiado quando se pretende investigar a vida e as relações de pessoas que, embora não pudessem ser ditas pobres, jamais chegariam aos patamares de acúmulo de riqueza e poder de mando que configurou a elite daquele local.

Não colocarei, no entanto, *a carroça na frente dos bois*. Antes de apresentar quem eram aquelas pessoas, é necessário mostrar ao leitor como aquele local veio a ser, e de que forma ele e sua população estavam estruturados.

1.1. No fim do fundo da América do Sul - primórdios de uma sociedade plural

Advirto que o Rio Grande, à vista do que se diz dele, é uma droga
Domingos da Filgueira (1703)

A povoação que deu origem à vila de Rio Grande, de forma pouco original, teve seu início em vinculação a projetos das Coroas Ibéricas e de suas possibilidades de concretização naquela parte meridional da América. Muito tempo antes de sua fundação em 1737 os portugueses se aventuraram para além dos seus domínios oficiais (localização da atual cidade

de Laguna, sua possessão mais meridional de acordo com o Tratado de Tordesilhas) tendo em vista duas motivações principais: o comércio e o gado. Motivações essas que estavam vinculadas uma à outra e que se configuraram na fundação da Colônia do Sacramento – entreposto que deveria funcionar como ponto de comércio com Buenos Aires, gerando, assim, uma porta de entrada para a prata de Potosí. Estabelecida no ano de 1680 à beira do rio da Prata, em margem oposta a Buenos Aires, a Colônia do Santíssimo Sacramento era a base da extração, comércio e também, como era de se esperar em uma localidade de fronteira, de contrabando de couros realizada por portugueses na região.⁴⁵

O rebanho existente naquelas paragens não era nativo. Originou-se no gado que os padres da Companhia de Jesus levaram para a bacia do rio da Prata no início do século XVII, quando se deram as primeiras tentativas de estabelecimento de missões de catequização dos índios de fala guarani situados na chamada *Serra dos Tapes*. Essas missões não tiveram muito sucesso, principalmente em função da concorrência de paulistas que visavam ao apresamento dos indígenas do território. Os jesuítas se retiraram, mas o gado ficou e reproduziu-se livremente, multiplicou-se.⁴⁶

Tão logo quanto possível a Coroa portuguesa passou a taxar a extração dos couros, instituindo os *Quintos dos Couros de Sacramento*, em 1699, cujo direito de cobrança foi logo leilado a particulares no Rio de Janeiro.⁴⁷ A intencionalidade da Coroa de assegurar esse território e seus frutos pode ser percebida também por outras atitudes oficiais, precedentes mesmo à fundação da Colônia, como o fato de que o Bispado do Rio de Janeiro, criado em 1676, teria como fronteira meridional de sua jurisdição o Rio da Prata, e a outorga de capitanias nas terras do sul até esse limite, no mesmo ano. Isso tudo apesar de Portugal buscar evitar confrontos diretos com os espanhóis naquele momento, o que estava de acordo com consolidação da aliança entre Portugal e Inglaterra.⁴⁸ Utilizava, ao invés disso, o

⁴⁵ PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento** - o extremo sul da América Portuguesa. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002.

⁴⁶ NEUMANN, Eduardo Santos. A fronteira tripartida: a formação do Continente do Rio Grande – Século XVIII. In: GRIJÓ, et al (Org). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004; ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. **Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao Espaço Português** In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Fundo: Méritos, 2006, vol. 1.; REICHEL, Heloisa Jochins. Fronteiras no Espaço Platino. In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Op. Cit.

⁴⁷ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999.

⁴⁸ SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul**: século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984; QUEIROZ, Maria Luiza. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande**: estudo de história demográfica (1737-1850). Tese (Doutorado) – UFPR, Curitiba, 1992.

princípio do *Uti possidetis*, primeiro ocupando efetivamente um território, para depois arguir por seu direito de posse, via uso efetivo.

Esse avanço português não seria pacífico, no entanto, e as questões de fronteira entre as duas Coroas Ibéricas que envolveriam a Colônia do Sacramento se alongariam por quase todo o século XVIII. O estabelecimento comercial, como seria de se esperar, não era bem visto por muitos espanhóis, que eram senhores daquelas terras de acordo com o Tratado de Tordesilhas (1494). Ao longo do século XVIII, Sacramento seria seguidamente atacada, cercada, e posteriormente devolvida, geralmente como consequência de acordos diplomáticos entre as duas Coroas, os quais envolviam várias questões dos dois Impérios e que às vezes incluíam a contenda sobre Sacramento. Foi o que ocorreu seis meses após a fundação da Colônia, quando se deu o primeiro sítio: ela retornou ao domínio português no ano seguinte, como uma das disposições do tratado Provisional de Lisboa celebrado em 1681.⁴⁹

O movimento contrário também era verdade: às vezes os conflitos locais eram reflexo de disputas mais amplas entre os dois reinos. É exemplo disso o assalto castelhano que sitiou Sacramento em 1705, que desalojou os portugueses após seis meses de cerco, e se deu como parte dos conflitos da Guerra da Sucessão Espanhola, que envolveu vários países europeus, inclusive Portugal, o qual se situava em campo oposto à Espanha no conflito. Por outro lado, os Tratados de Utrecht (1715) que, entre outras coisas, devolveram Colônia aos portugueses, apresentam concessões feitas por Filipe V a fim de obter o reconhecimento das nações europeias à ascensão dos Bourbon ao trono espanhol.⁵⁰

O surgimento de Rio Grande está intimamente ligado a esse contexto, já que foi fruto da expedição que deveria, de acordo com a Carta Régia que a ordenou, *facilitar aos Navios Portugueses de comércio a livre navegação do dito Rio [da Prata]*⁵¹ e também dar apoio a Sacramento, naquele momento, mais uma vez, cercada pelos castelhanos. Juntamente com outras questões, a referida expedição deveria fundar uma Fortaleza que serviria de base para um povoamento na barra da atual Lagoa dos Patos, o que ocorreu em 1737 com a fundação do Presídio de Jesus-Maria-José. Isso serviria também para estabelecer oficialmente uma localidade portuguesa entre a Colônia do Sacramento e a Vila de Laguna, que até então era

⁴⁹ Sobre a Colônia do Sacramento e sua vinculação com projetos Ibéricos ver PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento** - o extremo sul da América Portuguesa. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002.

⁵⁰ ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao Espaço Português. In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Fundo: Méritos, 2006, vol. 1; REICHEL, Heloisa Jochins. Fronteiras no Espaço Platino. In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Fundo: Méritos, 2006, vol. 1.

⁵¹ AHU. Projeto Resgate. Secretaria do Conselho Ultramarino, Documento 2996. **Carta Régia para Gomes Freire de Andrada**, 24 de março de 1736.

sua possessão incontestemente mais meridional, garantindo o acesso por terra entre esses pontos e também entre as terras da *Banda Oriental* – com seu vasto rebanho – e o centro da colonização lusa na América.⁵²

Essas atitudes mostram a disposição da Coroa Portuguesa em manter-se naquele território e em conservar sua posição na Colônia do Sacramento, e também deixam entrever a ação de particulares lado a lado com o projeto oficial. Na própria Carta Régia que dá ordens para a fundação do presídio lê-se: *e como pelo que avisou o Brigadeiro José da Silva Pais há muitos no Rio de Janeiro que pretendem ir para aquela parte, me informareis se além destas serão necessários alguns casais das Ilhas para logo os mandar conduzir.*⁵³

Assim, nem bem o presídio havia sido fundado e iniciou-se o deslocamento de pessoas para lá e para seu entorno. Em 1738 chegaria o primeiro pároco na então já criada (em provisão de agosto 1736) Freguesia de São Pedro do Rio Grande⁵⁴, e se iniciariam os registros paroquiais, por meio dos quais é possível perceber a pluralidade de sua população: militares de alta patente, soldados, casais, mulheres solteiras que vieram por incentivo do governador do Rio de Janeiro, refugiados do grande cerco à Colônia do Sacramento, índios, escravos, homens livres, muitos deles provavelmente pobres outros não tão pobres.⁵⁵

O contingente que se deslocou para o entorno de Rio Grande não foi o primeiro de origem lusa no território sulino. Antes dele se alojaram ou circularam pelos chamados campos de Viamão⁵⁶ algumas famílias, especialmente as provenientes de São Vicente, na Capitania de São Paulo. O deslocamento espontâneo, por assim dizer, de populações era característico de famílias lusitanas, já que a exploração extensiva dos recursos fazia com que houvesse a necessidade de expandir as fronteiras, o que era feito seguidamente pelos herdeiros menos

⁵² SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul**: século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984; QUEIROZ, Maria Luiza. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande**: estudo de história demográfica (1737-1850). Tese (Doutorado) – UFPR, Curitiba, 1992.

⁵³ AHU. Projeto Resgate. Secretaria do Conselho Ultramarino, Documento 2996. **Carta Régia para Gomes Freire de Andrada**, 24 de março de 1736.

⁵⁴ QUEIROZ, Maria Luiza. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande**: estudo de história demográfica (1737-1850). Tese (Doutorado) – UFPR, Curitiba, 1992.

⁵⁵ O primeiro batizado na paróquia realizou-se no dia 16 de junho de 1738, de Albano. **ADPRG**. 1º Livro de Batismos do Rio Grande (1738-1753).

⁵⁶ "Os *Campos de Viamão* abrangiam uma imensa área no nordeste do atual Rio Grande do Sul. Os tais *campos* correspondiam às terras situadas ao sul do rio Mampituba, tendo ao leste o oceano Atlântico e a oeste e a sul a baliza fluvial do Guaíba e da lagoa dos Patos. Para os paulistas e lagunistas que exploraram o Rio Grande a partir do "Caminho da Praia", os campos eram todas as planícies despovoadas à margem esquerda do Rio de São Pedro." KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 49.

favorecidos.⁵⁷ No caso específico das terras ao sul de São Vicente, as motivações para o deslocamento incluíam a busca de terras, índios, rebanhos, e especialmente ouro que, ainda que não fosse ali encontrado, naquele momento ainda parecia uma possibilidade.⁵⁸

Esse avanço foi lento, e nem sempre configurava em fixação por parte daqueles que se deslocavam. A principal atividade eram as incursões de apresamento de gado, as quais acabaram gerando um reconhecimento dos territórios. Essas atividades se intensificariam com a descoberta do ouro nas Minas Gerais e o aumento populacional decorrente disso, o que acarretou um crescimento da demanda por homens, alimentos e animais na região aurífera, que poderia ser atendida com os animais existentes no sul, seja ele o gado bovino para alimentação, seja o equino e o muar para transporte de pessoas e mercadorias.⁵⁹

Algumas incursões desses particulares rumo ao sul são frequentemente citadas com relação ao início do povoamento luso do que hoje se configura o estado do Rio Grande do Sul. Incluem a expedição de João de Magalhães, que em 1724, que tinha o objetivo de fazer o reconhecimento de terras e animais e também a intenção de estabelecer uma povoação, o que não ocorreu. Outra, dessa vez apontada como diretamente responsável por uma ocupação mais efetiva dos *Campos de Viamão*, foi a abertura do *caminho das tropas*, que serviria para facilitar a condução do *gado em pé* até os mercados consumidores, especialmente Sorocaba. Nesse caminho é que vão ser criados posteriormente os registros de Curitiba e depois Viamão.⁶⁰

Esses primeiros povoadores lusos entraram em contato com as populações já presentes no território. No momento da chegada dos europeus, eram três os principais grupos indígenas ali presentes, os *guaranis* (também chamados *tapes*, *arachanes* e *carijós*), os povos ligados ao tronco lingüístico jê, e o dos pampeanos.⁶¹

⁵⁷ METCALF, Alida. *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Berkeley: University of California Press, 1992.; NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote**: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

⁵⁸ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 2006.

⁵⁹ HAMEISTER, Martha. **O Continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763). Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

⁶⁰ CÉSAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul – Período Colonial**. Porto Alegre: Editora globo, 1970; NEIS, Ruben. **Guarda Velha de Viamão**: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: Escola Superior de Tecnologia de São Lourenço de Brindes/Sulina, 1975. HAMEISTER, Martha. **O Continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763). Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. GIL, Tiago Luís. **Coisas do Caminho**: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

⁶¹ KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 9-10.

Os Guarani, ou Tape, mais numerosos, eram os grupos que mais tinham contato com os europeus. Há relatos da relação entre esses indígenas e populações de origem lusa desde pelo menos o final do século XVI. Contatos em sua maioria bastante hostis, configurados nas expedições de apresamento realizadas por paulistas. Houve também a tentativa de formação de aldeamentos por parte dos jesuítas portugueses, porém essa experiência no território sulino fracassou, principalmente em função dos interesses escravistas dos paulistas. A primeira tentativa espanhola de redução daqueles povos, ainda no século XVII, também fracassou pelo mesmo motivo.⁶² No entanto, as relações entre portugueses e tapes não se restringiram a essas experiências. Especificamente na vila de Rio Grande, há presença desses indígenas desde os primórdios: aparecem já nos primeiros livros de registros paroquiais, ainda que de forma esporádica, e seguem presentes ao longo de todo o século XVIII, pelo menos.⁶³

Sobre os povos ligados ao tronco linguístico jê, que são comumente subdivididos em Coroado, Botocudo, Guaianá, Caaguá, etc, e atualmente são conhecidos por Kaingangue, há relatos de contatos hostis entre esses povos e os de origem lusa desde o século XVIII. No entanto, a maior parte das questões se deu já no século XIX, e em regiões mais afastadas da que ora se estuda.⁶⁴

Havia ainda os pampeanos, grupo menos numeroso, cujos subgrupos mais conhecidos eram os minuanos e os charruas. Eram caçadores-coletores, e se adaptaram rapidamente ao uso do cavalo e ao apresamento do gado que passou a habitar a região depois de serem para lá levados por jesuítas. Dentre os pampeanos interessa mais aqui os Minuano, que tiveram mais contato com os portugueses. Há relatos de interação de certa forma pacífica desde o início do século XVIII, entre alguns desses grupos e a população de Laguna, relacionamento que se estendeu aos moradores dos Campos de Viamão, descendentes das famílias lagunenses, e que envolvia seguidamente o comércio de gado.⁶⁵ Em Rio Grande, não aparecem nos registros paroquiais nos anos iniciais, mas passam a aparecer a partir do ano de 1749, principalmente em batismos coletivos. A partir daquele ano, algumas famílias Minuano

⁶² KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 9-12.

⁶³ QUEIROZ, Maria Luiza. **A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Rio Grande: FURG, 1987; ADPRG. **5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande**.

⁶⁴ KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 16-17.

⁶⁵ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)**. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006, p. 72; KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 21-23; GIL, Tiago Luís. **Infiéis Transgressores: os contrabandistas da "fronteira"**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 115.

formaram um aldeamento na estância Real do Bojuru (ao norte de Rio Grande) que fornecia carne e montarias à guarnição da Comandância Militar.⁶⁶

Indígenas de outras partes também vieram a compor a população da Vila. Seu deslocamento para os territórios sulinos se deu já na expedição de fundação da Colônia do Sacramento (1680), quando para lá foram levados a acompanhar o governador do Rio de Janeiro, D. Manuel Lobo.⁶⁷ Meses após a fundação do presídio de Jesus Maria José, que deu início à Rio Grande, foram para lá levados cerca de cem indígenas para trabalharem nas fortificações, provenientes das aldeias de São Miguel, Barueri, Pinheiros e Nossa Senhora da Escada, em São Paulo.⁶⁸

Todos esses grupos indígenas diferenciavam-se entre si, possuindo características culturais e formas de relacionamento diferentes com as populações de origem ibérica. E tinham também suas organizações e hierarquias internas, as quais eram provavelmente identificadas e reconhecidas pelos portugueses e espanhóis que com eles tinham contato. Assim sendo, o qualificativo *índio*, que acompanha o nome de algumas dessas pessoas na documentação, embora seja um importante indicativo, não basta para definir a posição que ocupavam na hierarquia que ia se formando no interior da localidade, e que levava em consideração também relações sociais estabelecidas fora dela.

O mesmo pode ser dito com relação à população de origem africana, presente em Rio Grande desde seus primórdios. Longe está o tempo em que acreditava em um Rio Grande do sul quase totalmente branco, como foi apontado por uma historiografia mais tradicional, anterior à década de 1950.⁶⁹ Considerava-se a escravidão no Rio Grande de São Pedro um fator esporádico, e se acreditava que a pequena população de origem africana teria sido beneficiária de um tratamento mais brando, baseado no caráter *democrático* das relações estabelecidas nos campos sulinos. Apenas nas charqueadas pelotenses esse quadro seria distinto.

⁶⁶ ADPRG. **1º Livro de Batismos do Rio Grande**. Utilizei a transcrição realizada por Moacyr Domingues, uma vez que o referido livro está muito danificado. DOMINGUES, Moacyr. **Cópia Resumida do Livro Primeiro de Batismos do Rio Grande de São Pedro 1738-1753**. Dactiloscrito, 1981. AHRs. **Anais**. Vol. 1. Porto Alegre, 1977. Registro de uma portaria do Coronel Governador Diogo Osório por onde manda assistir com pão de munição de uma quarta de farinha por dez dias aos índios Minuanes (07/07/1750).

⁶⁷ FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ediplat, 2006, p. 34.

⁶⁸ QUEIROZ, Maria Luiza. **A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Rio Grande: FURG, 1987.

⁶⁹ FORTES, João Borges. **Os casais açorianos**. Presença lusa na formação sul-rio-grandense. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1978 (1932). SPALDING, Walter. **Gênese do Brasil-Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1953.

Essa perspectiva passou a ser questionada a partir de estudos que demonstraram a existência de trabalho cativo no Rio Grande do Sul desde os primórdios da ocupação, e em diversas atividades produtivas, ainda que nem sempre se considerasse essa existência como representativa de um sistema escravista, que só se configuraria com a vinculação a um mercado externo, o que teria ocorrido apenas, novamente, nas charqueadas pelotenses.⁷⁰

A importância da escravidão fora das charqueadas foi ressaltada principalmente a partir de trabalhos de pesquisadores de história econômica, ao observarem dados referentes à história agrária.⁷¹ Além disso, acompanhando um movimento historiográfico mais amplo, surgiram pesquisas sobre a família escrava, a história das crianças, alforrias, condição de vida dos cativos, entre outros temas.⁷²

Apenas os 527 batizados ocorridos nos dez primeiros anos da povoação de Rio Grande são suficientes para indicar o peso e importância da população escrava desde os primórdios: 110 batizados (20,9%) eram de escravos adultos, filhos de escravas ou filhos de forras.⁷³ Das 77 mães de batizados apontadas como escravas, 28 foram também ditas africanas.

⁷⁰ O trabalho de Fernando Henrique Cardoso foi pioneiro nesse sentido. CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (1962). Também foi essencial o trabalho de Ruben Neis, no qual afirmou a presença negra "no mesmo instante da formação do Rio Grande", e o fato de que era abastecido pelo Rio de Janeiro. Se baseou nos registros paroquiais para afirmar não apenas a presença negra, também seu peso populacional. NEIS, Ruben. **Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha**. Porto Alegre: Escola Superior de Tecnologia de São Lourenço de Brindes/Sulina, 1975, p. 40. Nos anos seguintes multiplicaram-se os trabalhos sobre escravidão no Rio Grande do Sul, ainda que enfocassem principalmente a escravidão nas charqueadas pelotenses: MAESTRI, Mário. **O Escravo no Rio Grande do Sul**. Trabalho Resistência Sociedade. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006 (1984); ASSUNPÇÃO, J. E. O Negro nas Charqueadas Pelotenses. In: TRIUMPHO, Vera (org.). Rio Grande do Sul: **Aspectos da Negritude**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1991; BAKOS, Margaret. **RS: Escravidão e abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; entre outros

⁷¹ Por exemplo, OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999; ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002;

⁷² MOREIRA, Paulo. **Os cativos e os homens de bem** (2003); KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira** (2006); BERUTE, Gabriel. **Dos escravos que partem para os portos do sul** (2006); ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades Negras Nas Paragens do Sul** (2009); SIRTORI, Bruna. **Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia** (2008); PETIZ, Silmei. **Caminhos cruzados** (2009); SCHANTZ, Ana Paula. **Libertos no Rio Grande de São Pedro**: (2009); BLANCO, Márcio. **Pelas Veredas da Senzala** (2012); GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra** (2012). Entre muitos outros. Ver referências completas no final do trabalho.

⁷³ ADPRG. **1º Livro de Batismos do Rio Grande**. Esse exercício já foi realizado por Rubem Neis, que contabilizou os batismos dos três primeiros anos da povoação. NEIS, Ruben. **Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha**. Porto Alegre: Escola Superior de Tecnologia de São Lourenço de Brindes/Sulina, 1975, p. 40

O primeiro escravo adulto a constar nos registros paroquiais de Rio Grande foi Inácio, escravo de Manuel Pereira, batizado em agosto de 1738. Em dezembro do mesmo ano deu-se o batismo de Manuel, natural da Costa da Mina, escravo do soldado Agostinho Rodrigues. Assim como eles, outros onze escravos adultos foram batizados até a tomada, incluindo Ventura, natural do *Gentio da Guiné e assistente em casa do mestre-de-campo André Ribeiro Coutinho mas dizem ser fugido das Minas*.⁷⁴ Não consegui identificar se ele foi considerado escravo ou liberto.

Já a primeira criança a ser alforriada na pia foi Ana, filha natural de Manuel da Silva Tomé e de sua escrava Rosa, em 1739. Três anos depois foi a vez de outra Ana, filha natural de Francisco da Costa Taveira e de sua escrava Teresa, mas o registro só foi feito quatro meses depois, demora que teve como motivo *saber do pai se dava por forra ou não*. Outras cinco crianças foram alforriadas na pia nesses primeiros anos. Não eram forros apenas os inocentes. Em catorze ocasiões a mãe foi dita forra, e em novembro de 1742 foi batizada Antônia, filha natural do *ex-soldado dragão José de Andrade com Maria, escrava da forra Madalena*.

Esses poucos casos indicam a multiplicidade de origens e de vivências também da população de origem africana desde os primórdios do Continente do Rio Grande. As distinções existentes entre essas pessoas – de condição jurídica, bagagem cultural, situação material de vida e trabalho, tipos de sociabilidade com aqueles de seu convívio – devem ser levadas em consideração, na medida do possível, ao se tentar avaliar seu lugar na hierarquia social.

Os registros paroquiais por mim consultados também deixam entrever a presença de súditos de Sua Majestade Católica, nascidos de ambos os lados do Oceano Atlântico, e de homens provenientes de outros locais, como João Gonçalves, *de nação francês*, e o inusitado Caetano, *indiático chino natural da Índia*.⁷⁵

Tampouco os súditos da Coroa Portuguesa formavam um grupo homogêneo. O primeiro grupo luso que se deslocou para Rio Grande foi o dos militares e outras pessoas que atuaram na fundação do presídio de Jesus Maria José, dentre os quais alguns reinóis já se faziam representar. Para lá também se dirigiram nos anos seguintes pessoas vindas da Colônia

⁷⁴ ADPRG. 1º Livro de Batismos do Rio Grande, f. 6.

⁷⁵ ADPRG. 1º Livro de Batismos do Rio Grande. HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

de Sacramento e de outras localidades da América Portuguesa, especialmente do Rio de Janeiro.

No entanto, o grande incremento populacional, tanto da vila de Rio Grande como do Continente como um todo, se daria apenas por volta de 1750, com a chegada de famílias provenientes, em sua maioria, das Ilhas dos Açores. Sua migração foi majoritariamente um incentivo da Coroa de acordo com uma política de promoção do povoamento de várias localidades da América portuguesa, ao mesmo tempo em que contribuía para diminuir a pressão demográfica nos locais de origem.⁷⁶

Com relação ao continente do Rio Grande, esse deslocamento visava a ocupação dos territórios dos Sete Povos das Missões que, de acordo com o Tratado de Madri, deveriam passar para o domínio português. Entre cinco e seis mil pessoas provenientes das Ilhas aportaram em Desterro (Santa Catarina) entre os anos de 1748 e 1753, e quase metade delas seguiu para Rio Grande, de onde deveriam ser trasladadas para a região que ocupariam.⁷⁷ Porém, a troca de Sacramento pelas Missões não ocorreu, principalmente em função da oposição feita pelos indígenas, iniciando os conflitos conhecidos como guerras guaraníticas. Os casais d'el Rei, como também eram conhecidas as famílias provenientes das ilhas, acabaram espalhando-se pelo Continente, ficando muitos deles no entorno da Vila de Rio Grande, cuja população praticamente dobrou com sua chegada, o que acarretou alguns problemas administrativos. Como o objetivo inicial era trasladá-los para o território das Missões, e não deixá-los na vila, não havia, inicialmente, alojamentos, víveres, roupas ou medicamentos suficientes para acomodá-los propriamente.⁷⁸

Aquelas pessoas provenientes das ilhas dos Açores eram ditas *Ilhéus*, *Casais das ilhas*, *casais do número* ou *casais d'el Rei* na documentação por mim consultada⁷⁹. Como foi apontado por Hameister, o termo açoriano passou a ser utilizado posteriormente,

⁷⁶ Registro do edital que S. M. mandou imprimir para os moradores das Ilhas dos Açores e casais e todas as mais que se quisesse alistar por povoadores deste estabelecimento e Santa Catarina. AHRS. **Anais**. Vol. 1. Porto Alegre, 1977. Publicado pelo Instituto Estadual do Livro. ESPÍRITO-SANTO, Miguel. Os casais de número e as formalidades a *Real Mercê*. In: BARROSO, Vera. **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002.

⁷⁷ KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 58.

⁷⁸ QUEIROZ, Maria Luiza. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande: estudo de história demográfica (1737-1850)**. Tese (Doutorado) – UFPR, Curitiba, 1992; KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 59.

⁷⁹ ADPRG. **1º a 9 Livro de Batismos e 1º e 2º Livros de Óbitos de Rio Grande**. AHRS, Fundo Fazenda, **Livros de Registros das datas de terra que se dão aos casais da Ilhas** (Códices F1229, F1230 e F1231), publicados em BARROSO, Vera. **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002.

especialmente pela historiografia sul-rio-grandense que enfocava o “elemento açoriano” na colonização do território. Porém, o conjunto de pessoas a que tal termo se referia era bastante amplo e composto por pessoas muito diferentes entre si, e, principalmente, nem sempre a proveniência em comum resultou na noção de pertencimento a um mesmo grupo por parte daqueles atores.⁸⁰

No Rio Grande de São Pedro, plural desde seus primórdios, viveram e conviveram pessoas de diferentes origens, bagagens culturais, formas de associação, possibilidades de aquisição e manutenção de recursos. Cada pessoa e cada família possuía uma posição na hierarquia social, variável dependendo dos demais atores ou grupos com quem se relacionavam, e procurava diferenciar-se, naquilo que fosse possível, dos demais. Tinham para isso diferentes possibilidades, e ainda precisavam lidar com as vicissitudes do momento em que viviam, situações que fugiam a seu controle. Uma delas se configurou na tomada da Vila por tropas espanholas, que implicou no abandono abrupto de muitas de suas possessões e projetos.

1.2. Rio Grande - Conquista e reconquista

*respondendo-lhe ele testemunha que não sabia como podia ficar prisioneiro com honra quem se entregava sem
pelejar*
João Barbosa da Silva (1764)

*mandando lhe dar terras no Rincão del Rei, nas quais ele suplicante com seus escravos possa fazer suas
lavouras para com elas remediar as indigências, e opressões que tem padecido*
Antônio Mendes de Oliveira (1785)

Em abril de 1763 a Vila de Rio Grande se via em meio ao caos. Entregue sem luta pelas autoridades que a deveriam defender, seus habitantes buscavam salvar a si e aos seus numa guerra que era fruto de questões mais amplas do que poderiam ocorrer naquela pequena localidade. Numa série de disputas e acordos entre as duas Coroas Ibéricas, fora celebrado em 1750 o Tratado de Madri, segundo o qual a Colônia do Sacramento, possessão portuguesa, seria permutada pelo território dos Sete Povos das Missões, e os limites entre os dois impérios seriam claramente demarcados. Como já comentei, isso não se concretizou devido à oposição oferecida por vários setores da população, como os comerciantes lusos de Sacramento e,

⁸⁰ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

especialmente, os índios missioneiros, cuja resistência culminou na chamada Guerra Guaranítica.

Em 1761, o Tratado de Madri foi anulado pelo Tratado de El Pardo, e em 1762, ainda no contexto da Guerra dos Sete Anos, foi assinado o Pacto de Família, firmado entre Espanha, França e Nápoles (casas reinantes da dinastia Bourbon) em oposição à Inglaterra. Portugal, histórico aliado desta última e dependente de sua relação com os ingleses, não assinou o Pacto. A Espanha então declarou guerra a Portugal, o que, no Prata, resultou no ataque de tropas castelhanas às possessões portuguesas, incluindo a Vila de Rio Grande.

A tomada ocorreu sem que as tropas portuguesas oferecessem qualquer resistência. O Governador Inácio Elói de Madureira, sabendo do avanço castelhano, preparou uma embarcação para si e para os seus comandados imediatos e fugiu para um território seguro situado ao norte, chamado de *Estreito*. Instaurou-se o caos na Vila, iniciado pelos próprios soldados portugueses que, vendo-se sem cadeia de comando a ser respeitada, saquearam casas e armazéns, despiram a Igreja de seus paramentos e objetos sagrados, violentaram mulheres, enquanto a população tentava fugir nas poucas canoas existentes, algumas das quais naufragaram.⁸¹

Do Estreito, alguns seguiram para os territórios situados ao norte da Lagoa dos Patos, os já citados Campos de Viamão. Para essa localidade também se deslocaram as autoridades e instituições portuguesas que estiveram assentadas em Rio Grande. Algumas famílias permaneceram no Rio Grande espanhol, outras foram levadas, tempos depois, à localidade de San Carlos de Maldonado. Segundo Queiroz, 156 famílias das aproximadamente 700 que existiam em Rio Grande à época da ocupação permaneceram sob domínio castelhano.⁸²

Poucos meses depois daqueles acontecimentos, o Tratado de Paris (1763), que pôs fim à guerra dos Sete Anos, suspendeu as hostilidades entre os países envolvidos, incluindo Espanha e Portugal, e pelos seus termos a Colônia do Sacramento foi devolvida aos portugueses. Rio Grande e seu porto, no entanto, permaneceram em mãos da Coroa

⁸¹ BIBLIOTECA RIOGRANDENSE. Devassa Sobre a Entrega da Vila do Rio Grande às Tropas Castelhanas - 1764 -. Rio Grande: Biblioteca Riograndense, 1937; QUEIROZ, Maria Luiza. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande**: estudo de história demográfica (1737-1850). Tese (Doutorado) – UFPR, Curitiba, 1992; CÉSAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul** – Período Colonial. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p. 170.

⁸² QUEIROZ, Maria Luiza. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande**: estudo de história demográfica (1737-1850). Tese (Doutorado) – UFPR, Curitiba, 1992.

espanhola, o que, entre outras questões, tinha como consequência a impossibilidade de se abastecer Viamão utilizando a via fluvial.⁸³

Como já disse, com a tomada de Rio Grande muitos refugiados foram para Viamão, em sua grande maioria pessoas sem a menor condição de se sustentar naquele momento. Cerca de dois terços das quase quinhentas famílias que saíram de Rio Grande teriam para lá se deslocado. Com esse abrupto acréscimo populacional, e sendo necessária a reorganização, Viamão e, a partir de 1773, Porto Alegre, passaram a ser o centro administrativo do Continente do Rio Grande de São Pedro, o que incluía a Câmara e a provedoria da Fazenda.⁸⁴

A partir desses novos centros foi organizada, nos anos seguintes, a reconquista da Vila, movimento que se intensificou a partir de um contra-ataque a novas investidas espanholas em 1773. Três batalhas foram importantes, não apenas para a reconquista em si, mas também por se incorporarem às narrativas daqueles que delas participaram e de seus descendentes, ao solicitarem mercês reais: as tomadas das fortalezas espanholas de Santa Bárbara (1774), São Martinho (1775) e Santa Tecla (1776). Em abril de 1776, a vila de Rio Grande foi totalmente retomada. Já estava deserta, uma vez que na noite do dia anterior o comando espanhol determinara a retirada das tropas e dos poucos civis.⁸⁵

Em retaliação, os castelhanos tomaram novamente a Colônia do Sacramento e também a ilha de Santa Catarina, no início do ano de 1777. A guerra não perdurou, no entanto, já que as Coroas Ibéricas assinaram, em outubro daquele mesmo ano, o Tratado de Santo Ildefonso, pelo qual os espanhóis devolveriam a Ilha, mas permaneceriam com Sacramento. Previu-se também uma demarcação de limites, iniciada apenas em 1784, e a criação dos Campos Neutrais, zona supostamente desmilitarizada e despovoada entre os territórios luso e castelhano, a qual seria importante elemento na configuração produtiva de Rio Grande nas últimas décadas do século XVIII, como se verá.⁸⁶

⁸³ CÉSAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul** – Período Colonial. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p. 172, 177-178; KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 38.

⁸⁴ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa**. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 2006, p. 115-116.

⁸⁵ GIL, Tiago Luís. **Infiéis Transgressores: os contrabandistas da "fronteira"**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 36; QUEIROZ, Maria Luiza. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande: estudo de história demográfica (1737-1850)**. Tese (Doutorado) – UFPR, Curitiba, 1992.

⁸⁶ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 68-69; KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa**. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 2006, p. 126-127.

Uma vez retomada a Vila do Rio Grande, era necessária sua reconstrução e reorganização. Em sua chegada, as tropas portuguesas a encontraram deserta e, a acreditar-se nos relatos de época, em situação de abandono. A maior parte das construções estava desabando, com exceção da Igreja, da casa do Governador e do hospital.⁸⁷ No entanto, essas eram questões menores se comparadas com aquelas geradas pelo retorno da população.

FIGURA 1 – A VILA DO RIO GRANDE



SOUZA, Francisco Ferreira de. Vila de Rio Grande, c. 1776. Aquarela anexa à “Descrição da viagem ao Rio Grande”. BPE, MSS. CXVI/1-2. APUD KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Tese (Doutorado) - PPGHIS – UFF, Niterói, 2006.

Apesar dos relatos de quase total abandono, havia na localidade aquele número de famílias que não pôde ou não quis fugir no período da tomada. De acordo com Maria Luiza Queiroz, os espanhóis não permitiram que aqueles grupos, em sua maioria ilhéus ou seus descendentes, permanecessem no entorno da vila propriamente dita, e os organizaram em quatro núcleos populacionais: *Torotama*, *Caminho dos Paulistas*, *Saco da Mangueira* e *Carreiros*. No período da reconquista aqueles povoados perfaziam uma população livre de 686 habitantes.⁸⁸ Já os habitantes da Vila e de seu distrito mais imediato que permaneceram foram evadidos para o recém-fundado povoado de San Carlos de Maldonado.

⁸⁷ SOUZA, Francisco Ferreira de. Descrição da Viagem ao Rio Grande. In: IHGB. **Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)**. v. III, p. 254. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.

⁸⁸ QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **A Vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1822**. Florianópolis. 1985, p. 117-120 e 129. A autora se baseou nos relatos do General Böhn, *Memoires relatifs à l'expédition au Rio Grande*, e de Francisco Ferreira de Souza, *Descrição da Viagem ao Rio Grande*, já citados.

O parecer do Governador José Marcelino de Figueiredo, escrito dias antes da conclusão da retomada, a respeito de pelo menos um daqueles povoados, é que se deveria tratá-los como traidores: *Fazer mudar do Povo de Torotama para a freguesia do Arroio todos aqueles moradores, e queimar o dito povo de Palha, pois que são Ilhéus rebelados que já quiseram ficar com os castelhanos na invasão passada.*⁸⁹ Aparentemente o Governador não levou a cabo suas inclinações piromaníacas, já que em correspondência ao Vice-Rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa, em março de 1779, se refere àquele mesmo povoado:

Devo informar a Vossa Excelência que desta parte do Rio Grande há um Povo bastante numeroso, e que ficou cá na invasão do ano de 1762, e se acha misturado em casamentos com os espanhóis, e que me parecia útil mandá-los para o centro do Continente, porém é necessário jeito com eles, e que a Fazenda Real faça os transportes, e que se lhes repartam terras, e ferramentas [...] e se forme uma freguesia com eles, pois todos os dias estão a fugir para Castela, levando cavalos furtados [...]⁹⁰

A transmigração daquelas famílias não foi levada a cabo. Não encontrei nenhuma listagem com os nomes daqueles que permaneceram em Torotama sob domínio espanhol, apenas dos que haviam sido levados a Maldonado e retornaram, como parte do acordo entre as duas Coroas. Porém, segundo a *Relação de Moradores* de 1786, pelo menos alguns dos primeiros foram alocados juntamente com os últimos, na repartição que fez José Marcelino de Figueiredo da Ilha de Torotama, onde o Governador teria estabelecido as famílias em 51 lotes de datas de um quarto de légua entre *as gentes das Ilhas, da Colônia, e dos mais que Vossa Excelência tem declarado se estabeleçam.*⁹¹ Os diminutos terrenos concedidos nesse momento eram, em realidade, menores do que o *quarto de légua* usualmente doado a *casais* de povoadores, como consta na *Relação*, questão que explorarei no próximo capítulo.⁹²

No que se refere à população proveniente de Maldonado, data de setembro de 1780 o relatório enviado ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa sobre as famílias que retornaram

⁸⁹ Parecer de J. Marcelino de Figueiredo sobre a Defesa do Rio Grande em 1777. Transcrito por MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. *Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul*. In: IHGB. **Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)**. v. IV. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.

⁹⁰ AN. Códice 104, v. 1. **Carta de José Marcelino de Figueiredo ao Vice-Rei do Brasil Luís de Vasconcelos e Sousa**, 24 de março de 1779. Agradeço ao Professor Tiago Gil a gentil disponibilização de sua digitalização do referido Códice.

⁹¹ AN. Códice 104, volume 1. **Carta de José Marcelino de Figueiredo ao Vice-Rei do Brasil Luís de Vasconcelos e Sousa**, 07 de maio de 1779.

⁹² AN. Códice 104, v. 8. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786. Agradeço a Luciano Gomes a disponibilização do referido documento em formato digital.

dos domínios de Espanha. São apresentados os nomes de 62 cabeças de casal e a declaração de cada um deles dos animais e outros bens que haviam ficado em Maldonado, na maior parte dos casos bois mansos, já que se tratava primordialmente de lavradores.⁹³

Além desses grupos, nesse mesmo período começaram a chegar à Vila de Rio Grande refugiados da Colônia do Sacramento, tomada pelos espanhóis em 1776, como já dito. José Marcelino de Figueiredo já relatava, em 1779, o fato de que aquelas famílias estavam *a chegar continuamente a este Continente, sendo pobres, e arrastados, e me pedem de comer, e casas para a Fazenda Real, porém nem eu tenho que lhes dar, nem sei o que deles devo fazer, nem o que Vossa Excelência quererá deles se faça.*⁹⁴

Apesar das dificuldades pelas quais foram forçados a passar, e do fato de que muitos precisaram deixar para trás boa parte de seus bens, a imagem de pauperismo não deve ser generalizada a todos os refugiados da Colônia do Sacramento, dentre os quais havia pessoas de diversas posições sociais e diferentes meios de se manter.

Em novembro de 1780 foi feita uma relação de todas as pessoas provenientes da Colônia do Sacramento que eram assistidas pela Fazenda Real da Vila do Rio Grande.⁹⁵ Nela, são citados 61 chefes de família, incluindo dezessete mulheres, que recebiam carne e farinha para seu sustento. Encontrei o nome de quatorze desses chefes na *Relação de Moradores* de 1786, enquanto possuidores de datas de terras concedidas pelo governador, o que indica que nesse segundo momento já estavam estabelecidos.

Por outro lado, identifiquei pessoas que, sendo também provenientes da Colônia naquele momento, não constam na referida listagem, o que pode indicar que já tinham, no final de 1780, meios de se manter por si mesmas. Entre elas está o Capitão Antônio Mendes de Oliveira, que, ao solicitar uma data de terras em 1779, não hesitou em mencionar ter sido *prisioneiro da Praça da Colônia do Sacramento*, além do fato de ser casado e com família, como motivos que o tornariam elegível para a mercê. Solicitou terras *nas quais ele suplicante com seus escravos possa fazer suas lavouras para com elas remediar as indigências, e*

⁹³ AN. Códice 104, v. 2. **Carta de Sebastião Xavier da Veiga Cabral e Câmara ao Vice-Rei do Brasil Luís de Vasconcelos e Sousa**, 13 de setembro de 1780.

⁹⁴ AN. Códice 104, v. 1. **Carta de José Marcelino de Figueiredo ao Vice-Rei do Brasil Luís de Vasconcelos e Sousa**, 07 de maio de 1779.

⁹⁵ AN. Códice 104, v. 2, f. 222. **Relação da despesa que faz a Real Fazenda com a assistência das rações de carne e farinha distribuídas pelos moradores que foram da Praça da Colônia, e casais vindos das Ilhas proximamente.** Vila de São Pedro, 23 de novembro de 1780.

*opressões que tem padecido.*⁹⁶ Não consegui saber quantos escravos tinha o Capitão, porém, a existência de propriedade escrava, juntamente com sua patente, já demonstram sua diferenciação perante as demais famílias que migraram.

Outra solicitação em que consta menção à situação da Colônia do Sacramento foi a de João Rodrigues dos Santos, a qual reproduzo em parte:

Diz João Rodrigues dos Santos casal da Praça da Colônia que na presente guerra foi prisioneiro na cidade de Buenos Aires e dessa a esta praça com sua mulher e seus filhos e nesta se acha sem casa nem coisa alguma e como Vossa Senhoria determina dar terras a todos, [...] quer o suplicante que atendendo à pobreza em que vive queira dar-lhe uma data conforme a família que tem e juntamente a um irmão solteiro que tem padecido os mesmos trabalhos em sua campanha e pede a Vossa Senhoria lhe queira dar data na Ilha de Torotama junto a um vizinho Caetano por ser pessoa de satisfação.⁹⁷

João Rodrigues não tinha patente que qualificasse seu nome e, aparentemente, não tinha escravos. Por outro lado, tinha consigo um irmão agregado, e mostrava ter mantido relações de proximidade com um *vizinho*, as quais provavelmente foram firmadas na Colônia e talvez pudessem se traduzir em auxílio mútuo, especialmente por serem ambos lavradores. Não sei se os argumentos apresentados pelo requerente foram determinantes para que fosse contemplado – ainda mais quando se tratava de um contexto em que tantas outras solicitações foram atendidas, pelo menos no caso das *datas*, terrenos de muito menor extensão do que as sesmarias concedidas a outras pessoas nos anos subsequentes. Deviam ser, pelo menos, plausíveis, para que constassem em um documento desse tipo. A presença de uma família numerosa e de agregados também eram mostras de meios com os quais se podia produzir, e assim levar a vida.

Da Colônia do Sacramento também se deslocaram algumas das *principais famílias*⁹⁸ do Rio Grande de São Pedro. Dentre seus membros há alguns que comporiam a elite econômica da Vila nas décadas subsequentes, como, por exemplo, Antônio Francisco dos Anjos, neto de povoador da Colônia. Ainda que seus pais tenham falecido *sem testamento por*

⁹⁶ AHRS, Fundo Fazenda, **Livros de Registros das datas de terra que se dão aos casais das Ilhas** (Código F1230), publicado em BARROSO, Vera. **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002, p. 683.

⁹⁷ AHRS, Fundo Fazenda, **Livros de Registros das datas de terra que se dão aos casais das Ilhas** (Código F1229), publicado em BARROSO, Vera. **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002, p. 643.

⁹⁸ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2001.

não ter de quê,⁹⁹ em 1811 Antônio consta como o primeiro nome na lista tríplice para o posto de Capitão Mor elaborada pela Câmara de Rio Grande, na qual ele é descrito como *não só o mais abonado de todos os Capitães de Ordenanças, mas até do número dos que são muito ricos na Vila e seu termo*, entre outros elementos, como ser agraciado com o Hábito da Ordem de Cristo.¹⁰⁰

Não encontrei solicitação de sesmarias por parte de Antônio dos Anjos, tampouco ele consta na *Relação de Moradores*, listagem que se ocupava apenas das propriedades rurais. Assim como outros comerciantes provenientes da Praça da Colônia, ele se estabeleceu na Vila, só constando como proprietário rural décadas mais tarde.

Também se estabeleceram na vila alguns egressos daquela praça de cabedal muito menor. Maria do Rosário, mencionada na já citada listagem dos recebedores de insumos da Fazenda, era de nação mina, mas já havia adquirido sua liberdade antes de se deslocar para Rio Grande com seus cinco filhos. Também não a encontrei como senhora de propriedade rural, porém em seu inventário consta *uma morada de casas na Rua Direita cobertas de telha, assoalhadas*, a qual seus descendentes alugaram para diversos comerciantes da Vila.¹⁰¹

A mesma multiplicidade de condições sociais e possibilidades de ação pode ser encontrada nos antigos moradores da Vila de Rio Grande e seus descendentes, muitos dos quais retornavam das localidades do Estreito, Viamão e Porto Alegre, buscando tomar posse de suas antigas propriedades e as encontrando, algumas vezes, habitadas.

Além de todos esses contingentes populacionais, havia aqueles que não tinham vínculos anteriores com a localidade e que para lá se dirigiam em busca das oportunidades que aquele contexto oferecia. O principal chamariz talvez tenha sido a doação de terras com o avanço da *fronteira do Rio Grande* sobre espaços antes não pertencentes à jurisdição da vila. O Tratado de Santo Ildefonso trouxe uma nova localização das fronteiras entre domínios portugueses e espanhóis na América Meridional e também estipulou a existência dos chamados *Campos Neutrais*, território compreendido entre as lagoas Mangueira e Mirim, de um lado, e a costa marítima, de outro, o qual não deveria ser ocupado por nenhuma das duas

⁹⁹ ADPRG. 4º Livro de Óbitos do Rio Grande, f. 7v. Registro do óbito de Eugênia Maria de São João (1800).

¹⁰⁰ AHRS. Fundo Câmaras Municipais. Câmara Municipal de Rio Grande. Correspondência Expedida (23 de Fevereiro de 1811). **Propõem lista tríplice para Capitão-Mor desta Vila e seu termo, começando com o Capitão Antônio Francisco dos Anjos.**

¹⁰¹ APERS. Comarca de Santa Catarina, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, Rio Grande. **Processo de Inventário de Maria de Rosário**, 1796.

Coroas.¹⁰² Apesar da proibição, aos poucos os Campos seriam ocupados e ocorreriam, posteriormente, muitas doações, de diversas extensões, naqueles territórios.

Já eram usuais no Rio Grande de São Pedro duas formas de concessão de terras vigentes no Império Português, as sesmarias e as datas. As datas eram terrenos que geralmente não excediam a um quarto de légua em quadra (equivalente a 272 hectares), e no Rio Grande de São Pedro foram principalmente concedidas a famílias de agricultores, especialmente os *casais* provenientes das ilhas dos Açores. Já as sesmarias eram concessões consideravelmente maiores, chegando a ter duas léguas de comprimento por duas de largura, o que equivalia a mais de dezessete mil hectares.¹⁰³ As possibilidades de obtenção de um ou outro tipo variavam de acordo com a posição social do requerente.

Nenhuma dessas doações dava a propriedade da terra, que era em última instância da Coroa, apenas o direito de uso, embora, estando de posse das mesmas, seus beneficiários as pudessem vender, arrendar ou legar livremente. De acordo com a Lei de Sesmarias de 1375, poderiam ser confiscados, temporária ou definitivamente, todos os terrenos que não fossem produtivos de acordo com os parâmetros vigentes.¹⁰⁴ Em Rio Grande, algumas sesmarias foram tomadas com o objetivo de nelas serem alojados casais, porém na maior parte das vezes a situação do sesmeiro não estava devidamente regulamentada.

Outro modo de doação, especificamente no contexto aqui analisado, foram os *despachos do governador*¹⁰⁵, doações feitas por José Marcelino de Figueiredo e Sebastião Xavier da Veiga Cabral e Câmara que tinham origem em um edital lançado para a regularização da posse e a distribuição dos campos da fronteira. Esse edital previa que todos os que desejassem possuir terras, ou regulamentar a situação de posse em que estivessem, fizessem requerimentos informando a extensão do terreno e as possibilidades de manutenção

¹⁰² CÉSAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul** – Período Colonial. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p. 200.

¹⁰³ AHRs, Fundo Fazenda, **Livros de Registros das datas de terra que se dão aos casais das Ilhas** (Códices F1229, F1230 e F1231), publicado em BARROSO, Vera. **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002; AHRs, Fundo Sesmaria, Maços 1 a 8; OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 87-88.

¹⁰⁴ **Lei de Sesmarias**, versão para o português actual. Disponível em: http://wwwold.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2245&Itemid=459. Acesso em: 15 dez. 2015.

¹⁰⁵ Termo utilizado por Helen Osório para se referir a esse tipo de doação. OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999.

do mesmo, ou seja, número de familiares e quantidade de animais e escravos que possuíam, quando fosse o caso.¹⁰⁶

Essa forma de concessão tinha motivações políticas importantes, já que mais uma vez Portugal se utilizava do expediente de ocupar de fato para legalizar o domínio posteriormente. Considerando que a demarcação dos territórios prevista em Santo Ildefonso começaria apenas em 1784, a existência de um povoamento estável serviria como argumento decisivo nas negociações.¹⁰⁷ A maior parte das concessões foi feita na região de Rio Pardo, mas ainda assim foram consideráveis as doações de terras na *fronteira do Rio Grande*.

Na *Relação de Moradores* de 1786 foram listadas 286 propriedades nos quatro distritos da Vila de Rio Grande. Destas, 154 (53,8%) haviam sido originalmente obtidas por *despacho do governador* ou *permissão* do Coronel Comandante Geral (Rafael Pinto Bandeira). Isso sem considerar as datas anteriormente concedidas. Por outro lado, embora houvesse terrenos de maiores proporções nesse tipo de concessão, em sua maioria eram modestos, próprios para a agricultura e criação de gado em pequena escala.¹⁰⁸

Ainda assim, ao fazer a solicitação, como se pode inferir dos termos do Edital, era preciso demonstrar ter já meios mínimos para tornar a propriedade produtiva – família numerosa, escravos, animais. Ou seja, não era uma possibilidade disponível a todos. Prova disso é o parecer do Provedor da Fazenda real Inácio Osório Vieira que em 1786 relatou que

muitos casais das Ilhas que já existiam no país e vem vindo de novo estão sem estabelecimento próprio, vivendo alguns em terras arrendadas de que pagam aos Senhorios delas os interesses de que a necessidade os obriga, cuja falta de estabelecimento experimentam igualmente os casais da Colônia.¹⁰⁹

Por outro lado, os *meios* necessários para se receber terras naquele modelo podiam ser de outro tipo. Diferentemente do modo como eram feitas as doações de sesmarias e de datas, em que era a Câmara da localidade que dava o parecer sobre a possibilidade ou impossibilidade de concessão de um determinado trato de terras, nesse caso eram os Comandantes das Fronteiras que informavam sobre a dimensão, limites e existência de outros

¹⁰⁶ AN. Códice 104, v. 2, f. 46. **Bando que proximamente mandou lançar o Governador do Continente José Marcelino de Figueiredo a respeito da Repartição de Terras**, 1780.

¹⁰⁷ SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

¹⁰⁸ AN. Códice 104, v. 8. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786.

¹⁰⁹ AN. Códice 104, v. 8, f. 25. **Carta do Provedor da Fazenda Real Inácio Osório Vieira ao Vice-Rei do Brasil Luís de Vasconcelos e Sousa**, 26 de fevereiro de 1786.

ocupantes ou pretendentes. Dependendo do tamanho do terreno em questão, era necessário, além da concessão pelo governador, solicitar carta de sesmaria junto ao Vice-Rei, mas mesmo nesses casos geralmente já havia uma situação de posse de fato da terra.¹¹⁰

O que ocorreu nesses casos, então, foi uma predileção por aqueles requerentes que eram também militares ou que possuíam outros vínculos com os Comandantes da Fronteira. Isso ia além da alegação de prestação de serviços militares ou administrativos durante a guerra de reconquista, elemento bastante comum no jogo de reciprocidades estabelecido entre o rei e seus súditos. Ainda que no caso das concessões tradicionais, via Câmara, a influência de *parcialidades* não fosse inexistente, o que ocorreu no caso dos despachos parece ter sido mais acentuado. Essa situação de favorecimento de certas pessoas envolvidas com parcialidades de militares já foi salientada por alguns historiadores, e consta em alguns relatos na documentação do período.¹¹¹

O principal exemplo disso se dá na atuação do *bando* encabeçado por Rafael Pinto Bandeira naquele momento, também bastante comentado.¹¹² Esse grupo teve muitos de seus requerimentos atendidos, havendo inclusive denúncias de que muitos deles se traduzissem, na verdade, em um recurso utilizado por Rafael para se apropriar de terras de extensão muito superior ao permitido. Na *Relação de Moradores*, o Brigadeiro consta como senhor de sete propriedades contíguas, todas doadas a terceiros e supostamente por ele compradas. Embora, até onde pude saber, nada tenha sido provado, é no mínimo curioso que cinco daquelas propriedades tenham sido concedidas por despachos feitos no mesmo dia.¹¹³

Porém, o que mais interessa do exemplo da atuação desse bando, com relação ao tema da presente tese, é que, dentre seus integrantes, não foram apenas os que eram também da elite do Rio Grande de São Pedro os únicos beneficiados. Entre estes havia pessoas das

¹¹⁰ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 89-90.

¹¹¹ Ver, por exemplo: AN. Códice 104, v. 8, f. 25. **Carta do Provedor da Fazenda Real Inácio Osório Vieira ao Vice-Rei do Brasil Luís de Vasconcelos e Sousa**, 26 de fevereiro de 1786; SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul**: século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984; OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999; KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 57-58.

¹¹² HAMEISTER, Martha D. & GIL, Tiago. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO et al (Orgs) **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 265-310 (p. 293); GIL, Tiago Luís. **Coisas do Caminho**: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009, p. 70-71.

¹¹³ Cinco propriedades haviam sido concedidas no dia 1º de abril de 1780, uma no dia quatro do mesmo mês e outra em dezembro do mesmo ano. AN. Códice 104, v. 8. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786.

mais diversas posições sociais, e receberam benefícios condizentes com elas. Ou seja, até mesmo a distribuição dos recursos apropriados em detrimento dos demais membros da sociedade foi feita de acordo com o sentido de justiça nela presente, ou seja, de forma *equitativa*.¹¹⁴

Com toda essa movimentação no que se refere às possibilidades de acesso à terra, migração de pessoas de todos os tipos, provenientes de famílias rio-grandenses ou não, um enorme aporte de escravos e o direcionamento a novas atividades econômicas, sobre o qual falarei a seguir, Rio Grande no final do século XVIII é um espaço interessantíssimo para ser pesquisado quando se busca entender melhor aquela parcela da população que, não estando no topo da pirâmide, tampouco estava na base, e tinha nesse contexto agitado oportunidades para se manter e, quem sabe, melhorar a própria condição.

1.3. Da terra para o porto, do porto para o mundo

The province of Rio Grande lies about the 6th degree of south latitude, and 34th of west longitude; the soil is extremely fertile, producing all things in the greatest abundance, with which the inhabitants are well supplied; in fact, the luxury of the first class of the people is excessive, and such as one would scarcely expect in a place almost shut out from the rest of the world
The life of Major J. G. Semple Lisle (1797)

As últimas décadas do século XVIII e o início do século seguinte foram de significativo crescimento econômico no Rio Grande de São Pedro. Isso não era exclusivo da localidade, no entanto. Na América Portuguesa como um todo, o período conhecido como colonial tardio foi de crescimento e diversificação na agricultura, com a demanda por novos e antigos produtos de exportação e a expansão da produção voltada ao consumo interno.

O papel da Capitania do Rio Grande de São Pedro nesse contexto seria principalmente o de produtora de gêneros alimentícios a suprir as necessidades das outras áreas, com exceção do couro, que era primordialmente dirigido ao mercado europeu.¹¹⁵ Também foi o período em que culminaram mudanças que vinham ocorrendo ao longo do século XVIII, como as relativas às formas de acumulação e o domínio do capital mercantil. Um dos efeitos dessas mudanças foi o estabelecimento da hegemonia de uma nova elite

¹¹⁴ LEVI, Giovanni. Reciprocidad mediterránea. **Tiempos Modernos**: Revista Electrónica de Historia Moderna, n. 7, 2002.

¹¹⁵ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 184-185.

econômica, especialmente a vinculada à Praça do Rio de Janeiro, que passou a ser a principal do Atlântico Sul.¹¹⁶ Esses processos foram importantes e se fizeram sentir na configuração econômica e no direcionamento das atividades não só da região estudada mas do Continente como um todo. Além de uma boa parcela do que era exportado ser produzida na jurisdição da Vila de Rio Grande, a mesma era responsável pelo escoamento da maior parte da produção da Capitania, uma vez que possuía o único porto marítimo da região.

A principal atividade econômica a vincular o Rio Grande de São Pedro a redes mais amplas de comércio – a pecuária – seguiu sendo a mais importante no último quartel do século XVIII e início do seguinte. Foram os produtos derivados dessa atividade que ocuparam o topo das pautas de exportação do período. O couro, produto buscado pelas populações lusas no Continente do Rio Grande desde os primeiros tempos da ocupação, seguiu importante, suas exportações crescendo sensivelmente entre 1791 e 1805.¹¹⁷ A venda do gado em pé, importante comércio ao longo do século XVIII, especialmente no que se refere aos animais de carga (mulas), continuou representativa nas últimas décadas do século, embora perdesse espaço para a produção de gado *vacum* destinado às fábricas de salga de carnes (charque) que vinham surgindo.¹¹⁸

Embora a pecuária tenha se mantido como uma atividade importante, houve um redirecionamento do tipo de animal majoritariamente criado, verificando-se o crescimento do rebanho *vacum* em detrimento da criação de outros tipos de animais, especialmente os muars, importantes no período anterior. Entre os motivos desse redirecionamento estão o aumento do rebanho muar em regiões como São Paulo e Minas Gerais, principais centros consumidores, e a crescente utilização do gado *vacum* nas charqueadas a partir da década de 1780.¹¹⁹

A produção do charque em larga escala naquela região esteve relacionada a dois fatores principais. Em primeiro lugar, a existência de uma importante demanda pela proteína

¹¹⁶ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 [1992], p. 24-25; FRAGOSO, João. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. **Locus-Revista de História**, v. 6, n. 1, 2000, p. 10-12.

¹¹⁷ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 128-129.

¹¹⁸ Para mais informações a respeito desse comércio, ver: HAMEISTER, Martha. **O Continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763). Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. GIL, GIL, Tiago Luís. **Coisas do Caminho**: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

¹¹⁹ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 122.

desidratada, elemento base na alimentação de escravos e de setores mais pobres da população. Com o desenvolvimento da agroexportação e da produção e comércio de gêneros alimentícios no colonial tardio, gerou-se um intenso fluxo de escravos, e com ele uma maior necessidade do produto. Em segundo, houve a desarticulação das principais regiões produtoras no Nordeste, região que no final da década de 1770 sofreu uma grande estiagem que atingiu seus rebanhos, secundada por outra ainda pior ocorrida entre 1790 e 1793. Isso acabou por praticamente liquidar os rebanhos e, conseqüentemente, o fornecimento de gado às fábricas de carne seca, o que resultou no quase total encerramento da produção naquela região, abrindo um nicho de mercado que poderia ser ocupado pela produção sulina.¹²⁰

As atividades pecuárias eram realizadas de forma generalizada pela população da capitania, ocorrendo, de forma mais ou menos acessória, mesmo nas unidades produtivas voltadas à agricultura. No entanto, seu peso era bastante desigual em cada caso. Helen Osório, analisando a distribuição do gado vacum entre as unidades produtivas da Capitania do Rio Grande em 1784, observou que apenas 11,2% dos ocupantes de terras não possuíam gado, e que quase a metade dos proprietários tinham rebanhos de até 100 cabeças. Esses rebanhos menores, no entanto, perfaziam apenas 6% do total. Por outro lado, a forte desigualdade entre os setores livres da população pode ser observada na constatação de que 58,7% do rebanho total estava concentrado nas mãos de 7,1% dos proprietários. Mesmo com esse cenário, nem só de pecuária vivia o Rio Grande de São Pedro, como foi demonstrado pelo trabalho de Osório, já citado. A paisagem agrária sulina não era composta apenas de grandes estâncias, incluía também uma multitude de pequenas e médias propriedades voltadas seja para a agricultura, seja para a pecuária, seja para ambas.¹²¹

Além da importante produção de alimentos para consumo local e regional¹²², havia ainda um cultivo que se salientou em termos de volume de exportação no período estudado: o plantio do trigo. Suas exportações aconteciam de modo irregular, atingindo seu auge na década de 1810, quando em algumas ocasiões chegou a ultrapassar, em termos de valores exportados, o couro, e decaindo consideravelmente a partir de 1817.

¹²⁰ VARGAS, Jonas. **Pelas Margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013, p. 46 e 64-66.

¹²¹ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 99-100.

¹²² GOMES, Luciano Costa. Escravidão e agricultura no Rio Grande de São Pedro, período colonial: sugestão de um modelo de interpretação. **Revista Latino-Americana de História**, v. 3, n. 10, p. 89-110, 2014.

Segundo dados apresentados por Osório, os três principais produtos – charque, couro e trigo, com destaque para o primeiro – equivaleram, entre 1790 e 1797, a cerca de 60% do valor total das exportações da capitania, enviadas primordialmente ao porto do Rio de Janeiro.¹²³

Esses dados dizem respeito à produção exportada pela Capitania como um todo, sendo muito difícil saber qual a proporção referente especificamente à Vila de São Pedro do Rio Grande; porém, os dados disponíveis indicam uma grande participação. Na década de 1780 Rio Grande era a segunda zona de pecuária da capitania, atrás apenas de Rio Pardo. Parte dessa posição se deve à incorporação de novas terras após o Tratado de Santo Ildefonso. No *Mapa dos Animais* de 1780, as freguesias pertencentes a Rio Grande aparecem com 20% do rebanho da capitania, e no de 1787, com 24,4%. Nesse último mapa constam também os animais por cada distrito da freguesia de São Pedro do Rio Grande, e o distrito do Cerro Pelado – no qual foram classificados todos os terrenos doados após o Tratado – aparece com 66,9% de todos os animais da Vila.¹²⁴ Nessa região se concentraram as doações feitas aos envolvidos com a guerra de reconquista da Vila e também as maiores sesmarias, que reuniam a maior parte dos animais.

Com relação ao trigo, em 1780, Rio Grande já aparece com 48,2% de todo o trigo colhido na Capitania de acordo com o mapa oficial, percentual que sobe para 55,0% em 1788.¹²⁵ Não há divisão por distritos nesse caso, porém, ao se comparar com as atividades indicadas dos proprietários de terras na *Relação de Moradores* de 1786, pode-se supor que a maior parte do trigo colhido na freguesia por mim estudada tenha sido produzido no distrito do Povo Novo.¹²⁶ Como mostrarei no capítulo seguinte, esse era o distrito em que se concentravam as *datas de terra* dadas aos *casais de Sua Majestade*, ou seja, era onde se encontravam as menores propriedades.

¹²³ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.** Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 171-172 e 177-178.

¹²⁴ AN, códice 104, v. 2. **Mapa dos animais que possuem os moradores e donos de Estâncias do Distrito do Rio Grande de São Pedro** em 7 de Outubro de 1780; AN, códice 104, v. 2. **Mapa dos animais de diversas espécies que existem neste Continente do Rio Grande**, de que é Comandante o Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa. Vila de São Pedro, 29 de dezembro de 1787. Esses dados incluem as quantidades referentes às freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Estreito e de São Luís de Mostardas.

¹²⁵ AN. Códice 104, v. 3. **Mapa da Colheita pertencente ao ano de 1780 em todo o Continente do Rio Grande**; AN. Códice 104, v. 10. **Mapa da Colheita de trigo que houve no presente ano neste Continente**, de que é comandante o Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa. Vila de São Pedro do Rio Grande 1º de Julho 1788. Esses dados incluem as quantidades referentes às freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Estreito e de São Luís de Mostardas.

¹²⁶ AN. Códice 104, v. 8. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786.

Com relação ao charque, Rio Grande era responsável por praticamente toda a produção. A maior parte dos estabelecimentos charqueadores concentrou-se nas margens dos rios Arroio Pelotas e São Gonçalo, região então pertencente ao distrito do Cerro Pelado e que logo seria denominada como distrito de Pelotas. Essa localidade, ideal por permitir o escoamento da produção por via fluvial até o porto de Rio Grande, seria o principal centro econômico do Rio Grande de São Pedro ao longo do século XIX, concentrando as maiores fortunas da região.¹²⁷

Embora o terreno necessário a um estabelecimento de charqueada não fosse muito extenso, a produção do charque não estava disponível à maior parte da população local, pois exigia certo investimento inicial, já que era necessária uma quantidade avultada de gado bovino e de sal – cuja importação era limitada por monopólio – e, especialmente, exigia um grande número de escravos. Assim, com a fabricação de charque se envolveram muitos comerciantes que viram nessa produção uma oportunidade, e também algumas das *principais famílias*, seja diretamente, seja via alianças matrimoniais com aqueles comerciantes.¹²⁸

Com relação aos habitantes da vila propriamente dita, não encontrei fontes que os dessem a conhecer de forma sistemática. Infelizmente, não chegaram até nós listas nominativas ou róis de confessados que dissessem respeito àquela localidade. Os locais em que eram realizados os batismos tampouco são bom indicativo nesse caso, já que, ao contrário do que acontece com a maior parte dos batizados feitos em oratórios, os da Matriz englobam habitantes de todos os distritos.¹²⁹ Ainda assim, as poucas informações encontradas em documentação diversa dão alguns indícios a respeito de quem habitava a vila. Ali viviam muitos dos comerciantes identificados, diversos artífices e também muitos forros cujas atividades não foi possível identificar.¹³⁰

Os ramos de atividades até aqui citados não eram os únicos aos quais os atores sociais por mim estudados poderiam se dedicar, embora tenham sido os principais. Ainda assim, por terem sido extremamente significativas no contexto estudado, essas atividades

¹²⁷ VARGAS, Jonas. **Pelas Margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

¹²⁸ VARGAS, Jonas. **Pelas Margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

¹²⁹ ADPRG. **5º a 8º Livros de Batismos de Rio Grande**.

¹³⁰ ADPRG. **2º a 4º Livros de Óbitos de Rio Grande**. APERS, **Processos de Inventários**. APERS, **Execuções de Testamento**. AHRs. **Fundo Requerimentos**.

devem ter tido certa influência na vida da população como um todo, ainda que de formas diferentes, como mostrarei no capítulo seguinte.

As atividades aqui brevemente relatadas foram levadas a cabo por uma população bastante plural, composta de pessoas de diferentes condições jurídicas e origens. É sobre essa composição que trata a seção seguinte.

1.4. A população de Rio Grande

Declaro que sou natural da Costa da Mina, e sou solteiro, e não tenho herdeiro nenhum, se não a minha alma
Inácio Vieira Pinto (1782)

Como foi comentado, após a reconquista da Vila de Rio Grande ocorreu um grande deslocamento de pessoas para a localidade, fossem as que retornavam depois de pouco mais de uma década de domínio espanhol, fossem outras que viam ali uma oportunidade para levarem suas vidas. Esse processo foi bastante rápido, uma vez que em 1780, apenas três anos após a reconquista, sua população era a maior da Capitania, somando 2.421 habitantes, de acordo com o Mapa de População do referido ano. Essa proeminência se manteve no Mapa de 1802, ainda que seja preciso considerar possíveis diferenças no tamanho do território atribuído a Rio Grande em cada momento: nessa segunda ocasião já se havia avançado sobre os territórios neutros, e a freguesia de São Pedro do Rio Grande tinha atingido seu auge, passando a ser dividida em novas freguesias a partir de então.¹³¹

Os Mapas de população geralmente eram resumos dos levantamentos censitários conhecidos na historiografia como *listas nominativas de habitantes*, realizados pelos administradores locais a partir das diretrizes do Marquês de Pombal, que tinham por objetivo o melhor conhecimento das capacidades militares e produtivas da população. Eram realizados por oficiais militares, e organizados na maior parte das vezes pelos capitães-mores das localidades. A qualidade das listagens variava muito, especialmente nos primeiros anos, em

¹³¹ BN. **Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro suas freguesias e moradores de ambos os sexos**, com declaração das diferentes condições e idades em que se acham em 7 de outubro de 1780; AHU. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro, caixa 7, doc. 485, Anexos. **Mapa de todos os habitantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul**, divididos pelas freguesias atuais da mesma Capitania no ano de 1802 e **Mapa ou numerário de todos os habitantes da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul**, o qual expressa as suas condições, estados e sexos divididos pelo número das freguesias atuais da mesma capitania em 1798. Agradeço imensamente a Luciano Costa Gomes a disponibilização da transcrição dos referidos Mapas.

função de dificuldades no arrolamento das pessoas e do pouco preparo técnico daqueles que as realizavam.¹³²

Sobre o Rio Grande de São Pedro, encontraram-se apenas os resumos das listagens que eram enviados à Corte. Além disso, como já salientou Luciano Gomes, os mapas dos anos de 1780, 1798 e 1802 apresentam informações díspares entre si, dificultando uma comparação entre os momentos. A maior semelhança é que todos eles separam a população de acordo com categorias baseadas em condição social e gênero (livres e escravos, e homens e mulheres dentro de cada condição).¹³³ O Mapa de 1780 apresenta dados para quatorze localidades, e além de identificar a população em termos de condição social e gênero, separa os livres em categorias que misturam estado matrimonial e idade, de forma que, por exemplo, não é possível saber se a categoria “velhos” diz respeito apenas à idade ou inclui a condição de viúvo ou viúva. Nele, Rio Grande é a maior localidade em número total de habitantes (2.421), seguida por Rio Pardo (2.374) e Nossa Senhora dos Anjos (2.355). Em comparação com a totalidade recenseada no Mapa, Rio Grande possuía 13,5% da população.

TABELA 1 - POPULAÇÃO DE RIO GRANDE NO MAPA DE 1780

	Casados		Solteiros		“Velhos”		“Meninos de confissão”		Subtotal categorias	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Homens Livres	298	12,1	353	14,6	50	2,0	276	11,4	977	40,4
Mulheres Livres	289	12,0	239	9,9	60	2,5	260	10,7	848	35,0
Escravos	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c	380	15,7
Escravas	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c	216	8,9
Subtotal EM	587	24,2	592	24,5	110	4,5	236	9,7	Total: 2421	

NA = Número Absoluto

% = Porcentagem em relação ao total da população.

n/c = não consta

EM = Estado Matrimonial

FONTE: BN. **Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro suas freguesias e moradores de ambos os sexos**, com declaração das diferentes condições e cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780.

Sendo a única diferenciação por condição feita entre livres e escravos, não é possível saber qual a proporção de libertos ou de indígenas entre a população livre. Tampouco há diferenciações por cor. Isso se modifica no Mapa de 1798, no qual Rio Grande aparece com 9.287 pessoas, sendo 6.500 em Rio Grande propriamente dito, 1.727 no Estreito e 1.060 no

¹³² NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP, 2004.

¹³³ GOMES, Luciano Costa. Escravidão e agricultura no Rio Grande de São Pedro, período colonial: sugestão de um modelo de interpretação. **Revista Latino-Americana de História**, v. 3, n. 10, p. 89-110, 2014.

Povo Novo, o que representa 29,8% do total recenseado no referido Mapa, evidenciando o crescimento populacional da localidade.

Nesse caso, as divisões foram feitas primeiramente em termos de gênero, e depois em cinco categorias que combinam condição social e designação de cor, um ganho qualitativo em relação ao mapa anterior. Por outro lado, não há divisão por faixas de idade, o que modifica, por exemplo, a avaliação da proporção existente de libertos. Entre 1781 e 1800 encontrei apenas 42 casos de alforria à pia e, se considerada a alta mortalidade infantil característica do período, é bastante provável que a proporção de crianças entre a população forra fosse bem menor do que entre os livres. Ou seja, se fossem comparadas apenas pessoas adultas, a proporção de libertos talvez fosse levemente superior ao que parece. Chama a atenção a ausência, nesse recenseamento, de categorias para homens e mulheres indígenas, dado que é contrariado pela presença dos mesmos nos registros de batismos e de óbito, pelo menos até 1800.¹³⁴

TABELA 2 - PESSOAS DE TODAS AS CONDIÇÕES, ESTADOS E IDADES DE RIO GRANDE NO MAPA DE 1798

		Branco		Índios		Pardos forros		Pretos forros		Pardos cativos		Pretos cativos	
		C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S
Rio Grande	H	775	1248	0	0	25	38	10	41	10	37	80	1002
	M	775	1452	0	0	25	22	10	19	10	43	80	798
Estreito	H	224	321	0	0	12	46	8	11	0	15	28	295
	M	225	275	0	0	11	35	11	14	0	21	26	149
Mostardas	H	102	145	0	0	12	20	1	1	0	9	0	274
	M	102	198	0	0	12	20	1	0	0	1	0	162
Subtotal	H	1101	1714	0	0	49	104	19	53	10	61	108	1571
	M	1102	1925	0	0	48	77	22	33	10	65	106	1109
Total de pessoas:												9287	

H = homens; M = mulheres; C = casados; S = solteiros

FONTE: AHU. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro, caixa 7, doc. 485, Anexos. **Mapa ou numerário de todos os habitantes da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul**, o qual expressa as suas condições, estados e sexos divididos pelo número das freguesias atuais da mesma capitania em 1798.

Já em 1802, Rio Grande aparece com 11.290 habitantes (30,7% do total). Nesse último Mapa aqui considerado, além das divisões por gênero, categoria e cor, há, para a

¹³⁴ ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos e 2º e 3º Livros de Óbito de Rio Grande.

população dita branca, a separação por faixas etárias, de formas diferentes para homens e mulheres, como também é encontrado para outras localidades da América Portuguesa.¹³⁵

TABELA 3 - POPULAÇÃO DE RIO GRANDE NO MAPA DE 1802

	Índios		Libertos				Cativos				Livres		Subt.
	H	M	Pardos		Pretos		Pardos		Pretos		Branco		
			H	M	H	M	H	M	H	M			
Rio Grande	29	22	112	116	29	59	111	86	2242	757	2509	2318	8390
Estreito	9	6	7	8	22	21	8	20	371	244	485	503	1713
Mostardas	21	19	47	58	8	12	14	8	234	155	309	302	1187
Subtotais	59	47	166	182	59	92	133	114	2847	1156	3088	2823	11290

H = Homens; M = Mulheres

FONTE: AHU. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro. , caixa 7, doc. 485, Anexos. **Mapa de todos os habitantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul**, divididos pelas freguesias atuais da mesma Capitania no ano de 1802.

TABELA 4 - POPULAÇÃO DITA “BRANCA” DE RIO GRANDE NO MAPA DE 1802 DE ACORDO COM FAIXAS DE IDADE

	Sexo masculino				Sexo feminino				Subtotal
	1 a 7	7 a 15	15 a 60	60 ou +	1 a 7	7 a 14	14 a 40	40 ou +	
Rio Grande	923	458	976	152	697	559	830	232	4827
Estreito	93	175	187	39	116	129	208	50	997
Mostardas	69	80	127	33	85	54	115	48	611
Subtotal	1085	713	1290	224	898	742	1153	30	6435

FONTE: AHU. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro. , caixa 7, doc. 485, Anexos. **Mapa de todos os habitantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul**, divididos pelas freguesias atuais da mesma Capitania no ano de 1802.

Por meio desses dados é possível perceber o crescimento da população em Rio Grande. Esse fenômeno tem muito a ver com o já referido contexto de expansão de territórios pós Tratado de Santo Ildefonso. Luciano Gomes, em artigo que trata do papel da escravidão em atividades agrárias no Rio Grande de São Pedro, observou que, enquanto nas freguesias localizadas em áreas de ocupação mais antiga, onde a estrutura agrária estava mais estável, houve uma manutenção ou mesmo um decréscimo da população, nas regiões de fronteira (incluindo Rio Grande) foi maior o crescimento demográfico. Acredita que esse fenômeno tenha ocorrido por essas áreas representarem um poderoso chamariz de homens, apresentando assim taxas de crescimento superiores a 3% anuais. Também foi essencial na composição

¹³⁵ NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP, 2004.

dessas taxas o aumento da população escrava. No caso de Rio Grande, esse grupo teria o importante crescimento de 7,9% no mesmo período.¹³⁶

Não é possível, por meio dos mapas apresentados, perceber diferenciações no interior da parcela dita livre ou branca da população – como seria possível caso se tivesse acesso às listas que deram origem a eles. Ainda assim, já é possível perceber que é significativo o número de libertos em Rio Grande. Como mostrarei no Capítulo 3, dentre estes, alguns conseguiram certo destaque, adquirindo cabedal e prestígio modestos, se comparados com aqueles das elites, mas bastante expressivos se comparados ao restante da população forra, e mais ainda se observado seu "ponto de partida": a condição de escravo.

Uma vez que, como foi dito, as listas nominativas que deram origem aos Mapas que se tem à disposição não foram encontradas, é preciso buscar outros meios para tentar chegar mais perto da composição da população considerada em termos mais refinados. A importância disso está na ampliação da possibilidade de entender melhor qual o panorama em que estavam inseridos os atores pesquisados, e que relações em potencial estavam disponíveis a eles.

Um dos meios possíveis é o uso de registros paroquiais. O trabalho de Maria Luiza Bertulini Queiroz acerca da população da freguesia de Rio Grande dá excelentes mostras da potencialidade de se utilizar essa documentação. A autora realizou um levantamento nominativo das séries de nascimentos legítimos, casamentos e óbitos, reconstituindo as famílias presentes na localidade desde a sua formação até meados do século XIX, e analisando dados demográficos extraídos a partir daí. Queiroz pôde observar, por exemplo, que

Entre 1776 e 1789, os livros da Matriz acusam a presença de 898 famílias em Rio Grande: 104 remanescentes da fase anterior à dispersão, e 794 novas famílias, entre as quais 387 tinham pelo menos um cônjuge filho de casal daquela fase, e em 407 os dois cônjuges eram novos imigrantes.¹³⁷

Por *imigrantes* a autora considera todos aqueles não nascidos na freguesia, independentemente de serem provenientes da localidade vizinha – por assim dizer – de Viamão ou de virem do outro lado do Atlântico. Entre eles estavam casais originários das Ilhas dos Açores, em sua maior parte provenientes da migração patrocinada pela Coroa Portuguesa na década de 1750, havendo também imigrantes posteriores, provavelmente

¹³⁶ GOMES, Luciano Costa. Escravidão e agricultura no Rio Grande de São Pedro, período colonial: sugestão de um modelo de interpretação. **Revista Latino-Americana de História**, v. 3, n. 10, p. 89-110, 2014, p. 102-103.

¹³⁷ QUEIROZ, Maria Luiza. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande**: estudo de história demográfica (1737-1850). Tese (Doutorado) – UFPR, Curitiba, 1992, p. 68.

vindos por conta própria. Talvez os laços familiares com pessoas que vieram na *grande migração* tenham sido importantes para a continuada chegada de pessoas com essa origem.

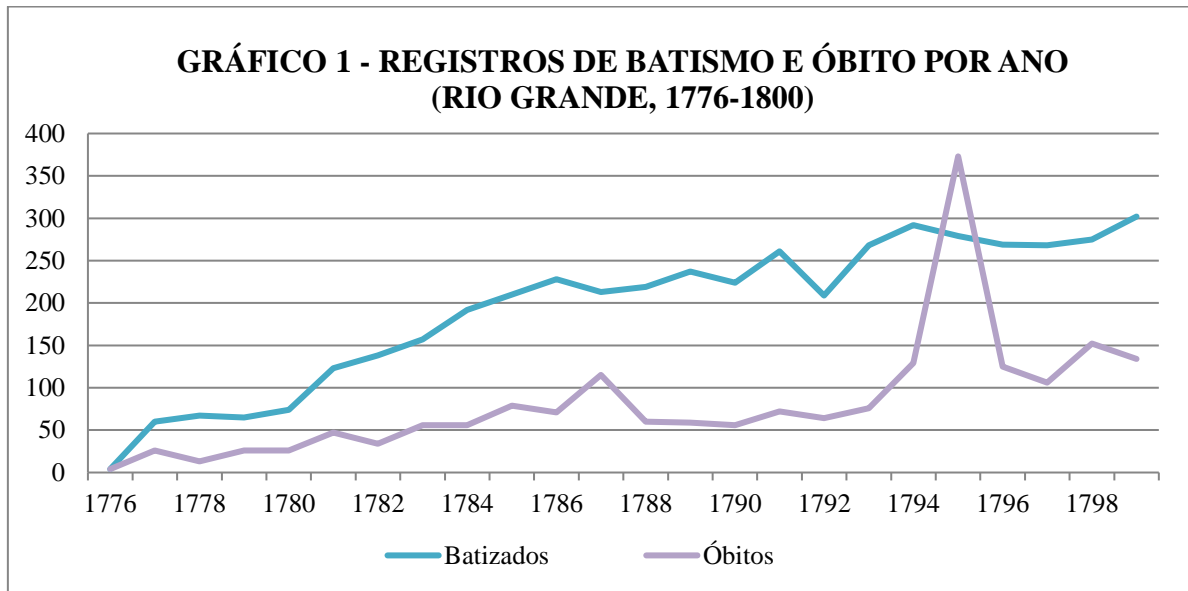
Mesmo com a existência desse importante trabalho, optei por me valer diretamente da documentação, não utilizando os dados já processados pela autora, já que há algumas discrepâncias entre a abordagem utilizada por ela e a por mim adotada. A principal questão diz respeito à utilização de dados referentes à população escrava, que constam no levantamento da autora apenas no período anterior à tomada da Vila pelos espanhóis quando os batismos de toda a população eram registrados nos mesmos livros. Apenas posteriormente os batismos foram separados por condição. Isso significa que no período coincidente com o que pesquiso – a partir da retomada – a população escrava não foi considerada.

Ainda que a população escrava de Rio Grande não seja foco do meu estudo, considerando que tenho como objetivo entender o universo relacional da parcela livre intermediária, não posso deixar de considerar também os cativos. Entendo que naquela sociedade, por essenciais que fossem as distinções entre pessoas de condições jurídicas diferentes, isso não se traduzia em algo semelhante a um *apartheid*. Mesmo que aquelas pessoas estabelecessem relações desiguais, eram laços importantes para todos os envolvidos e ajudavam a configurar a posição social de todos.

Como exemplo da importância de se incluir na análise os dados referentes aos escravos, posso apontar que dos 4.777 inocentes batizados entre 1776 e 1800, 1.249 (26,1%) eram filhos de mulheres escravas – quase todos registrados em livro próprio, separado dos batismos de livres. Isso significa que, caso essa população não tivesse sido por mim computada, cerca de um quarto dos afilhados disponíveis naquele período estaria fora do escopo de análise. É importante lembrar que o apadrinhamento e o compadrio são excelentes meios de se estabelecer ou reafirmar relações entre as pessoas que são – ou deveriam ser – de aliança e mútuo respeito. Relações voluntárias entre pessoas de diferentes condições, como é o caso do compadrio, não deviam ser importantes apenas para os subalternos. Caso assim fosse, talvez não fossem tão frequentes. No mínimo, ter um afilhado e um ou dois compadres pode ajudar a ampliar o prestígio do padrinho ou madrinha. A diversidade de motivações para a formação de laços poderia ser enorme, especialmente considerando uma população livre pobre ou remediada, entre a qual se encontram forros e forras cujos laços com os antigos companheiros de cativeiro não deveriam estar totalmente rompidos.

Por outro lado, não é meu objetivo fazer um trabalho de demografia histórica tal como o realizado por Queiroz. Nesse momento, utilizo registros de batismo e de óbito entre 1776 e 1800 com o propósito de conhecer melhor aquela população em termos de condição

jurídica, locais de origem e qualificativos sociais. O Gráfico 1 mostra o conjunto dos registros considerados por ano.



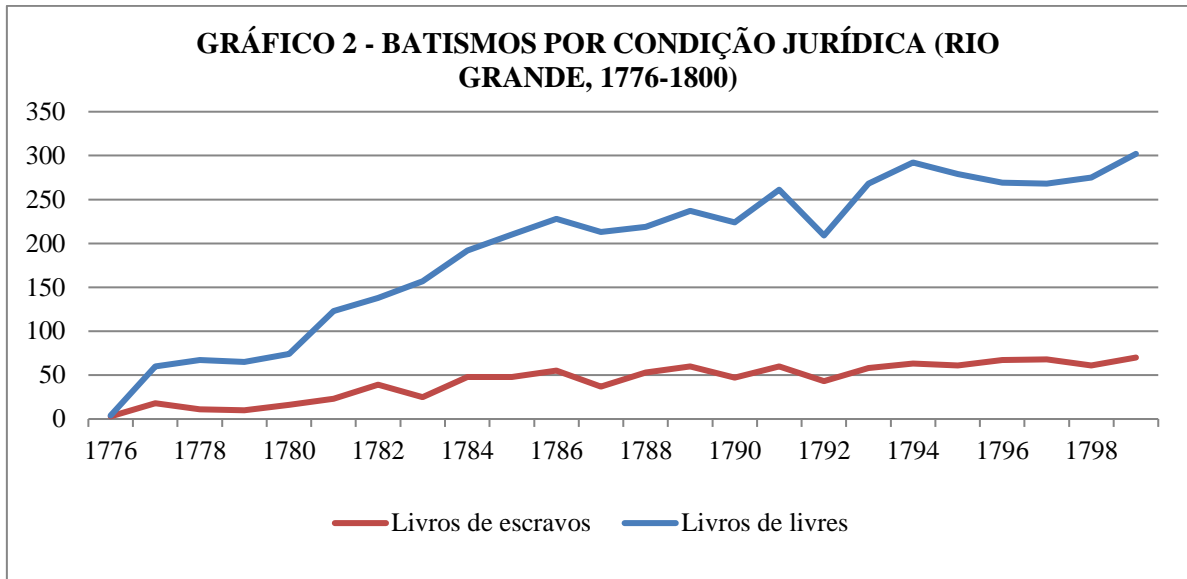
FONTE: ADPRG. 5º a 8º Livros de Batismos de Rio Grande; 2º e 3º Livros de Óbitos de Rio Grande.

Nos anos iniciais após a reconquista da vila ainda é relativamente baixo o número de registros, aumentando consideravelmente nos primeiros anos da década de 1780 com o aporte da população que para lá retornou. Um elemento chama a atenção com relação aos óbitos: o grande pico no ano de 1795, ocorrido em função de uma epidemia de varíola que atingiu majoritariamente crianças.¹³⁸

O Gráfico 2 apresenta o conjunto dos batismos de acordo com o tipo de livro em que foram registrados. Os escravos adultos e os filhos de mães cativas tiveram seus rituais assentados em livro separado daqueles que arrolavam os batizados das crianças filhas de mães livres, forras e, em poucos casos, filhos de escravas que foram alforriados na pia batismal.¹³⁹

¹³⁸ ADPRG. 3º Livro de Óbitos de Rio Grande; QUEIROZ, Maria Luiza. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande**: estudo de história demográfica (1737-1850). Tese (Doutorado) – UFPR, Curitiba, 1992.

¹³⁹ O 5º Livro de Batismos (1776-1789) diz em seu termo inicial que se destina aos "assentos dos que se batizarem nesta Vila"; o 6º Livro (1776-1806), aos "assentos dos escravos que se batizarem nesta Matriz desta dita Vila"; o 7º Livro (1789-1795), aos "assentos dos batizados brancos e livres da freguesia", e o 8º Livro (1795-1800) aos "assentos dos batizados brancos e livres desta freguesia".



FONTE: ADPRG. 5º a 8º Livros de Batismos de Rio Grande.

Como já disse, estão aqui incluídos os 84 batismos de africanos jovens e adultos recém-chegados à localidade, alguns dos quais foram batizados, segundo o padre, "depois de instruídos nos mistérios da fé católica".¹⁴⁰ Eles representam 7,8% de todos os batizados de pessoas dessa condição jurídica, proporção que não representa aquela dos africanos na localidade¹⁴¹, o que sugere que a maior parte dos africanos já chegava batizada à vila.

Considerando o conjunto dos batizados, além dos adultos citados tem-se 1.025 (21,1%) crianças escravas, 182 (3,7%) filhos de mães forras, 77 (1,6%) filhos de mães indígenas, 42 (0,9%) crianças alforriadas na pia, 82 (1,7%) crianças expostas e 3.372 (69,3%) batizados em que nada consta a respeito de sua condição jurídica ou de seus pais – consideradas por mim como *livres*¹⁴², portanto. Esses dados em muito pouco se diferenciam em termos proporcionais do total populacional apresentado no Mapa de 1798, no qual a população livre da paróquia de Rio Grande de São Pedro perfaz 65,4% do total.¹⁴³

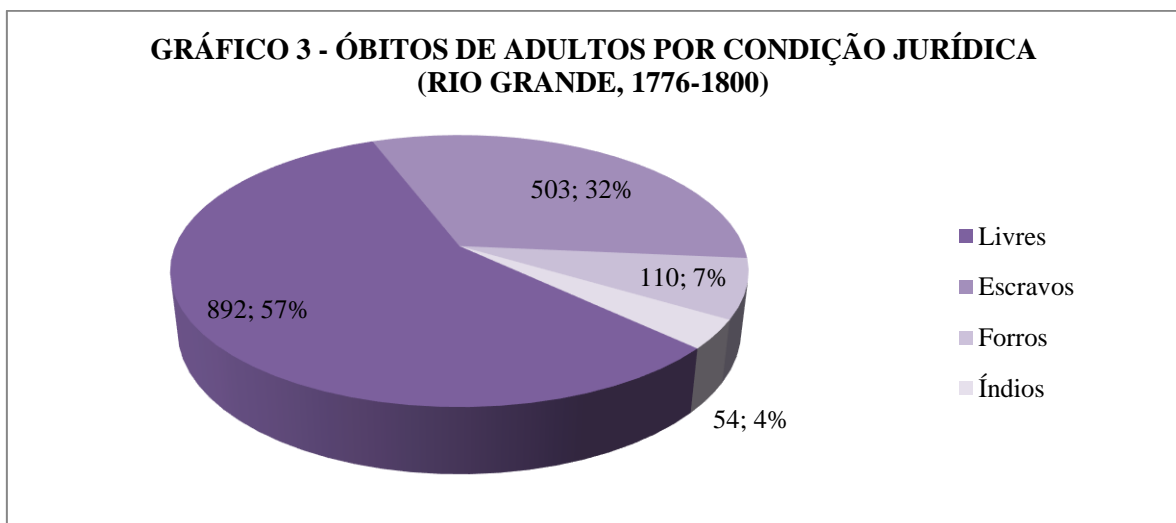
¹⁴⁰ ADPRG. 6º Livro de Batismos de Rio Grande.

¹⁴¹ Em comparação com os dados levantados via estudo dos inventários de Rio Grande de 1779 a 1809, os quais apresentarei no capítulo seguinte.

¹⁴² Em nenhum momento na documentação por mim trabalhada a condição *livre* é afirmada textualmente, exceto se for considerado o termo de abertura dos livros paroquiais. Esse termo será utilizado, portanto, para se referir aos casos em que a fonte silencia a condição jurídica.

¹⁴³ AHU. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro, caixa 7, doc. 485, Anexos. **Mapa ou numerário de todos os habitantes da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul**, o qual expressa as suas condições, estados e sexos divididos pelo número das freguesias atuais da mesma capitania em 1798.

Também os óbitos confirmam essas tendências gerais. Eliminei nesse momento os 633 óbitos de inocentes (até oito anos de idade) ocorridos entre 1776 e 1800, uma vez que estão provavelmente contemplados nos batismos. Restaram 1.424 pessoas, das quais 481 eram mulheres e 943, homens. Essa discrepância em termos de sexo se dá especialmente em função do maior número de homens entre os escravos, mas não apenas. De acordo com Queiroz, esses primeiros anos da retomada são muito próximos, em termos de taxas de mortalidade, daqueles da fundação do presídio de Jesus-Maria-José, em 1737, quando havia uma sobrerrepresentação de homens – soldados e outros militares.¹⁴⁴



FONTE: ADPRG. 2º e 3º Livros de Óbitos de Rio Grande.

Considerando apenas as taxas proporcionais, há mais escravos falecidos do que adultos e inocentes cativos sendo batizados, mas o dado mais importante a salientar é que a proporção de forros quase dobra em relação à de mães dessa condição, provavelmente porque muitas delas tiveram seus filhos quando ainda escravas.

Buscando um refinamento dos dados mais gerais provenientes dos batismos, os separei em famílias¹⁴⁵ a partir dos nomes dos pais e mães apresentados. Para realizar a identificação das famílias e assim eliminar as repetições, utilizei os nomes e seus *itens*

¹⁴⁴ QUEIROZ, Maria Luiza. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande**: estudo de história demográfica (1737-1850). Tese (Doutorado) – UFPR, Curitiba, 1992.

¹⁴⁵ Por "famílias" designam-se apenas casais ou mães solteiras e seus respectivos filhos, com o objetivo de melhor identificar as pessoas que constam em tais registros; tal utilização do termo aqui não indica um entendimento de família enquanto restrita ao formato nuclear. Ignorou-se nesse momento os dados referentes aos avós, exceto quando utilizados para uma melhor identificação das famílias.

identificadores.¹⁴⁶ Ou seja, para cada Maria da Conceição foi observado, quando havia, o nome do marido, dos pais, dos sogros e a localidade de origem de cada uma das pessoas. Há erros e discrepâncias em todos esses itens identificadores, mas bons resultados foram alcançados, sendo possível chegar a 2.240 famílias. Porém, alguns grupos são mais favorecidos, e outros mais prejudicados nesse processo. Os homens e mulheres que possuíam patentes ou títulos honoríficos tinham pelo menos um item identificador a mais. No outro extremo estão as muitas mães de filhos naturais, escravas, a maioria chamada Maria, Ana, Joana ou Teresa. Mesmo havendo menção ao nome do proprietário, não é suficiente para distingui-las umas das outras, já que em muitas escravarias havia mais de uma Maria, por exemplo. Nesses casos, cada vez que essas mães apareciam batizando um filho, foram computadas como novas famílias, mesmo que provavelmente a mesma mãe conste mais de uma vez. Esse tipo de repetição quase não ocorre no caso dos pais, exceto nos casos de viuvez e novo casamento, uma vez que identifiquei as famílias a partir das mães. Ou seja, se um homem tornou a se casar e também teve filhos com a segunda mulher, vai aparecer como membro de uma nova família.

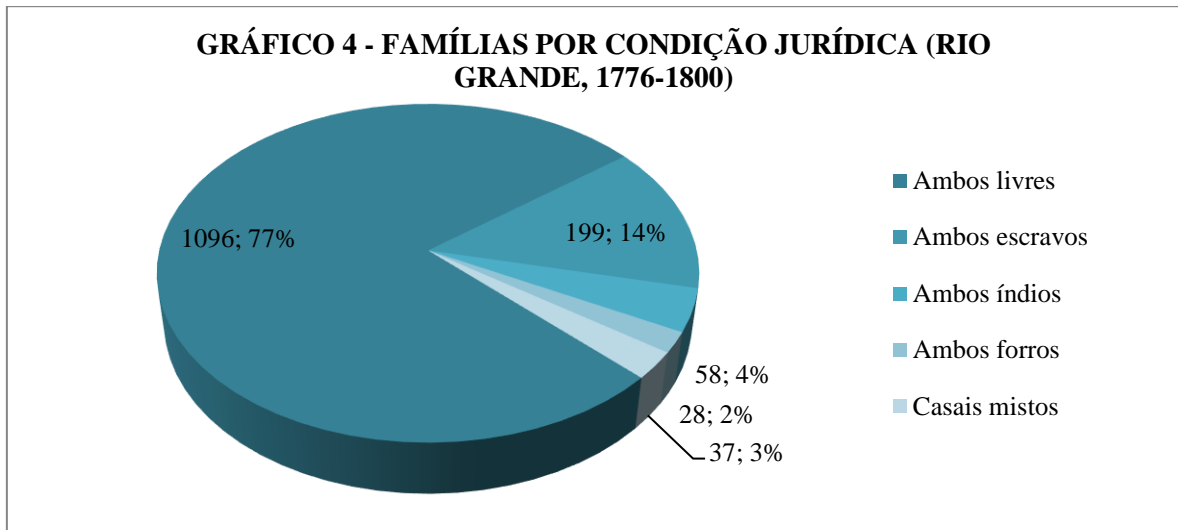
É importante salientar, também, que seguidamente um mesmo casal aparece com a condição registrada no batizado de um filho e, no batizado seguinte, o documento silencia a esse respeito. Essa situação é especialmente frequente no caso das mães indígenas. Assim, esses dados se referem a pessoas que *em algum momento* tiveram sua condição anotada e cujo cruzamento nominativo permite uma associação segura.

Mesmo com todas essas ressalvas, acredito que o exercício é válido e que os dados encontrados são superiores em qualidade em relação às contagens feitas diretamente a partir dos batismos, quando o objetivo é adquirir uma ideia – ainda que falha – de como se compunha aquela população. Há muitos casais que tiveram cinco filhos ou mais, o que significa que suas condições jurídicas, locais de origem e, caso houvessem, qualificativos sociais ficariam super-representados. Por outro lado, dada a dificuldade de identificação de mães escravas, como comentei, pode haver uma supervalorização desse grupo. Por esse motivo os dados serão trabalhados separadamente com relação a casais e mães solteiras.

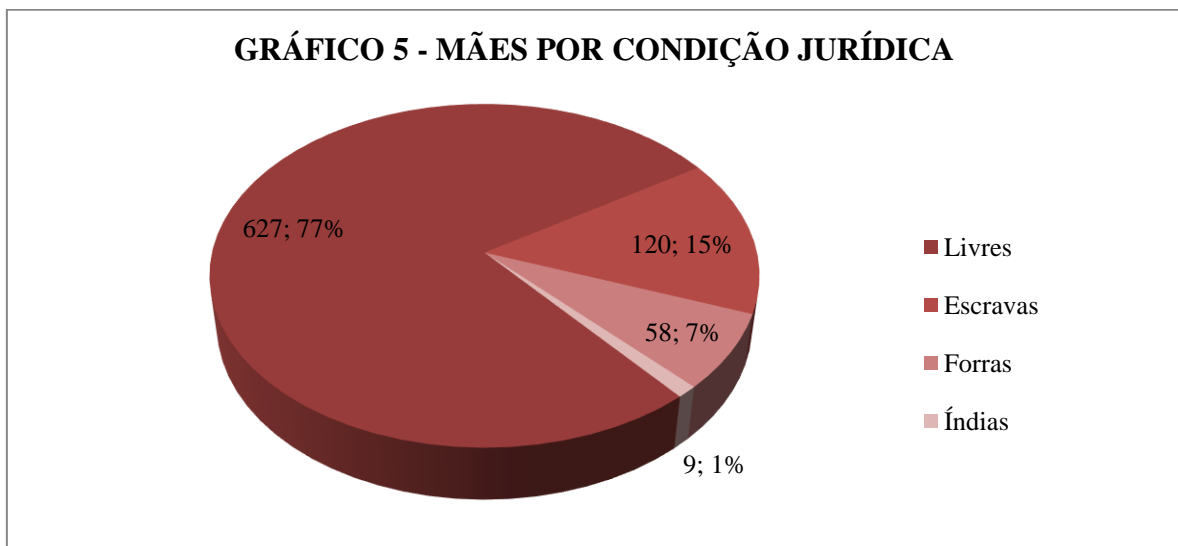
Foi possível identificar 1.424 casais e 814 mães. Os primeiros deram a batizar 3.683 crianças, numa média de 2,6 filhos por casal, e as segundas tiveram 984 rebentos, numa média de 1,2 por mãe. Essas médias são inferiores às encontradas na reconstituição de famílias elaborada por Queiroz (5,7 filhos por família no período de 1756 a 1789 e 3,9 filhos por

¹⁴⁶ WINCHESTER, Ian. On referring to ordinary historical persons. In: WRIGLEY, E. A (Org.). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973.

família entre 1790 e 1819)¹⁴⁷, no entanto, é preciso levar em consideração as diferenças de período englobado e de método utilizado. Além do período por mim trabalhado ser relativamente curto, não realizei a reconstituição completa das famílias, utilizando apenas os dados referentes ao nascimento de filhos naquelas duas décadas. As famílias por mim encontradas estão divididas de acordo com sua condição jurídica nos Gráficos 3 e 4.



FONTE: ADPRG. 5º a 8º Livros de Batismos de Rio Grande.



FONTE: ADPRG. 5º a 8º Livros de Batismos de Rio Grande.

Como já disse, considerei como casais todos os casos em que constavam os nomes da mãe e do pai do batizando, independentemente de terem sido legitimamente casados, ou mesmo de ser identificada, pela repetição no tempo, uma união consensual. O objetivo dessa

¹⁴⁷ QUEIROZ, Maria Luiza. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande: estudo de história demográfica (1737-1850)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1992. p. 134.

escolha foi levar em consideração todas as formas de união possíveis de serem identificadas, independentemente de sua forma ou duração. Por outro lado, isso dificulta comparações com outras localidades.

Já com relação ao local de origem dos pais e mães de batizados (Tabela 5), vale ressaltar a relativamente baixa proporção de pais e mães nascidos na localidade, fator que se relaciona diretamente com a conjuntura político-territorial do contexto estudado.

TABELA 5 – REGIÃO DE ORIGEM DE PAIS E MÃES DE BATIZANDOS EM RIO GRANDE (1776-1800)

Origem	Pais		Mães		Subtotal	
	NA	%	NA	%	NA	%
Vila do Rio Grande	271	19,0	497	22,2	768	21,0
Rio Grande de São Pedro	139	9,8	360	16,1	499	13,6
Colônia do Sacramento	52	3,7	104	4,6	156	4,3
Maldonado	13	0,9	40	1,8	53	1,4
América Portuguesa	284	19,9	172	7,7	456	12,4
Ilhas dos Açores e Madeira	214	15,0	181	8,1	395	10,8
Portugal	114	8,0	5	0,2	119	3,2
África	60	4,2	396	17,7	456	12,4
Domínios de Espanha	46	3,2	20	0,9	66	1,8
Outros locais na Europa	3	0,2	1	0,0	4	0,1
Não consta	228	16,0	464	20,7	692	18,9
Totais	1424	100	2240	100	3664	100,0

FONTE: ADPRG. 5º a 8º Livros de Batismos de Rio Grande.

Optei por colocar em separado os pais e mães originários da Colônia do Sacramento e de Maldonado – o que não fiz para outras localidades do Rio Grande de São Pedro, como Viamão – para que se possa ter melhor noção do peso populacional das famílias que foram obrigadas a se deslocar em função das novas definições de fronteiras entre as Coroas Ibéricas. Por outro lado, aqueles originários da freguesia do Estreito estão contabilizados como naturais da Vila do Rio Grande, uma vez que aparecem na documentação ora como naturais de Rio Grande, ora como naturais do Estreito.

A maior parte dos pais e mães era nascida na própria freguesia, ainda que, como já disse, em proporção bastante baixa, especialmente se consideradas apenas as mães. Se considerados todos os provenientes do que ainda era chamado, na documentação, de *Continente do Rio Grande*, no entanto, o índice de pais provenientes da região mais próxima sobe para 40,1%. O segundo maior contingente populacional era o de origem africana, uma vez que, embora configure explicitamente apenas 12,4% das pessoas identificadas, 143 pais e 115 mães que não tiveram a naturalidade mencionada pelo padre eram escravos ou forros –

7,0% do total. Embora a proporção de ilhéus também seja relativamente modesta, cerca de 30% das mães naturais do continente, por exemplo, eram filhas de *casais do número*.

Um outro elemento a ser considerado, dessa vez apenas com relação à população livre, é a participação de pais e mães com qualificativos (patentes e títulos) acompanhando seus nomes. Levando em consideração apenas os casais livres identificados, tem-se apenas 67 pais (4,7%) e 48 mães (3,4%) que os portam em algum momento. Digo *em algum momento* pois, em muitos casos, os pais não apresentavam títulos no momento do batizado dos primeiros filhos, vindo a adquiri-los posteriormente. Ou seja, ter qualificativo era algo bastante restrito, mesmo quando se considera apenas a população livre e legitimamente casada. Além de designarem uma parcela restrita de pessoas, os qualificativos supervalorizam em termos metodológicos seus portadores, já que sua presença ajuda a melhor distingui-los na documentação, facilitando assim o cruzamento nominativo. Também parece haver mais cuidado, por parte daqueles que produziram os documentos pesquisados, na anotação de informações acerca dessas pessoas.

A presença de qualificativos é o primeiro elemento daqueles até aqui trabalhados capaz de apontar diferenciações no interior da população livre de Rio Grande – ou mesmo, da América Portuguesa como um todo. A indicação de condição social distingue apenas o grande grupo de livres e o reduzido de libertos da população escrava, definindo suas respectivas proporções aproximadas. Os locais de origem tampouco informam, *a priori*, sobre seus lugares sociais. Embora sejam casos raros, entre os africanos há alguns libertos que conseguiram acumular mais cabedal do que muitos agricultores ilhéus.¹⁴⁸ Entre esses últimos, muitos jamais se identificaram enquanto casais del-Rei e alguns vieram a compor a elite do Continente, casando suas filhas fora desse grupo, com homens provenientes do Rio de Janeiro ou de Portugal.¹⁴⁹ E os reinóis que se deslocaram para a América não ocuparam necessariamente os melhores lugares na hierarquia, construindo trajetórias heterogêneas, da melhor maneira que puderam.¹⁵⁰ Isso para citar apenas alguns exemplos.

Esses dados foram aqui apresentados como um primeiro passo na aproximação do meu objeto. São importantes para entender tendências gerais e possibilidades de associação.

¹⁴⁸ FERREIRA, Roberto Guedes. **Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social**, Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

¹⁴⁹ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)**. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

¹⁵⁰ CAVAZZANI, André Luiz. **Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)**. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2013.

Todos os pais e mães que aparecem nos registros de batismo citados, por exemplo, escolheram um parceiro para se casar, amasiar, ou ter uma ou outra relação sexual. Tiveram filhos, e escolheram padrinhos para eles. Todas essas pessoas produziam algo, viviam de alguma maneira, e todas elas conviviam numa mesma localidade. Porém, não se relacionavam, cada um deles, com todos os demais. As condições sociais, locais de origem, locais de moradia e atividades exercidas deviam ter influência nas escolhas que realizavam no momento de formar laços, mesmo que não fossem totalmente determinantes.

Nesse emaranhado de pessoas de condições jurídicas, posições sociais, heranças culturais distintas é preciso identificar aqueles que, tendo possibilidades mais limitadas do que as disponíveis à elite do local, souberam se destacar perante os demais de condição próxima à sua. A definição dos níveis de riqueza, acesso à propriedade escrava e à propriedade da terra na Vila de Rio Grande de São Pedro no final do século XVIII é o próximo passo para identificar que condição ou condições eram aquelas e quais elementos podiam fazer com que alguns tivessem mais sucesso que outros.

2. QUEM, QUANDO E COMO – metodologia e intermediários sociais

*But you're gonna have to serve somebody, yes indeed
You're gonna have to serve somebody
Well, it may be the devil or it may be the Lord
But you're gonna have to serve somebody*
Bob Dylan

O presente capítulo tem dois objetivos principais. O primeiro é especificar o grupo de pessoas a que chamo de *intermediários*, e suas características. Utilizo o termo *grupo* apenas para designar o conjunto por mim delimitado, pois, como mostrarei, era bastante heterogêneo e constituído por pessoas que dificilmente se veriam como iguais em uma sociedade que se organizava pela diferença. O segundo objetivo é mostrar as escolhas metodológicas que permitiram a realização do primeiro.

É importante advertir, antes de tudo, que tais escolhas só puderam ser feitas tendo em mente uma visão específica de como funcionava aquela sociedade – uma teoria, portanto. Como tratei na introdução, caso a sociedade colonial se dividisse primordialmente entre grandes proprietários de terras e escravos, de um lado, e seus trabalhadores cativos, de outro, e seu sentido de existência fosse a transferência de recursos para a metrópole, o setor livre que não se enquadrasse naquele seletivo grupo teria um espaço diminuto e um papel marginal na sociedade, especialmente em termos políticos. Somente pensando a dinâmica do Império português é que se abre caminho para a incorporação de todos os seus setores sociais, ainda que com possibilidades de ação muito distintas uns dos outros.

Essa vinculação de todos os súditos da Coroa Portuguesa fica clara a partir da noção de *monarquia corporativa*, que tinha como preceito a necessidade, para o bom funcionamento do conjunto, do bom exercício das funções de cada corpo social. Nas palavras de Hespanha, *tão monstruoso como um corpo que se reduzisse à cabeça, seria uma sociedade em que todo o poder estivesse concentrado no soberano*. O soberano deveria, nesse sentido, ser aquele que mantém a harmonia do conjunto e atribui a cada qual o que lhe é próprio segundo o seu estatuto, realizando a justiça, tida como sua principal função.¹⁵¹

A partir dessa concepção de Estado, e uma vez que *o poder não se exerce no vazio*, os meios possíveis para a concretização do Império Português eram majoritariamente *humanos*, o que quer dizer que para sua realização era necessário o estabelecimento de uma

¹⁵¹ HESAPANHA, António Manuel. *As vésperas do leviathan*: instituições e poder político: Portugal, séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994, p. 229.

série de relações sociais entre seus agentes.¹⁵² Implica, também, que a autoridade da Coroa (e daqueles agentes), só podia existir de forma *negociada* com os núcleos locais de poder existentes também na América. Eram as elites estabelecidas nesses núcleos que levavam a cabo a própria continuidade e existência do Império naquelas paragens.¹⁵³ Permitindo a elas certo grau de autonomia e permitindo que agissem em nome da Coroa, era possível também levar a cabo projetos de governança (e de mundo) mais amplos.

Na América portuguesa, todo esse processo significou a formação de uma sociedade colonial (e de elites senhoriais) dentro dos preceitos de uma *economia do bem comum* e com *práticas e instituições regidas pelo ideário da conquista, pelo sistema de mercês, pelo desempenho de cargos administrativos e pelo exercício do poder concelhio*.¹⁵⁴ Esses elementos eram utilizados por aquelas elites com o propósito de manter a própria posição na hierarquia social. E, ao mesmo tempo em que tinham parte de sua posição mantida através do estabelecimento de relações de reciprocidade desigual com a Coroa (principalmente via sistema de mercês), só se tornavam aptos a isso a partir do momento em que estabeleciam também uma série de relações recíprocas e desiguais com o conjunto da *república*.

A partir do que foi formulado por Mauss a respeito das obrigações do dom, Xavier e Hespanha tratam a comunicação pelo dom como o elemento que integrava as partes em uma *economia de favores*, cuja natureza variava de acordo com a posição dos atores nos diversos planos do espaço social e suas respectivas posses e capital econômico, político e simbólico.¹⁵⁵ A maneira com que se estabeleciam as relações dentro da lógica de uma *economia de favores* fazia com que aqueles que estivessem em uma posição superior tivessem mais condições de manter e melhorar seu próprio *status* e assim galgar posições na hierarquia social:

[...] a regra será a da proporção entre a posição social dos dois “amigos”, quer no plano das prestações (em que o inferior é obrigado a prestações menos importantes), quer também, mas de modo inverso, no plano do amor (em que o inferior é obrigado

¹⁵² HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan*: instituições e poder político: Portugal, séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994, p. 160.

¹⁵³ GREENE, Jack P. *Negotiated authorities*: essays in colonial political and constitutional history. Rutgers University Press, 1994, p. 8; 12-3; 19-20.

¹⁵⁴ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; e BICALHO, Maria Fernanda B., Uma Leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope*. Revista de História e Ciências Sociais. Lisboa, n.º 23 (novembro de 2000): 67-88.

¹⁵⁵ HESPANHA, A. M.; XAVIER, A. B. As Redes Clientelares. In: MATTOSO, José. *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, v. 4. Lisboa: Estampa, 1998, p. 340-341; MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. v.2. São Paulo: EPU/EdUSP, 1974. Sobre as obrigações do dom, ver também GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

a dar mais que o superior). O modelo de troca é o mesmo – prestações materiais em troca de submissão política, *effectus* em troca de *affectus*. Sistema que funciona particularmente bem como processo de conversão de riqueza em poder e de auto-reprodução desse poder. Do mesmo modo, adequa-se perfeitamente às estratégias de construção de redes clientelares auto-sustentadas.¹⁵⁶

Nesse sentido, embora não houvesse necessariamente uma correlação entre riqueza material e posição social, um maior nível de riqueza poderia, em muitos casos, ser um dos meios pelos quais se podia angariar *status* – desde que a mesma pudesse ser parcialmente empregada para tal fim. Isso é bastante válido para os setores que compunham as elites, as *principais famílias*, de um determinado local, e para aqueles que desejavam se integrar em tais grupos, mas não somente. A *multiplicação de reciprocidades*¹⁵⁷ possíveis perpassava o conjunto da sociedade, desde o rei até o escravo recém-chegado que acabou de ser batizado. Isso significa que, para a manutenção desse sistema altamente hierarquizado e desigual, era preciso, além da conservação de privilégios e de certo uso de violência, uma boa dose de *negociação*¹⁵⁸. Era preciso, em última instância, o consentimento de amplas parcelas da população. Tal consentimento – aqui entendido não como elemento totalmente consciente, e sim dentro da perspectiva de uma *racionalidade limitada*¹⁵⁹ – provinha também de uma visão comum de mundo e de sociedade, e se manifestava no comprometimento de pessoas de todos os setores sociais com a manutenção das diferenciações e da própria hierarquia.

É a existência desses imbricamentos, da multiplicação de relações desiguais pelo conjunto da sociedade, e da possibilidade de se transformar recursos econômicos em recursos sociais, que permite, a meu ver, a possibilidade de identificação do grupo socialmente intermediário por meio de sua posição econômica. Estabelecendo o panorama material desse grupo, é possível partir para o estudo de como alguns deles se utilizaram das relações estabelecidas com as demais pessoas com que conviviam para angariar prestígio e assim subir

¹⁵⁶ HESPANHA, A. M.; XAVIER, A. B. As Redes Clientelares. In: MATTOSO, José. **História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)**, v. 4. Lisboa: Estampa, 1998, p. 343.

¹⁵⁷ LEVI, Giovanni. Reciprocidad mediterránea. **Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna**, no 7, 2002.

¹⁵⁸ GREENE, Jack P. **Negotiated authorities: essays in colonial political and constitutional history**. Rutgers University Press, 1994, p. 3-4.

¹⁵⁹ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 46.

alguns degraus na hierarquia social. Ou seja, para saber quem eram os muitos *reis* daquela sociedade, é preciso antes conhecer suas áreas de influência, seus respectivos *reinos*.¹⁶⁰

2.1 – Sobre senhores de terra e de escravos

Que o justificante, por ser homem rústico, e morador mais de 60 léguas distante desta Vila, não tratou de pedir clareza por escritura pública
Pedro de Sousa de Ávila (1794)

Se a paisagem rural da América Portuguesa não se restringia à *plantation*, o grupo dos proprietários não era formado somente por homens detentores de enormes extensões fundiárias e grandes plantéis de escravos. Já foi demonstrado que entre os grandes senhores e seus escravos se encontrava a maior parte da população colonial, e que a parcela dessa população que tinha acesso, por exemplo, à mão de obra cativa era bastante ampla.¹⁶¹

Entre os grandes senhores e aqueles que não tinham acesso à propriedade de terras e de homens existia um grande grupo de pequenos proprietários de um, de outro, e, mais frequentemente, de ambos. Quem eram esses pequenos proprietários, quantos eram, e o que configura uma pequena ou média propriedade pode variar de acordo com cada localidade e mesmo cada período em foco. É por isso que neste momento procuro estabelecer um panorama dos senhores de terra e de escravos na Vila do Rio Grande em fins do século XVIII.

2.1.1 – Senhores de terras

O primeiro dos aspectos a ser analisado com relação ao panorama econômico dos habitantes de Rio Grande é a distribuição da propriedade da terra. Infelizmente, não é possível saber qual a proporção da população livre conseguiu obter para si e os seus a propriedade da

¹⁶⁰ *Numa sociedade segmentada em corpos, os conflitos e as solidariedades freqüentemente ocorriam entre iguais; estes competiam no interior de um segmento dado que se caracterizava pela existência de formas de consumo organizadas, hierarquizadas e intensamente investidas de valores simbólicos; que constituía também uma ligação de solidariedade diante dos outros corpos ou estados. Rarissimamente pensava-se e agia-se em termos de uma transformação da estrutura social como um todo. As modificações eram lentas e muitas resultavam, sem que se tivesse consciência disso, de uma imensa variedade de micromudanças no interior dessa sociedade fragmentada. Para usar uma imagem, um mendigo aspirava antes a tornar-se o rei dos mendigos do que um comerciante pobre.* LEVI, Giovanni. *Comportamentos, recursos, processos: antes da "revolução" do consumo.* In: REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: FGV Editora. 1998 Rocco, 1985.

¹⁶¹ Sobre essas questões, ver introdução deste trabalho.

terra, ou qual a proporção de pessoas que viviam agregadas, eram arrendatárias ou viviam em outros arranjos, uma vez que não sobreviveram documentos que permitissem ter uma noção desses dados. Porém, por meio de algumas fontes é possível conhecer muitos dos que chegaram ao patamar de proprietários na Vila do Rio Grande.

Com relação a Rio Grande no século XVIII, a única listagem nominativa de habitantes de que se tem notícia é “Relação de moradores que tem campos e animais no Continente” realizada para todos os distritos do Continente a mando do Vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza em função da *grande desordem com que tem sido distribuídos os terrenos dos diversos Distritos deste Continente*.¹⁶² O maior problema apontado pelo vice-rei era a existência de solicitações de sesmarias e ocupações realizadas com objetivos outros que não a utilização produtiva da terra:

Desta notável irregularidade procede a má fé com que muitos requerem as mesmas Sesmarias, e logo as traspassam e vendem para pretender outras até por interpostas. Pessoas, de modo que assaz se faz manifesta a insofrível desigualdade, com que uns cheios de ambição insaciável desfrutam, e alimentam, e traspassam a maior parte dos terrenos, ficando outros conseqüentemente privados, dos que podem cultivar com maior utilidade do Estado, e mais conhecida vantagem dos Rendimentos Reais.¹⁶³

Para cumprimento da ordem, deveriam ser apresentados por todos os proprietários de terras os documentos comprobatórios da posse: carta de sesmaria, registro de data de terras, documento que comprove a compra (acompanhado dos registros da primeira concessão da terra) etc., informações que seriam organizadas pelo provedor e enviadas ao Rio de Janeiro. Além da comprovação documental, foram listadas a dimensão da propriedade, o tipo de atividade ali realizada (agricultura, criação de gado ou ambos), e a quantidade de animais presentes. O levantamento dessas informações ocorreu entre agosto de 1784 até fevereiro de 1786, sendo que foram sendo enviadas para o Vice-Rei as listagens na medida em que foram sendo realizadas em cada localidade.¹⁶⁴

Helen Osório analisou esse documento com relação a vários locais da capitania e observou, com relação especificamente aos sesmeiros, uma representatividade bastante alta

¹⁶² AN. Códice 104, volume 1. **Ofício do Vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza, ao Provedor da Fazenda Real, Inácio Osório Vieira**, sete de março de 1784.

¹⁶³ AN. Códice 104, volume 1. **Ofício do Vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza, ao Provedor da Fazenda Real, Inácio Osório Vieira**, sete de março de 1784.

¹⁶⁴ AN. Códice 104, volumes 1 a 8. OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 65.

desses proprietários nas listagens. A autora contabilizou 116 sesmarias no conjunto das relações de moradores elaboradas naqueles anos, e as comparou com o conjunto de cartas de sesmaria emitidas entre 1738 e 1784 e registradas em diversos arquivos, chegando ao número de 117, o que demonstra certo cuidado no repasse das informações presentes nas diversas Relações de Moradores.¹⁶⁵

A Relação dos Moradores que tem Campos na Freguesia da Vila de São Pedro do Rio Grande foi concluída em 1786 e nela foram nomeados 286 proprietários de terras das mais diversas extensões, organizados em quatro distritos: Distrito da Vila, Povo Novo, Torotama e Cerro Pelado.¹⁶⁶ Não encontrei qualquer descrição ou mapa que apresentasse os limites de cada um dos distritos naquele período. No entanto, a partir dos nomes dos proprietários foi possível identificar regiões prováveis de cada um deles.

Como na Relação de Moradores não há qualquer referência à localização de cada uma das propriedades, busquei essas informações em outros documentos. As mais claras e de mais fácil acesso estão presentes nas Cartas de sesmaria, que eram emitidas via Conselho Ultramarino e estão, portanto, acessíveis por meio do Projeto Resgate.¹⁶⁷ Mesmo que o proprietário relacionado em 1786 não fosse o recebedor original da sesmaria, há referência ao primeiro recebedor e à data de concessão. Como nas cartas constam os limites do terreno, ainda que de forma bastante imprecisa, com recurso a relatos e mapas de época para identificação de topônimos é geralmente possível saber sua localização aproximada. Além das cartas de sesmaria utilizei os registros de concessão de Datas de Terra realizados na década de 1781, as informações das propriedades inventariadas no século XVIII em Rio Grande e alguns requerimentos de confirmação de sesmaria.¹⁶⁸ O conjunto de informações levantados dessa

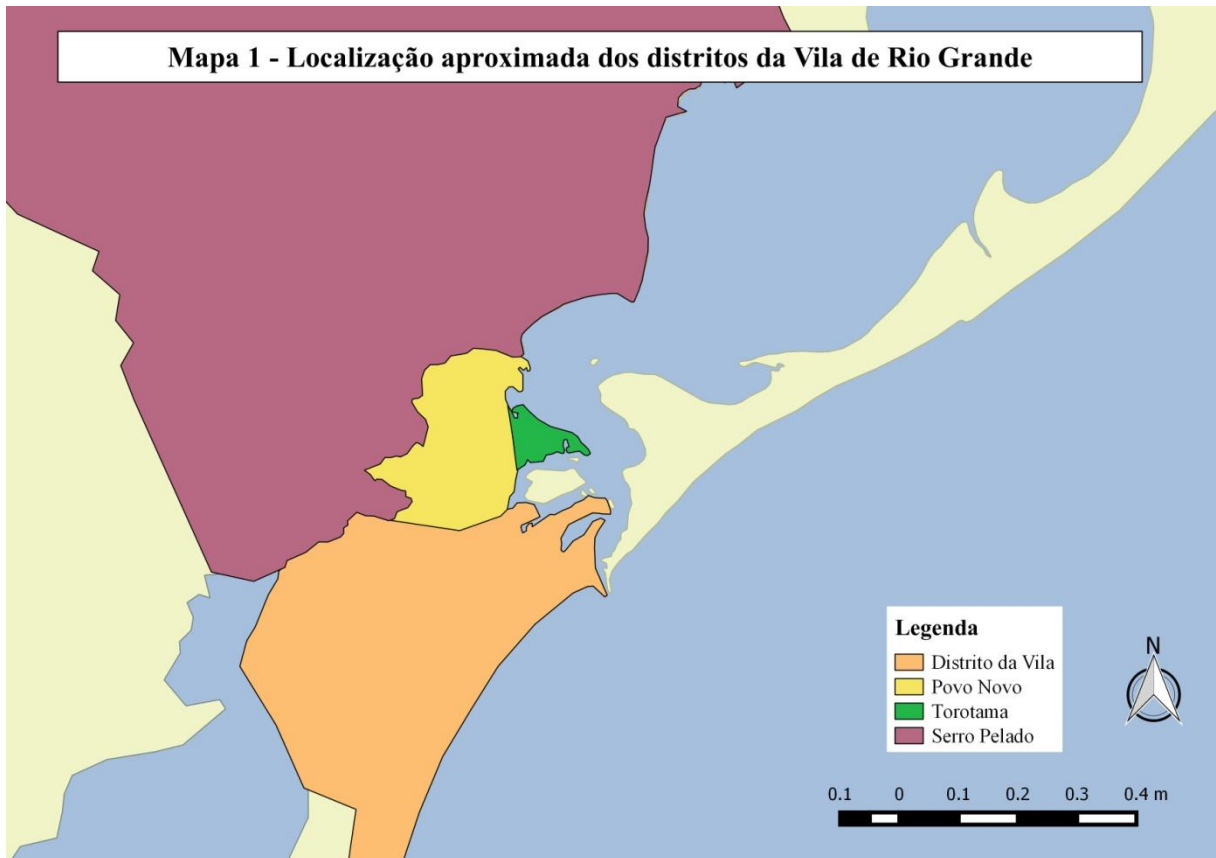
¹⁶⁵ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 67.

¹⁶⁶ AN. Códice 104, volume 8. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786. O rascunho do referido documento pode ser encontrado no AHRS, Fundo Fazenda, Códice F1198.

¹⁶⁷ AHU. **Projeto Resgate**: documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Acessível por meio do domínio <http://resgate.bn.br/>. No caso das sesmarias doadas por Gomes Freire de Andrada durante a Expedição de demarcação dos Limites do Tratado de Madri, foram publicadas na Revista Do Arquivo Público Mineiros, Volume 23, 1929 e Volume 24, 1933.

¹⁶⁸ AHRS, Fundo Fazenda, **Livros de Registros das datas de terra que se dão aos casais da Ilhas** (Códices F1229, F1230 e F1231). Utilizei a transcrição dos mesmos publicada em BARROSO, Vera. **Açorianos no Brasil**: história, memória, genealogia e historiografia. Porto Alegre: EST, 2002; APERS, Processos de Inventário, 1778-1809; AHRS, Fundo Sesmaria, Maço 1.

forma ainda é escasso para a localização de cada uma das propriedades, porém permitiu a identificação da localização dos Distritos e a elaboração do Mapa 1.¹⁶⁹



O Distrito da Vila era o de ocupação mais antiga, no qual se inseria o que pode ser chamado de parte urbana da vila, ou seja, as ruas e casas existentes no entorno da Igreja Matriz e o porto. Ainda que esses terrenos não tenham sido arrolados na Relação de Moradores, que identificava apenas os proprietários rurais, há descrições de propriedades bastante próximas à Matriz. A maior parte, no entanto, se localizava no espaço entre o Oceano Atlântico e a Lagoa Mirim, especialmente as sesmarias mais antigas.

No Povo Novo e em Torotama encontram-se as datas de terra concedidas às famílias de lavradores, incluindo os que permaneceram no território durante o período espanhol, os que retornaram de Maldonado e as novas concessões feitas por despacho dos Governadores no início da década de 1780.

¹⁶⁹ A organização dessas informações e a elaboração deste e dos mapas subsequentes foi possível por meio de treinamento por mim realizado no Projeto *Atlas Digital da América Lusa*, coordenado pelo professor Tiago Gil na Universidade de Brasília, durante o qual aprendi técnicas de geoprocessamento. Agradeço ao professor e sua equipe o auxílio recebido.

Já o Cerro Pelado era a principal área de expansão da *Fronteira do Rio Grande*, e é a partir dele que no início do século XIX seriam criadas as localidades de Canguçu, em 1800, Pelotas, Piratini e Jaguarão em 1812.¹⁷⁰ Embora já fosse o maior distrito em 1786, sua extensão oficial ainda era bastante modesta se comparada com o que seria nas duas décadas seguintes. Naquele momento ainda estava sendo realizada a demarcação de Limites entre as Coroas Ibéricas proveniente do Tratado de Santo Ildefonso, que, com relação ao Rio Grande de São Pedro, se estenderia de janeiro de 1784 a abril de 1787.¹⁷¹ Assim, há listados nesse distrito alguns proprietários sem títulos, como Afonso Pereira Chaves, que estava possuindo um campo

sem concessão afinal, por que requerendo-o ao Brigadeiro Governador atual, obteve o despacho de que quando se repartissem estes campos apresentará o seu requerimento se lhe parecesse, isto depois de informar o Coronel Rafael Pinto serem fora do limite em que o Governador tinha feito raia nos seus despachos.¹⁷²

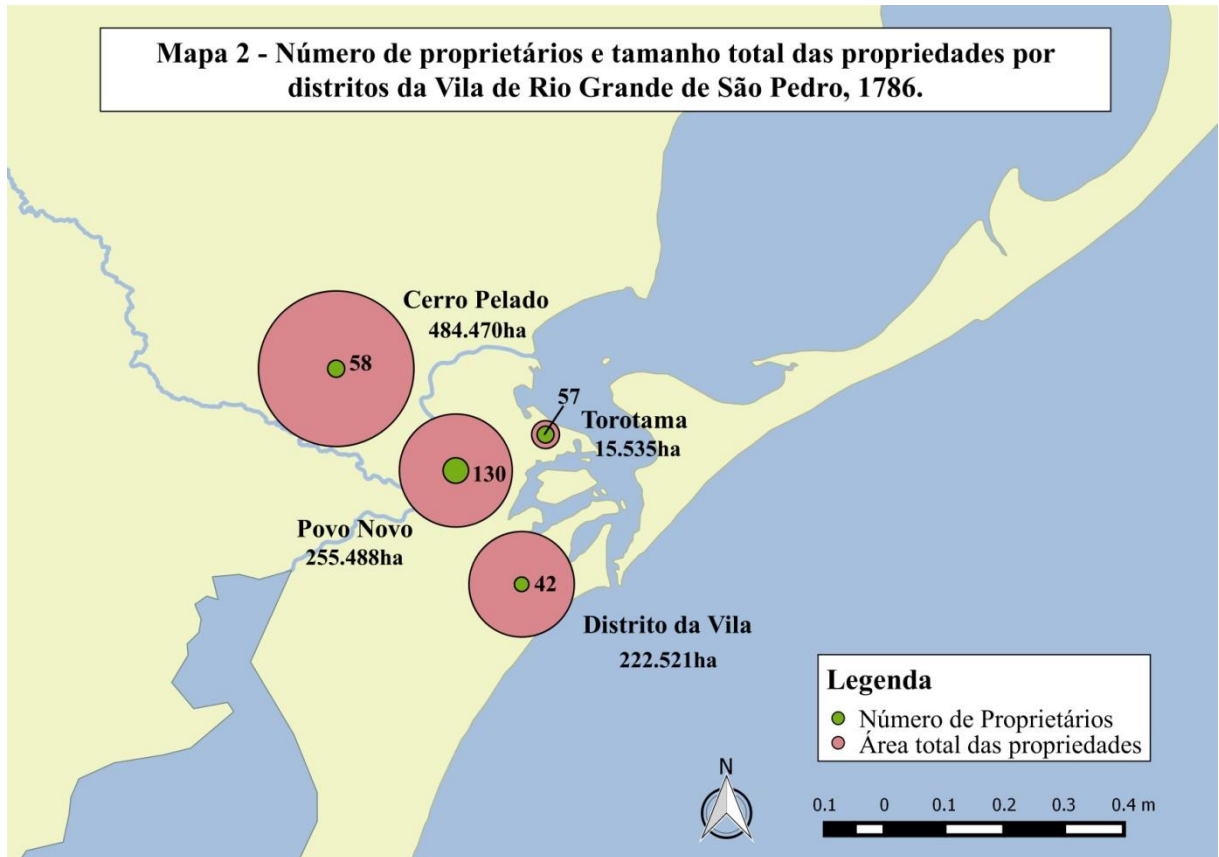
É no distrito do Cerro Pelado que se encontram as propriedades com as maiores extensões. Em Torotama, as menores. Enquanto esses dois espaços tinham respectivamente 58 e 57 proprietários, e o distrito da vila 42, no Povo Novo estavam 130 senhores e senhoras de terra. Mesmo contendo a grande maioria dos proprietários, a soma das extensões das terras arroladas no Povo Novo é menor do que aquelas presentes no Cerro Pelado. Pude chegar a essa conclusão por meio da conversão das extensões dos terrenos, originalmente descritos em braças e léguas, para hectares.¹⁷³ Ainda que a precisão desses valores seja limitada pela qualidade das informações contidas na fonte, este exercício trouxe resultados interessantes, expostos no Mapa 2.

¹⁷⁰ As datas se referem à fundação das freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Canguçu, São Francisco de Paula de Pelotas, Nossa Senhora da Conceição de Piratini e freguesia do Espírito Santo de Jaguarão.

¹⁷¹ CÉSAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul** – Período Colonial. Porto Alegre: Editora globo, 1970, p. 203-204.

¹⁷² AN. Códice 104, volume 8. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786, fl. 49.

¹⁷³ Agradeço a Rosemeri Santos o auxílio nesse processo.



FONTE: AN. Códice 104, volume 8. **Relação de moradores de Rio Grande, 1786.**

Na região da Ilha de Torotama se encontravam as menores propriedades, o que explica o fato de que, apesar de ali se encontrar um quinto dos detentores de terras, a extensão das mesmas perfazia apenas 1,6% da área total. Em média, as datas ali concedidas mediam 280 hectares, porém maior parte delas tinha apenas 36ha. Os motivos de tão diminutas doações talvez tenham passado pelas relações de reciprocidade daquelas pessoas com a Coroa Portuguesa, ou pelo menos, pela visão que seus agentes tinham de tal relação. Como relatei no capítulo anterior, foi nessa localidade onde foram alocados, no momento imediatamente posterior à retomada da vila pelos portugueses, aquelas famílias que haviam ficado sob domínio espanhol. Nesse sentido é importante lembrar que o primeiro parecer do governador José Marcelino de Figueiredo a respeito delas havia sido de que eram *Ilhéus rebelados* e que deveriam ser removidos.¹⁷⁴ Difícil pensar que pessoas cuja lealdade à Coroa ainda estava sendo questionada pudessem receber grandes extensões de terra, as quais eram reservadas especialmente aos militares que haviam lutado na reconquista.

¹⁷⁴ Parecer de J. Marcelino de Figueiredo sobre a Defesa do Rio Grande em 1777. Transcrito por MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul. In: IHGB. **Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)**. v. IV. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979. Ver Capítulo anterior.

Nesse mesmo território também foram acomodados alguns dos casais que retornaram de San Carlos de Maldonado e refugiados da Colônia do Sacramento – embora não todos, o que complexifica a questão –, como fica explícito no cabeçalho referente a esse distrito na Relação de Moradores:

Dadas aos casais que vieram de Maldonado, e da Colônia, os quais estavam estabelecidos no Rincão de Correntes em Pelotas pertencente ao Capitão Mor Manuel Bento da Rocha, como na 3.^a Relação do Distrito do Serro Pelado se faz expressa menção, e a alguns que estavam sem arranchamento por viverem no tempo dos castelhanos em terras, que depois se entregaram a seus legítimos Senhores, cujas datas foram mandadas repartir pelo Brigadeiro Governador atual [...].¹⁷⁵

Segue-se a isso listagem dos detentores dos diminutos terrenos, pessoas sobre quem, em geral, é mais difícil angariar outras informações. Na Relação esse é o único distrito que não apresenta número de animais por propriedade, e os registros originais das datas de terra por eles recebidas nos anos anteriores são os que menos detalhes contém.¹⁷⁶ Quase todas as datas ali doadas mediam 36ha, fazendo com que se destaque bastante, naquele contexto, os três proprietários com mais de mil hectares, o maior deles sendo Miguel da Costa Pereira, com 7800ha, terreno que foi vendido três anos depois. Como mostrarei adiante, raramente alguém que possuísse bens o suficiente para justificar a feitura de um inventário ou testamento possuía terras em Torotama, mesmo que as tenha recebido em algum momento.

Muitos dos provenientes de Maldonado e da Colônia do Sacramento também receberam terras na região entre a Ilha de Torotama e o canal São Gonçalo, e estão arrolados na Relação de Moradores no distrito do Povo Novo. Há muitas referências aos proprietários de terrenos nesse local no conjunto documental por mim trabalhado, embora isso possa se dever mais à quantidade de pessoas que ali habitavam do que ao tamanho de suas propriedades. Com 130 proprietários, o distrito abarcava cerca de um quarto da área total relacionada. Cada terreno possuía em média 1780 hectares, porém há uma grande variação nos tamanhos das datas de terra, e alguns moradores possuíam mais de uma. O menor terreno relacionado era o de Caetano Inácio e não chegava a medir um hectare, porém é provável que se localizasse no Arraial do Povo Novo, povoado existente no entorno da Capela de Nossa Senhora das Necessidades do Povo Novo, ou que se tratasse de erro. O segundo menor terreno naquela região media 27ha, e o maior, 12.027ha. Dentre os menores proprietários estão os 44

¹⁷⁵ AN. Códice 104, volume 8. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786, fl. 39v.

¹⁷⁶ AHRS, Fundo Fazenda, **Livros de Registros das datas de terra que se dão aos casais da Ilhas** (Códices F1229, F1230 e F1231). In: BARROSO, Vera. **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002.

que não tinham *títulos por estarem estabelecidos desde o tempo dos Espanhóis em cuja posse os mandou conservar o Tenente General João Henrique de Böhm*.¹⁷⁷ Quase todos os demais obtiveram suas terras via despacho dos governadores nos anos imediatamente anteriores à feitura da Relação.

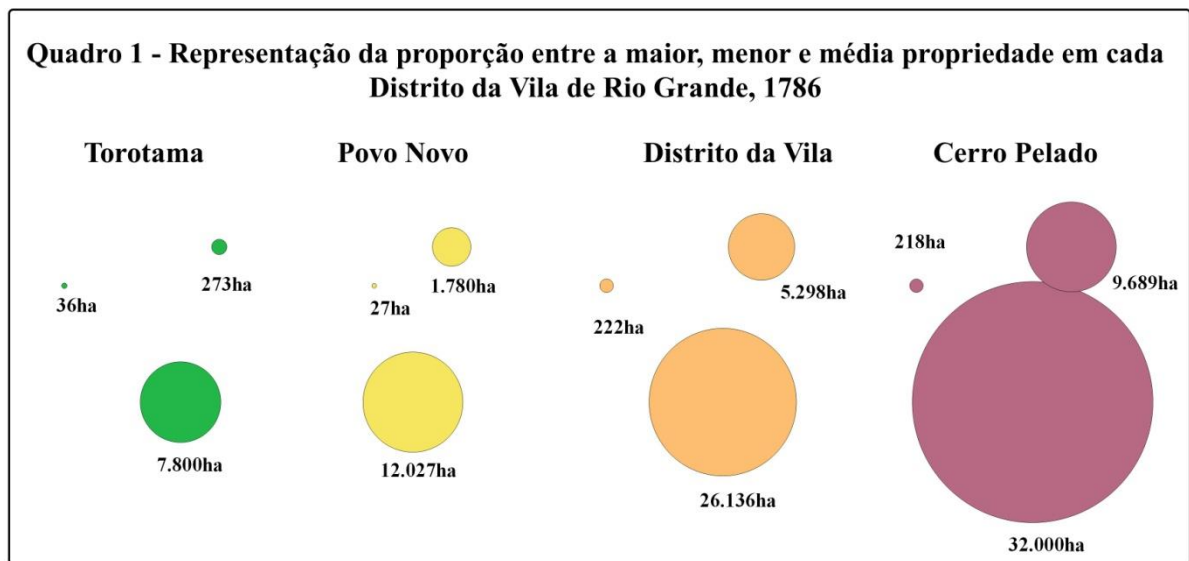
Já no Distrito da Vila estava a maioria dos que apresentaram títulos anteriores à tomada, ou seja, faziam parte da população que se deslocou para o Estreito, Viamão ou Porto Alegre durante aqueles anos e agora retornava, ou seus descendentes. Os 42 proprietários agregam pouco mais de um quinto do território em terrenos significativamente maiores do que os presentes nos dois distritos anteriores, com uma média de 5298ha. Porém, também há muita variação entre eles, sendo que o menor *campo* media 222ha e a maior sesmaria 26.136ha.

No Cerro Pelado se encontram as maiores propriedades, mesmo considerando que para sete delas não há descrição do tamanho porque não foram apresentados os documentos comprobatórios. Os 51 proprietários restantes (18%) somam quase 50% da extensão territorial arrolada na Relação de Moradores de 1786. Além disso, muitas sesmarias ainda seriam distribuídas nesse distrito nos anos subsequentes.¹⁷⁸ A média de extensão é de 9.689ha, a maior delas, embora isso se deva mais ao fato de que os maiores proprietários somavam várias sesmarias do que à ausência de pequenas propriedades, como a de Baltazar José da Costa, de 218ha. Ainda assim, a média dos terrenos de Cerro Pelado era maior do que a data pertencente ao maior senhor de terras em Torotama, como se pode observar por meio do Quadro 1, que representa as proporções entre o maior, o menor, e o valor médio dos terrenos em cada distrito. Esse quadro também foi elaborado a partir da conversão das extensões dos terrenos descritas na *Relação de Moradores* em hectares.

O maior de todos os proprietários em Rio Grande de São Pedro era o Capitão Mor Manuel Bento da Rocha, cujas quatro sesmarias contíguas somavam quase setenta mil hectares onde tinha *avultadas lavouras, vinhas, pomares, e diversas fábricas, e juntamente povoado de animais*, seguido pelo Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, com sete terrenos contíguas que somavam 32 mil hectares. Apenas o *Rincão de Pelotas*, de propriedade do Capitão Mor, é maior do que as 57 propriedades de Torotama somadas. Isso vem a mostrar que dentre os *senhores de terras*, que já era um grupo limitado se comparado ao conjunto da população, existem pessoas com possibilidades produtivas muito distintas.

¹⁷⁷ AN. Códice 104, volume 8. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786, fl. 46v e 47.

¹⁷⁸ AHRS, **Fundo Sesmaria**, maços 1 a 10.



Fonte: AN. Códice 104, volume 8. **Relação de moradores de Rio Grande, 1786.**

Com relação às atividades exercidas, já foi apontado por Helen Osório o predomínio das unidades produtivas dedicadas à agricultura.¹⁷⁹ Isso não foi diferente considerando-se apenas a vila do Rio Grande, onde mais de 70% dos proprietários foram ditos como *lavradores*, e apenas 15% foram apontados como criadores ou criadores e lavradores. Apenas seis proprietários foram ditos somente criadores, todos no Cerro Pelado. Ainda assim, é importante lembrar que proprietários ditos apenas os lavradores, que eram a maioria, detinham apenas 32% da área especificada na Relação.

Em seus modestos terrenos, esses lavradores também criavam gado, o que também já foi salientado por Helen Osório com relação à Capitania:

O “lavrador” também possuía seu rebanho; um rebanho que para outras regiões da América portuguesa não seria nada desprezível. Por exemplo, na capitania de Paraíba do Sul, Rio de Janeiro, em 1785, com o mesmo tipo de fonte, um mapa agrário, foi determinado o número médio de vacas parideiras, dos produtores definidos como exclusivamente *criadores*, como sendo de 22 cabeças. No Rio Grande, um proprietário que possuísse 61 reses, 6 bois, 6 cavalos e uma égua era considerado lavrador. Tomemos quatro exemplos da faixa mais pobre de lavradores, moradores da freguesia de Triunfo, dois deles pardos forros. Literalmente a informação diz “vive pobremente de algumas lavouras”. Possuíam de 12 a 30 reses, nenhum boi, alguns cavalos, éguas e potros e, desta forma, “viviam pobremente”.¹⁸⁰

¹⁷⁹ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América:** Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 68-69.

¹⁸⁰ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América:** Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 70-71.

Poucos eram os lavradores que não possuíam gado, se forem excetuados os de Torotama, cuja relação não apresenta o número de animais, e sobre os quais é dito que *vivem tão somente de suas lavouras e o motivo de se não fazer menção de alguns poucos animais que tenham é por não virem declarados na relação do Capitão do Distrito*.¹⁸¹

Como fica evidente no trecho acima, a elaboração das listagens foi feita pelos Capitães de cada distrito, e há algumas discrepâncias no tipo de informação arrolada por cada um deles, especialmente na descrição dos animais. No Distrito da Vila foram classificados em *vacuns* e *cavalares* (gado bovino e equino). Nesse caso, não é possível saber a quantidade de bois mansos em cada propriedade que poderiam ser utilizados na agricultura. No Povo Novo há as categorias *reses*, *bois*, *cavalos*, *égua*s. O termo *rês*, ou *reses* na documentação por mim empregada dizia respeito ao gado bovino criado para o abate, enquanto o termo *bois* era utilizado para se referir ao gado manso empregado na agricultura e/ou para puxar carroças. Essa categorização é importante porque, como foi dito, era nesse distrito que se encontrava a maior parte dos lavradores. Já no Distrito do Cerro Pelado o fato de que era onde se encontravam os maiores detentores de gado provavelmente é responsável pelo maior detalhamento dos animais: além das categorias utilizadas no Povo Novo, encontram-se também *potros*, *mulas*, *burros*, *burras* e *ovelhas*.

Considerando apenas os 230 proprietários dos três distritos em que foram arrolados animais, 41 deles (17,8%) não declararam animais, embora 29 entre eles fossem senhores de terras no Cerro Pelado para as quais não apresentaram comprovação, ou que haviam recebidos as terras há pouco tempo e ainda não as haviam povoado. Considerando-se apenas os proprietários ditos lavradores que possuíam animais, eles tinham em média 49 cabeças de gado bovino e 23 cavalos ou éguas.

Por disseminada que fosse a presença de animais, entre todos os proprietários, apenas 33 possuíam mais do que 500 cabeças de gado bovino (14%), e apenas catorze deles (6%) tinham mais de mil. O maior proprietário de toda a listagem é Manuel Bento da Rocha, com mais de dez mil cabeças de gado bovino e quase quatro mil equinos, o que demonstra o quão distante estavam os lavradores da capacidade de produção dos grandes criadores.

A presença disseminada da posse de animais também é confirmada pelo estudo dos habitantes de Rio Grande que deixaram por suas mortes bens suficientes para justificar a abertura de um inventário, já que a mesma está presente em todas as faixas de fortuna, como mostrarei adiante. Pela mesma documentação pude perceber que era ainda mais disseminada

¹⁸¹ AN. Códice 104, volume 8. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786, fl. 40.

dentre aquela população a posse de outros homens. É sobre a estrutura de posse de escravos que falo a seguir.

2.1.2 – *Senhores de escravos*

Como já foi demonstrado no capítulo anterior, a julgar pelos mapas de população disponíveis, a parcela escrava no Rio Grande de São Pedro em fins do século XVIII variou entre 28,6% e 35,3% da população.¹⁸² Essa proporção é levemente maior ao se considerar apenas a freguesia de São Pedro do Rio Grande – excluindo-se, portanto, as de Estreito e Mostardas – essa taxa em 1802 chega a 38,1%, o que provavelmente era reflexo da concentração de mão de obra cativa em função da produção do trigo em larga escala e das charqueadas naquela região.

Como já foi comentado, de acordo com Gomes, em Rio Grande o crescimento da população se deu de forma mais acelerada do que nas demais regiões da capitania entre 1780 e 1802, o que foi em boa parte devido ao aumento da população escrava no período, que teve um crescimento de 7,9%, enquanto a população livre cresceu a uma taxa de 4,1%.¹⁸³

Uma vez que não tive acesso a listagens de tipo nominativo, sejam de origem militar/administrativa ou eclesiástica, não é possível saber como estavam distribuídas essas pessoas dentre os muitos lares da freguesia. Porém, foi possível ter uma ideia do nível de distribuição da propriedade escrava por meio das avaliações da mesma nos inventários *post mortem* por mim estudados.¹⁸⁴ Dos 85 processos de inventário referentes à região de Rio Grande abertos entre 1779 e 1809, treze não apresentavam escravos dentre os bens avaliados. Os 72 restantes dificilmente apresentam uma representação fidedigna da posse de escravos no conjunto dos habitantes, uma vez que esse tipo de documento tende a sobrerrepresentar os

¹⁸² BN. **Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro suas freguesias e moradores de ambos os sexos**, com declaração das diferentes condições e cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780; AHU. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro. , caixa 7, doc. 485, Anexos. **Mapa de todos os habitantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul**, divididos pelas freguesias atuais da mesma Capitania no ano de 1802 e **Mapa ou numerário de todos os habitantes da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul**, o qual expressa as suas condições, estados e sexos divididos pelo numero das freguesias atuais da mesma capitania em 1798.

¹⁸³ GOMES, Luciano Costa. Escravidão e agricultura no Rio Grande de São Pedro, período colonial: sugestão de um modelo de interpretação. **Revista Latino-Americana de História**, v. 3, n. 10, p. 89-110, 2014, P. 102.

¹⁸⁴ APERS. **Processos de Inventário**.

mais ricos. Isso não impediu, no entanto, a presença de muitos inventários de bens modestos, formados algumas vezes quase que unicamente por um ou dois escravos, como se verá.

Nesses 72 inventários foram avaliados 442 escravos, o que gera uma média de 6,1 trabalhadores cativos por plantel. Essa média é superior às encontradas para algumas localidades de Minas Gerais no século XVIII, da Bahia e mesmo de Sorocaba, porém isso provavelmente se deva às limitações da fonte por mim utilizada.¹⁸⁵ A média, no entanto, diz muito pouco a respeito da distribuição desses escravos nos diversos plantéis, como se pode perceber por meio da Tabela 6.

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DOS PLANTÉIS NOS INVENTÁRIOS DE RIO GRANDE (1779-1809)

Plantéis	Inventários		Escravos	
	NA	%	NA	%
1-2	26	36,1	40	9,3
3-4	20	27,8	68	15,8
5-9	12	16,7	78	18,1
10-19	10	13,9	127	29,5
20 ou mais	4	5,6	118	27,4
Total	72	100	431	100

FONTE: APERS. **Processos de Inventário.**

A maior parte dos proprietários (63,9%) tinha pequenos plantéis, formados por um a quatro escravos. Essa maioria era senhora, no entanto, de 25,1% da escravaria. Não há, na minha amostra, grandes escravarias comparáveis às encontradas em regiões de *plantation*, já que o maior proprietário inventariado tinha 37 escravos. Ainda assim, é significativo que os quatro inventários daqueles que podem ser chamados de grandes proprietários no contexto aqui estudado – detentores de 20 cativos ou mais – somassem 27,4% dos escravos.

No Recôncavo Baiano, por meio dos dados apresentados por Schwartz percebe-se a mesma proporção de pequenos proprietários, já que 64% dos senhores possuíam menos de cinco escravos, porém esse grupo concentrava um volume menor da escravaria (15,4%). Ao mesmo tempo, os 10% maiores proprietários lá detinham entre 14% e 78% da escravaria, dependendo da freguesia analisada, enquanto em Rio Grande os sete maiores proprietários (cerca de 10%), detém 39%.¹⁸⁶ Em que pese a precariedade dos meus dados, em Rio Grande a

¹⁸⁵ LUNA, Francisco Vidal. Estrutura de posse de escravos. In: COSTA & LUNA. **Minas colonial: Economia e Sociedade**. São Paulo: FIPE-Pioneira, 1982; SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001. [1994], p. 144.

¹⁸⁶ SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 360.

propriedade de escravos parecia ser menos concentrada do que no recôncavo, especialmente em função dos tamanhos relativamente modestos das maiores escravarias na localidade sulina.

Com relação a Minas Gerais, o conjunto dos pequenos proprietários é mais ampliado do que em Rio Grande, uma vez que senhores com cinco ou menos cativos em quase todas as localidades investigadas por Luna, com exceção de uma, superavam 70% do conjunto dos proprietários, os quais detinham entre 26,3% e 47,1% dos escravos.¹⁸⁷ Para poder realizar uma comparação, calculei a porcentagem de proprietários com 1 a 5 escravos em Rio Grande e cheguei a uma taxa de 70,8%, os quais possuíam 30,9% da escravaria. Ainda menores eram os plantéis em Sorocaba em 1810, onde Bacellar encontrou uma proporção de 73,9% de proprietários de até cinco cativos.¹⁸⁸ Já em São José dos Pinhais, dentre o seletivo grupo de escravistas identificado por Machado, 58% eram proprietários de um a quatro cativos em 1782.¹⁸⁹

Para Porto Alegre entre 1779 e 1792 Gomes identificou, utilizando róis de confessados, que os plantéis de até 4 escravos nunca foram inferiores a 65% do total, ao mesmo tempo em que os poucos que possuíam dez ou mais cativos (entre 5 e 8% dos proprietários) tinham sob seu comando entre 20 e 27% dos escravos.¹⁹⁰ Já Aladrén, pesquisando inventários das localidades sulinas de Cachoeira, Jaguarão e Rio Pardo entre 1777 e 1840, identificou uma taxa de 50,7% de proprietários de 1 a 4 escravos, que detinham 18,2% dos cativos.¹⁹¹

Também por meio de inventários, Vargas verificou que em Pelotas, entre 1800 e 1835, os pequenos plantéis (de 1 a 4 cativos) eram 40% do total, porém os 5,4% de proprietários com 50 ou mais cativos detinham 33,6% dos escravos.¹⁹² Considerando que

¹⁸⁷ LUNA, Francisco Vidal. Estrutura de posse de escravos. In: COSTA & LUNA. **Minas colonial: Economia e Sociedade**. São Paulo: FIPE-Pioneira, 1982p. 38-39.

¹⁸⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001. [1994], p. 144.

¹⁸⁹ MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista**. Apicuri, 2008, p. 45-46.

¹⁹⁰ GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802**. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2012, p. 104-105.

¹⁹¹ ALADRÉN, Gabriel. **Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777–1835)**. Niterói (RJ): PPGH/UFF, 2012, p. 92 e segs.

¹⁹² VARGAS, Jonas. **Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013, p. 122

Pelotas no início do século XIX ainda era um distrito da Vila do Rio Grande, esses dados demonstram um processo de concentração da propriedade de escravos e um aumento das grandes escravarias a ocorrer nas décadas seguintes ao período por mim pesquisado, pelo menos naquela região.

As diferenças de possibilidade de acesso à mão de obra cativa dos habitantes da vila de Rio Grande também podem ser verificadas por meio da qualificação dos diferentes plantéis, especialmente em termos de faixa etária. Do conjunto dos escravos avaliados nos 72 inventários por mim pesquisados, havia referência à idade ou faixa etária para 384 deles, como demonstrado na Tabela 7.

TABELA 7 – FAIXA ETÁRIA DOS ESCRAVOS INVENTARIADOS POR TAMANHO DE PLANTEL (RIO GRANDE, 1779-1809)

Plantéis	Crianças		Homens Jovens		Mulheres Jovens		Homens adultos		Mulheres adultas		Idosos		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
1-2	0	0	4	10,8	1	2,7	15	40,5	2	5,4	15	40,5	37	100
3-4	9	18,4	2	4,1	2	4,1	7	14,3	9	18,4	20	40,8	49	100
5-9	9	12,5	5	6,9	2	2,8	27	37,5	14	19,4	15	20,8	72	100
10-19	30	27,3	6	5,5	4	3,6	30	27,3	14	12,7	27	24,5	110	100
20 ou mais	17	14,7	8	6,9	4	3,4	35	30,2	19	16,4	33	28,4	116	100
Total	64	16,7	38	9,9	13	3,4	114	29,7	59	15,4	110	28,6	384	100

Na categoria *crianças* constam as pessoas de até 8 anos de idade ou aquelas ditas "inocente"; *Jovens* são os de 9 a 14 anos; *adultos*, de 15 a 39 e *idosos* as com 40 anos ou mais, ou classificadas na fonte como "velho". Não constava qualquer menção à idade para 47 escravos, os quais não foram incluídos nos totais apresentados.

FONTE: APERS. **Processos de Inventário.**

Os plantéis muito pequenos, com um ou dois escravos, eram compostos principalmente por escravos adultos ou idosos, em sua maioria homens (dentre os idosos, há apenas duas mulheres). Como mostrarei no tópico seguinte, são os inventariados com as menores fortunas os proprietários das pequenas escravarias. Doze desses 26 proprietários eram lavradores, número que representa apenas aqueles que puderam ser assim identificados com algum grau de segurança. Isso indica que em muitos casos sendo possível à família o investimento em apenas um escravo, seriam priorizados aqueles que pudessem contribuir na produção – homens, ainda que nem sempre tão jovens. Também é significativo que, embora 40,5% desses pequenos plantéis fossem compostos por homens adultos, o valor médio desses cativos (106\$773 réis) era levemente inferior ao valor médio dos homens adultos em todas as escravarias (125\$905 réis). Considerando o conjunto dos escravos dos pequenos plantéis, independente de gênero ou idade, seu valor médio era de 96\$535 réis.

Nos plantéis de três ou quatro escravos cresce o número de mulheres com relação ao estrato anterior, e aparecem as crianças, e a proporção de homens adultos é a menor de todo o conjunto. A média de preço de todos os escravos neles cai para 85\$265 réis. Esses fatores demonstram que o simples aumento da quantidade de escravos no plantel não necessariamente significa que os proprietários desse segundo grupo tivessem condições materiais muito superiores às do primeiro. Nos plantéis de 5 a 9 escravos existe uma predominância clara dos homens adultos, e o valor médio sobe para 93\$215 réis, embora a quantidade de crianças e idosos faça com que ainda fique abaixo do valor médio nos menores plantéis. Os plantéis que tinham entre 10 e 19 escravos, embora não fossem os mais frequentes, eram os que somavam a maior quantidade de escravos. No entanto, também era neles que se encontrava a maior proporção de crianças, e o valor médio de cada um dos trabalhadores era de 92\$712 réis. Esse valor médio, no entanto, provavelmente seria menor se fosse desconsiderado o plantel do Tenente Vasco Pinto Bandeira, no qual se encontram os cinco escravos mais bem avaliados de todo o conjunto, quatro homens adultos e uma mulher avaliada conjuntamente com o filho recém-nascido.¹⁹³ O único desses homens que possui atividade declarada é Joaquim, *pardo*, de 28 anos que era alfaiate e foi avaliado em 294\$400. Dada a discrepância dos valores encontrados, é possível que os avaliadores tenham sido generosos no momento de atribuir valor aos escravos do Tenente. Os quatro plantéis dos maiores escravistas teriam um perfil etário muito próximo ao das menores escravarias, não fosse a presença de crianças. É isso que faz com que a média do valor dos escravos, embora alta, seja levemente menor nessa faixa do que na primeira: 96\$126. Considerando apenas os homens adultos, o valor médio dos mesmos é de 140\$777.

O que esses dados indicam é que, embora o número de proprietários de homens e mulheres fosse bastante amplo em Rio Grande, o maior número, e os escravos mais bem avaliados estavam concentrados na mão de poucos. Isso também pode ser demonstrado quando se observa que os vinte escravos mais caros (cerca de 5% do total) estavam todos nas escravarias com 10 escravos ou mais.

As diferenças nos valores declarados podem indicar certo grau de especialização de atividades por parte dos cativos, embora isso não tenha podido ser verificado uma vez que apenas 45 escravos tiveram atividade declarada, sendo que 25 deles pertencentes ao Capitão

¹⁹³ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, 2º Cartório Cível e Crime, **Processo de Inventário de Vasco Pinto Bandeira**, 1807.

Francisco Correia Pinto e declarados no título "escravos da roça e escravas".¹⁹⁴ Dos demais, três foram ditos campeiros, dois alfaiates (avaliados em 200 e 294 mil réis), um charqueador (200\$), um mestre sapateiro (192\$), um oficial de carpinteiro (102\$) e um sapateiro (170\$).¹⁹⁵

Considerando que esses dados são provenientes dos poucos processos de inventário abertos nos trinta anos por mim pesquisados, embora sejam excelentes para se desenhar um panorama geral da propriedade escrava em Rio Grande, acabam tendo algumas limitações quando o objetivo é identificar os proprietários de pequenas e médias escravarias – exceto os que tiveram o infortúnio de falecer naqueles anos.

É importante frisar que a pouca representatividade dos inventários não afeta apenas a identificação dos menores proprietários. Embora esse seja um fenômeno mais raro, alguns dos maiores escravistas também ficam ausentes. Provavelmente o maior proprietário escravista do período em Rio Grande foi o casal do Capitão mor Manuel Bento da Rocha e Dona Isabel Francisca da Silveira. Eles faleceram respectivamente em 1791 e 1822 deixando testamento, mas não inventário: ou seja, mesmo que eu ampliasse o recorte temporal para abarcar a década de 1820, quando Isabel faleceu, seus escravos não entrariam no cômputo. Pode-se dizer que provavelmente esse casal era um dos maiores escravistas do período em função das muitas referências a eles na historiografia que trata das elites sulinas e, principalmente, pelo elevado número de vezes em que aparecem nos registros paroquiais no papel de proprietários de escravos.¹⁹⁶

Considerando que não tenho acesso aos meios tradicionais de conhecer o conjunto dos escravistas (ou pelo menos a maior parte deles), é preciso lançar mão de outros recursos para vir a conhecê-los. O primeiro desses é via testamentos. As informações presentes nesse tipo de fonte são de caráter muito mais qualitativo do que quantitativo, o que torna complicado buscar informações tais como tamanhos de plantel ou concentração de propriedade escrava. Porém, alguns testamentos dentre os 83 a que tive acesso, escritos ente

¹⁹⁴ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de Francisco Correia Pinto**, 1793.

¹⁹⁵ APERS. Comarca de Santa Catarina, Pelotas, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de Ana Maria Inácia**, 1806; **Processo de Inventário de Luís Pereira**, 1806; **Processo de Inventário de Manuel Gonçalves Meireles e Isabel Joaquina de Sousa**, 1807; **Processo de Inventário de Margarida Soares de Sousa**, 1806; APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de Gaspar de Araújo Castro Ramalho**, 1808; **Processo de Inventário de José Garcia de Araújo**, 1806; APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, 2º Cartório Cível e Crime, **Processo de Inventário de Ursula Teresa Fernandes**, 1807; **Processo de Inventário de Vasco Pinto Bandeira**, 1807.

¹⁹⁶ ADPRG. 2º a 4º Livros de Óbitos de Rio Grande. APERS, **Processos de Inventários**. APERS, **Execuções de Testamento**; ADPRG. 5º a 8º Livros de Batismos de Rio Grande.

1779 e 1810, apresentavam declarações detalhadas dos bens, especialmente os do século XVIII. Embora não haja avaliação, nem menção a idades, ainda são úteis para identificar os proprietários.¹⁹⁷

Dentre os 83 testadores, vinte tinham também inventário, e foram, portanto, retirados da amostra por já terem sido analisados. Dentre os que restaram, 29 não fazem menção a escravos, o que não significa, necessariamente, que não os houvesse. Em quinze ocasiões é feita referência à presença de escravos, especialmente com o objetivo de lhes dar alforria, porém não é dito o tamanho do plantel. Restam dezenove declarações de últimas vontades com referência ao número de escravos. Esses são casos em que os testadores relacionaram o conjunto dos bens com certo cuidado, incluindo frequentemente roupas, ferramentas e utensílios domésticos, coisas que não costumam aparecer mais frequentemente nos testamentos mais antigos e naqueles cujos bens não somavam um valor muito alto.

Em todos os casos o número de escravos citados era menor do que dez, e o número de plantéis de 1 a 4 escravos era de quinze, a imensa maioria. Dos quatro escravistas que tinham entre seis e nove cativos, três foram identificados como lavradores ou lavradores e criadores de poucos animais. O quarto, o Sargento Manuel da Costa de Carvalho, declarou como bem de raiz uma casa na vila, porém também fez referência a vários animais com sua *marca* que estariam em terras de um afilhado seu.¹⁹⁸

Por meio dos documentos até aqui citados foi possível conhecer os nomes de 106 proprietários de escravos. Mesmo que essa identificação precise ser complementada com mais informações para que se possa ter uma melhor ideia de sua situação econômica e social, já se tem aí pelo menos a existência de uma distinção perante o restante da população: eram senhores e senhoras de outros homens e mulheres.

Com o objetivo de identificar outros fios de Ariadne a perseguir no labirinto documental, utilizei registros paroquiais como meio de identificar outros proprietários de escravos. A vantagem desse procedimento é que permite conhecer um número bem maior de agentes do que os a que se tem acesso via inventários e testamentos – documentos que, pelo menos no contexto em que estudo, raramente eram elaborados a respeito de pessoas que tinham patrimônios muito diminutos, que, na linguagem da época, não tinham *de que* fazê-los. Por outro lado, é preciso ter em mente as limitações também dos registros paroquiais. Nesse caso, só se pode conhecer os proprietários de escravos que passaram por algum ritual

¹⁹⁷ ADPRG. 2º a 4º livros de Óbitos de Rio Grande; APERS. Processos de Inventário. APERS. Processos de contas testamentárias.

¹⁹⁸ ADPRG. 2º livro de Óbitos de Rio Grande. Testamento de Manuel da Costa de Carvalho, f. 9 a 10v.

católico no período em estudo: os que nasceram, casaram, tiveram filhos, ou morreram. Se o levantamento da posse escrava feito via inventário serve de parâmetro, os cerca de 30% de proprietários de um ou dois escravos raramente constam como tal nos registros paroquiais, uma vez que em seus plantéis as mulheres e crianças – os cativos mais frequentes nos batismos, por exemplo – são raros.

O procedimento inicial adotado para identificação dos proprietários nas atas batismais foi a seleção de todas as mães cativas de batizados.¹⁹⁹ Ou seja, as pessoas citadas como proprietários de pais, padrinhos ou madrinhas não foram contabilizadas. Dentre os 1058 batismos de filhos de escravas, identifiquei 676 mães.²⁰⁰ Todas elas foram contadas apenas uma vez, independentemente do número de filhos que tiveram. Por outro lado, é possível que dentro de um mesmo plantel houvesse mais de uma mãe com o mesmo nome, especialmente nos maiores. Nem sempre os registros de batismo trazem informações tais como cor e nação da mãe do batizando. Nos casos em que não havia itens identificadores para distingui-las, todas as mulheres de mesmo nome pertencentes a um mesmo senhor foram consideradas uma única pessoa.

TABELA 8 – PROPRIETÁRIOS EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE MÃES ESCRAVAS, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE (1776-1800)

	Nº proprietários	Número total de mães
1 mãe	336	336
2 mães	69	138
3 mães	26	78
4 mães	6	24
5 mães	9	45
6 mães	1	6
7 mães	1	7
17 mães	1	17
22 mães	1	22
Totais	450	673

FONTE: ADPRG. 5º a 8º Livros de Batismos de Rio Grande.

O número de escravos em cada um desses plantéis devia ser bem superior ao de mães, uma vez que as mulheres eram minoria naquela população. Ainda que com essas limitações, por esse procedimento se chegou a um número bastante alto de proprietários: 450,

¹⁹⁹ Procedimento baseado no indicado por João Fragoso em FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio; FRAGOSO, João (Eds.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

²⁰⁰ ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

em uma população livre e liberta adulta que em 1802 era de cerca de 2500 almas na paróquia de São Pedro do Rio Grande.²⁰¹

Outros escravistas puderam ser identificados por meio dos registros de óbito.²⁰² A principal vantagem da utilização desse tipo de registro é que abarca de forma mais ampla o conjunto da população escrava, incluindo os homens africanos, que não aparecem nos batismos. Outra vantagem é que não há preocupação em distinguir os escravos uns dos outros dentro de um mesmo plantel, já que, diferentemente das mães, que podem ter vários filhos, ninguém pode morrer duas vezes. A maior limitação da utilização dos assentos de óbitos é a já conhecida alta taxa de sub-registro desse tipo de documento. Além disso, a relação senhor/escravo se dá a conhecer ao pesquisador justamente no momento em que ela para de existir por falecimento de uma das partes. Nesse sentido, ocorre o mesmo do que no momento do inventário do senhor, porém em sentido inverso.

Para o presente levantamento considere apenas os escravos maiores de oito anos, ou seja, aqueles que não eram mais considerados *inocentes* pela Igreja Católica. Essa escolha se deu, por um lado, em função da grande mortalidade de inocentes no período, o que faz com que seguidamente uma criança escrava viesse a óbito antes que pudesse ser considerado força produtiva, e por outro para evitar sobreposição com os registros de batismos das mesmas.

TABELA 9 – PROPRIETÁRIOS EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE ESCRAVOS FALECIDOS, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE (1776-1800)

Escravos falecidos	Nº proprietários	Número total de escravos
1	244	244
2	47	94
3	15	45
4	9	36
5	3	15
9	1	9
14	1	14
27	1	27
Totais	321	484

FONTE: ADPRG. 2º a 4º Livros de Óbitos de Rio Grande.

²⁰¹ BN. **Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro suas freguesias e moradores de ambos os sexos**, com declaração das diferentes condições e cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780; AHU. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro. , caixa 7, doc. 485, Anexos. **Mapa de todos os habitantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul**, divididos pelas freguesias atuais da mesma Capitania no ano de 1802 e **Mapa ou numerário de todos os habitantes da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul**, o qual expressa as suas condições, estados e sexos divididos pelo numero das freguesias atuais da mesma capitania em 1798.

²⁰² ADPRG. 2º a 4º Livros de Óbitos de Rio Grande.

Em ambos os casos o proprietário mais citado é o casal Capitão Mor Manuel Bento da Rocha e Dona Isabel Francisca da Silveira, seguidos por *Sua Majestade*²⁰³, nos batismos e do casal Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira e Dona Josefa Eulália do Nascimento nos óbitos. Como já comentei, não foi encontrado inventário do Capitão Mor ou de sua esposa, provavelmente os maiores escravistas do período, e, não havendo tampouco listagens nominativas, é via registros paroquiais o melhor meio de vir a conhecer seu plantel.

Por meio dos assentos de óbitos identifiquei 321 proprietários de escravos, 218 dos quais não constavam nos batismos. Ou seja, desse modo pude conhecer mais de 650 famílias escravistas de Rio Grande.²⁰⁴ No entanto, esses dados apenas sugerem quem seriam os maiores escravistas na freguesia, não permitindo a identificação dos pequenos e médios proprietários enquanto tal. Isso acontece porque por meio dos dados expostos nas Tabelas 8 e 9 apenas se pode conhecer o número de vezes em que um escravo ou escrava de um mesmo senhor passou por um processo vital nas pouco mais de duas décadas por mim investigadas, podendo seu plantel ser compatível com a frequência com que seus escravos passaram por rituais católicos ou muito superior.

Isso pode ser observado por meio da Tabela 10, na qual estabeleço uma comparação entre o tamanho dos plantéis das pessoas inventariadas, e a frequência com que apareciam seus nomes, ou o de seus cônjuges, como proprietários de mães de batizados ou de escravo falecidos. Dentre os 72 inventariados que tinham escravos, 39 foram os que puderam ser encontrados nos registros paroquiais.

Em primeiro lugar é preciso levar em consideração que os inventários foram coletados até o ano de 1809, enquanto os dados provenientes dos registros paroquiais se estendem apenas até 1800. Destaquei em negrito os nomes daqueles que faleceram ainda no século XVIII, ou seja, no mesmo período abarcado pelos registros paroquiais.

Embora pelo menos no número de mães tenha sido presenciado um aumento de ocorrências nos plantéis com dez escravos ou mais, o que se percebe é que a presença de até três mães pode ocorrer em plantéis de todos os tamanhos. A correlação entre o número de escravos inventariados e o aparecimento dos nomes dos mesmos senhores é ainda menos existente no caso dos óbitos, provavelmente em função da existência de um sub-registro bastante significativo nesse último caso.

²⁰³ Trata-se dos escravos da Real Feitoria do Linho Cânhamo.

²⁰⁴ Sempre que possível, identifiquei o nome do cônjuge das mulheres viúvas que aparecem como proprietárias. Nesses casos, constam como *proprietário* na base de dados por mim formulada com esse propósito de identificar os escravistas os nomes de ambos os cônjuges, seja antes ou posteriormente ao falecimento do marido.

TABELA 10 – COMPARAÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA EM INVENTÁRIOS, BATISMOS E ÓBITOS (RIO GRANDE, 1776-1809)

Proprietários	Escravos no inventário	Mães escravas	Escravos falecidos
Matias dos Santos Palmela; Paulo dos Santos Cruz.	1	0	1
Joaquim de Sousa Soares.	1	1	5
Bernardo Bento Marques; José Alves Lagoa Viana.	2	0	1
Joana Maria de Jesus.	2	0	3
Antônio da Costa; Antônio Silveira; Claudia dos Santos; Maria Joaquina.	2	1	0
Francisco Gomes de Faria Gaia.	2	1	1
Francisco Pereira da Silva.	3	1	0
José da Rosa.	3	1	3
Jorge Vieira da Rosa.	3	2	1
Vicente Álvares Lisboa.	3	3	0
Antônio Tomé da Rosa; João de Sousa Soares; João Machado Maciel.	4	1	0
Tomé da Rosa Vieira.	4	1	1
Manuel de Ávila Machado.	4	2	1
Alexandre da Silva Baldez; Bernardina Antônia de Lima; Rita Bernarda; Tomé Machado da Costa.	5	1	0
João Gomes de Melo.	6	1	1
João Antunes da Porciúncula.	8	1	0
Amaro José da Silveira.	9	1	0
Joana Maria da Purificação.	10	1	0
Ana Maria Inácia.	10	2	1
José de Brum da Silveira.	10	3	1
Francisco Xavier de Amorim.	10	4	0
Luís Pereira da Silva.	12	1	1
Vasco Pinto Bandeira.	13	2	0
Rosa Maria.	15	0	1
Francisco Fernandes Lima.	18	2	0
Úrsula Teresa Fernandes.	21	3	3
Gaspar de Araújo Castro Carvalho.	4	0	1
Manuel Gonçalves Meireles.	30	4	0
Francisco Correia Pinto.	37	5	3
39 proprietários	310	53	31

Os nomes em negrito sinalizam os processos de inventários abertos antes do ano de 1800.

FONTE: APERS. *Processos de Inventário*; ADPRG. 5º a 8º *Livros de Batismos de Rio Grande* e 2º a 4º *Livros de Óbitos de Rio Grande*.

De qualquer maneira, esses dados permitem conhecer boa parte daqueles que foram senhores de outros homens naquela localidade sulina em fins do século XVIII. E, mais do que isso, pode-se conhecer algumas das maiores escravarias. Um proprietário que teve cinco ou

mais mães em idade produtiva em vinte anos, ou que enterrou nove ou mais de seus escravos, dificilmente pode ser considerado um pequeno proprietário. Esse tipo de parâmetro é bastante útil quando, por exemplo, um padrinho preferencial investigado aparece em poucos ou nenhum documento além dos registros paroquiais.

Uma vez estabelecidos esse panorama geral a respeito da propriedade escrava ou da terra, fica mais fácil avaliar qualitativamente a situação econômica e social de muitos dos atores estudados. Sozinhos, no entanto, não bastam quando se busca encontrar uma faixa intermediária de acesso à riqueza. Nesse sentido, quando se fala em conhecer a situação econômica de uma determinada pessoa, de uma família ou mesmo de uma determinada região, um dos conjuntos documentais que mais facilmente podem ser utilizados, ainda que tenham suas limitações, são os inventários. Com relação à população de Rio Grande por mim estudada não seria diferente.

2.2 – Quando os mortos deixam: inventários

Declaro que estes bens que possuímos no nosso casal foram adquiridos depois do nosso ajuntamento, por mercê divina, e suor do nosso rosto, sem nunca herdarmos coisa alguma de nossos pais
Manuel Pinheiro do Amaral (1788)

Os *inventários post-mortem* eram processos abertos a partir do falecimento de alguém que tinha algo a legar, e eram mais frequentes nos casos em que o falecido ou falecida tinha herdeiros forçados, ou seja, filhos, e na ausência deles, pais. Tinham como objetivo o levantamento patrimonial de um recém-falecido para posterior distribuição entre os herdeiros ou legatários da parte que lhes cabia de seus bens (dois terços). Eram realizados, em sua maioria, em foro próprio, o Juizado de Órfãos, entidade que também devia cuidar das propriedades de órfãos – pessoas solteiras menores de 25 anos, como disposto nas Ordenações Filipinas.²⁰⁵

Em Rio Grande, o prazo de um mês para a abertura do inventário do falecido que tenha deixado filhos órfãos, estipulado na legislação, dificilmente foi respeitado. Por exemplo, das 42 pessoas inventariadas entre o período da retomada da Vila e o ano de 1800 – período

²⁰⁵ **Código Filipino**, ou, Ordenações e leis do reino de Portugal: recopiladas por mandado d'el Rey D. Felipe I / por Cândido Mendes de Almeida. – Ed. fac-sim. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012, Livro I, Título 88.

para o qual tenho disponíveis as informações referentes aos óbitos – apenas sete tiveram seus processos abertos no mesmo ano da morte.²⁰⁶

Utilizei na pesquisa todos os processos de inventário que pude encontrar referentes à Rio Grande entre 1779 (primeiro inventário posterior à retomada da Vila) e 1809. Devido à organização de seu armazenamento no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, isso significou a inclusão de dezesseis inventários que constam como referentes à localidade de Pelotas, além dos 77 classificados no subfundo Rio Grande.²⁰⁷ Esse conjunto documental foi produzido por dois juizados, o Ordinário (onze processos) e o de Órfãos (82 inventários), e está muito desigualmente distribuído ao longo do período em questão. Há uma grande concentração nos anos de 1781 (nove processos), 1793 (dezoito processos) e 1806 (32 processos). Talvez isso se deva ao fato de não haver, no período, juiz de órfãos em Rio Grande, havendo um único para toda a Capitania, que residia em Porto Alegre. Como apontou Tiago Gil, que analisou praticamente o mesmo conjunto de processos, talvez tais concentrações correspondessem a momentos nos quais os Juizes se deslocassem até Rio Grande, ou pudessem ser até mesmo um reflexo da atuação específica de um determinado juiz.²⁰⁸

As dificuldades em se dar início ao processo em função das distâncias, juntamente com os custos envolvidos (um percentual deveria ser pago ao juizado de órfãos), faz com que a possibilidade de sub-registro seja bastante alta. No entanto, uma vez que era obrigatória sua abertura em todos os casos de falecimento de mãe ou pai que tenha deixado filhos menores, quando realizados, contemplavam pessoas de diversos níveis de riqueza, não apenas os muito ricos. Alguns processos apresentam valores bastante modestos, outros, valores algum, nos casos em que os bens eram tão diminutos que constam apenas declarações do responsável pelos órfãos, não havendo inventário propriamente dito. Excluí da análise os oito documentos enquadrados nessa situação, por não apresentarem qualquer avaliação dos bens.

²⁰⁶ Sete inventários foram abertos no ano do falecimento, oito no ano seguinte, dezoito dentro de dois anos e oito só tiveram início três anos após o falecimento do inventariado. APERS. **Processos de Inventário**.

²⁰⁷ Há diversos processos de inventário do século XVIII da região de Rio Grande que estão classificados como pertencentes a locais que só posteriormente seriam independentes. Assim, há 16 inventários até o ano de 1809 classificados como Pelotas, sendo que essa localidade só teria freguesia em 1812 e só seria vila em 1832. É possível que o mesmo tenha acontecido com as localidades de Canguçu, Piratini e Jaguarão, porém ainda não pude verificar isso. Agradeço a Jonas Vargas por ter me cedido seu fichamento dos referidos processos de Pelotas.

²⁰⁸ GIL, Tiago Luís. **O crédito numa comunidade de fronteira: problemas, algumas experiências metodológicas e alguns resultados** (Rio Grande, 1780-1810). Sevilha: Universidad Pablo de Olavide, 2006, p. 43-44.

Ainda assim, é inegável a vinculação entre esse tipo de documento e existência de riqueza, e suas restrições em termos de representatividade populacional, uma vez que, em um universo de 1057 adultos livres falecidos entre 1776 e 1800, conta o inventário de apenas 42 pessoas, perfazendo 2,4% daquela população, portanto.

Esse tipo de documento não necessariamente traz informações como idade, naturalidade, ou estado matrimonial de seus titulares. Assim, utilizei o cruzamento nominativo para desenhar um perfil dos inventariados.

O total de pessoas às quais os documentos se referem é superior ao total de processos já que dez deles são referentes a casais e um é de pai e filho que faleceram em datas próximas. São, portanto, 91 pessoas, sendo que 61 delas eram homens, mais de dois terços. Uma parte dessa diferença pode ser atribuída ao fato de que raramente uma mulher solteira tinha inventário (encontrei apenas um caso). Porém, também é provável que houvesse maior pressão para que mulheres viúvas fizessem inventário de seus falecidos esposos do que o contrário, já que eram obrigadas a ver nomeado um tutor para seus filhos menores (ou solicitar mercê real de serem elas próprias tutoras), quando, ao contrário, pais geralmente permaneciam como tutores de seus filhos.

Mais de três quartos dos inventariados eram casados ou haviam sido casados, sendo apenas oito o número de solteiros, e apenas um desses era uma mulher. Já com relação às idades, só foi possível descobri-las, via cruzamento nominativo, a respeito de 36 pessoas. Cinco delas tinham até 29 anos, onze estavam na faixa entre 30 e 49, oito faleceram com idades entre cinquenta e sessenta anos e quatro foram ditas como tendo oitenta anos ou mais. Embora a quantidade de idades encontradas seja diminuta, tal variedade significa que havia inventariados que faleceram em diferentes momentos de seu ciclo vital e familiar.

Ou seja, não se trata apenas de patrimônios de pessoas mais velhas e supostamente não tão economicamente ativas. Mesmo que não se saiba a idade da maioria, o fato de que há herdeiros menores em mais da metade dos inventários sugere a grande representatividade de situações em que o falecimento de um dos cônjuges ocorreu em um momento relativamente recente do ciclo matrimonial.

Naturalidade é um dado mais facilmente encontrado. Das 65 pessoas para as quais tive informação, dezenove (29,2%) eram ilhéus, uma proporção bem maior do que a encontrada referente a pais e mães dessa mesma origem no conjunto dos batismos (10,8%) que apresentei no capítulo anterior. Essa diferença é ainda mais gritante no caso dos reinóis, que perfaziam 3,2% dos pais e 24,6% dos inventariados para os quais há informação desse tipo. Além desses, onze pessoas eram naturais de Rio Grande, seis da Colônia do Sacramento,

sete de outros locais da América Portuguesa, e uma da África – incidentalmente, trata-se da única mulher solteira inventariada.

Os 85 processos levantados tratavam, portanto de um grupo diversificado de pessoas, ainda mais se considerarmos que por meio deles se tem acesso a informações a respeito de um número ainda maior de agentes: filhos, cônjuges, outros familiares, além das pessoas com quem os inventariados estabeleceram uma série de relações, especialmente de crédito.

Esse conjunto foi dividido em períodos de dez anos, e os valores dos montes-mores foram somados, convertidos em libras esterlinas,²⁰⁹ para facilitar futuras comparações, e organizados em seis faixas de fortuna nos três períodos considerados. Os dados obtidos estão resumidos na Tabela 6.

TABELA 11 - INVENTÁRIOS DE RIO GRANDE POR FAIXA DE FORTUNA EM LIBRAS (1779-1809)

Faixas de Fortuna	1779-1789		1790-1799		1800-1809		Inventários por faixa	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
A: 1-100	13	542	3	100	8	594	24	1236
B: 101-200	1	130	6	954	10	1329	17	2413
C: 201-500	6	1736	7	2608	8	2486	21	6830
D: 501-1000	1	565	5	3273	3	1810	9	5648
E: 1001-3000	0	0	2	3444	5	9410	7	12854
F: 3001 ou mais	0	0	1	7758	6	27480	7	35238
Total:	21	2973	24	18137	40	43109	86	64219

FONTE: APERS. **Processos de Inventário.**

Considerando o total levantado, fica patente a grande concentração da riqueza. Os nove mais ricos (cerca de 10% dos inventariados) concentram 63,1% de toda a fortuna, enquanto os 43 mais pobres (50% da mostra) tem a participação de 6,4% no total da riqueza. Salvaguardadas as devidas proporções da realidade de cada contexto, esses dados se assemelham com os encontrados por Fragoso e Florentino para o Rio de Janeiro entre 1790 e 1807, onde os 10% mais ricos detinham 68,3% da riqueza enquanto 50% dos inventariados somavam apenas 6,1% dela.²¹⁰ Farinatti fez o mesmo tipo de análise com relação às fortunas

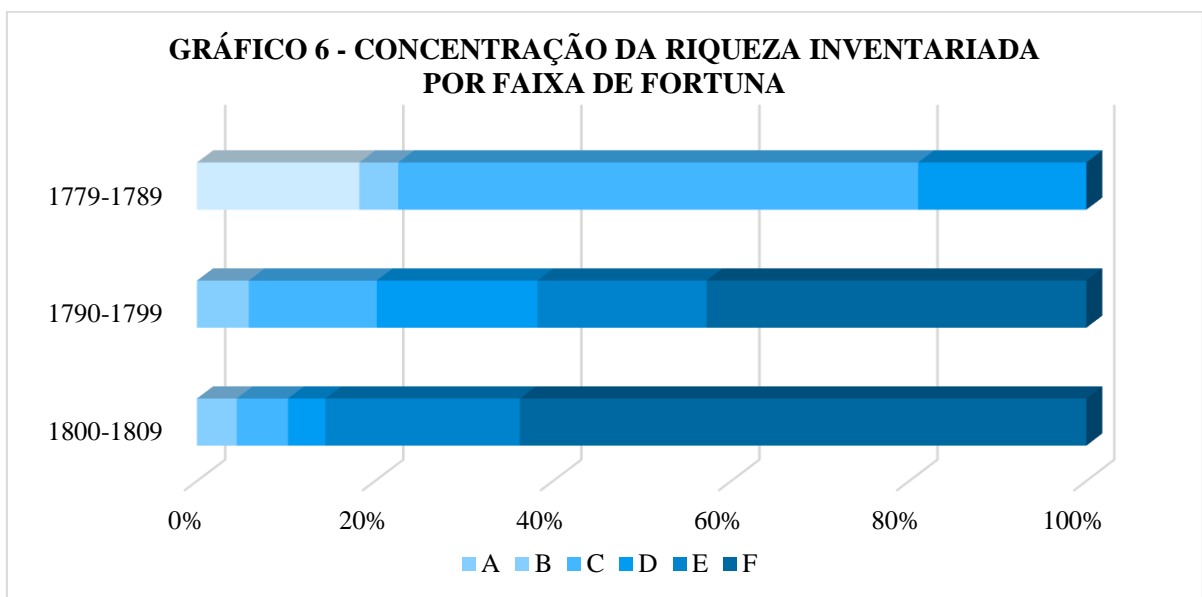
²⁰⁹ Utilizou-se para isso as tabelas presentes em DE MOURA FILHO, Heitor Pinto. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913)-DOI: 10.5752/P. 2237-8871.2010 v11n15p9. **Cadernos de História**, v. 11, n. 15, p. 9-34, 2011.

²¹⁰ FRAGOSO, João, e FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 [1996].

em Alegrete entre 1831 e 1870 e, no primeiro período considerado (1831-40), os 10% mais ricos acumulavam 47,9% do total enquanto a metade menos afortunada perfazia 6,4%.²¹¹

Como bem salientou João Fragoso, o nível de concentração de renda era ainda mais acentuado do que esse tipo de dado apresenta, uma vez que não há inventários para a maior parte dos homens e mulheres livres – provavelmente os mais pobres – e que, além disso, uma parcela extremamente significativa da população, os escravos, por sua condição jurídica de "bens" *estavam literalmente à margem da distribuição da riqueza*.²¹²

A concentração de riqueza em Rio Grande por mim verificada não é igualmente distribuída nos três períodos, no entanto, tornando-se mais manifesta na medida em que se avança no tempo. Para que se possa perceber com mais clareza essa evolução, elaborei o Gráfico 6, no qual constam as porcentagens dos valores acumulados em cada uma das faixas de fortuna nas três décadas consideradas.



FONTE: APERS. **Processos de Inventário**.

Tal aumento no acúmulo de fortunas na medida em que se aproxima o século XIX já foi apontado por Helen Osório. Analisando 541 processos das localidades de Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo entre 1765 e 1825, por amostras de cinco em cinco anos, a autora observou que:

²¹¹ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, p. 51.

²¹² FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 [1992], p. 312.

De 1765 a 1795, com exceção do ano 1770, as fortunas máximas estão no patamar de 2.000 libras (ou 7 contos de réis), quantia bastante modesta. As fortunas até 500 libras, que representam os mais pobres, oscilaram entre 60 e 100% dos inventariados. Mais especificamente, é no período de guerra, 1765-1785, em que se observam os mais altos percentuais de inventariados na primeira faixa de fortuna, o que indica a pobreza reinante e os efeitos dos confrontos bélicos em uma sociedade em formação. Após 1780, a presença de inventariados na faixa de até 200 libras jamais ultrapassou 48% do total, denotando o enriquecimento da sociedade.²¹³

O quadro por mim encontrado referente à vila de Rio Grande acompanha em termos gerais o que foi levantado pela autora com relação a Rio Grande de São Pedro como um todo. As fortunas de até 500 libras variaram entre 95% da amostra na década de 1780, e 65% na de 1800. No primeiro decênio, imediatamente posterior ao contexto de guerra a que a autora se refere, o maior valor inventariado foi de 565 libras. Com relação às maiores fortunas não excederem as 2000 libras antes de 1795, no entanto, minha amostra apresenta uma exceção no inventário do Capitão Francisco Correia Pinto (1793), que somou 7754 libras ou 27.604\$890 réis, o maior valor de todo o período considerado.²¹⁴

Embora a situação de Rio Grande acompanhe em traços gerais o que foi apontado a respeito da capitania, há uma especificidade que deve ser levada em conta. Como comentei no capítulo anterior, na década de 1790 tem início a produção do charque no distrito de Pelotas, e a mesma seria, no século XIX, em grande parte responsável por uma concentração de renda ainda mais desigual. Jonas Vargas, por meio do estudo os inventários de Pelotas entre 1850 e 1890, apontou que as dez maiores fortunas, ou 3,9% dos inventariados, detinham 53,8% do total avaliado, enquanto 73,8% dos inventariados somavam 9,9% da riqueza.²¹⁵

Identifiquei na minha amostra apenas quatro inventários de pessoas que estiveram envolvidas com a produção de charque, e apenas um deles estava na faixa F de fortuna. Embora tivesse ainda pequena representação nos inventários, o comércio desse produto já se fazia presente no período por mim estudado. Assim, ainda que essa configuração só se apresentasse a partir de meados do século XIX, faço referência a esses dados porque o germe daquele acúmulo já se fazia sentir em Rio Grande no período em que estudo e, principalmente, porque alguns atores sociais que ali já se encontravam direcionaram suas

²¹³ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999.

²¹⁴ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de Francisco Correia Pinto**, 1793.

²¹⁵ VARGAS, Jonas. **Pelas Margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013, p. 156.

estratégias de acordo com a possibilidade de se envolver com comércio tão lucrativo. Nem todas essas pessoas eram da elite, como mostrarei adiante.

A maior riqueza inventariada no período, no entanto, não era de um charqueador. Português, solteiro e falecido aos sessenta anos de idade, o Capitão Francisco Correia Pinto tinha um patrimônio eminentemente rural, sendo o único de sua faixa de fortuna que não apresentava imóveis urbanos ou dívidas ativas. Em sua Sesmaria na região de Piratini (distrito do Cerro Pelado) seus 37 escravos conformavam a maior escravaria observada por meio de inventários. Tinha também a maior quantidade de animais: apenas o valor em reses de criar somava quase sete contos de réis (1.900 libras esterlinas). Também produzia trigo, já que foi declarada a colheita de 450 alqueires do produto naquele ano. Sua produção, portanto, não era especializada, e combinava pecuária e agricultura, característica que já foi apontada por Helen Osório ao tratar dos maiores proprietários de rebanho do Rio Grande de São Pedro.²¹⁶

No outro extremo tem-se Antônio Ferreira Porto, natural de Rio Grande, mas filho de Ilhéus, que faleceu com 28 anos de idade, deixando sua viúva com quatro filhos pequenos.²¹⁷ Seu pai, homônimo, ficou como tutor de seus filhos e dos bens dos herdeiros, que se constituíam basicamente de sessenta reses mansas, alguns cavalos, alguns *trastes de casa* e *várias reses que de esmola deram aos ditos seus filhos*, como foi declarado pela viúva. Não há terreno algum declarado no inventário. Aparentemente se tratava de uma família com muito poucos recursos. No entanto, a *pobreza* de Antônio precisa ser relativizada, e não somente em função do momento de seu ciclo familiar – um casal ainda jovem cujo filho mais velho tinha sete anos. A feitura do inventário só ocorreu três anos após o falecimento de Antônio, por exigência do juiz de órfãos. O monte-mor de 26\$900 réis (oito libras) não considera, portanto, os 197\$145 (55 libras) referentes a dívidas já pagas por sua viúva antes da abertura do processo.

Além disso, também a atuação da família estendida do casal deve ser levada em consideração. No ano de 1796 foi aberto o inventário de Rita Bernarda, mãe de Antônio Ferreira Porto. Seu patrimônio, que somava 489 libras, compunha-se basicamente de uma data de terras, cinco escravos, algumas reses, alguns bois mansos e alguns alqueires de trigo recentemente colhidos. Foram declarados também os bens levados por cada um dos filhos ao casar, como era comum, e é por esse procedimento que, por sorte, foi anexada ao processo

²¹⁶ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 74.

²¹⁷ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de Antônio Ferreira Porto**, 1793.

uma correspondência de Antônio Ferreira Porto, o pai/viúvo, a seu procurador, o Capitão Simão Soares da Silva, em que diz

Como não posso ter em lembrança o tudo o que tinha que advertir assim quero que Vossa Mercê como mui bastante procurador declare que dei a meu filho Antônio Ferreira Porto uma ferraria que vale 20 mil réis, o Damásio e Joaquim estão ocupados no serviço del Rei não podem ir também declarar, e eu me lembro o Damásio quando se casou levou quatro bois, dez reses, uma égua, o Joaquim nada de gado, cavalos, um, Manuel Ferreira Porto também não declarei dobra e meia de uns terrenos que lhe dei no Rio Grande e tanto me custou. [...] ²¹⁸

O bilhete, ao que tudo indica escrito de próprio punho e assinado – o que por si só já demonstra certa diferenciação uma vez que a maior parte da população era analfabeta – demonstra aquilo que já vem sendo apontado por historiadores da família a respeito da importância de se analisar a atuação da parentela. Como salientado por Giovanni Levi, *risco e incerteza são frequentemente equilibrados através da diversificação de atividades entre parentes não co-residentes unidos em uma rede de solidariedade*.²¹⁹

Isso demonstra a necessidade de se observar, na medida do possível, a situação mais ampla das pessoas inventariadas que tiveram suas fortunas classificadas nas menores faixas (A e B), antes de descartá-las enquanto intermediárias, especialmente quando se considera que, como disse, a parcela inventariada já era bastante reduzida em comparação com a totalidade dos falecidos livres. Já havia, somente no fato de ter sido feito o inventário, uma diferenciação em potencial.

Tanto o ferreiro Antônio Ferreira Porto como o Capitão Francisco Correia Pinto tiveram seus processos abertos na década de 1790, e a diferença entre seus respectivos valores representam uma razão de 970. É nesse período, portanto, que se encontram os dois extremos de toda a amostra.

Na década anterior é que se tem a menor diferenciação entre os mais ricos e os mais pobres. A maior fortuna encontrada foi a do ilhéu José de Brum da Silveira, que, com um patrimônio de mais de dois contos de réis ou 565 libras, está abaixo da média de todos os inventários pesquisados (756 libras).²²⁰ Ou seja, embora o patrimônio do casal naquele momento não fosse nada desprezível, ainda era bastante modesta se comparado ao acúmulo

²¹⁸ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de Rita Bernarda**, 1796. Uma dobra e meia equivalia a 19\$200 réis.

²¹⁹ LEVI, Giovanni. Family and kin: a few thoughts. **Journal of Family History**, v. 15, no 4, 1990, p. 570.

²²⁰ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de José de Brum da Silveira**, 1784.

verificado em Rio Grande nos anos seguintes. O patrimônio de José de Brum e de sua esposa Maria Dias da Conceição, inventariado em 1784, os coloca na faixa de fortuna D, intermediária, portanto. No entanto, assim como no caso de Antônio Ferreira, essa posição pode ser relativizada pelo conjunto de informações levantadas a respeito dos dois.

A primeira aparição de José de Brum na documentação por mim consultada foi no primeiro ano da retomada da Vila, quando solicitou data de terras, explicando que até então vinha *cultivado suas agriculturas em terras do Capitão Domingos Martins* e que tinha *largueza para trazer 170 animais, cavalares, e vacuns, e cultivar com cinco escravos que possui*.²²¹ A data recebida nessa ocasião foi vendida dois anos depois, no entanto, e no momento do inventário seu casal teve avaliados campos no *Rincão de Quitéria Marques* onde criava suas quase 300 reses e provavelmente onde seus dez escravos – número bastante significativo naquele contexto e momento – cultivavam trigo. Essa propriedade, somada a duas casas na Vila, significa uma grande melhora em termos patrimoniais em comparação com o desamparo que apregoara na referida petição. Na *Relação de Moradores*, a viúva Maria Dias da Conceição consta como proprietária do referido terreno, que teria uma légua de extensão, *560 animais vacuns*, e *108 animais cavalares*. Isso a coloca como 34ª maior proprietária de gado bovino naquele ano dentre os 193 proprietários que tiveram seus animais relacionados.²²²

Esse casal não foi considerado por mim como intermediário. Embora não fossem os mais ricos, seu patrimônio está muito além do que poderia ser alcançado pela maior parte da população. Também é preciso considerar a atuação do grupo familiar, que incluía o Tenente Faustino Correia, cunhado de José de Brum, e um dos maiores proprietários de terras e de rebanho mencionado na *Relação de Moradores*.

No outro extremo, no mesmo período, com um valor inventariado 51 vezes menor do que a de José de Brum está Joana Silveira.²²³ Natural da Ilha de São Jorge e falecida com sessenta anos de idade, Joana e seu marido José Fernandes eram possuidores de uma data de terras, alguns bois mansos e instrumentos agrícolas, o que faz com que provavelmente fossem lavradores. Tinham um filho e três filhas adultas, todos casados e apontados na *Relação de Moradores* como lavradores. Essas foram as únicas informações que consegui levantar a

²²¹ AHRS, Fundo Fazenda, **Livros de Registros das datas de terra que se dão aos casais das Ilhas** (Códice F1230), publicado em BARROSO, Vera. **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002, p. 707.

²²² AN. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786. Códice 104, volume 8.

²²³ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de Joana Silveira**, 1781.

respeito da família, especialmente porque seus nomes, todos comuns e acompanhados de um único sobrenome, não facilitam a busca. Considerando o valor diminuto de seus bens, que somavam 35\$340 réis ou 11 libras, o fato de não possuírem escravos, e a ausência de qualquer informação que matizasse essa situação, esse casal tampouco foi considerado intermediário.

Na última década analisada a maior fortuna encontrada foi a do casal Dona Isabel Joaquina de Sousa e Capitão Manuel Gonçalves Meireles, avaliado conjuntamente uma vez que o inventário de Manuel ainda não havia sido concluído quando Isabel faleceu.²²⁴ Seu patrimônio de mais de 22 contos de réis (6391 libras) tinha uma composição muito próxima à do já citado Capitão Francisco Correia Pinto, formado por Estância, 30 escravos, muito gado e também indícios de plantio de trigo. Já o menor valor desse último período, 258 vezes menor que o do casal, se encontra no inventário de Joaquim Rodrigues Barcelos, que somava 89\$600 réis ou 26 libras e era composto de um único escravo e alguns móveis.²²⁵ Sobre ele, não encontrei qualquer outro indício documental, nem mesmo o batismo de seu único filho.

O que esses seis casos possuem em comum, e que era verdadeiro com relação à maior parte dos patrimônios analisados é que eram eminentemente rurais, destacando quão vinculada a essa esfera era aquela sociedade, ainda que as atividades ligadas ao comércio fossem importantes naquela cidade portuária. A presença dos seis principais tipos de patrimônio e seus respectivos valores proporcionais estão indicados nas Tabelas 12 e 13.

TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS DE PROPRIEDADE POR INVENTÁRIOS EM RIO GRANDE (1779-1809)

	Dinheiro, ouro, prata		Imóveis urbanos		Imóveis Rurais		Animais		Escravos		Dívidas Ativas	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
A (24)	6	25,0	1	4,2	14	58,3	15	62,5	15	62,5	5	20,8
B (17)	6	35,3	5	29,4	7	41,2	8	47,1	17	100,0	2	11,8
C (21)	11	52,4	4	19,0	14	66,7	19	90,5	20	95,2	10	47,6
D (09)	7	77,8	3	33,3	8	88,9	8	88,9	8	88,9	5	55,6
E (07)	3	42,8	1	14,8	5	71,4	6	85,7	7	100,0	5	71,4
F (07)	5	71,4	2	28,6	7	100,0	6	85,7	6	85,7	5	71,4
Total (85)	38	44,7	16	18,8	55	64,7	62	72,9	73	85,9	32	37,6

FONTE: APERS. **Processos de Inventário.**

²²⁴ APERS. Comarca de Santa Catarina, Pelotas, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de Manuel Gonçalves Meireles e Isabel Joaquina de Sousa**, 1807.

²²⁵ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, **Processo de Inventário de Joaquim Rodrigues Barcelos**, 1806.

TABELA 13 – VALORES EM LIBRAS DOS PRINCIPAIS TIPOS DE PROPRIEDADE E SUAS PROPORÇÕES EM CADA FAIXA DE FORTUNA (RIO GRANDE, 1779-1809)

	Dinheiro, ouro, prata		Imóveis urbanos		Imóveis Rurais		Animais		Escravos		Dívidas Ativas	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
A	20	1,6	14	1,1	275	22,2	185	14,9	567	45,9	29	2,3
B	121	5,0	512	21,2	287	11,9	386	16,0	944	39,1	29	1,2
C	523	7,7	141	2,1	1397	20,5	1407	20,6	2172	31,8	656	9,6
D	291	5,2	104	1,8	1241	22,0	1359	24,1	1283	40,4	566	10,0
E	109	0,8	1354	10,5	2742	21,3	3790	29,5	2231	17,4	1536	11,9
F	4875	13,7	456	1,3	5540	15,6	7225	20,3	3950	11,2	11059	31,1
Total	5879	9,1	2581	4,0	11482	17,8	14352	22,2	11146	17,7	13875	21,5

FONTE: APERS. **Processos de Inventário.**

O tipo de patrimônio mais igualmente distribuído é a propriedade escrava, presente em mais de 85% dos inventários, embora seu valor agregado não chegue a 20% do total. Ainda que esteja menos presente na faixa dos inventariados mais pobres (A), é nesse mesmo grupo que tem o maior valor proporcional. Conforme já foi assinalado, por Osório, a parcela mais pobre dos inventariados, quando tinha acesso a bens, tinha a escravos, sendo esses o *investimento possível, acessível, às suas fortunas, além de demarcar socialmente a posição de homem livre.*²²⁶ Nas faixas B e E, esse tipo de bem está presente em todos os processos e isso seria verdadeiro também para a faixa F, não fosse o fato de que um dos inventariados, o Doutor Firmiano José da Silva Falcão, alforriou todos os seus escravos em testamento, motivo pelo qual eles não constam no inventário.²²⁷ No caso das faixas C e D, que tem um inventário sem escravos em cada, trata-se de comerciantes.

Os imóveis rurais estão presentes em mais de 60% dos inventários, embora seu valor proporcional seja relativamente baixo, refletindo a situação de fronteira agrícola aberta daquele contexto. Os animais estão ainda mais presentes: contam em mais de 70% dos inventários e configuram mais de um quinto do total das riquezas. Em nove inventários eles aparecem sem que tenha sido indicada qualquer propriedade rural, sendo que três desses casos constavam mais de quatrocentas reses. Isso indica a existência de arranjos relacionais que permitiam a posse de tais animais – agregação, arrendamento, sociedade, ou criação dos mesmos em terras de parentes.

Outro elemento característico da ruralidade da maior parte dos patrimônios, mas que não foi identificado nas referidas tabelas por somar valores modestos, é a existência de muitos

²²⁶ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América:** Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 241-242.

²²⁷ ADPRG. **Livro de Óbitos de Rio Grande**, f. 81v.

instrumentos agrícolas, como enxadas, arados, foices de trigo e atafonas. Constam em 39 inventários (45,9%), e nos que não relacionam tais instrumentos há referência a bois mansos ou juntas de boi (associados à agricultura) em dezoito deles (21,2%).

De forma conjunta os bens rurais (imóveis rurais, animais, instrumentos e equipamentos) somam 40,7% do total inventariado, isso porque não se está considerando, nesse momento, os escravos, caso em que tal proporção aumentaria consideravelmente. Essa taxa é muito semelhante à proveniente dos dados apresentados por Osório, de 42,1% com relação aos anos de 1780 a 1810.²²⁸ Ao mesmo tempo, os imóveis urbanos estão presentes em 16 inventários, porém aqueles que não apresentavam outro tipo de imóvel eram somente dez, cinco dos quais na faixa B de fortuna, sendo que a propriedade mais cara, no valor de 650\$000 réis (183 libras), pertencia a Maria do Rosário, *preta forra*, solteira.²²⁹

Em nenhuma das faixas de fortuna foi identificado um tipo de atividade exclusivo dos inventariados que nela se encontram, nem mesmo na faixa A, na qual 24 dos 17 inventariados puderam ser identificados como lavradores na Relação de Moradores, ou possuíam entre seus bens bois mansos ou instrumentos agrícolas. Nesse grupo também se encontram sete inventários de pessoas que aparentemente viviam na sede da Vila, incluindo um *mestre carpinteiro*.

Importante salientar que mesmo os lavradores²³⁰ mais pobres não necessariamente produziam unicamente para sua subsistência. Como dito no capítulo anterior, o trigo era um dos principais produtos de exportação naquele período, o que significa que seus produtores estavam vinculados a circuitos mais amplos de comércio, ainda que esse envolvimento pudesse ser proporcional à sua capacidade produtiva e fosse intermediado por muitos outros

²²⁸ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 232.

²²⁹ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de Maria do Rosário**, 1796.

²³⁰ O que estou chamando de lavradores, no contexto sulino não exclui a presença de alguns bois mansos, ou mesmo um ou outro cavalo. Encontrei apenas dois inventários de lavradores que não possuíam animal algum. Os outros vinte inventários em que não constam animais são de moradores na vila. Na *Relação de Moradores*, a respeito dos habitantes de Torotama é dito que *vivem tão somente de suas lavouras e o motivo de se não fazer menção de alguns poucos animais que tenham é por não virem declarados na relação do Capitão do Distrito*. AN. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786. Códice 104, volume 8. Isso já foi apontado por Helen Osório, utilizando como fonte também as Relações de Moradores: *No Rio Grande, um proprietário que possuísse 61 reses, 6 bois, 6 cavalos e uma égua era considerado lavrador. Tomemos quatro exemplos da faixa mais pobre de lavradores, moradores da freguesia de Triunfo, dois deles pardos forros. Literalmente a informação diz “vive pobremente de algumas lavouras”. Possuíam de 12 a 30 reses, nenhum boi, alguns cavalos, éguas e potros e, desta forma, “viviam pobremente”*. OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999, p. 70.

agentes. Vitorina Maria de Jesus, inventariada em 1781, deixou seu viúvo com um patrimônio de 108\$740 (31 libras), mais de 50% do qual formado de bois mansos e vacas leiteiras, já que sua única propriedade imóvel era *uma casa de pau a pique coberta de Capim já velhas em terras pertencentes à sua mãe*. Vitorina e seu marido José Correia eram credores de uma única dívida, referente ao valor de quatro alqueires de trigo que lhe devia a Fazenda Real.²³¹

Nas demais faixas de fortuna não desaparece a referência à agricultura, presente mesmo nos inventários dos mais ricos, como já indiquei. O que acontece, de forma geral, é o aumento do número de escravos e da quantidade de animais de cria, que aparecem conjuntamente com os bois mansos e instrumentos agrícolas.

As chamadas *reses de criar* aparecem em 42 inventários, ou seja, quase a metade da amostra, sendo apenas quatro desses na faixa A de fortuna, e cinco na faixa B, nenhum dos quais tem mais do que 180 desses animais. Apenas nas últimas faixas de fortuna constam mais do que mil reses. Ainda mais restrita é a produção de mulas: não aparecem *mulas, burros eixores*, ou *bestas* em nenhuma dos dois primeiros setores, nos dois intermediários são três ocorrências e entre os mais ricos aparecem oito.

Outro elemento que tende a aparecer mais quanto maior for a fortuna do inventariado são as dívidas ativas. Os dez mais ricos detinham 81% do valor total delas. No entanto, as faixas intermediárias também têm sua participação com quinze das 32 relações de dívidas. Merece destaque o caso de Joaquim Ângelo Pereira Guimarães, cujas dívidas de sua loja de fazendas secas somavam quase um conto e meio de réis (404 libras), e o sapateiro Antônio Machado Pereira, a quem quarenta pessoas deviam quase 750 mil réis (210 libras).²³²

Existem pessoas que podem ser chamadas de *comerciantes* em todas as faixas de fortuna, o que em si só já exemplifica a dificuldade de se definir essa categoria. Os mais ricos aparecem como donos de lojas de Fazendas Secas, e esse termo não é encontrado em inventários com menos de seiscentas libras. Abaixo desses, o mais "rico" é o português Jerônimo Fernandes Alves Pereira, que tinha o *trato de uma taberna*, segundo ele mesmo declara em testamento. Seu patrimônio foi avaliado em 782\$690 réis (cerca de 220 libras), consistia em uma soma em dinheiro de 336\$800 réis, seguida por uma *morada de casas de pau a pique e madeiras cobertas de capim*, na rua Direita da Vila do Rio Grande, no valor de 300\$000 réis. O restante do monte-mor era formado principalmente dos produtos de sua

²³¹ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de Vitorina Maria de Jesus**, 1781.

²³² APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, 1º Cartório Cível e Crime, **Processo de Inventário de Joaquim Ângelo Pereira Guimarães**, 1807. APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, 2º Cartório Cível e Crime, **Processo de Inventário de Antônio Machado Pereira**, 1793.

taberna, os quais somaram 133\$860. Entre os produtos os de maior valor são duas pipas de aguardente da terra que somam 65\$000 réis e uma pipa de vinagre que foi avaliada em 23\$200. Encontram-se também diversos objetos de menor valor, como graxa, manteiga, pedras de espingarda, anzóis, velas de sebo, moringas, cadernos de papel, trastes de cordas de viola, maços de cartas de jogar e pentes para piolhos de marfim.²³³

Jerônimo não tinha escravos, talvez porque já tivesse alforriado uma escrava sua, de nome Teresa, que havia lhe dado três filhos naturais, *batizados por forros*. Falecido em outubro de 1785, com mais de 60 anos no estado de solteiro, nomeou as três crianças como herdeiros do patrimônio que, ainda que não fosse dos maiores, permitiu a eles certas possibilidades de se destacarem perante os demais forros da vila, como mostrarei no capítulo seguinte.

No inventário de Manuel José Pereira, outro comerciante, e de sua esposa Matildes Rosa, consta apenas três escravos, alguns móveis e um valor em dinheiro proveniente em grande parte das dívidas já cobradas pelo testamenteiro e tutor dos órfãos. Somavam 456\$800 réis (129 libras). Já Francisco Gomes de Faria Gaia, natural de Minas, faleceu em Rio Grande sendo *vindo da Cidade do Rio de Janeiro no Barco Triunfo de que é mestre José da Estrela a tratar de seu negócio neste continente*, mas tinha consigo dois escravos, dinheiro, ouro, e vários itens pessoais, que perfaziam 400\$450 réis (113 libras).²³⁴

Por último, tem-se Paulo dos Santos Cruz, que com um patrimônio avaliado em 332\$842 (91 libras) era um dos mais abonados inventariados presentes na faixa de fortuna A. Com uma casa no *Arraial do Povo Novo*, algumas braças de terra à beira do Arroio São Gonçalo (pelo qual era escoada, já naquele período, a produção de charque), cinco vacas leiteiras e alguns poucos móveis, Paulo só foi identificado como praticante de algum tipo de comércio por uma referência a ele feita no testamento de outro comerciante. Em suas últimas vontades Francisco de Oliveira Dias declarou que

em poder de Paulo dos Santos Cruz, falecido, se acha uma porção de fazendas que lhe entreguei quando fui para o Rio de Janeiro, como consta de um recibo que o dito Paulo me passou, advirto que estas fazendas lhe foram entregues pelos custos da Cidade do Rio de Janeiro, percebendo ele dito Paulo metade dos lucros das fazendas que vender como tratamos verbalmente²³⁵

²³³ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de Jerônimo Fernandes Alves Pereira**, 1785.

²³⁴ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de Paulo dos Santos Cruz**, 1806.

²³⁵ ADPRG. 4º livro de Óbitos de Rio Grande, fl. 1. **Testamento de Francisco de Oliveira Dias**, 1800.

É pela existência de muitas menções como essa que o grupo dos comerciantes – embora extremamente heterogêneo – é o mais facilmente discernível no tipo de documentação por mim trabalhada, com exceção da Relação de Moradores. Declarações e cobranças de dívidas de inventários e testamentos, recibos de aluguéis de casas, termos de arrematação das fazendas de um falecido, entre outros, são frequentes, o que faz com que em muitos casos, a partir da identificação de um comerciante, outros apareçam. Nem sempre isso significa que exercessem exclusivamente essa atividade, e muitas vezes é difícil saber o seu nível de atuação – se tinham acesso ao comércio de cabotagem em larga escala ou não, por exemplo. Geralmente, no entanto, os maiores comerciantes da localidade puderam ser identificados a partir de trabalhos de pesquisadores que investigaram o comércio e/ou a elite sul-riograndense.²³⁶

Como já foi apontado, o principal porto para onde se direcionavam as exportações do Rio Grande de São Pedro era o do Rio de Janeiro.²³⁷ Isso significa, também, uma grande vinculação dos comerciantes desta praça com os daquela, relações essas que algumas vezes se traduziam, inclusive, em parentesco espiritual.²³⁸ Embora não seja muito frequente, não é difícil encontrar comerciantes do Rio de Janeiro apadrinhando, por procuração, crianças filhas de comerciantes em Rio Grande.²³⁹

Os comerciantes *intermediários* de que trato não eram, em geral, os que negociavam diretamente com a Praça do Rio de Janeiro. Quando o faziam, se tratava de transações de

²³⁶ BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul:** Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2006; KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira:** família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 2006; VARGAS, Jonas. **Pelas Margens do Atlântico:** Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013; entre outros.

²³⁷ BROWN, Larissa V. **Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822.** Tese (Doutorado) – University of Virginia, Virginia, 1986; FRAGOSO, João. **Homens de Grossa Aventura:** acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 [1992]; OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América:** Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999; BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul:** Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

²³⁸ HAMEISTER, Martha. **Para dar calor à nova povoação:** estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. Isso não era verdade apenas com relação a Rio Grande, outras praças, como Paranaguá, também demonstravam a dupla vinculação (comercial e social) com a principal praça da América Portuguesa. CAVAZZANI, André Luiz. **Tendo o sol por testemunha:** população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830). Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2013, p. 69-70.

²³⁹ ADPRG. **5º a 8º Livros de Batismos de Rio Grande.**

pouco vulto e esporádicas. Mais frequentemente aparecem citados em documentos referentes aos comerciantes que tinham essa possibilidade. No entanto, se não se não possuíam uma atuação que os configurava naquilo que Grendi chama de *brokers*²⁴⁰, ou seja, não estabeleciam a vinculação do local com o mundo exterior. Ainda assim, de certa forma ligavam esses últimos – e as grandes redes de comércio em que estavam inseridos – à maior parte da população que, espalhada pelo território da vila, se compunha dos *homens livres pobres*, dos forros, e mesmo de muitos escravos que tinham algum recurso para consumir em sua *loja, taberna* ou *venda*. Como salientou Hebe Mattos de Castro, a efetiva e numerosa presença da figura do *vendeiro* revela a integração econômica daqueles setores vistos por parte da historiografia como estando à margem da sociedade economicamente articulada.²⁴¹

Essa população não consumia apenas nos pequenos estabelecimentos. O Capitão Manuel Luís de Mesquita era um dos maiores comerciantes em Rio Grande, frequentemente citado como credor ou parceiro de negócio dos agentes por mim estudados. Seu inventário aberto em 1814 revelava um patrimônio de quase cinquenta contos de réis, ou dezoito mil libras, que seria mais de duas vezes maior do que a riqueza do Capitão Francisco Correia Pinto, mais abonado do século XVIII em Rio Grande.²⁴² Em seu testamento, declarou viver *de seu negócio desta Capitania para a do Rio de Janeiro de que possuía e se achava na posse administração de uma loja de Fazendas secas*. Manuel possuía um Bergantim em sociedade com sua filha Ana, e tinha litígio com a viúva de um falecido sócio *sobre o domínio de um hiate denominado de Constância*. Nos 85 inventários por mim estudados, até o ano de 1809, ao lado de algumas canoas existem apenas duas embarcações de maior porte, *dois iates velhos*, avaliados conjuntamente em um conto de réis e pertencentes ao inventário de Maria do Carmo, esposa do comerciante Joaquim José da Cruz Seco.

Manuel Luís de Mesquita era devedor de comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro (como por exemplo, Domingos Francisco de Araújo Roso), ao mesmo tempo em que era credor, em um momento ou outro, de pelo menos seiscentas pessoas em Rio Grande, como consta das dívidas dos seus borradores somando em dívidas ativas quase 22 contos de réis. Algumas podiam ser dívidas já bem antigas, a julgar pelo fato de que pelo menos um dos devedores, o Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, já havia falecido há mais de uma década.

²⁴⁰ GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA & ALMEIDA (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro, FGV, p. 19-38, 2009. [1777].

²⁴¹ DE CASTRO, Hebe Maria Mattos. **Ao sul da história**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 79-80. Sobre a historiografia em questão, ver introdução.

²⁴² APERS. Comarca de Santa Catarina. 1º Cartório Cível. **Inventário de Manuel Luís de Mesquita**, 1814.

Entre os devedores, além do Brigadeiro, encontram-se outros portadores de altas patentes ou títulos, como o *Ilustríssimo Senhor Manuel Marques de Sousa*, o *Patrão Mor José Joaquim de Freitas*, o *Capitão mor Francisco Pires Casado* ou o *Reverendo José Alves Chaves*.

Aparecem outros qualificativos na lista, tais como *Dom*, *Dona*, *Coronel*, *Alferes*, *Tenente*, *Capitão*, e também *preta forra*, *preto escravo*, *índio*, *pardo da casa de*, entre outros. Algumas pessoas são referidas por sua profissão ou atividade que exercem: *mestre cabeleireiro da infantaria*, *barbeiro*, *alfaiate*, *mestre sapateiro*, *carpinteiro*, *peão*, *marinheiro*, *estancieiro*, *capataz*. Também deviam ao Capitão Manuel a *Real Fazenda desta Capitania*, *Luís José da Silva*, *cunhado do Justino*, *Felícia nas casas do falecido Madureira*, *Francisco que veio de Porto Alegre*, *Celestino na charqueada* e o *Reverendo Vigário velho*.

Deviam ao Capitão, negociavam em seu estabelecimento, pessoas de todas as condições sociais. É improvável, no entanto, que sua *loja*, ou os estabelecimentos de outros que tivessem o mesmo nível de riqueza e a mesma possibilidade de levar e trazer produtos do Rio de Janeiro, suprissem o conjunto da população, especialmente numa localidade com a extensão de Rio Grande. Apenas para dar um exemplo, até onde pude saber, não havia outro Manuel Luís de Mesquita no Arraial do Povo Novo, distrito da vila distante cerca de quarenta quilômetros da Igreja matriz da Vila. Mas havia um Paulo dos Santos Cruz, cuja atividade, como comentei, só foi possível conhecer pelo acaso de ter sido mencionado no testamento de um terceiro, e pelas possibilidades da metodologia do cruzamento nominativo.

Embora esses comerciantes estivessem, em termos de possibilidade de ação e de recursos econômicos, muito abaixo dos muitos Manuel de Mesquita (que por sua vez estavam muito abaixo dos muitos Domingos Francisco de Araújo Roso), para a população com quem conviviam, que em sua maioria sequer tinha o nome citado nos inventários, nos registros de proprietários de terra ou de proprietários de escravos, aquelas eram pessoas prósperas. Para o conjunto da população mais pobre, aqueles vendeiros e taberneiros eram pessoas com quem podia ser vantajoso manter uma boa relação – nem que fosse apenas para manter o acesso ao vinagre, ao anzol, à aguardente ou às cartas de jogar que esses comerciantes forneciam.

Outras pessoas que, por sua atividade, tinham acesso a um conjunto muito amplo da comunidade eram os artífices. Conjunto (provavelmente) mais amplo do que o dos comerciantes, já que, como lembra Carlos Lima, uma vez que *os fatores produtivos eram relativamente baratos, os artífices, na condição de homens livres pobres, possuíam certa facilidade para ingressar no processo produtivo, sendo que, já nele, lhes era possível*

acumular.²⁴³ Não era uma atividade acessível a todos, já que dependia de certos conhecimentos e do acesso a ferramentas nem sempre disponíveis, porém era possível a um grupo mais amplo de pessoas do que aquelas que exigiam um grande investimento inicial. Por meio do exercício de alguma atividade especializada os artífices poderiam acumular algum pecúlio, que muitas vezes eram investidos também em outras atividades.

Foram poucos os artífices que conseguiram acumular patrimônio suficiente para deixar inventário. Ou, pelo menos, nem sempre há informações para que sejam identificados. O Antônio Ferreira Porto, filho, jamais seria identificado como ferreiro se não fosse o cruzamento com o inventário de sua mãe, no qual se encontra a referida correspondência de seu pai em que explicita ter-lhe doado uma ferraria. A ferraria em questão não está avaliada em seu inventário, constando apenas no de sua mãe. É bom lembrar, por outro lado, que Antônio possuía também alguns bois, e arados, indicando prática da agricultura, provavelmente em terras de outrem.

Carlos Lima também apontou a vinculação dos artesãos com o capital mercantil, seja com relação ao financiamento que muitas vezes necessitavam na aquisição e manutenção de suas instalações, seja *como reação a este domínio, estratégia de sobrevivência e tática de acumulação, tendiam a assumir uma orientação da ação econômica próxima à dos comerciantes, inflando os aspectos mercantis de sua atividade*.²⁴⁴

Antônio Carvalho da Rosa era mestre carpinteiro.²⁴⁵ Seu patrimônio de 181\$740 réis (52 libras), no entanto, era inferior Alexandre de Souto Velho, que era simplesmente *carpinteiro* e de Antônio Machado Pereira, *sapateiro*. Por outro lado, socialmente carregava atributos que o colocavam bem acima dos demais. Além de portar o qualificativo de mestre, Antônio era Terceiro da venerável Ordem da Penitência do Patriarca São Francisco e irmão das Irmandades do Santíssimo Sacramento e de São Miguel e Almas da Vila de Rio Grande, como declara em seu testamento.²⁴⁶ Esses são indicativos importantes de *status*. De acordo com Fábio Kühn, por não haver Irmandade da Misericórdia – a mais *reputada* e que

²⁴³ LIMA, Carlos A. M. **Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 40.

²⁴⁴ LIMA, Carlos A. M. **Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 41.

²⁴⁵ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de Antônio Carvalho da Rosa**, 1784.

²⁴⁶ ADPRG. 2º livro de Óbitos de Rio Grande, fl. 35v. **Testamento de Antônio Carvalho da Rosa**, 1783.

geralmente abrigava os *homens bons* na colônia – no Rio Grande de São Pedro, eram as Irmandades do Santíssimo Sacramento que exerciam esse papel.²⁴⁷

Natural da Vila Nova de Famelicão, no Bispado de Braga, Antônio parece ter deixado família do outro lado do Atlântico, já que declara que dos três filhos que teve com sua primeira esposa, não sabe *se são vivos ou mortos porque a muitos anos que não sei notícias deles*. Sua segunda esposa e o filho que teve com ela já eram falecidos. A terceira esposa, Feliciano Maria de Jesus, era natural da Colônia, onde se casaram em 1774²⁴⁸ e de onde foram levados prisioneiros para Buenos Aires após a queda daquela localidade, já que sua filha Bibiana lá nasceu. Bibiana casou em 1793 com Alberto Teixeira Fróes, também natural da Colônia, que era soldado de artilharia da Praça de Rio Grande.

Se o casamento da filha não parece ter sido com alguém de status superior (embora seja importante levar em consideração a possível proximidade das famílias, que vinham ambas da Colônia do Sacramento), seus compadrios contam outra história. Antônio nomeou como testamenteiros, em primeiro lugar sua esposa, em segundo, seu *compadre* José Martins de Oliveira e em terceiro José Antônio, *o torneiro*. O compadre (a quem o casal também devia uma pequena soma, como consta no inventário) foi padrinho dos dois filhos do casal nascidos em Rio Grande, José (1779) e Rita (1781). Quase vinte anos depois, em 1798, foi padrinho também de um dos filhos de Bibiana, mostrando a manutenção dos laços por parte da família após o falecimento de Antônio.

José Martins de Oliveira aparece sempre no estado de solteiro nos batizados de seus catorze afilhados, e não pude saber sua naturalidade, nem me certificar que atividades exercia. Em 1789 pede confirmação de sesmaria em Serro Pelado, mas, como já foi demonstrado, possuir terras, praticar a agricultura e a pecuária não eliminavam o exercício de outros negócios. José parecia ser bem relacionado. Na *Relação de Moradores* consta como uma das pessoas a quem foram doadas terras que foram compradas por Rafael Pinto Bandeira e que formavam a maior propriedade de Rio Grande naquele ano, a Estância do Pavão. É bom lembrar, nesse momento, das denúncias que foram feitas a respeito dessa aquisição de terras por parte do Brigadeiro, o que indica que o negócio entre ele e José Martins se desse em outros termos do que simplesmente uma relação de compra e venda.

²⁴⁷ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 2006, p. 376.

²⁴⁸ RHEINGANTZ, Carlos G. Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia do Sacramento". In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO / INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL. **Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)**. v. II. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.

Porém, a maior parte de seus vínculos que pude identificar se dava, aparentemente, com homens de negócio. José também foi nomeado testamenteiro de Manuel Dutra Gularte, João da Silva de Miranda e do *Taberneiro* Jerônimo Fernandes Alves Pereira, todos solteiros, e os dois últimos Irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Observando os demais testamenteiros nomeados pelos comerciantes e também seus compadres, pude perceber uma intrincada e reiterativa rede de comerciantes da vila, alguns dos quais, poucos, com acesso a mercadores do Rio de Janeiro.

Aparentemente, o único membro de tal rede com quem o mestre carpinteiro Antônio Carvalho da Rosa mantinha vínculos era seu compadre testamenteiro. Por outro lado, tinha nomeado também como testamenteiro José Antônio, *torneiro*, e tinha como credores *Enrique taberneiro* e *Manuel, o cativo*. Ao que parece, não existiam apenas intermediários, existiam intermediários com níveis de atuação bastante distintos.

Antônio Machado Pereira, que faleceu em 1793 deixando um patrimônio de um conto e meio de réis (409 libras) – um dos mais ricos da faixa C de fortuna – era sapateiro. As quarenta dívidas de seu borrador somavam quase metade de seu patrimônio, também composto de um pedaço modesto de terras, alguns bois, ferramentas, e uma *tenda de sapateiro com seus pertences*. Além disso, tinha três escravos declarados em seu inventário: Joaquim Angola, de 25 anos, Maria Angola, de 35 e sua filha Ângela, de um ano.

Porém, não devia contar apenas com o auxílio da mão de obra cativa. Em seu testamento, declarou ter comprado pardo por nome Narciso a viúva Inês de Lima para a sua Alforria de que estou pago do dito pardo nos seus jornais que importou em oito doblas²⁴⁹ e desde hoje para sempre lhe dou sua liberdade e da minha Fazenda se há de pagar a dita viúva. Embora isso não passe de conjecturas, é bastante possível que Narciso trabalhasse com ele, pelo menos até pagar a alforria, já que a tinha pago nos seus jornais. Para Antônio, esse podia ser um arranjo interessante por significar mais mão de obra em seu negócio. Para Narciso, pode ter significado a liberdade, e o aprendizado de um ofício.

Esse tipo de relação entre pessoas de *status* desiguais também verificou-se no caso do *capataz* Duarte Francisco Tavares. Ou melhor, o *charqueador* Duarte Francisco Tavares. Em 1806 foi feito o inventário de sua esposa, Ana Maria Inácia, no qual os bens do casal somavam uma quantia significativa (um conto e meio de réis, 423 libras), dois terços da qual na forma de dez escravos. Entre os cativos, seis eram menores de quatorze anos, um era idoso, Joana e Domingos estavam na casa dos trinta anos e Joaquim, Angola, não tinha idade

²⁴⁹ Equivalente a 102\$400 réis.

declarada. Porém, Joaquim era um dos vinte escravos com preço mais elevado dentre os mais de quatrocentos avaliados no conjunto dos inventários. Joaquim tinha uma atividade especializada: era *charqueador*.

Duarte Francisco e sua esposa Ana Maria não possuíam terras próprias. A abertura do processo de inventário foi feita na casa (e charqueada) do Capitão José Tomás da Silva. É bastante provável que Duarte, na condição de agregado do Capitão, fornecesse seus serviços – e os de seus escravos – pelo menos no período da safra do produto. Essa é uma possibilidade plausível, e ficaríamos na dúvida, não fosse, mais uma vez, a recorrência aos testamentos como saída.

O Doutor Firmiano José da Silva Falcão foi um dos mais ricos encontrados nos inventários, constando na Faixa F. É o único que não tinha escravos, por tê-los libertado em testamento. Natural do bispado do Porto, solteiro, o Doutor ditou suas últimas vontades em 1798, citando Duarte Francisco e seus familiares diversas vezes. Entre seus legados, ordenou dar duzentos mil réis de esmola em dotes a três moças solteiras, *preferindo as filhas de Duarte Francisco Tavares que foi e é meu capataz*. Sua roupa branca deveria ser deixada para os filhos de Duarte Francisco entregando-se ao dito Duarte e sua mulher para dele fazerem repartição entre os sobreditos seus filhos.

Firmiano não faleceu naquele ano, no entanto. Em 1803 viu-se novamente à beira da morte, dessa vez de forma definitiva, e assim escreveu um codicilo. Nele, o capataz Duarte Francisco Tavares é mais uma vez figura corriqueira. Mas Duarte não é mais dito *capataz*. Era *sócio*:

[...] e poderão vender a minha fazenda chamada Santa Isabel da Boa Vista a quem pagar mais sendo pessoa segura e de confiança. Declaro mais que uma sociedade que fiz em a dita fazenda com Duarte Francisco Tavares findará por minha morte, concluídas as contas desta charqueada, e sendo caso que o dito Duarte queira ficar com a dita Fazenda, em m que é interessado, terá preferência a outro qualquer, dando fiador abonado.²⁵⁰

Os legados caritativos à família do capataz/charqueador não cessaram, mas foram modificados, declarando o Doutor que *sendo caso que alguma das filhas se casarem se lhe dará um escravo a cada uma*, e que deixava *mais 200 mil réis a um filho de Duarte Francisco Tavares por nome João para principiar a sua vida*.

²⁵⁰ ADPRG. Livro de Óbitos de Rio Grande, f. 81v.

Esse era um caso raro, mas não impossível naquele contexto. Jonas Vargas, que estudou a elite charqueadora pelotense ao longo dos oitocentos, apontou a diversidade de arranjos possíveis naquele cenário inicial que marcou o colonial tardio. Segundo o autor

muitos charqueadores ergueram seus galpões de charquear em terrenos de terceiros, dividindo-os com um variado número de pessoas de toda a cor e condição social. Além disso, quando proprietários, os charqueadores podiam permitir que outras pessoas se arranhassem em suas terras. Conforme Eduardo Arriada, nos terrenos do charqueador Antônio Pereira da Cruz, por exemplo, estavam estabelecidos Antônio Ferreira das Fontes, o preto Bartolomeu Correia, Manuel Domingues, Joaquim Silveira e Souza, Manuel do Nascimento e Manuel Cordova.²⁵¹

A diversidade de possibilidades que marcou o período de formação do complexo charqueador de Pelotas – localidade que naquele momento era mais um dos distritos da Vila de Rio Grande – não seria encontrada na segunda metade do oitocentos. Naquele momento, *quando a elite charqueadora já estava mais sedimentada social, política e economicamente* os indivíduos pertencentes às classes subalternas não mais integrariam esse seletivo grupo.²⁵²

O caso do capataz-charqueador Duarte Francisco Tavares foi o único que encontrei de intermediários que se aventurassem nessa produção, possibilidade em boa parte permitida pela *proteção* do Doutor Firmiano José. Por outro lado, intermediários podem ser frequentemente encontrados atuando naquilo que tangenciava esse grande comércio, desde o fornecimento de gado para o abate, passando pelas atividades de transporte, o comércio local de gêneros diversos para atender as necessidades de consumo da região, até a produção local de alimentos que viria a sustentar a produção do charque, que por sua vez sustentaria as grandes áreas exportadoras da América Portuguesa.

Ainda que bastante limitados em sua representatividade com relação à população livre como um todo, os inventários aqui analisados auxiliam na identificação das pessoas situadas no setor por mim considerado como intermediário, não apenas pelas informações a respeito dos próprios inventariados. Considerando a extrema importância das estratégias e da atuação familiar naquele contexto, a partir desses dados é possível, em muitos casos, obter informação a respeito dos demais membros da família e sua situação material. Além disso, há

²⁵¹ VARGAS, Jonas. **Pelas Margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013, p. 141.

²⁵² VARGAS, Jonas. **Pelas Margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013, p. 141-142.

muitas informações citadas nos documentos que compõem um processo de inventário sobre outros atores sociais, não necessariamente tão próximos ao inventariado. A partir dos nomes e das informações encontrados, é possível em muitas ocasiões puxar o fio de Ariadne e encontrar outros intermediários pelo labirinto documental. O mesmo pode ser feito a partir de testamentos, embora o modo de lidar com um e outro tipo de fonte seja distinto. É sobre isso que trato a seguir.

2.3 – Quando os mortos demandam: testamentos

Quando eu já não estiver, o vento estará, continuará estando.
Eduardo Gaelano

Testamentos são declarações de última vontade, ou seja, são determinações e narrativas feitas por pessoas que tem como perspectiva a morte, seja ela iminente ou em algum futuro incerto. Apenas este aspecto já possui implicações nas maneiras com que as informações neles contidas podem ser entendidas. O desejo de deixar a vida em ordem antes de partir pode levar a declarações pormenorizadas sobre questões dificilmente encontradas em outros documentos produzidos no período aqui estudado. Declarações de paternidade, reconhecimento de atitudes que foram consideradas erros, acertos de contas, cobranças e mesmo declarações de amor são encontradas. Sendo limitada a existência de diários e outros documentos pessoais desse tipo, os testamentos, ainda que presos a muitos aspectos formais, dão voz aos atores sociais.

Em uma sociedade majoritariamente católica do final do século XVIII, o aspecto mais acentuado desse tipo de documento era a preocupação com a salvação da alma, representada no apelo aos santos e santas de devoção pela intervenção junto à corte celeste, recomendação da feitura de missas pela própria alma ou de familiares e outros legados pios que melhorassem a posição daquele cristão perante os céus. Naquela sociedade, ver-se na iminência de encontrar o criador não era situação simples, e implicava em gastos materiais consideráveis.²⁵³

Por mais importante que fossem os legados pios – os mais importantes nesse tipo de documento, para aqueles que o faziam e davam cumprimento – a análise que segue leva em

²⁵³ GIL, Tiago Luís. **Coisas do Caminho**: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

consideração apenas os aspectos terrenos – material e social – das expressões de última vontade.²⁵⁴

A maior parte dos testamentos dos homens e mulheres que faleceram em Rio Grande foram registrados nos Livros de Registros de Óbitos da freguesia, embora em alguns poucos casos há menção à feitura do documento, mas não sua transcrição. Dentre os 1057 adultos livres falecidos entre 1776 e 1800 em Rio Grande, apenas 58 vezes o vigário responsável pelos registros assinalou que o falecido ou falecida havia feito testamento ou apontamento, ou seja 5,5% dos casos.²⁵⁵ Em outras 222 ocasiões anotou que a pessoa em questão não havia feito testamento por sofrer morte repentina, ou que não havia feito testamento, simplesmente. Esse tipo de anotação se difere bastante das 150 vezes em que foi dito que o falecido ou falecida não tinha testamento *por não ter de que, por ser pobre, por ser sumamente pobre, ou por ser pobre mendicante*. Apenas esse tipo de informação já qualifica, de certa forma, aqueles que tinham *de que* fazer disposições de última vontade.

Somando-se aos transcritos nos registros de óbito os testamentos presentes nos processos de inventário, e nos processos de prestação de contas testamentárias, encontrei 83 testamentos registrados até o ano de 1810.²⁵⁶

Assim como no caso dos inventários, a maioria dos testadores era formada por homens, que com 63 redações de últimas vontades formavam três quartos do total. Como esse tipo de documento trazia sempre a informação da naturalidade, pude obter essa informação para o conjunto da amostra. Assim como no caso dos inventários, os provenientes das Ilhas e de Portugal são a maioria, invertendo apenas a ordem do primeiro e segundo lugar: eram 29 (34,5%) os reinóis e 24 os naturais das Ilhas dos Açores e Madeira (28,6%). Seguem-se a eles nove pessoas naturais de Rio Grande, oito da Colônia do Sacramento, nove de outros locais na América Portuguesa e três da África.

Já com relação ao estado matrimonial, cresce bastante a proporção de solteiros com relação ao grupo dos inventariados, embora sigam sendo minoria: são 28 (33,3%). Seria um pouco maior, se os quatro religiosos fossem considerados "solteiros", no entanto,

²⁵⁴ Sobre essa temática ver, entre outros, FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998 [1994]; GIL, Tiago Luís. **Coisas do Caminho**: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.; REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. Companhia das Letras, 1991.

²⁵⁵ ADPRG. 2º a 4º Livros de Óbitos de Rio Grande.

²⁵⁶ ADPRG. 2º a 4º Livros de Óbitos de Rio Grande. APERS, **Processos de Inventários**. APERS, **Execuções de Testamento**.

considerando que ser religioso secular implicava em *tomar um estado*, considereei que as duas coisas não eram equivalentes. Os casados ou viúvos somam 51 casos, e há ainda um inusitado divorciado: Francisco de Oliveira Dias declarou em seu testamento que era

casado com Maria Teresa de Jesus, e não tive dela filhos, e porque no ano de 1771 me foi adúltera a dita minha mulher, se divorciou de mim ficando daí em diante continuando no mesmo o que perdoe-lhe para que Deus Nosso Senhor me perdoe os meus pecados, só sim fica deserdada da sua meação na forma da lei.²⁵⁷

Praticamente metade dos testadores, 43 pessoas, tinha filhos a quem legar seus bens. Os outros 41 precisaram eleger alguém como herdeiro. Porém, não é automático que os solteiros não tivessem filhos e que os casados tivessem apenas filhos legítimos. É verdade que vinte solteiros não tivessem filhos e que 29 pessoas legitimamente casadas o tivessem. Porém, dezenove dos que eram ou foram casados não tiveram filhos, três deles tiveram filhos naturais antes de seus respectivos casamentos, e oito solteiros declararam filhos naturais como seus legítimos herdeiros. O Francisco divorciado também tinha um filho natural, nesse caso nascido após o referido divórcio.

Há dentre o grupo dos testadores um perfil um pouco mais variado do que entre os inventariados, composto daqueles que tinham bens. Isso pode ser simplesmente resultado da pouca representatividade dos dois tipos de documentos, que não somavam, cada um, uma centena dentre milhares de falecidos que os poderiam ter gerado. Ainda assim é significativo que religiosos só apareçam nesse último grupo, e a presença de alguns solteiros que aparentam ter tido um patrimônio modesto – elemento quase inexistente dentre os inventariados, grupo no qual não consta solteiros na menor faixa de fortuna (A), e na seguinte apresenta apenas um caso.

Esses dois tipos de documentos podem ser utilizados de forma complementar – além do fato de que algumas pessoas deixaram tanto testamento quanto inventário, as quais, na minha amostra, foram vinte pessoas. Nos testamentos há seguidamente descrição dos bens do testador, porém sem uma avaliação que possa ser utilizada na formação de valores com os quais se possa comparar diferentes fortunas. Com o auxílio dos inventários pode-se, ainda que muito imperfeitamente, ter uma ideia dos valores médios de uma cabeça de gado, uma data de terras, um escravo. Dessa forma, embora não seja possível alocar os testadores em faixas de fortuna, ou dar qualquer outro tratamento quantitativo desse tipo – já que a descrição pode ser apenas parcial – é possível, pelo menos, identificar alguns dos mais ricos. Juntamente com a

²⁵⁷ ADPRG. 4º Livro de Óbitos de Rio Grande, f. 1.

presença de qualificativos que acompanhassem seus nomes, e de informações qualitativas presentes nos testamentos – bem mais do que no caso dos inventários – pude identificar algumas pessoas da elite ou muito mais próxima dela em termos de possibilidades materiais do que da maior parte da população. Isso foi feito com o intuito de eliminação já que, no geral, não tratarei delas.

Dentre os testadores que se enquadram no grupo por mim estudado estão alguns dos que foram participantes ativos dos conflitos entre as Coroas Ibéricas naquelas paragens – ou que, pelo menos, sentiram na pele suas consequências. Falo das pessoas que haviam sido deslocadas pelos espanhóis para San Carlos de Maldonado. Algumas delas, no seu retorno, receberam alguns terrenos na região chamada de Torotama.

Uma delas foi Matias da Silva.²⁵⁸ Em seu testamento, redigido em 1808, declarou que era português e que havia sido casado com Inês Maria Rosa, de quem vivia *ausente e tantos anos passados alguns anos depois que vim para este continente tive notícia haver falecido a dita minha mulher*. Também já haviam falecido as duas filhas que tivera com a esposa. Não tendo herdeiros forçados, nomeou como herdeira e testamenteira de seus poucos bens uma mulher chamada Joaquina Maria de Jesus, com a recomendação de que não esquecesse dos legados por sua alma. Matias havia sido contemplado com algumas braças de terra na Ilha de Torotama, porém cinco anos depois consta tê-las vendido. O único bem de raiz que declara foi uma casa de madeira e coberta de palha na Rua da Praia, no centro da Vila. Tendo aparentemente deixado para trás a atividade de agricultor em Torotama, Matias era Patrão de Escaler, e declara estar a Fazenda Real lhe devendo alguns soldos.

Adrião Pires Gonçalves também recebeu terras em Torotama em 1781.²⁵⁹ Ao contrário de Matias da Silva, no entanto, não as vendeu, e ainda comprou outras. No testamento, ditado em 1802 pouco antes de falecer aos 82 anos de idade, declarou possuir *três datas de terras no lugar do Povo Novo com suas casas*. Como ele e sua esposa Teresa da Costa Pereira não tiveram filhos, a principal força de trabalho nessas terras devia ser seus sete escravos, ou pelo menos os quatro escravos homens desse grupo. Além das terras e dos escravos, o patrimônio mais significativo eram as 300 cabeças de gado bovino, quantidade modesta naquelas paragens, mas que já configura atividade de criação. Como não tinha filhos, deixou como herdeira de tudo a esposa, e, caso ela falecesse primeiro, seu cunhado João José

²⁵⁸ APERS, **Execuções de Testamento de Matias da Silva**, 1809.

²⁵⁹ AHRS, Fundo Fazenda, **Livros de Registros das datas de terra que se dão aos casais das Ilhas**, publicado em BARROSO, Vera. **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002, p. 682.

da Costa Pereira, dando como motivo o ter criado desde que nasceu. Esse casal, talvez justamente por não ter tido filhos, é um dos mais requisitados para padrinhos, como mostrarei no Capítulo 4.

Outro casal de *povoadores* que veio de Maldonado era Leonardo Antunes Correia e Águeda Pereira da Silva. Não encontrei referência a doação de campos para eles, no entanto. Leonardo, que era português, fez seu testamento em 1781, vindo a falecer quase uma década depois, com 70 anos de idade, deixando sua mulher como única herdeira.²⁶⁰ Por esse motivo, também, não faz qualquer descrição de bens, e diz não ter quaisquer dívidas. Tampouco o faz Águeda, que era natural do Rio de Janeiro e filha de *pais incógnitos*, quando em 1802 deixou registrado em seu próprio testamento que elegia como único herdeiro José Rodrigues de Oliveira, sobre quem não obtive qualquer informação.²⁶¹

Embora tanto Adrião Pires como Leonardo Antunes fossem portugueses e houvessem casado com mulheres nascidas no outro lado do Atlântico com quem, por fim, não tiveram filhos, e tivessem ambos casais passado uma década de suas vidas em Maldonado, sua situação relacional parece passar por esferas bem diferentes. Teresa da Costa Pereira pertencia à terceira geração de mulheres nascidas na Colônia do Sacramento, ou seja, ainda que de posses modestas, a sua era uma das famílias mais antigas do Continente. Águeda, ao que tudo indica, desconhecia sua ascendência, o que diminui o patrimônio relacional que é capaz de herdar. O que não significa que não formasse relações por si mesma. Enquanto Adrião e Teresa tiveram nove afilhados, seguidamente filhos de outros casais também vindos de Maldonado, Leonardo e Águeda aparecem duas vezes como padrinhos nos registros por mim pesquisados, e ambos os afilhados eram filhos de forros que, aparentemente, não participaram dessa leva migratória.

Compadres forros, porém não eram quaisquer forros. Um dos dois afilhados, Florentino, era filho natural de Matildes de Jesus Portela, parda forra natural de Rio Grande e viúva de Francisco Xavier de Carvalho. É importante salientar que Matildes tinha nome e dois sobrenomes, característica rara em pessoas de sua condição. Também aparece como madrinha dos filhos naturais de outras mulheres, e como proprietária ao passar carta de alforria a uma escrava sua.²⁶² Já o afilhado Antônio era filho de Caetano da Silva, *pardo forro*, e Vitoria da Silva, *preta forra*. Ao falecer, Caetano deixou testamento e inventário, aberto no ano de 1813,

²⁶⁰ ADPRG. 3º Livro de Óbitos de Rio Grande.

²⁶¹ ADPRG. 4º Livro de Óbitos de Rio Grande, f. 50.

²⁶² ADPRG. 7º Livros de Batismos de Rio Grande, f. 33.

que somava 770 mil réis (249 libras) valor composto principalmente por seus seis escravos. Também foi padrinho do filho de outro casal de forros.²⁶³ Além de compadre de Leonardo Antunes, Caetano foi nomeado como um de seus testamenteiros, juntamente com Águeda. O terceiro testamenteiro nomeado foi Félix da Silva e Sousa, também povoador vindo de Maldonado.

Antônio Pires da Rosa também passou alguns anos de sua vida em San Carlos de Maldonado e veio a se estabelecer, com mercê da Coroa Portuguesa, em terras em Torotama.²⁶⁴ Ao contrário dos anteriores não aparece como padrinho, no entanto. Solteiro e sem filhos, nomeou seus irmãos como herdeiros e um deles como testamenteiro. Mesmo sendo Irmão da Irmandade das Almas, não cita em seu testamento outras pessoas livres além de seus irmãos e testamenteiros, nem mesmo credores ou devedores. Porém, gasta várias linhas tratando de seus escravos, especificamente de uma família dentre eles. O casal Manuel e Maria, seus filhos Bernardo e Elena seriam alforriados com o falecimento do senhor. Outros dois filhos do casal, Elisbau e Joaquim, já haviam sido libertos na pia batismal. Além da liberdade, para essa família, Antônio Pires legou

terras aos pretos que por minha morte deixo forros, quantas bastem e cheguem para suas lavouras e criarem seus animais, para sua mantença enquanto viverem, e se por acaso os ditos meus irmãos virem a vender as terras que lhes deixo, reservarão para os quatro forros uma data de terras onde houver melhor comodidade para suas lavouras²⁶⁵

Além disso, todos os seus escravos deveriam manter a posse de alguns animais com a marca da minha Fazenda na espalda, e é minha vontade que os fiquem possuindo e se lhes não prive das posses deles pois são bens que várias pessoas lhes têm dado, especialmente seus padrinhos. Entre os padrinhos em questão estavam alguns aparentados do irmão de seu senhor, um pardo forro e José Teixeira Corisco, que foi capataz da Estância de Dona Josefa Eulália de Azevedo, viúva do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, era padrinho frequente e teve

²⁶³ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de Caetano da Silva**, 1813.

²⁶⁴ AHRS, Fundo Fazenda, **Livros de Registros das datas de terra que se dão aos casais das Ilhas**, publicado em BARROSO, Vera. **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002, p. 1069.

²⁶⁵ APERS, **Execuções de Testamento** de Antônio Pires da Rosa, 1810.

um dos registros de óbito mais ricos em informações encontrados até 1800, a excetuar-se os de membros da elite.²⁶⁶

Os escravos de Antônio Pires da Rosa pareciam, então, estar minimamente bem relacionados e conectados com o mundo exterior às terras de seu senhor. Talvez essa desenvoltura social tenha tido seu papel na preferência que Antônio demonstrou com eles no momento de partir desse mundo. No entanto, nem tudo saiu como esperava com relação à família de Manuel e Maria.

Em 1810, mesmo ano do falecimento de Antônio Pires, seu irmão Ambrósio Pires da Rosa foi prestar contas do que havia dado cumprimento das determinações testamentárias. Apresentou recibos referentes às missas que mandou rezar pela alma do irmão, e os registros de alforria dos escravos, incluindo os dois que haviam sido libertados na pia. Com relação às terras para as lavouras, no entanto, não houve cumprimento. O escrivão responsável no processo de demarcação das terras, junto com duas testemunhas juramentadas, assim registrou a questão:

Certifico que notifiquei os pretos forros Manuel, e sua mulher Maria, e também duas filhas Bernarda e Elena para tomarem entrega das terras assinaladas [...] e juntamente as cinquenta reses [...] estivemos desde o dia sete do presente ano até o dia onze e não apareceram para a dita entrega por maliciosos e desobedientes às justiças por cuja causa passamos a demarcar o terreno e as reses se soltaram do curral por não haver a quem se entregarem, isto tudo à vista dos sobreditos paramentados

Não há qualquer explicação para o sumiço da família. O juiz responsável por avaliar a prestação de contas apresentada por Ambrósio deu por cumpridos os legados *em vista a diligência que o testamenteiro fez para a entrega das terras e reses que foram legados aos libertos, cujas terras lhe ficam pertencendo*.²⁶⁷ Não há como sabermos se realmente tinham conhecimento dos legados, e se foram realmente notificados, não estando descartada a hipótese de algum acordo entre o testamenteiro e o juiz, o escrivão, e as duas testemunhas juramentadas da repartição. Porém, dado o número de pessoas envolvidas, além das cinco testemunhas da feitura do testamento, isso no mínimo não seria fácil. Fica o mistério.

Esse tipo de desfecho não parecia ser o mais comum, a julgar pelas demais contas testamentárias a que tive acesso. São frequentes os recibos apresentados, assinados por pessoas muitas vezes escolhidas pelos testamenteiros para receberem os legados caritativos

²⁶⁶ ADPRG. 3º Livros de Óbitos de Rio Grande, f. 132.

²⁶⁷ APERS, *Execuções de Testamento de Antônio Pires da Rosa*, 1810.

que os testadores deixavam *aos pobres* ou *aos órfãos* da freguesia. Embora seja preciso dizer que a maioria dos legados eram menos significativos do que um pedaço de campo, e estavam intimamente ligados ao desejo de salvação da alma e de aumento de prestígio social vinculados à realização da caridade. Nesses casos, pode-se dizer que estavam mais relacionados às escolhas dos testamenteiros do que dos testadores sobre quem os receberia. Parecem-me mais significativos aqueles legados deixados a pessoas especificamente nomeadas, ainda que também possam se tratar de caridade, simplesmente. Ana Inácia do Bonfim deixou vários legados em gado a algumas mulheres: três vacas leiteiras *às três meninas mais velhas do falecido Manuel José*, também uma vaca *à filha aleijada da Cláudia*, outra *à Francisca parda de casa de Miguel Antônio*, também *às filhas das viúvas dos falecidos José Luís e João Batista* e *às filhas solteiras do falecido Antônio Ferreira* além de ter deixado duas reses *à Bernarda viúva filha da dita e à Cláudia Maria do Nascimento*.²⁶⁸

Esse tipo de legado traz indicações do tipo de sociabilidade estabelecido. O gado não foi deixado a moças pobres da freguesia, foi deixado a mulheres específicas, como a filha *da Cláudia* – quem, num primeiro momento, dispensa especificidades tais como o sobrenome que aparece posteriormente, sugerindo que parecia óbvio, à Ana Inácia e aos demais de seu convívio, de que Cláudia se estava falando. Parecem ser relações próximas, de vizinhança e, quem sabe, amizade. Vizinhança e amizade que não significam o abandono de hierarquia entre os atores envolvidos nas relações, lembrando sempre da complexidade que pode estar presente mesmo nas relações de amizade desigual entre duas vizinhas pobres ou remediadas em uma freguesia no extremo sul da parte americana do Império Português.

Assim me parece o caso de Maria Vieira Lopes, que não declara seus bens, porém junto com seu marido Manuel Dias de Oliveira era detentora de um campo de duas léguas de extensão onde viviam *de lavouras e criação de animais*.²⁶⁹ Tinham em 1786 seiscentas cabeças de gado bovino o que, embora não os situasse entre os maiores proprietários, era bastante considerável. Suas filhas fizeram bons casamentos, com homens detentores de patrimônio semelhante ou maior. Em seu testamento, redigido em 1805, Maria deixa *duas doblas em dinheiro a minha vizinha Ana Maria da Encarnação*.²⁷⁰ Ana Maria era viúva, tinha sido casada com Inácio Nunes quem, ao falecer em 1795, aos 50 anos de idade, e foi descrita pelo Vigário que registrou sua morte como sendo *pobre, não possuía mais bens do que umas*

²⁶⁸ APERS, **Execuções de Testamento de Ana Inácia do Bonfim**, 1809.

²⁶⁹ AN. Códice 104, v. 8. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786.

²⁷⁰ ADPRG. **4º Livros de Óbitos de Rio Grande**, f. 138v. Duas doblas equivaliam a 25\$600 réis.

*cozinhas velhas de palha em que mora a viúva.*²⁷¹ Dada a diferença no patrimônio das duas mulheres, esse legado poderia ser entendido como apenas mais legado pio usado por de Maria Vieira Lopes como uma maneira de adentrar o reino dos céus. Porém, ele foi feito especificamente *em reconhecimento de me ter assistido na minha enfermidade*. Não era, portanto, apenas caritativo, consistindo também no que pode ser entendido como pagamento de uma dívida moral. Reconhecimento realizado por uma mulher que, mesmo tendo recursos que incluíam uma escrava dita *cria da casa*, dois filhos e cinco filhas que poderiam lhe assistir em suas dificuldades, ganhou assistência da *vizinha* num momento de necessidade. Talvez isso possa ser entendido como sinal de amizade e ajuda mútua. Talvez Ana Maria possuísse conhecimentos para o tratamento de enfermidades ou abrandamento de sintomas que não foram registrados em nenhum lugar. Se esse for o caso, Ana Maria, *pobre*, viúva de Inácio, *pobre*, tem mais conhecimento – mais recursos, portanto – para lidar com a situação específica da doença do que Maria, senhora de terras e de escravos, esposa e sogra de senhores de terra e de escravos.

Embora não seja possível hierarquizar os testamentos de acordo com o nível de riqueza dos testadores, foi possível observar certa tendência a haver mais legados pios deixados aos pobres em geral, sem designação de nomes, naqueles que aparentam ser os mais ricos. A medida em que diminui o patrimônio, esse tipo de legado, quando aparece, é direcionado especificamente e, embora os bens deixados pudessem somar uma quantia mais modesta, parecem ser bastante significativos para aqueles que os recebem. Algumas vacas podem não constituir um valor muito alto naquela sociedade na qual mesmo os muito pobres tinham algumas cabeças de gado. Porém, ter dote, por diminuto que seja, pode ser um fator diferencial no momento em que aquelas mulheres se lançavam ao mercado matrimonial. Duas doblas (25\$600 réis) pode não ser muito, mas devia ter grande importância na economia doméstica de uma viúva pobre.

Mais frequentes do que os legados a vizinhos, são aqueles deixados a parentes consanguíneos, afins, ou espirituais. Constantino recebeu de seu tio por afinidade vacas, touros, uma junta de bois, cavalos e *um lugar nas minhas terras onde ele se possa arrancar*.²⁷² A sobrinha de Antônio Martins de Freitas recebeu como herança a casa que o tio possuía.²⁷³ Antônio Pereira da Silva nomeou como herdeiras do pouco que restaria de seus

²⁷¹ ADPRG. 3º Livros de Óbitos de Rio Grande, f. 88.

²⁷² ADPRG. 3º Livros de Óbitos de Rio Grande, **Testamento de Manuel Pinheiro do Amaral**, 1788

²⁷³ ADPRG. 4º Livros de Óbitos de Rio Grande, **Testamento de Antônio Martins de Freitas**, 1803, f. 76v.

bens às *mulatas Maria, Ana e Catarina*, sem explicar o que havia motivado tal escolha.²⁷⁴ Ana Luísa, forra, deixou *seis braças de terreno com casa velha na Rua do Forte* para serem entregues à sua neta Eusébia Maria por seu casamento.²⁷⁵

Também tinha casa na Rua do Forte Agostinha Maria dos Santos, que determinou que um dos dois quartos da mesma seria vendido para *do dinheiro pagar três doblas a minha afilhada Maria escrava de Micaela viúva do falecido Manuel Inácio*, e outras dívidas que tinha.²⁷⁶ Nesse caso, não parece se tratar de legado, e é interessante observar que a afilhada escrava era credora da madrinha livre, uma vez que isso inverte a lógica esperada a partir dos papéis que ambas exerciam na relação. Como já foi dito, nem sempre a condição jurídica, ou os qualificativos sociais anotados por aqueles que produziram os registros com os quais trabalhamos, definem as posições sociais de cada um em todos os momentos. Isso é ainda mais acentuado quando se considera o estabelecimento de relações entre pessoas com situações de vida muito parecidas. As distinções hierárquicas – buscadas pelos atores sociais independentemente de sua posição ou nível de riqueza – não deixam de ser importantes, mas não separam, não apartam, imiscuem-se às relações, complexificando-as. E as distinções hierárquicas não impedem que, em alguns momentos, madrinhas livres recebam ajuda de afilhadas escravas.

Uma mulher forra pode ser detentora de bens que não aparecem na maior parte dos testamentos de livres, e uma escrava pode ser a escolhida para recebê-los: Luzia Maria de Azevedo deixou *um par de brincos de diamantes a Felizarda, filha de Maria escrava de Francisco Colaço, cujos meus testamenteiros lhe farão entregar à dita rapariga*.²⁷⁷ Uma escrava pode ser senhora de escravos.

Esses casos não parecem ser muito frequentes, saltam aos olhos na documentação justamente por serem raros. Porém, mostram dinâmicas possíveis dos laços estabelecidos entre as pessoas aqui estudadas, e levam a pensar na importância das relações cotidianas, as que não são registradas nos documentos a que temos acesso, e que nem por isso deixavam de ser estratégicas. Esse tipo de relação era provavelmente mais frequente no interior das famílias, e tinha uma enorme importância econômica, como já demonstrou, por exemplo,

²⁷⁴ ADPRG. 2º Livros de Óbitos de Rio Grande, **Testamento de Antônio Pereira da Silva**, 1782, f. 61.

²⁷⁵ ADPRG. 4º Livros de Óbitos de Rio Grande, **Testamento de Ana Luísa**, 1808, f. 222.

²⁷⁶ ADPRG. 4º Livros de Óbitos de Rio Grande, **Testamento de Agostinha Maria dos Santos**, 1807, f. 179. Três doblas equivaliam a 38\$400 réis.

²⁷⁷ ADPRG. 2º Livros de Óbitos de Rio Grande, **Testamento de Luzia Maria de Azevedo**, 1783, f. 38v.

Giovanni Levi.²⁷⁸ Mas deviam acontecer também entre famílias e pessoas que não eram inicialmente aparentadas, e algumas vezes isso pode se traduzir na formação do parentesco espiritual. Sobre o aspecto horizontal do parentesco espiritual, falarei no capítulo 4.

Os vínculos de amizade entre não parentes também deviam ser essenciais para aquelas pessoas que não tinham famílias tão alargadas, ou que tinham relações conflituosas com a própria família – aspecto aqui pouco trabalhado, mas que tinha uma enorme importância e merece ser mais bem investigado. Alguns casais migrantes se enquadram nesse perfil, mães solteiras que não dispõem da parentela por afinidade e, principalmente, alguns dos milhares de escravos e centenas de forros africanos daquela localidade, que precisavam reconstruir laços parentais e de amizade tendo como ponto de partida uma situação muito diferente daqueles que se deslocaram a Rio Grande voluntariamente. É sobre alguns dos forros, que além de terem reconstruído suas vidas do lado de cá do Atlântico, conseguiram se destacar perante os demais, que trata o capítulo seguinte.

Os elementos aqui utilizados para identificar o panorama econômico da população livre da vila de Rio Grande de São Pedro – e assim, também, os intermediários – não geram nenhuma fórmula perfeita para a identificação do grupo almejado. Apenas fornecem parâmetros que precisam ser cotejados com o conjunto das informações disponíveis.

É mais fácil identificar aquelas pessoas detentoras de um nível de riqueza que as situava no seio da elite da localidade, ou pelo menos muito próxima dela - já que riqueza, por si só não basta para identificar posição social num contexto de Antigo Regime, embora seja importante. De qualquer forma, os nomes dos membros das famílias que eram da elite costumam ser registrados, mesmo em documentos que não fazem referência a patrimônio, com os famosos qualificativos que acompanham seus nomes.

Para os demais, classificação é mais trabalhosa, e nunca automática. Nos poucos casos em que há inventário e testamento, os procedimentos já apresentados indicam como foram classificados os inventariados, testadores e seus cônjuges. Os casos de Antônio Ferreira Porto e José de Brum da Silveira são exemplares dos procedimentos por mim adotados todas as vezes em que um novo nome surgia.

Nos casos em que o único indício de acesso à propriedade é o rural, todos os detentores exclusivamente de *datas de terras* ou outros tipos de propriedades modestas frente às grandes *sesmarias* existentes naquele contexto foram identificados como intermediários, salvo se existisse informação indicando ascensão social – como a venda da data e compra de

²⁷⁸ LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

propriedade maior, por exemplo. Com relação à identificação de senhores de escravos via registros paroquiais, como não é possível saber se tratava-se de pequeno ou médio plantel, a classificação do proprietário ou proprietária dependeu sempre da existência de outros elementos, que poderiam ser relacionais – serem convidados muitas vezes ao compadrio, por exemplo. Na maioria das vezes, no entanto, simplesmente não foram classificados, por ausência de informações.

Todo esse processo foi aqui exaustivamente descrito para que fique claro não apenas as dificuldades em identificar as pessoas do setor intermediário, mas principalmente para frisar a complexidade de sua posição social. O que deve ficar claro, no entanto, é que em termo materiais, pelo menos, estavam muito mais distantes daqueles classificados como elite do que estavam do restante da população livre. Mesmo assim, em comparação com o conjunto total que aparece nos registros batismais, por exemplo, eles são minoria. Embora dentro do que chamei de setor intermediário haja uma multiplicidade de situações, no contraste com os demais de seu meio se destacavam, e esse destaque, aparentemente apenas material, algumas vezes também se apresentava no fato de que foram buscados por muitas mães e pais livres, escravos ou forros, para com eles se irmanar espiritualmente. Mas estou, novamente, me adiantando. Antes, é preciso conhecer outros intermediários, talvez ainda mais difíceis de identificar: aqueles que eram também egressos da escravidão.

3. SOBRE LIBERDADE, NEGOCIAÇÃO E HIERARQUIA SOCIAL

Declaro que sou de nação mina, e julgo que são mortos e para isso lhe deixo duas missas pelas almas de meu pai e mãe. Declaro que pelas almas de meus escravos deixo duas missas
Maria do Rosário (1795)

Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas trajetórias de forros e seus descendentes que ajudam a desvelar aspectos da mobilidade e da hierarquia social numa sociedade na qual as distinções e desigualdades eram naturalizadas e reforçadas. Assim, enfoco famílias de pessoas provenientes da escravidão que conseguiram acumular cabedal suficiente para chegar a fazer testamento ou ter um processo de inventário, que apareciam frequentemente na documentação como proprietários de escravos, ou, ainda, tiveram reconhecimento social demonstrado em um número bastante significativo de afilhados e compadres.

Os sujeitos cujos fragmentos de histórias de vida são apresentados aqui representam apenas alguns das centenas de *forros, pardos e pretos* que viveram ou circularam na Vila do Rio Grande no último quartel do século XVIII e que aparecem na documentação trabalhada. Assim, trago alguns dados com relação ao panorama geral dessa parcela populacional sem, por isso, considerar que se trate de um grupo homogêneo. O objetivo é entender de que universo se está falando e quais as possibilidades gerais de uma pessoa livre egressa da escravidão naquele contexto. Só assim o referido destaque social dos atores que tem suas trajetórias aqui analisadas pode ser entendido – já que se trata, quando se fala de setores intermediários da população, necessariamente de um destaque relativo.

O motivo de se dedicar um capítulo somente para análise desses casos repousa no fato de que, considerados os critérios de identificação do setor intermediário, apresentados no capítulo anterior, poucos são os forros que conseguiram cabedal suficiente para ser enquadrados no grupo. Ou seja, ainda que se tratasse de uma parcela significativa da população, muito raramente essas pessoas deixaram inventários e testamentos, aparecem como proprietárias de outros homens ou possuem propriedades rurais. Quando apareciam, estavam, em termos materiais, geralmente abaixo daqueles identificados por mim como intermediários. No entanto, considerando-se seu ponto de partida – a escravidão –, e a comparação com o conjunto dos forros, o pouco que conseguiram acumular torna-se extremamente significativo.

Também serão abordadas, rapidamente, as questões principais presentes na historiografia com relação à alforria, aquisição e significados da liberdade, já que tais discussões influenciam e influenciaram em muito a visão que os pesquisadores possuem das experiências e possibilidades daqueles atores sociais.

3.1 – Sobre concessões, conquistas e negociações

Declaro que possuo o um escravo já velho por nome João, de nação monjolo, por haver recebido há vinte anos cinco doblas pela sua liberdade e por ter recebido a dita quantia por desencargo de minha consciência o deixo
forro
Francisco de Oliveira Dias (1800)

Como foi apontado na introdução deste trabalho, libertos e seus descendentes passaram a ser foco de estudo tanto a partir da verificação da importância populacional e econômica dos livres não proprietários – que era composta principalmente por pessoas *de cor* – como a partir de estudos sobre escravidão que passaram a questionar os meandros dos processos de passagem da escravidão para a liberdade e seus significados. Até meados da década de 1970 a alforria não era um fenômeno muito estudado por ser considerado pouco frequente. Uma vez verificado seu peso e sua importância, passou-se a questionar suas formas, sua quantidade, e o perfil do escravo que estatisticamente estaria mais propenso a obtê-la. Juntamente com isso, tiveram início os debates acerca da relação da manumissão com o sistema escravista como um todo e de que forma os libertos seriam (ou não seriam, em algumas interpretações) integrados na sociedade livre. É sobre esses dois últimos pontos que trato a seguir.

As primeiras reflexões desenvolvidas a respeito da manumissão a percebiam como um elemento que vinha a atender primordialmente os propósitos dos senhores, que as concederiam em função de suas próprias necessidades econômicas. Essas poderiam ser, por exemplo, desencargo de gastos com o sustento do escravo ou busca pela reposição de seu valor em momentos de recessão econômica.²⁷⁹ Também se defendeu que haveria um aumento da quantidade de alforrias em contextos de prosperidade, já que o dinheiro recebido pelo

²⁷⁹ GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1992 [1978]; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982; CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012 [1985].

liberto poderia ser utilizado para comprar escravos mais jovens²⁸⁰, ou haveria maior facilidade para os escravos acumularem o valor necessário para comprarem a própria liberdade, especialmente via políticas de incentivo senhoriais.

Essas poucas linhas não fazem jus ao debate estabelecido, o qual, ainda que extremamente importante, foge aos propósitos do presente texto. O ponto que quero ressaltar é a relativa pouca atenção que se deu à vida dos libertos naquele momento. Quando isso ocorreu, enfocou-se o caráter de marginalidade a que estariam submetidos, sendo a alforria interpretada como um engodo, já que a liberdade desejada seria impedida pela situação de pobreza a que estariam relegados os libertos.²⁸¹

Contrários à visão da alforria como estando exclusivamente vinculada às necessidades dos senhores, alguns autores enfatizaram seu papel como *conquista* dos escravos, os quais utilizariam as tensões existentes e as *brechas* no sistema para conseguir uma série de benefícios, entre eles a alforria.²⁸² Essas conquistas – vistas também como resistência – teriam contribuído, coletivamente e como processo histórico, para reforçar as apregoadas contradições internas do sistema. Facilitariam, assim, o seu enfraquecimento, mesmo que, individualmente, pudessem contribuir para o aumento do prestígio senhorial e a efetivação do sistema, já que poderiam ser utilizadas como política de incentivo aos demais escravos.

Embora nessa perspectiva a alforria tenha sido vista como conquista e luta do escravo, a posição dos libertos na sociedade nem sempre foi tratada de forma distinta do que até então vinha sendo afirmado. Sílvia Lara, por exemplo, coloca a situação dos forros nos seguintes termos: *Nem inteiramente escravo, nem inteiramente livre, o liberto possuía uma*

²⁸⁰ RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. [1967]; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. **Ciência e Cultura**, v. 32, n. 7, p. 836-841, 1980.

²⁸¹ "Empurrados para as fímbrias do sistema que os criava e os deixava sem espaço próprio, os mestiços e os forros foram com frequência equiparados aos quilombolas, [...]" SOUZA, Laura de Melo e. **Desclassificados do Ouro**. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2004 [1982]. Sobre a questão da alforria enquanto engodo: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982; SOUZA, Laura de Mello. **Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

²⁸² LARA, Sílvia Hunold. **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1990]; SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no sudeste do Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

*margem estreita de ação e poderia facilmente ser recuperado, como escravo, por seu antigo senhor.*²⁸³

Contrariamente à perspectiva da alforria como algo que exporia as contradições do sistema escravista e contribuiria, assim, com a sua derrocada, a passagem legal da escravidão para a liberdade foi vista por autores como Florentino e Góes, Sampaio e Ferreira como um dos principais elementos na manutenção da escravidão e do *status quo*. A alforria voltou a ser percebida, em última instância, como concessão senhorial, embora não se ignore que pudesse ser, individualmente, fruto de lutas dos escravos. Em geral, a participação escrava, especificamente no caso da manumissão, teria se dado em conformidade com o *jogo* social. Teriam sido os escravos que melhor souberam criar laços os que mais chances teriam de conseguir a alforria, laços esses estabelecidos principalmente com seus superiores – sejam eles seus senhores ou não. Seria esse o principal elemento que levaria à interpretação, pelos autores citados, da existência de um comprometimento de boa parte dos libertos com aquela sociedade hierárquica baseada na escravidão.²⁸⁴

Nesse sentido, essas pessoas não se veriam, na liberdade, marginalizadas, e sim plenamente inseridas naquela sociedade – em uma posição subalterna, certamente, mas integradas. Isso está vinculado a uma concepção corporativa da sociedade na qual, como disse João Fragoso, *entre senhores e subalternos existia um pacto desigual, em que aos primeiros cabia proteção e direção, e aos segundos a obediência; porém, mesmo desigual, não deixava de ser um pacto e sobre ele tínhamos um dos alicerces da casa.*²⁸⁵ Trata-se de uma sociedade que naturaliza a desigualdade, inclui todos os seus membros em posições e com direitos e deveres diferenciados, e na qual muitas vezes as relações sociais que alguém consegue estabelecer podem dizer mais de suas possibilidades de atuação do que qualquer elemento material visto isoladamente.

²⁸³ LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 268.

²⁸⁴ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (Org). **Tráfico, cativo e liberdade** (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 331-366, 2005.; SAMPAIO, Antônio Carlos J. A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650-1750. In: FLORENTINO, Manolo. **Tráfico, cativo e liberdade** (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 287-329, 2005; FERREIRA, Roberto Guedes. **Pardos**: trabalho, família, aliança e mobilidade social, Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005; SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativo**: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Apicuri, 2009. [2006].

²⁸⁵ FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. **Topoi**, v. 11, n. 21, p. 74-106, 2010, p. 76.

Em uma sociedade assim percebida, a aquisição da liberdade é um passo, dentre muitos outros, de diferenciação social. Essa diferenciação pode iniciar-se dentro do cativo e seguir na liberdade. Como disse Ferreira, isso significa que *vínculos com ex-senhores, ou laços herdados do cativo, inclusive com pessoas que giravam na órbita senhorial contribuía para a continuidade da ascensão social e para o distanciamento do antepassado escravo, quando era o caso*. Ressalta, porém, que a submissão de forros e seus descendentes a antigos senhores *era uma, dentre outras, estratégia de mobilidade social, talvez preferencial*.²⁸⁶

Assim como a submissão não pode ser entendida como a única estratégia válida para aqueles atores sociais que desejavam a alforria, a busca da liberdade não pode ser considerada como a única opção válida para todos os escravos, como muito bem defendeu Marcelo Matheus. Tratando da ideia corrente na historiografia de que o desejo à liberdade seria inerente aos escravos, diz que

a palavra “inerente” pode estar mal colocada, no sentido que naquela sociedade a liberdade não era um valor “inerente” a todos [...] o próprio conceito de liberdade não era de todo igual para os diferentes sujeitos históricos – africanos provenientes de diferentes regiões e culturas, vários grupos indígenas, europeus vindos de lugares onde os laços feudais ainda estavam presentes, bem como de regiões onde as ideias liberais já se faziam presente, etc.²⁸⁷

O que o autor questiona, essencialmente, é a suposta vontade inerente de todo escravo de querer se libertar *de qualquer jeito*, de querer qualquer liberdade. Essa *equação pronta* não condiz com a visão de uma sociedade ordenada pelas relações sociais entre os agentes e na qual a condição jurídica, por mais importante que seja, sozinha não pode explicitar as condições materiais e a posição social de cada um. Assim, e novamente nas palavras de Matheus,

[...] o cativo que objetivasse a liberdade tinha que estar bem amparado em sua família (ou em um grupo social mais amplo, que, de novo, podia contar com seu ex-senhor) para que as condições de vida enquanto forro fossem melhores do que

²⁸⁶ FERREIRA, Roberto Guedes. **Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social**, Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005, p. 173-174.

²⁸⁷ MATHEUS, Marcelo. **Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo Sul do Império Brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 18 29-1888)**. Dissertação (Mestrado) – UNISINOS, São Leopoldo, 2012, p. 84.

enquanto escravo e, com isso, a liberdade se tornasse um sonho realizado e não um (novo) pesadelo a ser encarado.²⁸⁸

Pensando na aquisição da liberdade e na ascensão social de alguns libertos como um processo que se inicia ainda na escravidão e se prolonga muitas vezes ao longo de gerações, pode ficar a questão – a que se colocam muitos pesquisadores – de qual o *significado da liberdade*. Sobre isso, me parece pertinente o posicionamento de Márcio Soares, pelo menos para pensar o contexto do final do século XVIII, como aqui estudo:

De fato, como alguns autores enfatizaram em tom de denúncia dos limites da condição social dos forros, ninguém emergia livre nem autônomo da escravidão, mas na qualidade de um ser dependente e com direitos bastante limitados. Entretanto, a idéia de liberdade subjacente a essa objeção me parece mal colocada. Afinal, **o que era ser livre numa sociedade escravista que naturalizava as desigualdades e as hierarquias sociais entre seus membros?** Acentuava-se comumente a "liberdade relativa" dos forros, como se fosse possível a alguém, vivendo em sociedade, um dia alcançar alguma espécie de "liberdade absoluta". Custa-me crer que uma noção burguesa de liberdade encontrasse meios de se materializar no seio de relações sociais impregnadas de apreço à hierarquia, à distinção, ao privilégio e à obediência que implicavam uma série de limites e restrições aos direitos das pessoas menos distintas. Restrições que, convém lembrar, também incidiam sobre a maior parte da população nascida livre tivessem ou não seus componentes um passado escravo.²⁸⁹

Concordo, em linhas gerais, com a posição do autor. Pensando na perspectiva de uma liberdade que era *limitada* pelas circunstâncias de cada um, vejo a alforria como um momento fundamental de ampliação significativa das possibilidades de escolhas e de movimento, no sentido material e social. Não se trata da única circunstância em que tal ampliação poderia acontecer, mas era fundamental, especialmente porque, sendo – como defendo – a posição de cada um na hierarquia social estabelecida de forma fluída e relacional, e capaz de se transformar com o tempo, a passagem do *status* de escravo para o de livre configurava uma mudança que dificilmente seria revertida. Afinal, por mais que a reescravização fosse possível, desconheço qualquer trabalho que tenha apontado que os casos ocorridos representassem uma porcentagem significativa das alforrias, como argumentarei adiante.

Isso não significa dizer, no entanto, que não se tratasse de concessão senhorial, ainda que possa ser entendida como concessão negociada. A complexidade da questão pode ser abordada a partir de um requerimento encontrado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

²⁸⁸ MATHEUS, Marcelo. **Fronteiras da liberdade**: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo Sul do Império Brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 18 29-1888). Dissertação (Mestrado) – UNISINOS, São Leopoldo, 2012, p. 106.

²⁸⁹ SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativo**: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Apicuri, 2009. [2006], p. 159-160. Grifo meu.

Nele, Manuel, escravo da viúva Bárbara Lopes de Jesus, solicita que sua senhora *abra preço* para sua alforria e de sua esposa, alegando ter vias de pagá-la com ajuda do tenente Antônio Antunes da Porciúncula *que por esmola lhe empresta o dinheiro para sua liberdade e de sua mulher*.²⁹⁰ Manuel apresenta como argumentos de seu direito à liberdade, além de ter acesso ao valor, o fato de sua esposa ter tido oito filhos e três netos, todos, naquele momento, *servindo* e que *a lei promete ser oito até dez filhos, e finalmente entra nesta conta ainda mais os netos*.²⁹¹

Anexados ao requerimento estão vários documentos, entre eles duas cartas trocadas entre Bárbara Lopes, e o referido capitão. Na primeira missiva, a senhora pede esclarecimentos sobre o empréstimo referido. Na resposta, Antônio Antunes da Porciúncula diz que *é certo que me pediu o ano passado eu lhe disse que sim pensando que vossa mercê o queria forrá-lo por sua vontade* e que a promessa do empréstimo teria se dado *por ele me andar molestando a pedir-me eu lhe disse que sim, mas quando os brancos me não tem pago o que eu tenho emprestado, quanto mais os negros*.

Mesmo (aparentemente) tendo meios para a alforria, Manuel estava a mercê do consentimento de sua senhora. Recebendo uma negativa no seu *atentado* de conseguir a liberdade, como ele próprio diz, foi buscar outros recursos, colocando em funcionamento relações previamente estabelecidas. Relações como as que tinha com o capitão Antônio Antunes, que, para azar de Manuel, não se mostraram tão firmes como ele esperava. Instaurado o conflito, o Capitão voltou atrás em sua promessa, colocando-se do lado de Bárbara Lopes. No entanto, também é inegável que Manuel tinha lá seus recursos sociais, demonstrado não apenas no acesso ao capitão (ainda que esse acesso não tenha dado os frutos desejados), mas também no fato de ter quem por ele fizesse o requerimento e o apresentasse à justiça, recursos esses que, talvez, não tenham sido suficientes.

Em resposta ao requerimento, Bárbara Lopes dá seus motivos para não querer ceder-lhe a alforria. Ainda que longo, vale a pena a reprodução de um trecho em função dos argumentos apresentados pela senhora e das informações que traz a respeito das condições de vida de Manuel:

²⁹⁰ AHRs. Fundo Requerimentos, Maço 5, doc. 005.002 (1811). Não é possível saber a quem é dirigido o requerimento. O referido documento consta no "Fundo" Requerimentos do AHRs, coleção que foi criada a partir da junção de requerimentos constantes nos Fundos Autoridade Municipais, Fazenda, Justiça, Militares, Secretaria de Governo e Diversos. Os documentos foram, portanto, retirados de seu contexto original, tornando bastante difícil, muitas vezes, saber a quem foram dirigidos e que resultados alcançaram.

²⁹¹ A lei a que Manuel se refere era, na verdade, apenas um costume de se dar a liberdade a mulheres que tenham tido oito filhos.

o escravo Manuel que se arrugou a fazer o requerimento, falta quase no todo com a verdade, por não explicar a Vossa Senhoria as **circunstâncias de seu cativoiro**. Sendo a primeira, o estar o mesmo conservando-se na fazenda do meu casal, em companhia da mulher, cuidando nela, **com algum poderio nos mais escravos** em falta de um filho que no todo a domina. Como tal tem liberdade de plantar seu trigo, e criar alguns animais que lhe consinto, sem ser espancado, nem lhe faltar coisa alguma de que a boa razão pede, e humanidade manda. Demais, desde que o mesmo casou com a escrava com quem ele é casado, jamais teve filho algum, e se a mulher os tem são de outro marido com quem foi casada [...] Por todas estas circunstâncias não posso por meio algum deliberar nada para a sua alforria como ele requer, mas antes faz bastante negócio em se conservar como está, aonde nada lhe falta, e depois poderá receber algum benefício com o andar dos tempos, e não de quem ele alega que lhe empresta o dinheiro, e ainda que assim fosse não estou em circunstâncias de lhe abrir preço enquanto está tudo em inventário dos Órfãos de quem eu pretendo ficar novamente com a mulher do dito escravo.²⁹²

As *circunstâncias do cativoiro* de Manuel eram de alguma liberdade de ação. Tinha alguns recursos, talvez provenientes de sua própria lavoura e criação. Clara está a distinção perante seus companheiros de cativoiro, uma vez que é dito que tinha *algum poderio nos mais escravos*, imagem que foi corroborada no parecer do comandante Manuel Marques de Sousa, a quem coube averiguar a questão:

[...] estou inteligente de não ser em tudo verdadeiro quanto alega; cujo escravo tem sido bem conceituado pela sobredita Senhora, e por isso o tem encarregado dos parceiros, e da lavoura. Pela resposta e bilhete junto verá Vossa Excelência o que se alega; bem que o sobredito escravo apresenta o dinheiro pronto para sua alforria.

A argumentação de Bárbara Lopes baseia-se na noção de um cativoiro justo, buscando criar a imagem de ser uma boa senhora. Argumenta que seria mais vantajoso permanecer no cativoiro, diante de sua situação material, ao invés de adquirir a liberdade – especialmente porque ela declara o firme propósito de permanecer com a posse da esposa de Manuel. Porém, o escravo, ser pensante como era e conhecedor de suas próprias circunstâncias, provavelmente tinha lá suas projeções de como sustentaria a si próprio e à esposa em sua liberdade – as quais, dada a contenda, é improvável que contassem com o auxílio de sua antiga senhora, mas podiam contar com o auxílio de outros livres em seu entorno. Talvez as projeções de Manuel não se concretizassem – como aconteceu com o auxílio prometido pelo capitão, mas essa é outra questão.

Provavelmente nunca iremos saber os motivos concretos da recusa de Bárbara Lopes em ceder ao pedido do escravo. Não se pode argumentar necessidade de mantê-lo junto de si, já que no inventário de seu primeiro marido, aberto em 1799, conta com dezoito cativos e no do segundo, em 1806, com dezessete, ainda que em ambos os casos vários fossem crianças.

²⁹² Grifo meu.

Tampouco dificuldade de comprar outro escravo nas mesmas condições, já que pelo porto da vila chegavam levas constantes, embora relativamente pequenas se comparadas a grandes centros, de novos escravos. Bárbara tinha recursos para participar desse mercado. Apenas o valor apresentado em joias no monte dos casais era superior ao valor avaliado do escravo Manuel, Mina, de 25 anos de idade, que em 1799 era de 124\$000 réis (35 libras esterlinas) e em 1806, de 130\$000 (37 libras). O monte mor em 1799 foi de mais de oito contos réis (2281 libras), o segundo maior do conjunto de inventários até então.²⁹³

Parece que a senhora fazia questão de ter, a ele e a sua esposa, em sua companhia, já que relata que nas partilhas anteriormente realizadas *o mesmo preto tocou a outro herdeiro por nome Cândido a quem haverá um ano eu o comprei novamente*. Talvez seus motivos para não querer ceder a alforria repousassem justamente no nível de confiança depositado naquele seu escravo, o qual aparentemente administrava a fazenda na ausência dela e do filho, o que implicaria algum nível de aceitação de sua autoridade relativa por parte dos demais escravos. Talvez aquilo que mais aproximava Manuel da liberdade tenha sido, naquela circunstância específica, o que a impediu. Mas essas são apenas suposições.

Não foi possível saber o resultado da contenda. Não há despacho ou outros documentos anexados, e uma vez que o referido requerimento foi retirado de seu contexto original pela maneira com que foi organizado o fundo documental em que se encontra, não foi possível saber mais. Tampouco pude saber se Manuel conseguiu sua liberdade via outros registros. Manuel escravo ou Manuel forro existiram muitos naquele contexto e não consegui encontrar o nome de Bárbara Lopes de Jesus ou de seus filhos associado a qualquer um deles. Tendo a acreditar que, em princípios do século XIX naquela vila periférica e dadas as circunstâncias apresentadas, a justiça dificilmente obrigaria a senhora a se desfazer de uma propriedade sua, ainda que sendo ressarcida por isso. Impossível, nesse momento, saber. Porém, também acredito que, mesmo que possa não ter tido sucesso naquele momento, é provável que Manuel Mina não tenha esgotado, aí, suas tentativas.

Tempo é outro fator a ser considerado quando se pensa em ampliação da liberdade e passagem ao *status* de liberto. A possibilidade de alguém conseguir a alforria em

²⁹³ O valor da avaliação de Manuel era equivalente, em 1799, a 35 libras, e em 1806, a 37 libras. Já o monte mor citado era equivalente a 2.281 libras. Havia outros dois escravos chamados Manuel arrolados, um dito "mulato", de três anos de idade, e outro dito benguela, de dezesseis. Acredita-se ser aquele escravo o que fez o requerimento em função do registro de um casamento realizado em 1803 entre "Manuel, de nação Mina, e Margarida de nação benguela, ambos escravos de Antônio José Rodrigues", que vem a ser o segundo marido de Bárbara, já recasada naquele momento. Uma escrava chamada Margarida, pertencente a Francisco Fernandes Lima (o primeiro marido), foi encontrada anteriormente dando seus filhos legítimos a batizar, em 1791 e 1793. APERS. Comarca do Rio Grande do Sul, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, Pelotas, **Processo de Inventário de Bárbara Lopes (1824)**. Os inventários de seus dois maridos estão anexados ao referido processo.

circunstâncias parecidas com a aqui relatada fica aparente em um documento anexado ao mesmo requerimento. Mesmo se referindo a um *preto forro* chamado Manuel, aparentemente ali se encontra por engano, por se tratar de um documento assinado três anos depois em outra localidade (Vila de Santo Antônio), e os nomes e circunstâncias dos demais atores sociais mencionados serem distintos. Trata-se de uma resposta do comerciante Manuel Ferreira Porto a um pedido de informação, na qual relata as circunstâncias que geraram uma contenda na justiça com o novo Manuel, a quem teria emprestado parte da quantia para a compra da liberdade e de quem não havia recebido pagamento. Ainda que não se trate da vila de Rio Grande, traz informações valiosas sobre a trajetória de um escravo que tem como objetivo a aquisição da liberdade, e acredito que a qualidade delas justifica a transcrição parcial do documento, ainda que longo.

[...] o suplicante que valendo-se de mim para que lhe emprestasse alguma semente de trigo e igualmente lhe assisti com alguns dinheiros para pagar a quem lhe ajudou a [ilegível] e para cortar e trilhar o que assim o fazia eu, no fim aquela colheita vinha o suplicante entregar-me o referido trigo e abatida as despesas o seu líquido ficava em meu poder, isto fazia o suplicante quando era escravo do falecido Francisco Vitales da Silva, dizendo-me que queria ajuntar daquele pouco que colhia e para o fim de se libertar e ao mesmo tempo comprava da minha loja algumas fazendas secas; por falecimento daquele seu senhor Vitales, mandou àquela viúva lhe entregasse eu a quantia que na minha mão se achava, pertencente a seu escravo, o que não fiz, por comiseração do suplicante, e fazendo-lhe ver isto mesmo lhe entreguei a quantia de três doblas que [...] era o que tinha em meu poder, levando-as para lhe guardar o Capitão João Antunes Pinto; por falecimento da viúva Senhora do suplicante passou ao domínio de um herdeiro Francisco Domingues Bueiras, e nesse tempo me rogou o suplicante novamente para que eu lhe continuasse com a mesma graça o que com efeito fiz, ajuntando no decurso de alguns anos nova quantia de trinta e nove mil réis, e por que a este tempo aquele Bueiras lhe conferisse a liberdade pela quantia de 10 doblas me pediu o suplicante lhe abonasse eu o resto que lhe faltava, e como já o suplicante visse em mim a pouca vontade se valeu daquele Capitão João Antunes Pinto que lhe emprestou mais três doblas trazendo dali seis, e em tirando-lhe eu as quatro doblas fez a quantia de 128\$000 réis e com isto se libertou ficando-me a restar a quantia de 12\$730 réis, e por que se passou muitos tempos jamais cuidou no cumprimento daquela satisfação²⁹⁴

Manuel *preto forro* parece ter estabelecido diversas relações, enquanto ainda era Manuel *escravo de*, que foram essenciais para que obtivesse sua alforria. Isso não se deu de uma hora pra outra, foi um processo que levou alguns anos e que precisou contar com circunstâncias favoráveis – e também da ajuda fortuita do comerciante, que além de facilitar-lhe o plantio e a comercialização do trigo, salvaguardou as economias do escravo das mãos da nova senhora que, como dona do escravo, era também legalmente dona da quantia. Também foi importante a relação com o Capitão João Antunes – na mão de quem, aparentemente, seu

²⁹⁴ AHRS. Fundo Requerimentos, Maço 5, doc. 005.002 (1814). Uma dobla equivalia a 12\$800 réis.

dinheiro estava mais seguro. Essas relações contribuíram muito, mas dentro de certos limites. O comerciante esteve em parceria – provavelmente mutuamente vantajosa – com Manuel por vários anos, mas tinha *pouca vontade* de lhe emprestar a quantia necessária para completar o valor pedido pelo senhor, fornecendo uma quantia menor apenas depois que o Capitão emprestou as três doblas. Talvez isso se desse por ser um investimento de certo risco. De fato, o motivo da existência do documento é a inadimplência de Manuel, que não chegou a ressarcir seu xará.

Como já disse, entendo alforria enquanto concessão senhorial, especialmente quando considero que não podia acontecer à revelia do senhor. Mesmo com todas as relações estabelecidas por esse segundo Manuel, as quais pôde acionar num momento crítico, isso só aconteceu quando finalmente teve o consentimento de seu senhor. Porém, ressalto que a ideia de concessão deve ser matizada pela noção de negociação. Se, pensando em termos estruturais, tais afirmações podem ser feitas, não se pode reduzir as experiências de tantos atores sociais à dicotomia concessão/conquista. Isso seria simplificar muito situações bastante complexas e variáveis de acordo com o conjunto de relações sociais – e assim de possibilidade de ação – de cada um dos envolvidos. Tudo isso, lembrando sempre de que se trata, necessariamente, de uma negociação extremamente desigual entre sujeitos com pontos de partida bastante diferenciados.

Tendo em vista o que foi até aqui discutido, o próximo ponto traz a análise das alforrias de escravos cujos proprietários eram moradores da vila do Rio Grande nas últimas décadas do século XVIII, com o objetivo principal de tratar dos casos em que se pode perceber a influência das demais relações sociais (além das de senhor/escravo) daqueles atores que, creio, contribuíram para a passagem formal da escravidão à liberdade.

3.2 – Alforrias e Forros

com a obrigação de servir a minha mulher enquanto ela for viva ou eu próprio e por morte dela lhe dou esta obrigação por acabada para poder ir com o seu filho tratar de sua vida, por onde muito lhe parecer
Francisco Tomás de Medeiros (1784)

Dentro da perspectiva do que foi apontado acima, analiso agora as alforrias encontradas na documentação que faz referência aos moradores da Vila de Rio Grande nas duas últimas décadas do século XVIII. Primeiramente, é preciso explicar algumas escolhas

metodológicas realizadas na busca dos registros das alforrias, já que a documentação referente àquela localidade no período estudado tem algumas características peculiares.

Como foi comentado no primeiro capítulo, mesmo com a reconquista da vila das tropas castelhanas, sua estrutura administrativa permaneceu em Porto Alegre, e apenas em 1809 a vila de Rio Grande teve novamente Câmara e as demais instituições a ela relacionadas.²⁹⁵ Com isso, só passou a ter tabelião no princípio do século XIX, o que significa que seus moradores precisariam se deslocar a Porto Alegre caso desejassem realizar algum registro, ou ter algum procurador que o fizesse.²⁹⁶ Significa, também, que os documentos que esses moradores fizeram assentar se encontram registrados juntamente com aqueles dos moradores de Viamão e Porto Alegre, sem qualquer tipo de separação por localidade. É nesse contexto que se encontram as cartas de liberdade do período estudado – juntas com as de toda a capitania.

Felizmente, as cartas registradas nos Tabelionatos da capital foram transcritas resumidamente e publicadas por Moreira e Tassoni.²⁹⁷ A partir dessa transcrição, o procedimento adotado foi o seguinte: selecionei todas as cartas em que constasse o local de moradia dos atores, fazendo uma busca pelos termos *Rio Grande, Povo Novo, Estreito, Piratini, Pelotas, Serro Pelado, Torotama e Jaguarão* – todas regiões pertencentes a Rio Grande no período. Como resultado, encontrei 157 cartas de alforria registradas até o ano de 1800, perfazendo 15,2% do total de 1031 registradas até 1798, segundo levantamento apresentado por Moreira.²⁹⁸ Certamente o número de cartas por mim selecionadas está aquém do que realmente foi registrado por moradores de Rio Grande, uma vez que nem todos os registros faziam referência ao local de morada.

Busquei também as alforrias concedidas por ocasião da feitura de testamentos. Entre 1779 e 1810 foram encontrados 89 testamentos, registrados nos Livros de Óbitos da freguesia de São Pedro do Rio Grande, anexados a processos de inventários ou juntos aos processos de

²⁹⁵ A Provisão de 07 de outubro 1809 dividiu o Território do Rio Grande de São Pedro em quatro municípios, entre eles Rio Grande, que compreendiam além da freguesia do mesmo nome (com todas as capelas filiais), as de Conceição do Estreito e de São Luís de Mostardas. APERS. **Relatório dos Tabelionatos**.

²⁹⁶ Os primeiros documentos armazenados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul no fundo "Tabelionatos do Município de Rio Grande" são do ano de 1811.

²⁹⁷ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007.

²⁹⁸ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. As Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007. A datação utilizada pelo autor considera a data da concessão, não do registro das cartas. Já a seleção feita por mim considerou a data do registro, podendo haver, assim, alguma discrepância na proporção encontrada.

prestação de contas testamentárias. Os testadores fizeram menção a escravos em 47 desses e concederam alforrias em 22, totalizando 49 escravos alforriados.²⁹⁹

Já com relação às alforrias na pia batismal, entre os anos 1781 e 1800 concedeu-se a liberdade a 42 crianças, sendo que a maior parte delas foi registrada já nos livros dedicados aos *batizados de brancos e livres*, apenas oito registros foram feitos no livro dos *assentos dos escravos*.³⁰⁰

Cruzei os nomes dos proprietários em cada um dos documentos na busca de repetições e, nesses casos, foram comparados os registros. Em apenas doze ocasiões isso aconteceu, sendo que todas elas se referiam a alforrias concedidas em testamento e posteriormente registradas as cartas, pelo testamenteiro, em Porto Alegre.³⁰¹ Parece, então, que o registro na pia ou no testamento muitas vezes dispensou o registro notarial, especialmente dada a dificuldade de não ter tabelião na vila no período estudado.

As alforrias serão analisadas em conjunto, independentemente da forma de seu registro. Caso seja pertinente, assinalarei as diferenças entre um tipo e outro. Com relação ao perfil dos escravos alforriados, encontrei dados muito próximos do que já foi apontado pela maior parte dos estudos que trabalham com o tema: uma pequena maioria de mulheres e de crioulos entre aqueles que receberam a liberdade.

No que se refere à variável gênero, encontrei uma primazia de 61,3% de mulheres, valor que sobe para 64,2% se retiradas da amostra as 72 crianças que puderam ser identificadas (39 meninas e 33 meninos). Esse dado toma mais peso se consideradas as proporções de homens e mulheres na escravaria: analisando os escravos avaliados em inventários entre 1779 e 1808, encontrei 151 mulheres e 285 homens, respectivamente 34,6% e 65,4% do total de 436.³⁰²

²⁹⁹ ADPRG. 2º a 4º Livros de Óbitos de Rio Grande. APERS, *Processos de Inventários*. APERS, *Execuções de Testamento*.

³⁰⁰ ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande. Os livros 5 (1776-1789), 7 (1789-1795) e 8 (1795-1800) são ditos de "brancos e livres" e o livro 6 (1776-1806) foi aberto para nele se lançarem os batismos dos escravos.

³⁰¹ Foram retiradas as repetições, mantendo a versão em que havia mais informações. Os números apresentados dos totais de registros são aos que se chegou depois desse procedimento.

³⁰² APERS, *Processos de Inventários*.

**TABELA 14 – GÊNERO DOS ALFORRIADOS POR TIPOS DE REGISTRO
(RIO GRANDE, 1777-1810)**

	HOMENS		MULHERES		SUBTOTAL
	NA	%	NA	%	
Cartas de Liberdade	52	33,1	105	66,9	157
Testamentos	23	46,9	26	53,1	49
Pia Batismal	21	50,0	21	50,0	42
Total	96	38,7	152	61,3	248

NA = Número Absoluto

FONTE: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007; ADPRG. **2º a 4º Livros de Óbitos de Rio Grande**. APERS, **Processos de Inventários**. APERS, **Execuções de Testamento**; ADPRG. **5º a 8º Livros de Batismos de Rio Grande**.

Os dados por mim encontrados devem ser matizados pelo fato, já explicitado, de que provavelmente nem todas as cartas de liberdade foram encontradas por não constar o local de moradia dos proprietários. Ainda assim, a maioria de mulheres é um dado apontado por todos os autores consultados que fizeram esse tipo de levantamento com relação à segunda metade do século XVIII ou início do XIX.³⁰³ Isso também é verdade com relação aos trabalhos que tratam especificamente do Rio Grande de São Pedro. Considerando o total das alforrias registradas nos tabelionatos de Porto Alegre, Paulo Moreira encontrou um percentual de 56,01% de mulheres entre 1748-1888. O trabalho de Gabriel Aladrén, apresenta um período mais circunscrito (1800 a 1835), e nele o percentual de mulheres sobe para 58%, na mesma região. Já Marcelo Matheus encontrou uma proporção feminina ainda superior em Alegrete entre 1832 e 1850, 62%.³⁰⁴

As explicações sobre tal favorecimento na concessão de alforrias têm sido variadas, e transitam entre a consideração da diferença de preço entre homens e mulheres – as quais,

³⁰³ SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 215; FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998 [1994], p. 143; SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos. Rocios e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001, p. 184; PAIVA, França. **Escravidão e universo cultural na Colônia**, Minas gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 173; FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Niterói, RJ: UFF, 2004, p. 115-116; SAMPAIO, Antônio Carlos J. **A produção da liberdade**: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650-1750. In: FLORENTINO, Manolo. **Tráfico, cativo e liberdade** (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 287-329, 2005, p. 301-302; SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativo**: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Apicuri, 2009, p. 101.

³⁰⁴ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **As Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888**. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007; ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades Negras Nas Paragens do Sul**: Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. [2008], p. 42; MATHEUS, Marcelo. **Fronteiras da liberdade**: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo Sul do Império Brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 18 29-1888). Dissertação (Mestrado) – UNISINOS, São Leopoldo, 2012, p. 118.

sendo mais baratas, poderiam comprar sua liberdade mais facilmente, ou, no caso das gratuitas, implicariam em menor prejuízo ao senhor – e a maior proximidade entre as escravas (muitas delas domésticas) de seus senhores, supondo-se seguidamente a presença de concubinato entre senhor e escrava. O importante a salientar é que esses números dizem pouco se observados isoladamente, sendo necessário considerar variáveis de idade, origem, características dos senhores que dão as alforrias e a multiplicidade de arranjos possíveis.

O mesmo pode ser dito sobre a origem dos alforriados. A primazia de crioulos sobre africanos na aquisição da liberdade deve ser matizada também pelo volume de registros em que não consta a origem (32,3%) dos beneficiados. Nos que constavam, dividi os encontrados entre africanos³⁰⁵ e crioulos, sendo que utilizei para isso apenas designações de origem do local de nascimento ou proveniência, sem utilizar referências a cor. No mesmo sentido, crioulo, aqui, foi entendido como *nascido na terra* (ou fora da África), já que encontrei *crioula da Bahia*, *crioulo do Rio de Janeiro* e, até mesmo, *crioula da Europa*, sem presumir nada a respeito de sua cor. Considerando apenas as 165 alforrias em que encontrei informação de origem, tive 63,6% crioulos e 36,4% de africanos, dados que não destoam do encontrado por outros autores que investigaram essa questão.³⁰⁶

**TABELA 15 – ORIGEM DOS ALFORRIADOS POR TIPOS DE REGISTRO
(RIO GRANDE, 1777-1810)**

	Crioulos	Africanos	Não consta	Subtotal
Cartas de Liberdade	49	58	50	157
Testamentos	14	2	33	49
Pia Batismal	42	0	0	42
Total	105	60	80	245

FONTES: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007; ADPRG. 2º a 4º Livros de Óbitos de Rio Grande. APERS, **Processos de Inventários**. APERS, **Execuções de Testamento**; ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

³⁰⁵ Os termos encontrados com relação a grupo de procedência foram Angola (14 ocorrências), Benguela (23), Cabinda (1), Congo (2), Mina (15), Quicamba (1), Rebolo (3) e Monjolo (1).

³⁰⁶ SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Niterói, RJ: UFF, 2004, p. 113-116; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **As Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888**. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007, p. 16; ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades Negras Nas Paragens do Sul**: Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. [2008], p. 44-45; MATHEUS, Marcelo. **Fronteiras da liberdade**: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo Sul do Império Brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 18 29-1888). Dissertação (Mestrado) – UNISINOS, São Leopoldo, 2012, p. 118.

Comparando essas proporções com as de africanos e crioulos encontradas nas avaliações de escravos nos inventários por mim pesquisados, e tendo em conta apenas as 323 avaliações com informação de origem, encontrei 119 (36,8%) crioulos e 204 (63,2%) africanos, o que indica que a preferência de crioulos na concessão de alforrias é ainda mais pronunciada por serem minoria na escravaria.³⁰⁷

Com exceção da identificação de algumas crianças, as informações referentes às idades ou faixas etárias foram bastante raras nas cartas de liberdade e testamento consultados. Já indicação de atividade especializada aparece apenas uma vez, em referência a um escravo que era sapateiro.

Procurei identificar também os tipos de concessão de alforrias, se pagas ou gratuitas, separação que apresentou alguns problemas. Foram identificadas como *pagas* todas as que apresentassem algum valor pago pelo escravo ou por terceiros (mesmo que seja apenas uma parcela de seu valor), as coartações ou a existência de outros arranjos de pagamentos como a doação de um outro escravo para lhe substituir ou o pagamento em produtos (como trigo). Já as sem ônus, ou gratuitas³⁰⁸ foram assim identificadas por nelas constar termos tais como *em retribuição aos serviços prestados, por ser cria da casa, pelos bons serviços que tem feito* etc. Nesses casos, não fica excluída a possibilidade de que tenha havido algum tipo de pagamento, o qual não foi informado.

TABELA 16 – TIPOS DE ALFORRIA (RIO GRANDE, 1777-1810)

	Sem ônus		Pagas		Não consta		Subtotal
	NA	%	NA	%	NA	%	
Cartas de Liberdade	45	28,7	88	56,1	24	15,3	157
Testamentos	40	81,6	9	18,4	0	0	49
Pia Batismal	33	78,6	9	21,4	0	0	42
Total	118	47,6	106	42,7	24	9,7	248

NA = Número Absoluto.

FONTE: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007; ADPRG. 2º a 4º Livros de Óbitos de Rio Grande. APERS, **Processos de Inventários**. APERS, **Execuções de Testamento**; ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

Uma vez que condições à concessão da alforria aparecem tanto em gratuitas quanto em pagas, optei por tratar delas separadamente. Identifiquei 45 nas cartas de liberdade e testamento – nenhuma à pia foi condicional. Talvez a alforria dada em um ritual tão

³⁰⁷ APERS, **Processos de Inventários**. Os 323 casos com informação de origem representam 74,1% do total de 436 escravos avaliados.

³⁰⁸ Tal nomenclatura foi utilizada por ser usual, embora eu tenha algumas restrições à utilização do termo "gratuito" para se referir à concessão de liberdade em um regime de trabalho forçado.

importante para a cristandade não fosse compatível com condições limitadoras da liberdade. Ou talvez possíveis condições tenham sido acertadas com mães e pais dos ingênuos, e por isso não tenham sido registradas.

Em 31 alforrias a condição estabelecida foi de servir e/ou acompanhar o senhor até sua morte, ou a morte de seu cônjuge ou de algum dos filhos. Ou seja, em todos esses casos a condição para que o escravo possa ser alforriado é a morte de alguém. Em nove ocasiões solicitou-se que o cativo ou cativa servisse por um período determinado (mais comumente dois anos), depois do qual ficaria livre. Pagar o que resta do valor acertado para a alforria é uma condição que apareceu três vezes, e em uma delas a escrava Ana deveria, enquanto não completasse o pagamento, *lavar-me a roupa da minha casa uma vez na semana*³⁰⁹.

Em duas ocasiões encontrei condições mais incomuns. Na primeira delas, entre as últimas vontades do Padre João de Castro Ramalho, ditadas em 1798, estava deixar forros o *mulatinho* Joaquim, de dez anos, e sua mãe, Rosa Maria. Porém, acrescentou como condição que *a dita parda depois do meu falecimento havendo quem case com ela no termo de seis meses case e se passados estes não casar meu testamenteiro a remeta para o Rio a entregar a sua mãe negra mina*. Isso poderia sugerir uma espécie de preocupação do reverendo com o futuro de sua escrava, já que tentou garantir que a mesma *tomasse estado*. Isso fica mais acentuado pelo fato de que legou à Rosa Maria, além de sua liberdade e a de seu filho, *para sua sustentação, umas casas citas na Vila do Rio Grande, e uns terrenos juntos com todas as obras que lhe tiver feito se as fizer, [e] a dita escrava Rosa está possuindo uma crioulinha por nome Catarina que já lhe dei em minha vida*.³¹⁰

Não sou partidária de se supor imediatamente que boa parte dos legados de homens a suas escravas são originários da existência de relação sexual e/ou afetiva entre eles, considerando que não há meios de se verificar isso. Todavia, acredito ser essa uma hipótese válida nesse caso, especialmente pelo fato de que aquela não era a única escrava de que o padre era senhor, tampouco a única com filhos pequenos. As escravas Maria e Bernarda também foram nomeadas no testamento com vistas à sua libertação, mas nenhuma delas recebeu outros legados, nenhuma delas era, já naquele momento, senhora de uma escravinha.

A prestação de contas do testamento do Padre, aberta em 1809 (quase onze anos após sua morte), permite verificar que Rosa Maria recebeu a liberdade, a casa e o terreno contíguo,

³⁰⁹ Carta de alforria passada por Joaquim Soares de Sousa (1795).

³¹⁰ ADPRG. 3º Livro de Óbitos de Rio Grande. Testamento de João de Castro Ramalho, fl. 195.

localizados na Rua Direita da Vila de Rio Grande.³¹¹ Nada consta a respeito de sua escrava Catarina, mas suponho que também tenha permanecido com sua posse. Isso significa que ela chegou ao *status* de forra tendo já casa e terrenos bem localizados, uma criada para lhe servir, além do filho, que logo poderia servir de soldado ou marinheiro, ou trabalhar de alguma outra forma. Poderia, se o menino não tivesse morrido no ano seguinte, de *câmaras de sangue* (disenteria hemorrágica).³¹²

Com relação à condição imposta ao benefício, foi cumprida – mas não dentro dos seis meses exigidos, e sim *sete anos* depois. Rosa Maria Perpétua, como a partir de então apareceu na documentação, contraiu matrimônio em janeiro de 1806 com Antônio Caetano Resende, soldado de cavalaria ligeira e natural do Bispado de Mariana. Não há qualquer indicação de cor com relação ao noivo, seja no casamento, seja quando aparece como testemunha em uma devassa cujo réu era seu colega de quartel.³¹³ Em nenhum momento o fato de Rosa não ter cumprido corretamente sua parte no *acordo* parece ter levado os herdeiros do reverendo – seu irmão e cunhada – a questionarem a liberdade. Isso leva a crer que, em algumas ocasiões, as condições impostas podem não ter sido devidamente cobradas.

O segundo episódio do qual quero tratar com relação a esse tema é o de Joaquim da Cunha Barbosa e sua mulher, Ana Jacinta do Nascimento, que em 1783 passaram carta de alforria a Joana, *crioula da Europa*, perante o pagamento feito por ela de 128\$000 réis, *com a condição de que a libertada Joana saia logo desta Vila, mas não para o Rio de Janeiro, e caso faça o contrario fica a nos reservado o direito de a cativar novamente*.³¹⁴ Não consegui encontrar qualquer informação que esclarecesse condição tão específica e curiosa. No entanto, trago esse caso por ter sido o único que indicasse, no discurso senhorial no momento de dar a alforria, a possibilidade de reescravização.

Além disso, encontrei também uma revogação de alforria feita em codicilo³¹⁵ por Francisco Tomás de Medeiros. Quando ditou seu testamento em 1784, declarou desejar que com sua morte ficassem forros uma escrava por nome Rosa e seu filho Manuel. Sete anos depois, às vésperas da morte, escreveu que revogada a alforria que seria dada ao menino

³¹¹ APERS, *Execuções de Testamento de João de Castro Ramalho*, 1809.

³¹² ADPRG. 3º Livro de Óbitos de Rio Grande, fl. 199v.

³¹³ ADPRG. 3º Livro de Casamentos de Rio Grande, fl. 106v. AHRs. Fundo requerimentos, maço 2, REQ 002 024.

³¹⁴ Carta de alforria passada por Joaquim da Cunha Barbosa (e sua mulher, Ana Jacinta do Nascimento) (1783).

³¹⁵ Escrito realizado em momento posterior à feitura do testamento, geralmente logo antes do falecimento do testador, que atualiza ou modifica as declarações de última vontade.

Manuel *pela não merecer, a havendo nesta parte por revogada a dita determinação a respeito deles, e só terá vigor a liberdade que deixo a preta Rosa sua mãe.*³¹⁶

Antes da *Lei do Ventre Livre* (28 de setembro de 1871), que entre seus termos proibiu a invalidação de alforrias, essa era uma possibilidade sustentada pelas Ordenações Filipinas, que a permitia nos casos em que o liberto ou liberta *cometer contra quem o forrou, alguma ingratidão pessoal em sua presença, ou em ausência, quer seja verbal, quer de feito e real.*³¹⁷

Com base nessa possibilidade legal e na existência de processos de manutenção de liberdade ou de reescravização, alguns autores pensaram a revogação da alforria como um dos elementos que contribuiriam para a instabilidade da vida dos libertos e como componente fundamental na manutenção da autoridade senhorial sobre seus ex-escravos.³¹⁸

Para Sheila Faria essa possibilidade era um dos motores que instigariam o deslocamento de ex-escravos e seus descendentes na colônia, já que seria de seu interesse *se distanciar de antigos senhores, com receio de uma reescravização, principalmente nos casos de alforrias testamentárias, quando o executor da liberdade havia morrido.*³¹⁹ Com relação especificamente a reescravização por parte dos herdeiros do antigo senhor, isto não estava previsto nas ordenações, onde se lê que *se o doador [...] não revogou em sua vida a doação feita [...] ou não moveu em sua vida demanda de Juízo para revogar a doação ou liberdade, não poderão depois de sua morte seus herdeiros fazer tal revogação,*³²⁰ embora isso não signifique que herdeiros não tenham questionado liberdades concedidas.

Manolo Florentino, estudando as alforrias no Rio de Janeiro entre 1840 e 1871, encontrou apenas quatro cartas de liberdade revogadas, entre mais de dezessete mil manumissões, mas afirma que a mera possibilidade de que tal dispositivo fosse utilizado seria suficiente para *indicar o quanto era legitimamente instável a liberdade ensejada pela lei escravocrata.* Segundo o autor, essa baixa frequência poderia ser explicada a partir de padrões

³¹⁶ ADPRG. 3º Livro de Óbitos de Rio Grande, fl. 28v.

³¹⁷ Ordenações Filipinas, Livro IV, Título 63, § 6. Grafia por mim atualizada.

³¹⁸ LARA, Sílvia Hunold. **Campos da Violência:** escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998 [1994]; FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial. **Revista USP**, n. 58, p. 104-115, 2003; FERREIRA, Roberto Guedes. **Pardos:** trabalho, família, aliança e mobilidade social, Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

³¹⁹ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998 [1994], p. 110.

³²⁰ Ordenações Filipinas, Livro IV, Título 63, § 8. Grafia por mim atualizada.

culturais relacionados à cultura da manumissão (a qual não necessariamente seria partilhada por todos os atores sociais) que tornaria *virtual* o domínio senhorial, podendo voltar a ser real em qualquer momento. Esse domínio senhorial virtual seria o que transformaria as alforrias em *mecanismos de contínua produção de patronagem*, e responsável pelo fato de que *no universo da cultura da manumissão, o africano escravizado ou liberto estava marcado por uma inferioridade inata que nem a liberdade podia esconjurar*.³²¹

A posição de Márcio Soares a esse respeito se aproxima das referidas com relação a possíveis vantagens senhoriais na existência da possibilidade de revogação da alforria. Porém, afirma que a utilização em larga escala de tal dispositivo seria contraproducente, pois anularia os ganhos materiais e políticos obtidos pelos senhores com aquela concessão – entendida como um dom sem contradom equivalente que geraria um estado de endividamento e elevaria a reputação do doador. Entende que essa posição seria confirmada pelo reduzido número de revogações encontradas: em seu levantamento de vinte e dois Livros de Notas de Campos de Goitacases entre 1735-1809, encontrou apenas três escrituras desse tipo, e apenas duas anulações de alforrias dadas em testamento dentre os 595 consultados.³²²

As ações de liberdade ou de reescravização têm se mostrado um material bastante rico para se estudar os meandros da passagem da escravidão para a liberdade e têm se tornado cada vez mais objeto de análise dos historiadores. No entanto, a maior parte deles tem como foco o contexto do Império do Brasil, especialmente em função do crescente volume dessa documentação na medida em que avança o século XIX.³²³

Com relação ao período que estudo, as referências à existência desse tipo de processo são bastante raras, e ainda é preciso considerar o fato de que nem sempre os antigos senhores ganhavam as causas. Não é minha intenção negar a importância dessas ações em função de sua pequena quantidade. Concordo com Florentino quando diz que a existência de uma só já tem significado. O que questiono é que significado era esse, especialmente considerando o contexto por mim estudado, e qual seu peso na vida e nas escolhas feitas pelos libertos.

³²¹ FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial. **Revista USP**, n. 58, p. 104-115, 2003, P. 106-108.

³²² SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativo**: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Apicuri, 2009. [2006], p. 181.

³²³ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 (1995); GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. **Almanack Braziliense**, n. 6, p. 4-13, 2007.

Pensando em termos de estratégias entendidas de acordo com uma *racionalidade limitada*³²⁴, deve-se considerar a questão da *probabilidade* de reescravização, sim, mas com o devido peso que podia ter no cálculo realizado pelos atores sociais ao realizarem suas ações. Cálculo no qual devia entrar, também, a existência de outros recursos sociais além de uma relação submissa com a família senhorial.

Tratando de ações de liberdade movidas pelos escravos, Hebe Mattos apontou alguns casos que mostravam que os mesmos puderam recorrer a recursos sociais – que incluíam laços familiares horizontais no cativeiro – para ter acesso a um advogado e ao processo judicial. Nas ações anteriores a 1831 por ela estudadas, as decisões em segunda instância favoreceram a liberdade em dois terços dos casos. Segundo a autora, as *sentenças finais, favoráveis ou desfavoráveis às aspirações de liberdade dos cativos, parecem ter-se pautado antes de tudo pela capacidade das partes de produzirem documentos em relação a suas alegações*.³²⁵

Sobre a possibilidade legal de revogação das alforrias por ingratidão, Mattos ressalta que se deve ter em conta as noções de liberdade e propriedade vigentes, segundo as quais esses não seriam direitos absolutos, estando condicionados *aos costumes e ao arbítrio da Coroa, numa sociedade entendida como 'naturalmente' desigual, sobre a qual o rei deveria garantir a ordem e o bem comum*. Ainda segundo a autora

No contexto jurídico e cultural das Ordenações Filipinas, a liberdade não era um direito natural, mesmo que suas razões fossem sempre superiores, mas, antes, resultado da interferências direta da Coroa sobre relações costumeiras de poder. Neste contexto, não cabem distinções estanques entre costumes e lei (positiva). A lei escrita existia para arbitrar relações costumeiras (ou de poder) conflituosas. **Na ausência de conflito, não se cogitava da aplicação da lei.** As Ordenações Filipinas, em seu espírito, não são regras gerais a nortearem ou regularem o funcionamento da sociedade, mas um conjunto de normas que possibilitasse a arbitragem real em prol 'do bem comum'.³²⁶

A noção de justiça como um arbítrio entre partes desiguais e com direitos diferenciados – baseada na equidade, portanto – já foi apontada por Giovanni Levi como base do direito em países católicos mediterrâneos. Nesses locais era vigente aquilo que foi

³²⁴ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

³²⁵ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 (1995), p. 177.

³²⁶ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 (1995), p. 190-191. Grifo meu.

chamado pelo autor de *direito débil*, ou seja, sistemas jurídicos nos quais a jurisprudência predominava sobre a lei. Neles, existiria

[...] uma pluralidade de equidades segundo o direito de cada um ao qual se reconheça o que lhe corresponde sobre a base de sua situação social e de acordo com um princípio de justiça distributivo. Na sociedade de *Ancien Régime*, o conceito de equidade era o protagonista central de seu sonho impossível — ou, melhor dizendo, já impossível — de construir uma sociedade justa de desiguais. Nela a impossibilidade não se sustentava tanto no conflito entre *aequitas y aequalitas* quanto no sonho de que cada um fosse classificável com exatidão em um papel ou em uma condição social unívoca, definida e estável. A lei difere para cada estrato social, quando não para cada pessoa, em uma justiça do caso concreto determinado segundo as desigualdades sociais definidas.³²⁷

Acredito que, embora esse sistema organizativo da justiça e da sociedade contribuísse para a manutenção dos privilégios das famílias mais destacadas em cada contexto, também implicava que, em determinadas ocasiões, deviam ser reconhecidos os direitos dos demais setores, ainda que limitados de acordo com suas respectivas posições.

Assim, ainda que se possam perceber algumas tendências, pode-se dizer que não há uma fórmula pronta a determinar que ex-proprietários teriam, em todas as situações, a prerrogativa de reescravizarem seus antigos escravos. Especialmente quando se considera que senhores não eram todos iguais. O que já foi amplamente apontado pela historiografia a respeito da posse escrava deve ser levado em consideração: a existência de uma pluralidade de senhores com escravarias de tamanhos diversos, a maioria delas pequenas, cada um deles com origens e posições sociais muito distintas. A maior parte dos proprietários e proprietárias de escravos em muito pouco se aproximava da imagem criada a respeito do senhor da casa-grande que tudo pode. Assim, acredito que aquelas pessoas tinham possibilidades diferentes de ter acesso à justiça – e também ao uso da violência e ao desmando disponíveis a alguns senhores.

O retorno ao cativeiro, legalmente ou de fato, devia sim ser um dos elementos a integrar o raciocínio daqueles atores no momento de agirem, e podia ser utilizado como ameaça, real ou simbólica. Porém, ao menos no caso de Rio Grande em fins do século XVIII, era *mais um* elemento de instabilidade em um contexto permeado por guerras, frios intensos, problemas nas colheitas, epidemias diversas, recrutamentos forçados, mandos e desmandos de potentados locais que poderiam facilitar ou dificultar a vida de forros e seus descendentes independentemente de terem sido seus proprietários ou não.

³²⁷ LEVI, Giovanni. Reciprocidad mediterránea. In: OLIVEIRA & ALMEIDA (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro, FGV, p. 19-38, 2009 [2002], p. 62.

Portanto, creio que a possibilidade de reescravização, em si, não pode ser entendida como base da submissão – existente em muitos casos, talvez a maioria – de forros a seus antigos senhores. É preciso buscar a resposta no próprio funcionamento daquela sociedade: hierarquizada, com reciprocidades múltiplas e desiguais que não existiam apenas para os egressos da escravidão.³²⁸

3.3 – Alforrias pagas, trabalho e sociabilidade

por ter recebido em sua vida do mesmo escravo o seu valor em trigos, com consentimento do mesmo falecido ele plantava e colhia na Estância de Pelotas; além disto, os bons serviços, amor, zelo como o referido escravo sempre havia tratado o falecido
Antônio Vieira da Silva (1793)

Nesse momento enfoco as alforrias pagas, as quais, de modo geral, apresentam mais informações a respeito das possibilidades de sobrevivência, baseadas no trabalho e na sociabilidade, da população forra. Isso porque nesse tipo de alforria seguidamente são registradas informações que servem de indício a respeito de atividades exercidas, as possibilidades de acúmulo, e, especialmente, a existência de relações sociais que podem ter dado suporte não apenas à aquisição da alforria, também, possivelmente, a uma ascensão social. Isso não significa que tais elementos não pudessem existir no caso das alforrias chamadas gratuitas, apenas que, nas pagas, o registro fornece mais indicações a respeito do tema.

Encontrei referência a pagamento em 106 alforrias, a maior parte delas (72), de acordo com o texto do registro, foram pagas pelos próprios escravos.³²⁹ Também há casos em que o pagamento foi realizado pelos pais ou padrinhos (sete e dez alforrias, respectivamente), especialmente nos casos de libertação na pia. Algumas vezes foi mencionado como responsável pelo pagamento alguém cuja relação prévia com o alforriado em questão não pôde ser verificada (treze ocasiões).

A pequena proporção de parentes ou terceiros sendo apontados como provedores das alforrias precisa ser relativizada. Mesmo nos casos em que o pagamento foi realizado pelo

³²⁸ HESPANHA, A. M.; XAVIER, A. B. As Redes Clientelares. In: MATTOSO, José. **História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)**, v. 4. Lisboa: Estampa, 1998, p. 340-341.

³²⁹ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888**. EST Edições, 2007; ADPRG. **2º a 4º Livros de Óbitos de Rio Grande**. APERS, **Processos de Inventários**. APERS, **Execuções de Testamento**; ADPRG. **5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande**.

próprio escravo, o acesso à liberdade pode ter sido intermediado pelo parentesco. Marcelo Matheus, a partir do cruzamento dos registros de alforrias com os assentos de casamento de Alegrete entre 1800 e 1872, apontou casos de provável auxílio do futuro cônjuge na aquisição da alforria, uma vez que há uma proximidade temporal entre a alforria e o casamento, embora tal auxílio não tenha sido mencionado no registro da alforria.³³⁰ Assim como o autor referido, parto do pressuposto de que a existência de laços familiares – que não se resumem ao matrimônio sancionado pela Igreja – pode potencializar as chances de se obter a liberdade.

Com relação à família escrava, não é mais necessário questionar sua existência ou relevância. No entanto, é necessário tratar, ainda que brevemente, dos principais pontos do debate acerca do papel daquelas famílias e da formação de laços de solidariedade entre escravos ou destes com livres em uma sociedade escravista. Para Robert Slenes, a família teria sido elemento essencial na elaboração de uma comunidade escrava com base em referenciais culturais de matriz africana, a qual se oporia radicalmente ao mundo dos livres. Assim, sua existência teria um importante papel político em possíveis conflitos entre cativos e seus senhores, já que contribuiria para a formação de solidariedades internas à senzala, as quais poderiam minar o poder senhorial e tornariam possíveis a subversão e a rebelião.³³¹ Slenes entende o universo social de escravos e livres como necessariamente apartados, tendo como base a condição jurídica, a vivência do cativo e elementos culturais que seriam capazes de gerar identidades sociais que oporiam diametralmente escravidão e liberdade.³³²

A esse respeito, o autor se opõe à perspectiva apresentada no trabalho de Florentino e Góis, autores que entenderiam a família escrava como elemento estrutural para a continuidade do escravismo. Sem querer negar a existência de conflitos entre escravos e senhores, esses autores afirmaram que o papel estrutural da família se daria na incorporação dos novos escravos vindos do tráfico atlântico. Nesse aspecto, a formação de laços de sociabilidade implicaria em certa estabilidade para o sistema, sem eliminar a existência de hierarquias internas à senzala. Embora contribuísse para uma estabilidade do sistema de forma estrutural,

³³⁰ MATHEUS, Marcelo. **Fronteiras da liberdade**: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo Sul do Império Brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 18 29-1888). Dissertação (Mestrado) – UNISINOS, São Leopoldo, 2012, p. 128 e segs.

³³¹ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Editora Nova Fronteira, 1999.

³³² SLENES, Robert W.; FARIA, Sheila de Castro. Família escrava e trabalho. **Revista Tempo**, v. 3, n. 6, p. 1-7, 1998.

a família e a cooperação entre os escravos também são vistos como fundamentais na melhoria das condições de existência deles próprios.³³³

Hebe Mattos tem uma posição semelhante no que se refere ao papel da família e de outros laços de sociabilidade como incorporadores de recém-chegados e, assim, contribuidores na manutenção da disciplina, gerando *expressiva diminuição de custos para o senhor, com a vigilância e a segurança*.³³⁴ Porém, também entende a família escrava como um elemento que, ao mesmo tempo em que criava solidariedades internas, servia para diferenciar os escravos uns dos outros, diferenciação essa que aproximaria certos escravos da liberdade e contribuiria para o reforço de hierarquias internas na senzala. A família, assim, seria um dos elementos que contribuiriam para afastar alguns escravos do mundo do cativo e aproximá-los do mundo dos livres. Emergiria, assim,

[...] paradoxalmente uma comunidade escrava que, quanto mais aprofundava suas relações familiares, potencializava seu acesso a espaços econômicos e familiares de autonomia e distinguiu-se, em maior ou menor grau, dos cativos recém-chegados e dos aspectos mais rigidamente restritivos daquela disciplina. Este, o contínuo movimento da vida coletiva nas *plantations* do Sudeste, frente ao ininterrupto impacto do tráfico.³³⁵

Para a autora, a construção de identidades entre os escravos não se basearia simplesmente na existência de uma mesma condição jurídica. Existiriam, ao mesmo tempo, diferenciações internas à senzala e aproximações de escravos com livres que potencializariam a possibilidade de alforrias.

Creio que essa posição é bastante pertinente para entender o contexto por mim pesquisado e os meandros da aquisição da liberdade e ascensão social de forros e seus descendentes. Um elemento que contribui para essa percepção é o fato de que entre os membros familiares que aparecem como responsáveis pelo pagamento de alforrias de seus parentes há escravos, libertos e livres. Os laços familiares não se rompem com a mudança de status jurídico, tampouco deixam de ser formados em função de diferença de condição, como

³³³ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Civilização brasileira, 1997.

³³⁴ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 (1995), p. 137.

³³⁵ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 (1995), p. 142.

demonstram, por exemplo, estudos que tratam de casamentos mistos (entre escravos e libertos, entre escravos e livres ou entre livres e libertos).³³⁶

Além disso, matrimônios, concubinatos e relações de filiação são apenas os laços mais facilmente apreendidos com relação àquela população. A pouca variação de nomes e o fato de que dificilmente os escravos portavam sobrenomes torna muito difícil aos historiadores brasileiros e brasilianistas conhecer a parentela de escravos, diferentemente do que é possível a alguns pesquisadores que enfocam outras localidades. Cheryll Ann Cody, por exemplo, estudando as práticas de nomeação entre os escravos na *plantation* da família Ball, localizada na Carolina do Sul, observou que a segunda geração de escravos nascidos na fazenda recebia nomes já presentes em sua parentela, e o uso desses nomes era feito não só entre as gerações, também acontecia com relação à família estendida.³³⁷

Assim, é bastante possível que, no contexto que estudo, parentelas de escravos fossem formadas tendo como membros pessoas de diversas condições jurídicas, ainda que na maioria dos casos fossem todas muito próximas do universo da escravidão.

Retornando às alforrias pagas, encontrei quatro mães que conseguiram alforriar suas filhas, duas delas eram ainda cativas e as outras duas eram forras. Narcisa e Delfina, ambas escravas, libertaram suas filhas respectivamente no momento do batismo e após o falecimento da antiga senhora, quando a filha passou a ser propriedade dos herdeiros. Já Ana alforriou sua filha Maria depois de ter adquirido a própria liberdade, mas não pude saber quanto tempo depois, nem a idade da menina. Uma mãe liberta também foi responsável pela liberdade de Mônica da Rocha, escrava de Inácio Antunes Maciel e presumivelmente já adulta, uma vez que portava sobrenome, algo que, além de ser raro em escravos, era característica de adultos independentemente da condição social.³³⁸

O grupo dos pais é ainda mais diversificado. O escravo Manuel pagou vinte mil réis pela liberdade do inocente Elisbão, escravo do mesmo senhor, e seu filho natural.³³⁹ Esse mesmo valor foi pago pelo pai de Mônica, também alforriada na pia batismal, embora não se

³³⁶ Ver, por exemplo, MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades**: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Apicuri, 2008.

³³⁷ CODY, Cheryll Ann. There Was No "Absalom" on the Ball Plantations: Slave-Naming Practices in the South Carolina Low Country, 1720-1865. **The American Historical Review**, Vol. 92, No. 3 (Jun., 1987), pp. 563-596.

³³⁸ HEBRARD, Jean. Esclavage et dénomination: Imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au xixe siècle. **Cahiers du Brésil Contemporain**, 2003, n° 53/54, p. 31-92; MARQUES, Rachel dos Santos. Práticas de nomeação e população escrava em Rio Grande de São Pedro, século XVIII. **Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional** (no prelo).

³³⁹ ADPRG. **8º Livro de Batismos de Rio Grande**, f. 100v.

saiba se esse pai era livre ou não, e por Vicente da Rocha, livre, que alforriou José, seu filho natural com Jacinta crioula, escrava de José Antunes.³⁴⁰ Já Nicolau Antônio Vieira pagou pela alforria de seu filho Manuel algumas doblas à senhora Elena Leocádia. O menino, no entanto, seguiu vivendo em companhia da antiga proprietária mesmo após o falecimento da mãe, como fica explícito no testamento da mesma, no qual afirma que *já há anos dei por forro ao meu mulatinho por nome Manuel, o qual tenho criado e é filho da minha escrava Rosa já defunta isto posto concorrido com [ilegível] doblas quem reclama de pai Nicolau Antônio Vieira para essa alforria.*³⁴¹

Pais carnis não eram os únicos que alforriavam seus filhos: encontrei por dez vezes padrinhos e madrinhas libertando seus afilhados. Infelizmente, o texto dos registros de batismo ou das cartas não dão muitos indícios de qual relação poderiam ter os padrinhos com seus respectivos compadres anteriormente ao batismo do afilhado, e o cruzamento não ajudou muito nesses casos. É possível que alguns dos padrinhos fossem pais naturais das crianças alforriadas que não desejavam assumir publicamente a paternidade. Essa hipótese, no entanto, não explica o conjunto dos casos, especialmente porque algumas das crianças alforriadas tinham pais declarados.

Esse é o caso do menino Francisco, filho de Adão e Ana, escravos de José Vieira da Cunha, que recebeu a liberdade *em razão de serem seus Padrinhos seu filho José Vieira e Maria Antônia.*³⁴² Nesse caso, não se trata de alforria paga, porém é pertinente por revelar a vinculação entre laços sociais e aquisição de liberdade. Isso também pode ser observado no caso da alforria de Ana, filha legítima de Salvador e de Felipa e escrava do Capitão mor Manuel Bento da Rocha, que foi libertada em seu batizado em 1782 *por atenção a distinção dos Padrinhos.*³⁴³ O padrinho em questão era o Capitão Mateus Inácio da Silveira, concunhado de Manuel Bento da Rocha. É provável, então, que Salvador e Felipa tenham podido ter acesso e formar laços com o referido Capitão dentro do contexto da família senhorial – um convívio doméstico, portanto. Mateus Inácio também foi padrinho de outro filho do casal dois anos depois, reiterando a relação de compadrio estabelecida.³⁴⁴

³⁴⁰ ADPRG. 3º Livro de Óbitos de Rio Grande, f. 232; ADPRG. 6º Livro de Batismos de Rio Grande, f. 17v.

³⁴¹ ADPRG. 2º Livro de Óbitos de Rio Grande. Testamento de Elena Leocádia, fl. 88.

³⁴² ADPRG. 8º Livro de Batismos de Rio Grande, f. 43v.

³⁴³ ADPRG. 6º Livro de Batismos de Rio Grande, f. 14.

³⁴⁴ ADPRG. 6º Livro de Batismos de Rio Grande, f. 22v.

Acontece que no mesmo dia em que apadrinhou Ana, Mateus Inácio da Silveira se tornou pai espiritual de Josefa, filha de Francisco e Marta, ambos também escravos de Manuel Bento da Rocha.³⁴⁵ Josefa, no entanto, não recebeu a liberdade juntamente com o primeiro sacramento cristão. Isso, e o fato de que era bastante comum na Família Silveira o apadrinhamento de escravos, leva a crer que a homenagem expressa na alforria de Ana, pela *distinção dos padrinhos*, tenha sido mais direcionada à madrinha da filha de Salvador e Felipa, Dona Ana Jacinta do Nascimento.

Filha mais velha do boticário Bento Martins Ferreira, Ana Jacinta era membro de uma das famílias mais antigas do Rio Grande de São Pedro, proveniente da Colônia do Sacramento.³⁴⁶ Seu pai era um homem de prestígio em Rio Grande, tinha vários afilhados, era indicado como testamenteiro e frequentemente chamado para testemunhar a feitura de outros testamentos e documentos. Ana havia casado no ano anterior com Joaquim da Cunha Barbosa³⁴⁷, e nos anos seguintes suas irmãs Maria Micaela do Nascimento e Luzia Firmiana do Pilar casariam com dois dos mais importantes *charqueadores* do período, Antônio Francisco dos Anjos e Domingos Rodrigues Ribas, apontados por Jonas Vargas como poucos dos que naquela *primeira geração* (1790-1835), que tiveram *uma relação mais próxima com o comércio marítimo de longo curso, seja atuando diretamente nestas atividades por meio de suas embarcações, seja atuando na exportação e importação consignada a partir dos armazéns do porto de Rio Grande.*³⁴⁸

Ainda que no momento em que Ana Jacinta do Nascimento batizou sua afilhada homônima ela fosse a única filha casada da família, o fato de que essas irmãs formariam tão bons casamentos é indicativo do prestígio de sua família. Prestígio, como já disse, de uma das famílias de *conquistadores* do continente, provenientes da Colônia do Sacramento.

Por seu turno, a família Silveira, à qual pertenciam o Capitão Mor Manuel Bento da Rocha, sua esposa Isabel Francisca da Silveira, e o cunhado Mateus Inácio da Silveira, era proveniente das Ilhas dos Açores e também uma das *principais* do Rio Grande de São Pedro,

³⁴⁵ ADPRG. **6º Livro de Batismos de Rio Grande**, f. 14v.

³⁴⁶ RHEINGANTZ, Carlos G. "Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia do Sacramento". In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO / INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL. *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. v. II. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.

³⁴⁷ ADPRG. **2º Livro de Casamentos de Rio Grande**, f. 25.

³⁴⁸ VARGAS, Jonas. **Pelas Margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

acumulava cargos na *república*, patentes, terras escravos e também afillhados.³⁴⁹ Dentre as centenas de afillhados que possuía, e mesmo entre os compadres que eles convidaram para apadrinhar as crianças da família há, no entanto, pouquíssimas pessoas nascidas ou vinculadas à Colônia do Sacramento.³⁵⁰ Mais do que isso, não encontrei qualquer outra vinculação entre essa família e à parentela formada a partir dos casamentos das três filhas de Bento Martins Ferreira, mesmo em anos posteriores. Esses dois grupos, aliás, são os mesmos que foram citados na introdução deste trabalho como estando em lados opostos nas contendas referentes à localização da Igreja na nova freguesia de São Francisco de Paula de Pelotas.

Talvez a homenagem configurada na alforria da menina Ana tenha sido uma tentativa de aproximação do Capitão Mor com a família do Boticário. Algo que se tornou possível a partir dos laços previamente estabelecidos não pela cúpula da família senhorial, mas por seus escravos.

Fica a pergunta a respeito de como aquele casal de escravos poderia ter se aproximado de tais pessoas a ponto de lhes ser possível fazer o convite ao compadrio – algo que não estava disponível à maior parte dos cativos existentes na escravaria do Capitão-mor, uma das maiores do período, a julgar pelas relações de compadrio que de fato estabeleceram. Uma hipótese pode ser levantada a partir da atividade exercida por Salvador, que era *oficial de carpinteiro*, de acordo com sua própria carta de alforria, passada em 1787.³⁵¹ Nela, Manuel Bento da Rocha declara que foi concedida *pelo amor de Deus em atenção à grande fidelidade e zelo com que me tem servido há mais de vinte anos*. Nesse mesmo documento o Capitão mor também declarou que a partir daquele momento também seriam forros quaisquer filhos do casal, ainda que a esposa de Salvador permanecesse escrava. Felipa só teria sua alforria em 1796, sua carta foi registrada por Dona Isabel Francisca da Silveira em 1809, e teria sido *concedida em retribuição aos bons serviços prestados*.³⁵²

³⁴⁹ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 2006; COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre** (1767-1808). Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 2006; HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006; MARQUES, Rachel. **Por Cima da Carne Seca**. Hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Dissertação (Mestrado) – UFPR, Curitiba, 2012.

³⁵⁰ MARQUES, Rachel. **Por Cima da Carne Seca**. Hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Dissertação (Mestrado) – UFPR, Curitiba, 2012.

³⁵¹ APERS. 1o Tabelionato Público, Judicial e Notas de Porto Alegre, Transmissões e notas. **Livro 13**, p. 87v.

³⁵² APERS. 1o Tabelionato Público, Judicial e Notas de Porto Alegre, Registros Gerais. Livro 5, p. 15.

A atividade exercida por Salvador pode ter sido fundamental não apenas no prestígio que tinha perante a família senhorial, mas também fora dela – podia ter autorização para prestar serviços para outras pessoas, por exemplo. Seja como for, o destaque de Salvador significou a liberdade para si, a esposa, e pelo menos dois de seus filhos, embora não tenha gerado acúmulo de cabedal – ou pelo menos não gerou na opinião do padre que realizou seu registro de óbito, o qual assinalou que Salvador não havia feito *testamento, era sumamente pobre, por cuja razão se lhe fez tudo de graça*.³⁵³ Isso não significa que uma ascensão econômica dessa família não tenha se concretizado nas gerações futuras, uma vez que, como já apontou Ferreira, a ascensão de forros e seus descendentes se dava primordialmente de forma familiar e geracional.³⁵⁴

Como no caso de Ana, encontrei outros nos quais membros da elite contribuíram para a aquisição da alforria de escravos que não eram seus. O Alferes José Rodrigues Barcelos e o padre José Alves Chaves colaboraram cada um com uma parcela do valor da liberdade de Joaquina, parda, escrava de Teresa Freire de Jesus.³⁵⁵ Dona Josefa Eulália de Azevedo, viúva do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, pagou 250\$000 réis pela alforria de Francisca, crioula, escrava de Manuel Joaquim da Trindade, *benefício que a dita senhora lhe faz por lhe estar criando uma sua filha*.³⁵⁶ Não foi possível saber que arranjos teriam levado essas pessoas a exercerem esse papel – e, principalmente, porque esses escravos e não outros. Um elemento que deve ser considerado nesses casos é a possível retribuição moral que tais ações podiam gerar. Se, como propõe Márcio Soares,³⁵⁷ a dádiva da alforria gerava contra dons que elevam o prestígio do senhor, o que dizer dos casos em que o doador não é sequer o senhor do escravo ou escrava?

Por outro lado, a cooperação de pares também foi capaz de aproximar alguns escravos da liberdade. Em 1798, Luzia Maria da Conceição, escrava do Capitão Antônio José Carneiro, foi alforriada com dinheiro enviado por *João Pedro, preto crioulo, assistente ou*

³⁵³ ADPRG. 3º Livro de Óbitos de Rio Grande, f. 171v.

³⁵⁴ FERREIRA, Roberto Guedes. **Pardos**: trabalho, família, aliança e mobilidade social, Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

³⁵⁵ In MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007.

³⁵⁶ In MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007.

³⁵⁷ SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativo**: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Apicuri, 2009 [2006].

*sujeito a casa do Reverendo Vigário da Guarda Dr. Pedro Pereira Trindade de Mesquita.*³⁵⁸ Talvez esse tenha sido um caso de cooperação familiar, já que cinco meses depois foi batizado João, filho legítimo de João Pedro da Mata, *preto forro natural da Colônia*, e de Luísa, *preta Mina forra*, e teve como padrinho o Capitão Antônio José Carneiro.³⁵⁹

Há ainda um caso de cooperação social na aquisição da alforria que se destaca. Em 1782 foi feito o registro de uma alforria concedida em 1764 a João das Almas, escravo de Manuel Fernandes de Castro e de sua mulher, Quitéria Marques, viúva de Antônio Simões.³⁶⁰ O valor da alforria foi de 128\$000 mil réis, dos quais 78\$000 foi fornecido por João, e 50\$000 pela Irmandade das Almas da Vila de Rio Grande. Esse é o único caso de liberdade concedida por irmandade ou outro tipo de entidade associativa registrada em Porto Alegre antes do ano de 1863.³⁶¹ É bastante significativo o sobrenome com o qual ele aparece no registro da alforria, já que reforça a ligação com a Irmandade.

Não é apenas pelo raro caso de alforria auxiliada por esse tipo de entidade que se percebe o prestígio de João. Na freguesia do Estreito, imediatamente ao norte de Rio Grande e local para onde se deslocou boa parte da população durante o período da ocupação espanhola, João foi padrinho frequente tanto de batismo como de confirmação, juntamente com sua esposa, Maria Pinto da Costa. Entre 1770 e 1776, apadrinharam quatro filhos de escravas na localidade, e um filho de um casal de índios Tapes. Nas confirmações, ocorridas ao longo de vários meses do ano de 1770, tiveram como afilhados nove escravos de diversos proprietários, três forros, um homem dito *pardo* (que naquele contexto podia designar também indígenas), e dois filhos de um casal sobre quem não consta qualquer tipo de qualificativo.³⁶² João surge uma última vez na documentação por mim pesquisada em 1781, passando carta de alforria³⁶³

³⁵⁸ In MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta:** as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007.

³⁵⁹ ADPRG. **8º Livro de Batismos de Rio Grande**, f.127v.

³⁶⁰ In MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta:** as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007.

³⁶¹ In MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. As Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta:** as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007.

³⁶² ADPRG. **1º Livro de Batismos do Estreito**.

³⁶³ ADPRG. **1º Livro de Batismos do Estreito**.

a um escravo seu, momento em que portava o nome de João Simões das Almas, associando-se tanto à irmandade como a seu antigo senhor.³⁶⁴

Algumas alforrias pagas por terceiros dão indícios do estabelecimento de possíveis negócios entre eles e os beneficiários. O caso do sapateiro Antônio Machado Pereira, citado no capítulo 2, é um deles. Comprou a alforria de Narciso à sua proprietária Inês de Lima e recebeu o pagamento, em *jornais*, do escravo.³⁶⁵ É significativo que na carta de alforria passada pela senhora diga que o pagamento do valor de 115\$200 réis tenha sido realizado pelo escravo, não constando o nome do sapateiro ou qualquer outro indicativo da influência de terceiros na compra da liberdade.³⁶⁶ Isso indica, como já sugeri, que muitas das alforrias que foram registradas como sendo pagas pelos próprios escravos podiam ter sido auxiliadas por terceiros.

Ana, Benguela, escrava de Joaquim Soares de Sousa, teve o preço da alforria colocado em 153\$600 réis. Pagou esse valor dando *por si uma escrava por nome Maria, nação Congo*, e restando para o pagamento total a quantia de 38\$400, e também *mais 12\$800 que por ela ficou obrigado o Alferes Joaquim Rodrigues de Carvalho para a compra da dita escrava Maria e para cujo pagamento lhe dou dois meses de espera*.³⁶⁷ Outra Ana, escrava de José Vieira da Cunha, pagou doze doblas por sua liberdade, *por mãos de Antonio Jose Carneiro, de quem havia sido comprada*.³⁶⁸ Ao que parece, o comerciante Antônio José Carneiro não apenas comprava escravos no Rio de Janeiro e os revendia em Rio Grande, também emprestava o valor necessário para que esses mesmos escravos pudessem ser senhores de si mesmos.

³⁶⁴ Quitéria Marques e Antônio Simões eram pessoas muito proeminentes em Rio Grande antes da tomada da vila HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)**. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. São nomes, e sobrenomes que tem grande valor moral. Até hoje existe na cidade de Rio Grande uma localidade chamada *Rincão Dona Quitéria*.

³⁶⁵ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, 2º Cartório Cível e Crime, **Processo de Inventário de Antônio Machado Pereira**, 1793.

³⁶⁶ In MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. As Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888**. EST Edições, 2007.

³⁶⁷ In MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. As Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888**. EST Edições, 2007.

³⁶⁸ In MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. As Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888**. EST Edições, 2007.

Esses casos dão indicações de que não era apenas a caridade ou laços pessoais de proximidade que levavam pessoas livres a contribuir com a alforria de escravos. Há vantagens possíveis para ambas as partes nos arranjos formados. Essas vantagens, no caso dos livres, eram em grande parte morais, geradoras de prestígio, algo que não deve ser subestimado naquele contexto. Além disso, poderiam ser economicamente vantajosas, especialmente nos casos em que aqueles que realizam os pagamentos não eram membros da elite, e que, portanto, não tinham tantas condições de fazê-lo sem esperar uma retribuição material além da retribuição moral que lhes era devida. A existência desse tipo de negociação também pode indicar que, na visão daqueles que emprestam os valores, os escravos em questão teriam meios de se manter enquanto forros e assim pagar seus credores – o que contrasta com uma visão de necessária marginalidade daquela população.

Com relação aos meios de sustento, há sugestões, nos registros das alforrias, de atividades realizadas por alguns dos beneficiados que geravam renda mesmo quando ainda eram escravos. Vitória recebeu a alforria porque, segundo seu senhor, *desde que a comprei até a data desta trouxe sempre o jornal*. Teresa foi coartada tendo dado uma entrada com dinheiro adquirido *pela sua agencia*. O Tenente de Dragões Joaquim de Sousa Soares alforriou dois escravos em seu testamento dando como motivos da liberdade o *bom serviço que sempre me fizeram, e receber deles algum dinheiro em várias ocasiões para remediar as minhas necessidades*. Antônio pagou seu senhor Francisco Pereira de Carvalho entregando-lhe outro escravo, de nome Agostinho, para o substituir, e obteve a alforria com a *condição de ser obrigado a dar-me contados jornais de dois escravos que possuo um por nome Miguel nação Angola e outro Agostinho de nação Angola da quantia de 3\$200 por mês por cada um*, o que sugere ser Antônio quem supervisionaria o trabalho de Miguel e Agostinho. Maria pagou à sua senhora dez doblas, quantia com a qual poderia *comprar outra escrava que tivesse outras prendas, com o qual ficasse eu com o serviço de melhor utilidade*. Pedro recebeu a liberdade no testamento do Reverendo Antônio Vieira da Silva por ter pago em vida do senhor *o seu valor em trigos*.³⁶⁹

O que os casos de alforrias pagas ou influenciadas por pessoas que não faziam parte da relação senhor/escravo mostram é quão complexa e imbricada podia ser a passagem da escravidão à liberdade. Se a forma de trabalho ou atividade especializada de um escravo ou escrava podia aproximá-lo da liberdade, o fato de que escravos sapateiros, tanoeiros ou

³⁶⁹ In MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. As Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007.

tecelões faleciam ainda no status de cativo mostra que isso por si só não era suficiente. Tempo, e, principalmente, os laços que puderam formar com outros atores eram essenciais. Por outro lado, o fato de que muitos dos afilhados de Capitães e Donas jamais conseguiam a alforria também mostra que nem sempre o investimento em determinadas relações sociais dava os frutos almejados.

Em meio a tanta complexidade, a busca por entender a hierarquia interna dessa população tão próxima do cativeiro passa por identificar os pequenos avanços que conseguiram realizar – como ter bens que justificassem um testamento ou terem se tornado senhores de outros homens – e pela compreensão de algumas sutilezas presentes nos documentos que a nós chegaram a respeito daquelas pessoas.

3.4 – Forros, cores e hierarquia social

Declaro que deixo um par de brincos de diamantes a Felizarda, filha de Maria escrava de Francisco Colaço, cujos meus testamenteiros lhe farão entregar à dita rapariga Luzia Maria de Azevedo, preta forra (1783)

Até aqui tratei de alguns meandros da passagem da escravidão à liberdade e o que esses processos podiam indicar com relação às diferenciações existentes ainda no interior das senzalas. O presente tópico trata da população liberta e de seus descendentes já no universo da liberdade.

A julgar pelos mapas populacionais disponíveis, os libertos na freguesia de São Pedro do Rio Grande perfaziam entre 2,9% e 3,8% da população.³⁷⁰ Já os registros paroquiais indicam que as mães dessa condição eram somente 1,6% do conjunto de mães, provavelmente porque muitas delas tinham seus primeiros filhos quando ainda escravas.³⁷¹ Já entre os falecidos, os forros eram 7% de todos os adultos.³⁷²

De acordo com Gomes, que também se baseia nos mapas de população, o número de libertos na Capitania do Rio Grande era diminuto, no início do século XIX, se comparado aos

³⁷⁰ AHU. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro. , caixa 7, doc. 485, Anexos. **Mapa ou numerário de todos os habitantes da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul**, o qual expressa as suas condições, estados e sexos divididos pelo numero das freguesias atuais da mesma capitania em 1798; AHU. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro, caixa 7, doc. 485, Anexos. **Mapa de todos os habitantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul**, divididos pelas freguesias atuais da mesma Capitania no ano de 1802.

³⁷¹ ADPRG. 5º a 8º Livros de Batismos de Rio Grande.

³⁷² ADPRG. 2º e 3º Livros de Óbitos de Rio Grande.

de Minas e do Rio de Janeiro no mesmo período, ainda que apresentasse um crescimento constante.³⁷³ Ainda de acordo com esse autor, eram as localidades de Rio Grande e Porto Alegre as que apresentavam as maiores concentrações de forros o que provavelmente estaria vinculado às atividades urbanas em cada uma dessas localidades.

A respeito das proporções de libertos perante o conjunto da população, é preciso fazer a ressalva de que não necessariamente esses valores dizem respeito ao conjunto de pessoas livres de cor em Rio Grande. Pelo menos nos assentos batismais da freguesia nas duas últimas décadas do século XVIII filhos e netos de pessoas alforriadas, nascidos já no mundo da liberdade, dificilmente eram ditos *forros* ou portavam designação de cor. Em outros documentos, tais como inventários, nunca o eram. Portanto, tendo por base apenas os mapas populacionais, sem se ter acesso às listas nominativas que lhes deram origem, não é possível saber se recenseadores estavam chamando de *forros* apenas os que haviam passado pela experiência da escravidão ou também seus descendentes.

Embora eu esteja falando em população liberta, como um todo, não parto do pressuposto de que se tratava de um grupo homogêneo, ou que a população colonial podia ser simplesmente dividida entre escravos, livres e libertos, como propõe França Paiva. Para o autor, essa grande categorização se sobrepunha ao que *era chamado de 'qualidade' naquela época (branco, preto, crioulo, pardo, mulato, cabra, entre outras designações)*.³⁷⁴ Isso porque tanto libertos como seus descendentes estariam sujeitos às restrições sociais impostas aos ex-escravos e estariam *muito mais próximos ao mundo dos libertos e de seus ascendentes cativos que da liberdade ostentada pelos brancos*. A ideia de que a condição jurídica (ou a proximidade a uma condição jurídica) seria capaz de identificar a priori a posição social de cada um é uma perspectiva teórica que tem grande impacto nos resultados a que se pode chegar, e não pode ser subestimada. Como já foi apontado por Ferreira, essa perspectiva despreza diferenças entre egressos da escravidão e a possibilidade de ascensão social.³⁷⁵ A meu ver, é também problemática por sugerir a existência de mundos muito apartados entre cada grupo.

França Paiva admite algumas diferenciações internas ao grupo dos libertos, referentes às hierarquias existentes entre homens e mulheres, jovens e velhos, diferenças entre

³⁷³ GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra**: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802. Dissertação (mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2012, p. 65-68.

³⁷⁴ PAIVA, França. **Escravidão e universo cultural na Colônia**, Minas gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 66-67.

³⁷⁵ FERREIRA, Roberto Guedes. **Pardos**: trabalho, família, aliança e mobilidade social, Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005, p. 70.

etnias etc. No entanto, tais diferenças perderiam significado se comparadas ao fato de que raramente *um negro ou um mestiço, mesmo entre os nascidos livres, ocuparam alguma posição de destaque na administração colonial.*³⁷⁶ Ascensão social seria, então, privilégio de alguns brancos. O problema com essa perspectiva é que ela considera que a única ascensão social possível é aquela que leva ao topo da hierarquia, representado na ocupação de cargos na administração portuguesa. Isso ignora, por um lado, todos os demais degraus entre o que é chamado metaforicamente de base e de topo da pirâmide social, e, por outro, a possibilidade da existência de múltiplas hierarquias concomitantes, muitos modos pelos quais os atores sociais avaliavam uns aos outros e definiam maneiras e interagir. Além disso, é preciso considerar que ascensão social – medida pelos pesquisadores por meio dos poucos aspectos externos observáveis, e portanto de maneira falha – provavelmente era apenas mais um objetivo a ser buscado por aqueles homens e mulheres.

Creio que cada ator social é capaz de desempenhar uma multiplicidade de papéis, estando *acima* ou *abaixo* dos demais dependendo da situação relacional em que se encontra. Assim, acredito que as diferenças entre pessoas de mesma condição jurídica podem ser essenciais nas disputas e alianças que estabeleciam cotidianamente umas com as outras, e alteravam suas possibilidades estratégicas de ação.

Como já foi apontado por muitos pesquisadores, as designações de cor associadas aos nomes de forros e seus descendentes nos documentos, mais do que uma referência direta à cor da pele, podem se referir a diferenciações hierárquicas. Como bem mostrou Hebe Mattos, a cor registrada estava carregada de atributos sociais. Assim, o termo *pardo* não seria utilizado como sinônimo de mestiço, podendo indicar *uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco.*³⁷⁷

O que as muitas pesquisas mostraram é a fluidez nas formas de uso dos qualificativos de cor em cada contexto.³⁷⁸ Como salientou Ferreira, é preciso atentar para os termos

³⁷⁶ PAIVA, França. **Escravidão e universo cultural na Colônia**, Minas gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 66-67.

³⁷⁷ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 (1995), p. 29-30.

³⁷⁸ FARIA, Sheila. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998 [1994]; MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. Significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 [1995]; FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. **Topoi**, n. 5, p. 9-40, 2002; FARIA, Sheila. **Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)**. Niterói, RJ: UFF, 2004; FERREIRA, Roberto Guedes. **Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social**, Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005; SOARES, Márcio. **A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases**, c.

utilizados pelos agentes contemporâneos às fontes, estabelecendo um diálogo entre eles e os conceitos utilizados pelo pesquisador, evitando categorias estabelecidas a priori que podem não ter sentido em determinado contexto.³⁷⁹

Em Rio Grande o que se observa é que há variação do léxico de cor utilizado de acordo com o tipo de documento: Os termos *mulato* e *negro* são inexistentes nos registros paroquiais por mim pesquisados, como se pode perceber pela Tabela 17. Nela, constam escravos e alguns de seus filhos, identificados seja pela referência expressa à condição, seja via cruzamento nominativo. Essa característica – a de constarem pessoas de famílias egressas da escravidão que não foram assim identificadas pelos párocos que realizaram os assentos – é a principal responsável pelo grande número de casos em que não aparece nenhuma designação de cor. Assim, Joaquina de Sousa Soares, casada com Felizardo Nunes do Rosário e mãe de Francisca, que foi batizada em 1793, está computada na tabela abaixo mesmo sem que tenha sido dita *forra*, já que sua mãe era Genoveva de Sousa Soares, *preta forra*.³⁸⁰ Foram vinte os casos identificados dessa forma. Além deles, há muitos em que a condição é anotada em um registro, mas não o é no seguinte, referindo-se a um mesmo casal.

1750-c. 1830. Apicuri, 2009. [2006]; MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista**. Apicuri, 2008; LIBBY, Douglas. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA; IVO & MARTINS. **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFGM: Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010; FERREIRA, Roberto. Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidades de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII- XVTII). In: FERREIRA; DE SAMPAIO; FRAGOSO (Ed.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2014; FERREIRA, Roberto. O vigário Pereira, as pardas forras, os portugueses e as famílias mestiças. Escravidão e vocabulário social de cor na Freguesia de São Gonçalo (Rio de Janeiro, período colonial tardio). In: FRAGOSO & GOUVÊA (Orgs.). **O Brasil Colonial**, volume 3 (ca. 1720 – ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

³⁷⁹ FERREIRA, Roberto Guedes. **Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social**, Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005, p. 76-78; FERREIRA, Roberto Guedes. Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidades de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII- XVTII). In: FERREIRA, Roberto; DE SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá; FRAGOSO, João (Ed.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2014, p. 137.

³⁸⁰ ADPRG; 7º Livro de Batismos de Rio Grande, f. 178.

TABELA 17 - OCORRÊNCIA DE DESIGNAÇÕES DE COR DE FORROS EM REGISTROS DE ALFORRIAS, BATISMOS E ÓBITOS (RIO GRANDE, 1777-1810)

	Cartas de Alforria		Batismos*		Óbitos		Subtotal	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Pardo/a	24	15,3	67	19,4	34	29,8	125	20,6
Preto/a	10	6,4	126	36,5	66	57,9	202	33,3
Mulato/a	27	17,2	0	0	0	0	27	4,5
Negro/a	5	3,2	0	0	0	0	5	0,8
Cabra	3	1,9	2	0,6	0	0	3	0,5
Sem designação de cor	88	56,1	150	43,5	6	5,3	244	40,3
Totais:	157	100	345	100	114	100	606	100

Foram computadas apenas as cores expressas por quem fez o registro.

* Batizando alforriados na pia, pais, mães, padrinhos e madrinhas forros.

FONTE: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007; ADPRG. 2º a 4º Livros de Óbitos de Rio Grande. APERS, **Processos de Inventários**. APERS, **Execuções de Testamento**; ADPRG. 5º a 8º Livros de Batismos de Rio Grande. ADPRG. 2º e 3º Livros de Óbitos de Rio Grande.

Entre os que têm cor designada, a maior parte é de *pretos*, nos registros paroquiais. A maioria de *pardos*, e o número de *mulatos* nas cartas de alforria é em boa parte referente ao fato de que os termos *pardinho* ou *mulatinho* eram utilizados para se referir a crianças. Nos batismos, apenas uma das 42 crianças alforriadas na pia tinha cor expressa pelo pároco.

O que mais salta aos olhos é o silenciamento da cor para os tidos como livres nos registros paroquiais. Quando há cor, é quase sempre acompanhada da condição social: *preto* ou *pardo escravo de*, *preto forro*, *pardo forro*. Esse fenômeno já foi observado por Ferreira ao estudar essas questões com relação ao Rio de Janeiro ao longo do século XVIII.³⁸¹ Segundo levantamento realizado pelo autor dos atributos referentes aos atores sociais citados nos registros de batismo, a cor não era uma preocupação primordial dos párocos:

A qualidade de cor não era o principal indicador social de uma monarquia católica de Antigo Regime. Antes, a origem era marcada pela ascendência (nome dos avôs e avós); preocupava-se com a família, nome dos esposos, com a casa (nome do pater), daí que reconhecer a paternidade ser mais recorrente do que o assinalar da qualidade da cor, que também ficava a dever à ocupação e, mormente, ao título. Lembre-se que todos tinham um fenótipo, mas não um título [...] ³⁸²

³⁸¹ FERREIRA, Roberto Guedes. Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidades de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII- XVTII). In: FERREIRA, Roberto; DE SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá; FRAGOSO, João (Ed.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2014, p. 154.

³⁸² FERREIRA, Roberto Guedes. Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidades de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII- XVTII). In: FERREIRA, Roberto; DE SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá; FRAGOSO, João (Ed.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2014, p. 157

Uma vez que a principal fonte de designações de cor por mim utilizada são os registros paroquiais, os termos *preto* ou *pardo* acabam dizendo muito pouco a respeito da posição social dos atores por mim investigados. Isso fica patente quando se observa que a maior parte dos filhos de ex-escravos, inseridos na comunidade como estavam, raramente tinham condição ou cor expressa em seus registros. Eram *filhos legítimos ou naturais de*, eram naturais de determinado lugar, e isso bastava. E não encontrei nenhum caso de neto de alforriado que carregasse atributos de condição ou cor, embora o período que pesquisei seja curto para a identificação de muitos membros de uma terceira geração.

Ao mesmo tempo, dentre os expressamente forros que encontrei que conseguiram acumular um patrimônio significativo, há tanto *pardos* como *pretos*, com uma leve primazia dos últimos.

Dentre os mais de trezentos forros e forras, ou seus filhos e netos, identificados em minha base de dados, apenas dois possuíam bens rurais. Vitorino de Barros e sua mulher Maurícia de Barros tiveram o inventário de seus bens aberto em 1806, dentre os quais constava um *campo* no Distrito de Canguçu, que media um quarto de légua em quadro e perfazia um terço do monte-mor avaliado em 1:120\$600 réis (315 libras).³⁸³ Tinham também dois escravos, mais de cem *reses de cria* e *cinquenta éguas de mula*, o que sugere que participavam do comércio de muares. Em nenhum momento no processo de inventário a condição de *forros* do casal foi dita. Só puderam ser assim identificados porque em 1798 levaram ao batismo seu filho José, momento em que constou a condição.³⁸⁴

O outro liberto detentor de terras, único dessa condição a constar na *Relação de Moradores* de 1786, foi Inácio da Costa Moreira, detentor de um campo no Distrito do Cerro Pelado com *légua e meia de comprido e uma de largo*, e ainda despovoado de animais no momento em que foi feito o recenseamento.³⁸⁵ Nascido em Rio Grande em setembro de 1760, Inácio foi registrado como filho natural de Teodora, preta solteira escrava de Manuel da Costa de Carvalho, com pai *incógnito*.³⁸⁶ Em 1782, no momento do casamento de Inácio, no entanto, seu pai não era mais *incógnito*, sendo João da Costa Moreira nomeado com esse

³⁸³ APERS. Comarca de Santa Catarina, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, Rio Grande. **Processo de Inventário de Maria de Vitorino José de Barros**, 1806.

³⁸⁴ ADPRG. **8º Livro de Batismos de Rio Grande**, f. 121.

³⁸⁵ AN. Códice 104, v. 8. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786.

³⁸⁶ ADPRG. **4º Livro de Batismos de Rio Grande**, f. 55v.

papel.³⁸⁷ Quando casou, já não era escravo, tendo recebido sua carta de liberdade quatro anos antes, mandada registrar em Porto Alegre por seus senhores Manuel da Costa de Carvalho e Inês de Santo Antônio, que declararam fazê-lo *mediante o pagamento de 74\$000 pelo padrinho do escravo, Inácio Francisco, atualmente morador na Vila de Porto Alegre.*³⁸⁸

Na carta de alforria de Inácio também foi dito que sua mãe, Teodora da Conceição, havia sido alforriada antes ainda da tomada da Vila e do deslocamento da família senhorial para Viamão, cujo registro havia se perdido por terem se extraviado os livros notariais. O que a carta de alforria em questão não dizia é que os senhores, Manuel e Inês, eram tios de Inácio. João da Costa Moreira era irmão de Manuel da Costa de Carvalho. Não sei do destino de Teodora, mas o certo é que Inácio foi criado na casa dos tios, ainda como escravo deles. Foi liberto não em função dos laços familiares existentes, ainda que de forma ilegítima, mas mediante um pagamento realizado por seu padrinho.

A permanência de distinção hierárquica entre tios e sobrinho, tão fortemente marcada na relação senhor/escravo, não elimina, no entanto, a existência de afeto. Tanto Manuel como Inês faleceram deixando testamentos por meio dos quais se pode desvelar outros aspectos de relações tão complexas. Em 1779, quando o tio faleceu, deixou-lhe cinquenta mil réis *por que [lhe devo] no trabalho que tem tido comigo em todas as minhas moléstias.*³⁸⁹

Dois anos depois a tia também deixou este mundo, não sem antes declarar que havia criado em sua *casa um rapaz por nome Inácio da Costa Moreira ao qual se lhe darão todos os trastes e roupas que nomear por sua, e acompanhará os tratos até final por saber o que há na casa e declaro que é forro e liberto como consta de sua carta.*³⁹⁰ Além dos objetos pessoais, Inês de Santo Antônio deixou-lhe também data de terras na Ilha dos Marinheiros, e todos os cavalos e gado nela existentes, pedindo aos testamentários que *tratasse a este rapaz e o reconheçam como cria minha, e muito do meu afeto.*

É provável que o fato de que Manuel e Inês não tinham *herdeiros forçados*³⁹¹ tenha sido essencial para que tais legados fossem deixados a seu sobrinho, ex-escravo e *cria da casa*. Não foram os únicos legados recebidos por ele. Além da liberdade, seu padrinho

³⁸⁷ ADPRG. 2º Livro de Casamentos de Rio Grande, f. 34v.

³⁸⁸ In MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. As Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta:** as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007.

³⁸⁹ ADPRG. 2º Livro de Óbitos de Rio Grande, f. 9.

³⁹⁰ ADPRG. 2º Livro de Óbitos de Rio Grande, f. 23v.

³⁹¹ Descendentes diretos (filhos e/ou netos) ou, na ausência deles, ascendentes diretos (pais ou avós).

também havia lhe dado um escravo para lhe servir: *declaro que o dito escravo João pertence a Inácio da Costa Moreira por haver dado seu Padrinho o dinheiro que o comprasse que foram quatro doblas e meia e declaro que o dito padrinho é Inácio Francisco morador em Porto Alegre.*

Inácio da Costa Moreira não foi o único liberto a ser senhor de outros homens em Rio Grande. Encontrei pelo menos vinte forros mencionados como proprietários de escravos nos registros paroquiais e nos registros de cartas de liberdade. Digo pelo menos vinte, porque na maior parte das vezes os nomes dos proprietários são muito comuns, e não há outros itens identificadores nesses casos, o que faz com que muitas vezes não se saiba se trata-se de um mesmo senhor com mais de um escravo ou de dois ou mais proprietários diferentes. Mesmo em algumas das ocasiões em que há nomes completos e discerníveis, não foi possível descobrir muito sobre esses proprietários, exceto nas ocasiões em que possuíam testamento ou inventário, ou quando foram citados nos de terceiros.

Uma das mulheres libertas que pôde ser identificada, apesar do nome comum, foi Maria do Rosário. Além de registrar a alforria de sua ex-escrava Mariana, reforçou a liberdade da mesma em seu testamento. Como a alforria, passada no ano de 1789, deixava a condição de *estar na minha companhia até meu falecimento ou ir para qualquer parte para onde eu for*,³⁹² Mariana ainda se encontrava em seu poder quando em 1795 fez seu testamento, advertindo que os testamenteiros *não lhe ponham impedimento algum na sua liberdade porque é forra*.³⁹³

Maria do Rosário é uma das poucas forras para quem há relativa abundância de informações. Ela consta na listagem dos antigos moradores da Colônia do Sacramento recebedores de insumos da Fazenda Real, citada no primeiro capítulo, é a única mulher solteira a ter inventário e deixar testamento.³⁹⁴ Por outro lado, não consta como recebedora de data de terras, não está presente na Relação de Moradores e não há imóveis rurais em seu inventário, o que sugere que tenha sempre habitado na parte mais central da Vila. Possuía, sim, uma casa na Rua Direita coberta de telha e assoalhada, coisa rara naquelas paragens em

³⁹² In MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *As Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888*. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888**. EST Edições, 2007.

³⁹³ ADPRG. **3º Livro de Óbitos de Rio Grande**.

³⁹⁴ AN. Códice 104, volume 2, fl. 222. **Relação da despesa que faz a Real Fazenda com a assistência das rações de carne e farinha distribuídas pelos moradores que foram da Praça da Colônia, e casais vindos das Ilhas proximoamente. Vila de São Pedro, 23 de Novembro de 1780**. APERS. Comarca de Santa Catarina, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, Rio Grande. **Processo de Inventário de Maria do Rosário, 1796**.

tempos setecentistas. Sua propriedade, a casa mais cara inventariada antes de 1800, representava quase a totalidade de seu monte-mor: 650 mil réis (183 libras esterlinas) em um monte-mor acrescido de apenas 12\$720 réis. Não consegui saber de que forma conseguiu acumular tal patrimônio. É certo que depois de proprietária alugava a referida casa, ou parte dela, a comerciantes da vila, como consta dos recibos anexos a seu processo de inventário.

Após o seu falecimento, sua casa assoalhada foi vendida por seus herdeiros, que declararam não ter condições de mantê-la. Maria teve seis filhos, dois homens e quatro mulheres, duas das quais falecidas antes dela, deixando-lhe netos herdeiros. Dos homens, Vicente Ferreira e Frutuoso Dias de Oliveira, só soube que no ano de abertura do inventário da mãe tinham 30 e 28 anos, respectivamente, e que Frutuoso era tambor no Regimento da Praça de Rio Grande.

A filha Domingas foi a única lembrada no testamento de Maria do Rosário, recebendo da mãe um baú e outras coisas de casa. Talvez isso se deva ao fato de que ela era a única filha solteira dentre as quatro. Solteira, no entanto, não significa sem filhos. Suas duas filhas, Delfina e Cândida, são as únicas netas a receber legados, sendo nomeadas como herdeiras do remanescente da terça da avó.

Joaquina Maria da Conceição foi a primeira filha a falecer, e provavelmente fosse a primogênita, a julgar pelo fato de que sua filha e de seu marido José de Sousa Quintanilha já era casada no momento da partilha. Essa última, Micaela Maria da Conceição, era casada com Manuel Inácio de Sousa, soldado de Infantaria, e tiveram pelo menos três filhos, entre os padrinhos dos quais estavam o Capitão Francisco de Azevedo e Antônio Francisco dos Anjos, o já citado charqueador.

A filha Teresa Maria da Conceição havia casado em 1779 com Geraldo José Luge, e deve ter se deslocado com o marido para Porto Alegre logo após, já que em junho de 1782 foi batizado naquela localidade Luís, filho do casal. É nesse batismo a única ocasião em que encontrei um dos filhos de Maria do Rosário sendo ditos, textualmente, *forros: Luís; filho legítimo de Geraldo José Luge e Teresa Maria, pardos forros; ele natural da freguesia de Na. Sra. da Candelária, Rio de Janeiro, ela natural da Colônia do Sacramento.*³⁹⁵ Isso pode se dever ao fato de serem recém chegados na localidade, já que no registro de batismo de sua filha Heduviges consta apenas suas naturalidades, e a avó, Maria do Rosário, é dita *natural de*

³⁹⁵ AMDPA. 1º Livro de Batismos de Porto Alegre, f.78v. In: NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII.

Angola, apenas – ainda que ela própria tenha declarado, no testamento ser *de nação mina*.³⁹⁶ Esse ramo da família parece ter permanecido em Porto Alegre, já que Geraldo José Luge solicitou, em 1791, uma sesmaria de terras situada *nos limites do Arroio Velhaco* que teria três léguas de comprimento e três quartos de légua de largo.³⁹⁷

A última filha, Ana Eufrásia, faleceu antes da mãe, deixando inventário, aberto em 1793 por ordem do juiz de órfãos. Isso porque Ana Eufrásia, que era casada com Antônio Machado de Lima e mãe de três filhos ainda crianças, apresentava como único patrimônio uma escrava africana, também chamada Ana, de apenas dez anos de idade, que foi avaliada em 80\$600 réis (cerca de 22 libras).³⁹⁸

Ao viúvo, no entanto, não foi permitida a tutoria de seus filhos, tampouco a administração desse único bem. Anexado ao processo de inventário está um requerimento de Maria do Rosário ao juizado de órfãos para que não fosse permitido a Antônio essas responsabilidades por ele ser, segundo ela, *homem sem governo nem juízo para poder administrar os bens nem cuidar em seus filhos, como é notório*.³⁹⁹ Solicitou, então que o juiz nomeasse um outro tutor para seus netos, *um homem de probidade para que olhe pelos miseráveis órfãos, e tenha conta nos bens para que ele os não dissipe*. Sugeriu três nomes para a função, o Capitão Paulino Gomes de Seixas, Domingos Rodrigues e Antônio José Carneiro. Não sei se era verdade que *notoriamente* Antônio Machado não tinha governo nem juízo, o fato é que ficou como tutor dos órfãos e administrador da escrava um dos homens indicados por sua sogra, Antônio José Carneiro. O tutor, se o leitor se recorda, era um dos comerciantes que revendia escravos na vila, e que aparece, também, emprestando dinheiro para a alforria de uma das almas que negociou.

Alguns comerciantes pareciam, mesmo, estabelecer muitas relações com boa parte da população escrava e liberta da freguesia. Não são poucos os que, solteiros, deixam como herdeiros filhos naturais, alguns tidos com escravas ou ex-escravas suas. Um deles foi Jerônimo Fernandes Alves Pereira, o *taberneiro*, de quem tratei no capítulo anterior. Português de origem, nunca chegou se casar. Teve, no entanto, três filhos naturais com sua

³⁹⁶ AMDPA. **1º Livro de Batismos de Porto Alegre**, f. 107v. In: NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. *Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII*.

³⁹⁷ AHRS. Fundo Sesmaria, Maço 4, doc. 87. **Justificação de Sesmaria de Geraldo José Luge** (1791).

³⁹⁸ APERS. Comarca de Santa Catarina, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande, Processo de Inventário de Ana do Rosário (1793).

³⁹⁹ APERS. Comarca de Santa Catarina, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, Rio Grande. **Processo de Inventário de Ana Eufrásia Vieira**, 1793.

escrava Teresa, a qual já tinha sido alforriada no momento em que ele redigiu seu testamento, em 1881. As três crianças – Maria, Ana e José – haviam sido alforriadas logo que nasceram, no momento do batismo. Sobre o destino dos filhos, a partir das contas prestadas pelo inventariante de Jerônimo, José Martins de Oliveira, sabe-se que em 1793 Maria e Ana estavam na Vila de Rio Grande *vivendo em companhia de sua mãe, a preta forra Teresa, aplicadas em cozer e fiar*, e que José *se achava com praça de Tambor da Infantaria nesta dita Vila*.

Talvez fosse cozendo e fiando que uma das filhas de Jerônimo, Maria Teresa de Jesus, pôde adquirir o dinheiro para comprar o escravo Manuel, que, em suas palavras, *não herdei de pessoa nenhuma, mas sim o comprei com o meu dinheiro*. Isso porque os bens que herdou de seu pai se achavam *ainda em ser*, quando ela escreveu seu testamento em 1803, mesmo ano em que morreu com 28 primaveras. Embora tenha sido alforriada na pia batismal, em seu registro de óbito não há condição explícita, ou cor. No testamento, Maria declara ser *filha natural de Jerônimo Fernandes Alves, homem branco, e de Teresa de Jesus, mulher preta*. No estado de solteira, tinha também filhos naturais, Jerônimo e Joaquim, os quais não pareciam ter muito o que herdar, já que o único bem declarado no testamento, o escravo Manuel, deveria ser vendido para pagar os sufrágios pela alma de Maria e suas dívidas.

Uma dessas dívidas era com Joaquim Nunes do Rosário, que a havia *suprido na minha moléstia, por remédios da Botica e mais coisas necessárias*. Joaquim, além de credor, era pai de dois dos sobrinhos de Maria Teresa de Jesus, José e Domingos, filhos de sua irmã Ana Perpétua de Jesus, os quais também ficaram como herdeiros do pai quando este faleceu em 1806, junto com um meio irmão, filho de outra mãe.

Ana Perpétua de Jesus teve mais dois filhos registrados em Rio Grande: Lucinda e Caetano eram mais velhos que os irmãos citados, e, ao contrário deles, não possuem pai declarado. Com exceção de José, todos tiveram o mesmo padrinho, Caetano Martins Coelho. Além dos três batismos dos filhos de Ana, o padrinho Caetano aparece uma única vez nos registros paroquiais, como proprietário de Rosa, mãe que levava ou enviava seu filho Joaquim para receber o primeiro sacramento cristão. A criança teve como padrinho, justamente, Joaquim Nunes do Rosário. Além de compadre, Caetano consta como um dos testamenteiros de Joaquim, assim como foi nomeado testamenteiro de Maria do Rosário, preta forra de quem tratei há pouco. Essas relações levam a crer na existência de uma rede de sociabilidades intensa articulada na região do entorno da Matriz de São Pedro do Rio Grande, especialmente entre alguns moradores da *rua Direita*, que só é apreensível por meio dos poucos indícios deixados entrever na documentação, especialmente quando se trata de pessoas que tinham

nomes comuns que eram anotados nos registros com certa displicência típica de quem conhece os atores envolvidos, e portanto não precisa descrevê-los com pormenores.

Na rua Direita também morava o terceiro filho de Jerônimo Fernandes Alves Pereira, irmão de Maria e Ana. A casa coberta de palha que possuía nesse local era o único bem de valor relevante em seu inventário, aberto por em 1805. José Querino Julião era *alfaiate e músico do batalhão de infantaria do Regimento de Rio Grande*⁴⁰⁰, e viveu sempre no estado de solteiro, como o pai. Sem herdeiros forçados, José Querino instituiu sua irmã Ana Perpétua de Jesus como única herdeira.

Os casos aqui apresentados de forros, forras e seus descendentes que se tornaram senhores de outrem, e puderam acumular alguma riqueza, são raros, e seu cabedal material geralmente era mais modesto do que aquele encontrado entre os intermediários que não traziam as marcas da escravidão.

Ao mesmo tempo, e justamente por serem raras, essas trajetórias são impressionantes. Porém, não foram aqui descritas por serem representativas do sucesso que aquelas pessoas tiveram em obter bens materiais. A principal contribuição dessas histórias de vida para o debate instaurado neste trabalho é que são representativas, ao mesmo tempo, do sucesso da manutenção e reforço das hierarquias sociais. Da mesma forma que entendo, como os autores já citados,⁴⁰¹ a alforria como um elemento que estruturalmente contribuía para a manutenção do sistema escravista, acredito que a ascensão de pessoas que estavam mais perto da base da pirâmide social, tivessem elas sido escravas ou não, reafirma e reforça a existência das diferenças entre os atores sociais.

Paralelamente, o que os indícios revelados pelos processos de passagem da escravidão para a liberdade mostram é quão diversificadas podiam ser as estratégias de escravos e libertos, e o nível de integração social daquelas pessoas. Integração no papel de subalternos, é verdade. Ainda assim, imiscuídos como estavam em redes de relações com

⁴⁰⁰ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, 1º Cartório Cível e Crime, **Processo de Inventário de José Querino Julião**, 1816.

⁴⁰¹ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (Org). **Tráfico, cativo e liberdade** (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 331-366, 2005.; SAMPAIO, Antônio Carlos J. A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650-1750. In: FLORENTINO, Manolo. **Tráfico, cativo e liberdade** (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 287-329, 2005; FERREIRA, Roberto Guedes. **Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social**, Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005; SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases**, c. 1750-c. 1830. Apicuri, 2009. [2006].

peçoas de diversas condições jurídicas e sociais, podiam elaborar projetos de vida e buscar melhorar sua situação material e imaterial.

E podiam, também, ampliar a sua própria rede de subalternos, uma vez que a ascensão de forros e seus descendentes, por modesta que fosse sua posição se comparada à de boa parte dos livres, era algo a que os escravos e escravas de seu convívio podiam aspirar. A atuação frequente de alguns libertos como padrinhos revela que uma boa parcela da população depositava neles a sua confiança. Mas isso é assunto para o próximo capítulo.

4. NEM SÓ DE ELITE SE FAZ UM BOM PADRINHO

Declaro que um moleque que tenho em meu poder por nome Joaquim também pertence ao dito Manuel Marques por ser comprado com dinheiro pertencente ao dito [...] que se me estou utilizando do serviço do dito preto, é por ter em minha companhia o dito Marques Pereira, como meu afilhado, ensinando-o
Antônio Ferreira Amarante (1782)

Os homens e mulheres cujos fragmentos de vida pude desvelar nos capítulos anteriores conviveram e se relacionaram cotidianamente com muitos outros que levaram sua existência naquela localidade sulina em fins do século XVIII. A maior parte dessas relações, familiares, comerciais, de amizade, de conflito, com durações e intensidades distintas, não ficaram registradas. Não estão, portanto, disponíveis ao pesquisador, curioso sobre os meandros da sociabilidade que movia aquelas existências, e que dava corpo, na prática, não apenas àquelas vidas e àquela localidade, mas a todo um sistema político, econômico e social.

Um dos meios com que se pode aproximar dessas relações é pelo estudo daquelas estabelecidas por meio do ritual do batismo, o apadrinhamento e o compadrio, e que foram, por seu caráter religioso, devidamente registradas. Há muitas limitações ao alcance que o estudo desses laços pode ter na conformação efetiva das redes de sociabilidade formadas pelos diversos atores sociais. Algumas delas serão discutidas ao longo do presente capítulo. Há também muitas vantagens, as quais também serão elencadas. O principal meio por mim escolhido para uma aproximação com aquele universo é, assim, apenas um dos possíveis.

As relações estabelecidas no momento do recebimento do primeiro sacramento por um novo cristão têm sido bastante estudadas nas ciências humanas nas últimas décadas. Antropólogos, cientistas sociais, historiadores, entre outros, estudam-nas buscando compreender seus significados simbólico, religioso, social, político, e demais formas em que foram utilizadas por atores de ontem e de hoje, nas diversas localidades em que o fenômeno pode ser encontrado.

O objetivo da discussão acerca das características do compadrio no presente capítulo tem um caráter instrumental: a utilização do estudo desse tipo de relação, tal como ocorreu na Vila do Rio Grande nas últimas décadas do século XVIII, como possível indicador de diferentes níveis de prestígio, diferentes hierarquias, produzidas pela população estudada. Para que se possa buscar atingir tal objetivo, faz-se necessário, antes de tudo, traçar brevemente uma trajetória dos estudos que tomam as relações formadas a partir do sacramento do batismo – ou mesmo de outros rituais de iniciação – das interpretações que foram engendradas pelos estudiosos a respeito do fenômeno.

Os estudos das relações provenientes do batismo cristão, compadrio e apadrinhamento, tiveram origens diversas. Por algum tempo a maior parte dos que eram realizados por historiadores, especialmente medievalistas, focavam apenas as relações entre padrinhos e afilhados. Foi a antropologia, a partir de estudos sobre a América Latina, onde os sistemas de compadrio prosperaram indo além dos limites preconizados pela Igreja católica, que iniciou a investigação do compadrio. Logo, esse tipo de relação passou a ser estudado também em outros contextos, especialmente o europeu. O historiador italiano Guido Alfani identificou quatro tradições de pesquisa que tratam da questão da gênese, desenvolvimento e natureza das relações de compadrio e apadrinhamento: a eclesiástica, a literária-folclórica, a antropológica e a histórica. Interessam para os objetivos desse capítulo apenas as duas últimas, ainda que as primeiras tenham tido influência importante sobre elas.⁴⁰²

Um desenvolvimento importante dos primeiros trabalhos foi a busca de realizar um histórico das relações de compadrio desde suas origens na cristandade, o que foi feito principalmente como forma de identificar seus elementos estruturais. A principal referência comum nessa primeira fase foi o artigo *An Analysis of Ritual Co-Parenthood (Compadrazgo)*, escrito por Sidney Mintze e Eric Wolf e publicado em 1950, que discutia o sistema de compadrio em termos de possíveis relações funcionais com outros aspectos da cultura, tais como família, o sistema de status, o sistema de propriedade da terra, o sistema legal, o papel do indivíduo na cultura e assim por diante.⁴⁰³ A principal questão elaborada pelos autores tratava da função do compadrio como formador de solidariedades sociais, sejam elas *horizontais* (entre pessoas de *status* social semelhante) ou *verticais* (entre pessoas de *status* social diferenciado). Como espécie de introdução à argumentação que apresentaram, Mintz e Wolf formularam um histórico das origens e do desenvolvimento do compadrio que pode ser considerada a primeira sistematização da questão. Certamente serviu de base para muitos outros textos e análises, e, o que interessa particularmente aqui, serviu para ampliar o interesse no estudo do compadrio em sociedades históricas. Guido Alfani salienta que esse trabalho ajudou a preencher uma importante lacuna, uma vez que os antropólogos interessados, naquele momento, nos modelos de compadrio provenientes da América Latina,

⁴⁰² ALFANI, Guido. *Fathers and Godfathers. Spiritual Kinship in Early-Modern Italy (Catholic Christendom, 1300–1700)*. Ashgate Publishing, Ltd., 2013 (apêndice). O autor baseou-se na distinção elaborada anteriormente por Joseph Lynch: LYNCH, J. H. *Godparents and Kinship in Early Medieval Europe*, Princeton: Princeton University Press, 1986.

⁴⁰³ MINTZ, Sidney e WOLF, Eric. *An Analysis of Ritual Co-Parenthood (Compadrazgo)*. **Southwestern Journal of Anthropology**, Vol. 6, No. 4 (Winter, 1950), p. 342.

tinham à disposição apenas referências históricas extremamente fragmentárias.⁴⁰⁴ O trabalho recebeu críticas à medida em que se ampliaram os estudos das várias formas de compadrio encontradas desde sua origem, mas o fato é que com base nele vários outros pesquisadores, a maioria ainda no campo da antropologia, passaram a discutir o caráter das relações de compadrio, buscando identificar pontos essenciais nas diversas formas em que tais relações eram encontradas no tempo e no espaço.⁴⁰⁵

Um dos autores centrais para se pensar o compadrio é Stephen Gudeman, que em 1972 escreveu um artigo no qual defendia o argumento de que as diversas formas de compadrio podem ser entendidas como um conjunto de variantes, no tempo e no espaço, derivadas do dogma cristão tal como formulado no século XVI. Isso permitiria a comparação entre os diferentes sistemas de compadrio pelo mundo, ao invés de se restringir a comparação a sociedades adjacentes. Procurou reduzir as formas de compadrio a seus elementos principais, e a questão principal de sua análise, o ponto que permitiria a referida comparação, seria a concepção da natureza dual do homem enquanto um ser natural e espiritual, e a superioridade do espiritual sobre o natural.⁴⁰⁶

Os anos 1970 e 1980 viram o desenvolvimento de novos estudos no campo da antropologia e gradualmente se observou a emergência de novas abordagens metodológicas – diversificando-se para além das análises estruturalistas e funcionalistas levadas a cabo até então – e também um maior interesse de historiadores pela questão. De acordo com Alfani, mesmo que a antropologia tenha sido a primeira a questionar o papel exercido pelo compadrio na sociedade, e que a complexidade e dificuldade de interpretação desse tipo de relação tenham gerado importantes reflexões, no que se refere especificamente à sua reconstrução

⁴⁰⁴ALFANI, Guido. **Fathers and Godfathers**. Spiritual Kinship in Early-Modern Italy (Catholic Christendom, 1300–1700). Ashgate Publishing, Ltd., 2013 (apêndice).

⁴⁰⁵Entre os trabalhos mais discutidos pode-se citar: de FOSTER, G. M. *Cofradia and compadrazgo in Spain and Spanish America* (1953) e *Tzintzuntzan: Mexican peasants in a changing world* (1967); EISENSTADT, S. *Ritualised personal relations: blood brotherhood, best friend compadres, etc. some comparative hypotheses and suggestions* (1956); RAVICZ, R. *Compadrinazgo* (1967); PITT-RIVERS, J. *Ritual kinship in Spain* (1957), *pseudo-kinship* (1968), *The fate of Shechem: or the politics of sex: essays in the anthropology of the Mediterranean* (1977); HAMMEL, E. *Alternative social structures and ritual relations in the Balkans* (1968); GUEDEMAN, S. (1971) *The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person*; ARANTES, A. *Compadrio in rural Brazil: structural analysis of a rural situation* (1971); COY, P. *An Elementary Structure of Ritual Kinship: A Case of Prescription in the Compadrazgo* (1974); GUEDEMAN, S. *Spiritual Relationship and Selecting Godparent* (1975); STIRRAT, L. *Compadrazgo in Catholic Sri Lanka* (1974); CHRISTINAT, J. *Le parrain de baptême vu par son filleul ou la portée sociale d'un rôlesacré* (1976); ZONABEND, F., *La ParentéBaptismale a Minot (Côte-D'Or)* (1978); BLOCH, M. & GUGGENHEIM, S. *Compadrazgo, baptism and the symbolism of a second birth* (1981).

⁴⁰⁶GUEDEMAN, Stephen. *The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person*. In: **Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland** vol. 0. (1971). 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971.

histórica esses estudos deixaram a desejar. O autor atribui isso ao fato de que os antropólogos, em geral, teriam olhado para o passado tendo em mente uma forma específica, tanto histórica quanto culturalmente determinada, de uma instituição que em realidade seria suscetível à mudança.⁴⁰⁷

O interesse dos historiadores pelo assunto se fez sentir principalmente a partir da década de 1970. Em 1986, Joseph Lynch publicou *Godparents and Kinship in Early Medieval Europe*, trabalho que tinha como objetivo reconstruir as origens e o desenvolvimento de formas de parentesco espiritual no período que vai do final do Império Romano até o final do Império Carolíngio. A importância do trabalho se dá por ter unido, em sua análise, as influências dos trabalhos provenientes da antropologia e daqueles elaborados por medievalistas até aquele momento.⁴⁰⁸

A partir de então, diversificaram-se muito os estudos de compadrio em termos dos contextos históricos abordados, e o conhecimento acerca do desenvolvimento da instituição foi se ampliando. O livro de Guido Alfani, publicado originalmente na Itália em 2007 sob o título *Padri, padrini, patroni: la parentela spirituale nella storia*, faz um estudo mais detalhado do histórico da instituição, com enfoque nas mudanças que teriam sido estabelecidas a partir Concílio de Trento, gerando um modelo que teria servido de base para muitas das formas de compadrio encontradas durante o Antigo Regime, nas quais podem ser incluídas diversas localidades da América Portuguesa durante o século XVIII e meados do século XIX.⁴⁰⁹

Os estudos sobre compadrio no Brasil surgiram, no âmbito da história, inicialmente como tema adjacente em trabalhos que usavam registros de batismos como fonte, como os de demografia histórica e de história da família, de modo muito parecido com o que vinha ocorrendo com a tradição francesa de investigação, por exemplo.⁴¹⁰

⁴⁰⁷ ALFANI, Guido. **Fathers and Godfathers**. Spiritual Kinship in Early-Modern Italy (Catholic Christendom, 1300–1700). Ashgate Publishing, Ltd., 2013 (apêndice).

⁴⁰⁸ LYNCH, J. H. *Godparents and Kinship in Early Medieval Europe*, Princeton: Princeton University Press, 1986, apud ALFANI, Guido. **Fathers and Godfathers**. Spiritual Kinship in Early-Modern Italy (Catholic Christendom, 1300–1700). Ashgate Publishing, Ltd., 2013 (apêndice).

⁴⁰⁹ ALFANI, Guido. **Padri, padrini, patroni: la parentela spirituale nella storia**. Venice: Marsilio, 2007. Utilizou-se aqui a tradução para o inglês do livro: ALFANI, Guido. **Fathers and Godfathers**. Spiritual Kinship in Early-Modern Italy (Catholic Christendom, 1300–1700). Ashgate Publishing, Ltd., 2013.

⁴¹⁰ VENÂNCIO, Renato Pinto. A madrinha ausente: condição feminina no Rio de Janeiro, 1750-1800. In: COSTA, Iraci Del Nero da. Brasil: história econômica e demográfica. No. 27. Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986, (Não se trata de um estudo de compadrio, mas contribuiu para levantar questões e influenciou muito os estudos posteriores); NADALIN, S. O. O compadrio batismal a partir dos registros paroquiais: sugestões metodológicas II. In: X Encontro Nacional De Estudos Populacionais. Anais... Abep, v. 3,

O maior movimento em direção ao estudo do compadrio no Brasil, porém, se deu a partir de estudos que tratavam do tema da escravidão. Principalmente a partir da década de 1980, com a verificação da existência da família escrava e do entendimento do escravo enquanto agente social e histórico, passou-se a estudar também as práticas dessa população no que diz respeito ao parentesco ritual.

O texto que provavelmente inaugurou esses estudos no Brasil foi o de Gudeman e Schwartz, publicado em 1984, *Purgando o Pecado Original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*. Nele, os autores demonstraram que a escolha de padrinhos, além do aspecto religioso, podia ser também socialmente determinada. Com base nesse texto surgiram novas investigações em torno do tema, considerando a importância do compadrio como um modo de estudar as relações que os escravos estabeleciam entre si e com o restante da sociedade como um todo.⁴¹¹

Já o compadrio entre a população livre apenas posteriormente passou a ser estudado com mais afinco no Brasil. Os primeiros trabalhos, no entanto, analisavam de forma separada os compadrios por condição social – apenas livres ou apenas escravos. Outros, ainda, enfocavam apenas um grupo social específico no interior de uma comunidade, como açorianos por exemplo, ou ainda apenas parcelas das elites de cada localidade, às vezes incluindo a população escrava e livre pobre diretamente ligada a essas parcelas.⁴¹² Com

1996. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.com.br>; FARIA, Sheila de Castro, (1998) *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998 [1994]; BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal: família e sociedade** (São João del Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Anna Blume, 2007.

⁴¹¹ SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos. Roiceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001 [1992]; RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e compadrio entre escravos das fazendas de café: Paraíba do Sul, 1871-1888**. Cadernos do ICHF, p. 104-128, 1990; KJERFVE, TMGN; BRÜGGER, SMJ. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). **Estudos afro-asiáticos**, v. 20, 1991; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. In: **LOCUS: revista de história**. Juiz de Fora. vol 3. n 5., 1997, p. 108-115; RIOS, Ana Maria Lugão. The politics of kinship. *Compadrio Among Slaves in Nineteenth-Century Brazil*. **The History of the Family** An International Quarterly, Volume 5, Number 3, 2000, pages 287–298. Apenas para citar alguns do primeiros.

⁴¹² RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas: O lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia Historia**, nº 31, 2004, pp. 41-68; BOTELHO, Tarcísio R. & LIBBY, Douglas Cole. Filhos de Deus Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. **Varia Historia**, nº 31, 2004; SILVA, Vera Alice Cardoso Aspectos da função política das elites na sociedade colonial brasileira: O ‘parentesco espiritual’ como elemento de coesão social. **Varia Historia**, nº 31, 2004, pp. 97-119; HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)**. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006; VENÂNCIO, Renato P.; SOUSA, Maria J. F.; PEREIRA, Maria T. G. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006; KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa**. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 2006; entre outros.

menos frequência se encontram textos que buscam enxergar o compadrio em uma localidade como um todo, embora nos últimos anos isso venha se modificando.

O grande número de abordagens que o estudo do compadrio tem recebido, especialmente nos últimos anos, é representativo da complexidade e riqueza de tal tema. Justamente em função desses aspectos é que, antes de partir para o estudo desse tipo de relação no contexto estudado no presente trabalho, é preciso rever alguns dos pontos principais da discussão estabelecida pelos especialistas a respeito de suas principais características.

4.1. A instituição do compadrio

A formação de relações pessoais ritualizadas não é exclusiva da religião cristã. O mencionado estudo histórico realizado por Mintz e Wolf faz referência a formas de apadrinhamento ritual encontradas desde o mundo Romano, sendo que muitas dessas formas seriam provenientes de civilizações mais antigas.⁴¹³ Ainda que os autores não tenham fornecido dados para corroborar tal afirmação, é certo que muitas religiões do mundo não-cristão possuem rituais de iniciação que envolvem a presença de um membro mais velho como responsável ou iniciador de um novo membro.⁴¹⁴

Ainda assim, a maior parte dos estudos das relações de compadrio e apadrinhamento, suas características e usos, tem sido feitos com relação ao mundo cristão (ou a religiões e culturas que tiveram contato forte com o mundo cristão), e tem esse elemento como unidade, ainda que haja grande variação no modo com que se deram essas relações, tanto ao longo do tempo quanto de lugar para lugar.

O compadrio, tal como é trabalhado aqui, tem origem no ritual do batismo, o qual representa, em sua liturgia, a morte e ressurreição de Cristo. Por meio dele o pecado original de Adão (transmitido a todos os seus descendentes, deixando-os sob a influência da morte) é regenerado, e o cristão *renasce* na cristandade, dessa vez com novos pais, os padrinhos.⁴¹⁵

⁴¹³ MINTZ, Sidney W. & WOLF, Eric R. An Analysis of Ritual Co-Parenthood (Compadrazgo). **Southwestern Journal of Anthropology**, Vol. 6, No. 4 (Winter, 1950), pp. 341-368.

⁴¹⁴ BENNETT Michael. Spiritual kinship and the baptismal name in traditional european society. In: POSTLES, Dave & ROSENTHAL, Joel T. (Ed.). **Studies on the personal name in later medieval England and Wales**. Kalamazoo: Western Michigan University, 2006. pp 115-146.

⁴¹⁵ GUDEMAN, Stephen. The *Compadrazgo* as a Reflection of the Natural and Spiritual Person. In: **Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland** vol. 0. (1971). 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971.p. 47; ALFANI, Guido. **Fathers and Godfathers**.

Nesse renascimento para a vida espiritual, os padrinhos representam a comunidade cristã, a qual apresenta um ser incompleto e imperfeito ao rito, e *por graça divina*, recebe um novo membro da comunidade. Esse novo membro ganha um nome e ao mesmo tempo encontra um lugar no grupo de parentesco e na sociedade como um todo. O batismo, assim, realizaria não apenas o renascimento espiritual do novo cristão, mas seu nascimento social.⁴¹⁶

A necessidade de divisão entre pais naturais e pais espirituais não existia nos momentos iniciais do cristianismo. Até o século V, frequentemente os padrinhos eram os próprios pais do batizando. Não se sabe ao certo em que contexto fundou-se e se estabeleceu a necessidade de divisão entre pais e padrinhos. Para Gudeman, essa modificação estaria relacionada ao valor social das relações de apadrinhamento e compadrio. Segundo ele, a proibição de que pais apadrinhem seus próprios filhos teria a contrapartida de se tornar necessário (e obrigatório) que terceiros recebam tal tarefa. A proibição introduziria, então, uma dinâmica social na prática do batismo e levaria ao estabelecimento de relacionamentos entre a criança e terceiros, e entre os pais e terceiros. Similar em sua forma à família nuclear, o compadrio seria complementar a ela, uma vez que uma consiste de laços espirituais, a outra de laços naturais e uma não pode se sobrepor à outra. Para Gudeman, essa estrutura perfeitamente equilibrada e socialmente útil poderia ser criada *apenas* quando os pais são proibidos de se tornar padrinhos de seus filhos.⁴¹⁷

Já Michael Bennett vê o processo de construção dessa divisão como estando relacionado ao fato de se estender ao parentesco espiritual as restrições matrimoniais existentes no parentesco carnal. O autor argumenta, a esse respeito, que a relação entre marido e mulher passou a ser vista enquanto incestuosa a partir do momento em que eles se tornavam também compadres – irmãos espirituais, portanto.⁴¹⁸

Alfani também fala da questão do tabu do incesto, e afirma que o raciocínio de que a separação entre os dois grupos de pessoas (pais e padrinhos) foi uma consequência do paralelismo entre nascimento natural e nascimento (ou melhor renascimento) espiritual, é

Spiritual Kinship in Early-Modern Italy (Catholic Christendom, 1300–1700). Ashgate Publishing, Ltd., 2013, p. 3-4.

⁴¹⁶ ALFANI, Guido. **Fathers and Godfathers**. Spiritual Kinship in Early-Modern Italy (Catholic Christendom, 1300–1700). Ashgate Publishing, Ltd., 2013

⁴¹⁷ GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationship and Selecting Godparent In: **Man, New Series** vol. 10. (2). Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975, p. 229.

⁴¹⁸ BENNETT Michael. Spiritual kinship and the baptismal name in traditional european society. In: POSTLES, Dave & ROSENTHAL, Joel T. (Ed.). **Studies on the personal name in later medieval England and Wales**. Kalamazoo: Western Michigan University, 2006. pp 115-146

teleológico, já que a separação não se verificava nas primeiras comunidades cristãs. Esse autor defende, assim, a necessidade de se reconstruir de que maneira a ideia de parentesco espiritual cada vez mais passou a espelhar o parentesco natural e a adquirir características semelhantes a esse, como a interdição matrimonial. Tem como hipótese que teria sido o tabu do incesto, e a perturbadora suspeição de que o relacionamento entre duas pessoas ligadas por laço de compadrio poderia criar barreiras que não deveriam ser ultrapassadas, que teria levado as autoridades religiosas a formularem as regras que estabeleciam proibições matrimoniais. O raciocínio que teria sido estabelecido seria o de que onde há incesto, há também parentesco. Assim, o fundamento mais seguro da existência de parentesco espiritual seria, ao invés de uma reflexão teológica formada pelos membros do clero, as práticas cotidianas das comunidades cristãs:

[...] a necessidade inicial de regular o relacionamento entre aqueles relacionados ao batismo veio do escândalo que veio à luz em casos julgados como incestuosos pelos membros das comunidades cristãs. É possível que a raiz dessa percepção tenha sido pregada por líderes do clero com base em raciocínios teológicos precisos, porém devido à escassez de fontes isso não pode ser verificado. É necessário, no entanto, apontar que mesmo a noção de impedimento ou proibição ao casamento apresenta uma margem de ambiguidade, pois seria um erro alegar que a extensão efetiva dos impedimentos matrimoniais corresponde exatamente ao contemplado na lei canônica. Prova disso é o fato de que, mesmo em tempos recentes, houve casos de sociedades nas quais as interdições percebidas e aplicadas pela população foram muito além daquelas previstas pela Igreja.⁴¹⁹

Ainda a esse respeito, é pertinente lembrar que a estrutura perfeitamente equilibrada entre parentesco carnal e espiritual defendida por Gudeman – ou seja, que cada batizando teria um pai e uma mãe carnal e um pai e uma mãe espiritual – não se verifica em muitos casos concretos. Mais do que um desvio à norma, a existência de mais padrinhos por batizando do que o *casal* presente no modelo de Gudeman, era o caso mais frequente antes do Concílio de Trento,⁴²⁰ e mesmo após, permaneceu prática corrente em muitas religiões cristãs não

⁴¹⁹ALFANI, Guido. **Fathers and Godfathers**. Spiritual Kinship in Early-Modern Italy (Catholic Christendom, 1300–1700). Ashgate Publishing, Ltd., 2013. p. 16. Tradução minha. No original: [...] *the initial drive to regulate relationships between those related by baptism came from the scandal that came to light in cases judged as incestuous by members of Christian communities. It is possible that at the root of this perception was preaching by leaders of the clergy based on precise theological reasonings, but due to a dearth of sources this cannot be verified. It is necessary, however, to point out that even the notion of impediment or ban on marriage presents a margin of ambiguity, as it would be a mistake to claim that the effective extension of matrimonial impediments corresponds exactly to that contemplated in canon law. Proof is the fact that, even in recent times, there have been cases of societies where interdictions perceived and applied by the population have gone far beyond those envisaged by the Church.*

⁴²⁰ ALFANI, Guido. **Fathers and Godfathers**. Spiritual Kinship in Early-Modern Italy (Catholic Christendom, 1300–1700). Ashgate Publishing, Ltd., 2013

católicas. Além disso, há muitos casos em que os batizados recebem apenas um padrinho, e não uma madrinha.

Sejam quais forem os motivos, pais passaram a ser proibidos de apadrinhar seus filhos, e ao mesmo tempo os impedimentos matrimoniais existentes na família consanguínea passaram a existir também na família espiritual. Em certos momentos no desenvolvimento da instituição do compadrio houve impedimentos matrimoniais entre pais e filhos, entre padrinhos e afilhados, entre compadres, e também entre padrinho e madrinha, entre o afilhado e os filhos dos padrinhos, e, em alguns casos, entre todos os filhos dos compadres nascidos após a cerimônia do batismo.⁴²¹ Apenas a partir do Concílio de Trento ficou definido que impedimentos matrimoniais só ocorreriam entre padrinhos e pais do batizando (mas não com relação aos padrinhos entre si), e entre a criança e seus padrinhos, além dos impedimentos já existentes entre os pais e seus filhos.⁴²²

Esse concílio também estipulou o número máximo de padrinhos permitido na cerimônia: apenas um padrinho seria suficiente, sendo tolerada a existência de dois: um padrinho e uma madrinha. Isso diferia em muito do que era costume até então em muitas partes da Europa – a escolha de múltiplos padrinhos, sendo geralmente convidadas pessoas de variadas posições sociais. Alfani e Gourdon, estudando a evolução do compadrio e as consequências da reforma protestante e da reforma católica, perceberam que nas comunidades protestantes, embora houvesse legisladores argumentando em contrário, o tradicional costume de convidar diversos padrinhos para uma mesma criança, permaneceu. Não foi o que ocorreu nos espaços católicos, que são os que mais interessam aqui.⁴²³

Com relação ao compadrio, o Concílio teria instituído mudanças que foram capazes de transformar o caráter e o uso social da instituição em todo o mundo católico. De acordo com Alfani e Gourdon a proibição da escolha de múltiplos padrinhos teve como resultado uma nova lógica na seleção dos mesmos: a preferência por pessoas de melhor posição social

⁴²¹ BENNETT Michael. Spiritual kinship and the baptismal name in traditional european society. In: POSTLES, Dave & ROSENTHAL, Joel T. (Ed.). **Studies on the personal name in later medieval England and Wales**. Kalamazoo: Western Michigan University, 2006. pp. 115-146, p. 120-122; GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationship and Selecting Godparent In: **Man, New Series** vol. 10. (2). Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975, p. 222-223.

⁴²² ALFANI, Guido .Godparenthood and the council of trent: crisis and transformation of a social institution (italy, XV-XVIIth centuries). **Obradoiro de História Moderna**, N.º 18, 2009, pp. 45-69. (p. 57); GUDEMAN, Stephen. The *Compadrazgo* as a Reflection of the Natural and Spiritual Person. In: **Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland** vol. 0. (1971). 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971.p. 52.

⁴²³ ALFANI, Guido & GOURDON, Vicent. Entrepreneurs, formalisation of social ties and trustbuilding in Europe (14th-20th centuries). Dondena Working Paper No. 25, 2010. Disponível em www.dondena.unibocconi.it/wp25] (acesso em 14/02/2014)

que for possível convidar. O compadrio, assim, teria se tornado uma instituição muito mais verticalizada do que tinha sido até então, frequentemente configurando-se em um meio pelo qual se tornava possível a formação de clientelas. Sendo um laço público e formal, poderia ser tanto uma afirmação de submissão por parte dos pais da criança com relação ao padrinho, como uma maneira das pessoas mais bem colocadas demonstrarem seu prestígio.⁴²⁴

A tendência à verticalização das relações de compadrio foi demonstrada em inúmeros estudos, assim como o fato de que muitas vezes os pais de um batizando eram *clientes* do padrinho ou da madrinha. No entanto, acredito que a noção apresentada por Alfani do laço de compadrio enquanto *formador* de clientelas ainda precisa ser demonstrado. O referido texto não explicita de que maneira o ritual do batismo supostamente seria capaz de formar uma relação clientelística. Acredito ser mais provável que o compadrio seja apenas uma faceta de uma relação preexistente, já que é difícil imaginar que pais convidariam para padrinhos de seus filhos pessoas com quem não possuísem qualquer contato prévio.

A questão da existência de hierarquia entre pais e padrinhos é ponto recorrente na historiografia sobre o tema, e tem base na afirmação de Gudeman de que padrinhos deveriam ser moralmente superiores aos pais da criança porque o parentesco espiritual é superior ao parentesco carnal. Tal noção de superioridade do espiritual apareceu explicitamente na lei canônica no Concílio de Trullo (692). Os pais naturais seriam os responsáveis por prover o filho ou filha com sua substância carnal, já os pais espirituais dariam a essa mesma criança o dom da graça. Seria por existir a concepção da superioridade do espírito sobre o corpo que o parentesco espiritual é considerado superior ao carnal, e daí parte a concepção de que padrinhos deveriam ser moralmente superiores a seus compadres.⁴²⁵

No entanto, moralmente superior não é necessariamente o mesmo que socialmente superior (no sentido de ocupar uma melhor posição na hierarquia social). Na prática, a escolha dos padrinhos poderia se dar, em algumas ocasiões, muito mais em função de questões sociais e materiais do que religiosas, ainda que para contextos de Antigo Regime não se possa dizer que um tipo de motivação fosse desvinculada da outra. Seguidamente padrinhos e madrinhas não eram escolhidos tendo em vista o papel que deveriam ter na educação e orientação religiosa de seus afilhados, e sim pelas vantagens, econômicas ou sociais, que poderiam trazer, situação que foi levada à discussão durante o Concílio de Trento, quando se buscou

⁴²⁴ALFANI, Guido & GOURDON, Vicent. Entrepreneurs, formalisation of social ties and trustbuilding in Europe (14th-20th centuries). Dondena, Working Paper No. 25, 2010. Disponível em www.dondena.unibocconi.it/wp25 (acesso em 14/02/2014), p.10-11.

⁴²⁵GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationship and Selecting Godparent In: **Man, New Series** vol. 10. (2). Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975, p. 234.

alterá-la. Naquele momento estipulou-se que pais deveriam escolher compadres de seu próprio meio social, certificando-se assim que os padrinhos realmente atuassem como tutores. Entretanto, tratou-se apenas de uma orientação, e não de uma regra.⁴²⁶

A ideia de que padrinhos deviam ser socialmente e/ou moralmente superiores aos pais dos batizados é bastante difundida e tem sido uma ferramenta importante na identificação de hierarquias sociais. No entanto, nem sempre os elementos formadores dessa superioridade estão claramente definidos. Pelo menos no contexto por mim estudado, não é possível dizer, a priori, o que faz uma pessoa ser considerada *socialmente superior* por outra, especialmente quando integram a escolha fatores subjetivos como moralidade e religião.

Acredita-se aqui que os padrinhos escolhidos em cada caso eram, sim, considerados pelos pais das crianças, na maioria das vezes, como seus superiores e algumas vezes como seus iguais, mas os elementos que configuram essa superioridade não são facilmente discerníveis ao pesquisador, uma vez que, como salientou Sabeán, tem-se à disposição apenas o registro da escolha realizada, e não suas motivações. A superioridade poderia ser definida em termos de cabedal, material ou simbólico, ou de idade, de posição no interior da família (casos em que os compadres já são familiares), entre muitos outros elementos, incluindo os emocionais e espirituais. Ainda que não trate de um contexto católico, um bom exemplo da variação do comportamento dos atores com relação ao compadrio é apresentado no trabalho de Sabeán, no qual o autor observou que, ao longo do período por ele pesquisado, do mesmo modo em que os casamentos passaram de majoritariamente exogâmicos no início do século XVIII para majoritariamente endogâmicos em meados do século XIX, também o compadrio era estabelecido majoritariamente com pessoas externas ao grupo de parentesco inicialmente, e passaram a ser cada vez mais buscados no interior da família com o decorrer do tempo.⁴²⁷

Ainda que nem sempre as motivações que levaram às escolhas feitas em termos de parentesco fictício apareçam de forma clara para o pesquisador, a importância social dos laços estabelecidos por meio de um ritual religioso não pode ser negada. O batismo de uma criança é um ritual público com características sagradas que modifica o caráter da relação entre as pessoas ali envolvidas. Face o restante da comunidade, um novo relacionamento é formado ou um antigo é reafirmado de maneira formal. Isso pode significar duas coisas. Primeiro, que aquele laço se diferencia de outros tipos de relação. Segundo, sendo que tal laço foi formado perante o restante da comunidade, um mau procedimento por qualquer uma das partes com

⁴²⁶ALFANI, Guido. Godparenthood and the council of trent: crisis and transformation of a social institution (italy, XV-XVIIth centuries). **Obradoiro de História Moderna**, N.º 18, 2009, pp. 45-69. (p. 62-63)

⁴²⁷ SABEAN, D. W. (1998), **Kinship in Neckarhausen, 1700–1870**. Cambridge: University Press, 1998, p. 24.

relação à outra estaria sujeito a sanções sociais.⁴²⁸ Isso, em sociedades nas quais o prestígio possui um papel central, pode levar inclusive a danos no âmbito econômico.

Além das implicações do novo laço perante o restante da comunidade, a relação entre os compadres se tornaria mais segura, e essa segurança seria atingida porque o laço do compadrio, o irmanamento espiritual, ajudaria a eliminar a desconfiança entre as casas.⁴²⁹ Isso não significa, certamente, que cada uma das relações, seja entre compadres e comadres, seja entre padrinhos e afilhados, condissessem sempre com as expectativas em torno da instituição. Sabean trata do caráter de conflito que a instituição podia ter:

Apadrinhamento/compadrio parece ter sido uma instituição multifuncional e difusa, com uma valência instável e diferentes significados, não apenas ao longo do tempo mas também para diferentes famílias. Como qualquer outro tipo de relação de parentesco, carregava peso moral – exigências e expectativas – e por essa razão estava sujeito a tensões. De fato, há um ditado Suábio que atesta essa possibilidade de conflito: "Se você quer tornar alguém seu inimigo, deve primeiro torná-lo seu compadre".⁴³⁰

Ainda assim, o autor ressalta que mesmo com suas limitações esses tipos de relação eram importantes meios pelos quais se podiam tecer ou reforçar laços: *Por mais que esteja sujeito à estratégias individuais e práticas flexíveis, como instituição demonstra muitas regularidades e características estruturais.*⁴³¹

No caso das sociedades católicas, a partir do momento em que as determinações do Concílio de Trento a respeito do número de padrinhos passaram a ser respeitadas – o que não se deu imediatamente – os laços estabelecidos entre compadres são vistos pelos pesquisadores como configurando-se majoritariamente em dois tipos: horizontal e vertical. Essa característica tem sido salientada e designada como adaptabilidade do compadrio. Ela

⁴²⁸ ALFANI, Guido & GOURDON, Vicent. Entrepreneurs, formalisation of social ties and trustbuilding in Europe (14th-20th centuries). DondenaWorkingPaper No. 25, 2010. Disponível em www.dondena.unibocconi.it/wp25] (acesso em 14/02/2014)

⁴²⁹ GUDEMAN, Stephen. The *Compadrazgo* as a Reflection of the Natural and Spiritual Person. In: **Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland** vol. 0. (1971). 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971.

⁴³⁰ SABEAN, D. W. (1998), **Kinship in Neckarhausen, 1700–1870**. Cambridge: University Press, 1998, p. 26. Tradução minha. No original: *Godparentage appears to have been a diffuse, multifunctional institution, with an unstable valance and different meanings, not just over time but for different families. Like any kind of kinship connection, it carried moral weight – claims and expectations - and for that reason was subject to strain. In fact, there is a Swabian saying that attests to the possibility of conflict: "If you want to make someone your enemy, you must first get him to be your Gevatter."*

⁴³¹ SABEAN, D. W. (1998), **Kinship in Neckarhausen, 1700–1870**. Cambridge: University Press, 1998, p. 26. Tradução minha. No original: *As much as it was subject to individual strategy and flexible practice, as an institution it demonstrates many regularities and structural features.*

apareceu pela primeira vez no famoso artigo de Mintz e Wolf, já citado. Segundo os autores, sua função era sempre ampliar a solidariedade social, e isso poderia acontecer de forma horizontal, nos casos em que o compadrio unia duas pessoas da mesma categoria social, ou de forma vertical, quando se trata de duas pessoas de categorias diferentes.⁴³² Se trataria, então, de um

sistema social bidirecional, que estabelece relações recíprocas de complexidade e solenidade variáveis. Ao impor automaticamente, e com um grau variável de santidade, status e obrigações de natureza fixa sobre as pessoas que participam, torna o ambiente social imediato mais estável, os participantes mais interdependentes e mais seguros. Na verdade, pode-se dizer que o rito batismal (ou evento correspondente) pode ser a base original para o mecanismo, mas não sua única força motivadora.⁴³³

A adaptabilidade seria, então, a característica fundamental e excepcional do compadrio: sua capacidade de contribuir, de forma duradoura e coerente, para determinar modelos de relações sociais que eram muito diferentes um do outro.⁴³⁴ Essa característica da instituição, de se expressar de formas diferentes em resposta a necessidades não usuais, é tratada por Guido Alfani como o *ponto forte* desse *laço fraco*. Faz aqui uma referência à nomenclatura utilizada na *network analysis*, lembrando a argumentação elaborada por Mark Granovetter a respeito de laços sociais *fortes* e *fracos* e de que em algumas situações laços fracos são mais efetivos para se atingir determinado objetivo do que laços fortes.⁴³⁵ Isso é especial no caso do acesso a informações e diversificação de oportunidades, já que há maior

⁴³² MINTZ, Sidney W. & WOLF, Eric R. An Analysis of Ritual Co-Parenthood (Compadrazgo). **Southwestern Journal of Anthropology**, Vol. 6, No. 4 (Winter, 1950), p. 342.

⁴³³ MINTZ, Sidney W. & WOLF, Eric R. An Analysis of Ritual Co-Parenthood (Compadrazgo). **Southwestern Journal of Anthropology**, Vol. 6, No. 4 (Winter, 1950), pp. 341-368, p. 355. Tradução livre. No original: *It is a two-way social system which sets up reciprocal relations of variable complexity and solemnity. By imposing automatically, and with a varying degree of sanctity, statuses and obligations of a fixed nature, on the people who participate, it makes the immediate social environment more stable, the participants more interdependent and more secure. In fact, it might be said that the baptismal rite (or corresponding event) may be the original basis for the mechanism, but no longer its sole motivating force.*

⁴³⁴ ALFANI, Guido. **Fathers and Godfathers**. Spiritual Kinship in Early-Modern Italy (Catholic Christendom, 1300–1700). Ashgate Publishing, Ltd., 2013, p. 193.

⁴³⁵ GRANOVETTER define a *força* de um laço como a (provavelmente linear) combinação da quantidade de tempo, intensidade emocional intimidade e serviços recíprocos que caracterizam o laço. GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. In: **The American Journal of Sociology**, Vol. 78, No. 6, 1973, pp. 1360-1380, p. 1361.

probabilidade de que aqueles que compartilham um laço fraco atuem em círculos sociais diferentes um do outro.⁴³⁶

Alfani interpreta o parentesco espiritual enquanto um laço fraco, se comparado com parentesco próximo, seja natural ou por afinidade. A força dos laços fracos residiria não apenas na sua *fraqueza* (significando um laço recíproco limitado, se comparado, por exemplo, com casamento, o que permite mais liberdade de ação), também na possibilidade de abundância desses laços.⁴³⁷

a criação desse tipo de relação de parentesco espiritual, fraco no sentido de ter poucas características distintivas, é que torna possível recorrer a ele, quando em necessidade, por assim dizer, ou seja, para responder a situações e requerimentos inesperados.⁴³⁸

Concordo com a noção de Alfani do parentesco espiritual configurar, no geral, um laço fraco, porém creio que é preciso fazer uma ressalva com relação aos casos em que parentes próximos e algumas vezes co-residentes como, por exemplo, avós do batizando – a princípio, laços fortes – são convidados ao compadrio. A questão ainda demanda discussão, o que infelizmente foge ao propósito do presente trabalho.

Michael Bennett trata do compadrio de forma semelhante quando diz que o parentesco espiritual era visto como muito menos problemático do que os laços regulares de sangue e casamento, uma vez que não envolve direitos de propriedade, ao mesmo tempo em que impede futuro laços matrimoniais.⁴³⁹

Ao mesmo tempo, a maleabilidade do laço pode ser percebida na medida em que não é possível estabelecer, a priori, quais as características que deve ter um padrinho ou uma madrinha em potencial. David Sabeen ressalta o aspecto multiforme do compadrio lembrando que mesmo as pessoas que não eram muito devotas escolhiam padrinhos para seus filhos, o que mostra que mesmo o significado espiritual da escolha não era estável, ou pelo menos não

⁴³⁶GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. In: **The American Journal of Sociology**, Vol. 78, No. 6, 1973, pp. 1360-1380, p. 1371.

⁴³⁷ ALFANI, Guido. **Fathers and Godfathers**. Spiritual Kinship in Early-Modern Italy (Catholic Christendom, 1300–1700). Ashgate Publishing, Ltd., 2013, p. 116.

⁴³⁸ALFANI, Guido. **Fathers and Godfathers**. Spiritual Kinship in Early-Modern Italy (Catholic Christendom, 1300–1700). Ashgate Publishing, Ltd., 2013, p. 193-194. Tradução livre. No original: *the creation of such relationship of spiritual kinship, weak also in the sense of having few distinguishing features, makes it possible to resort to it, when in need, so to speak, i.e. to respond to unusual and unexpected situations and requirements.*

⁴³⁹BENNETT Michael. Spiritual kinship and the baptismal name in traditional european society. In: POSTLES, Dave & ROSENTHAL, Joel T. (Ed.). **Studies on the personal name in later medieval England and Wales**. Kalamazoo: Western Michigan University, 2006, p. 120.

tão simples. Seria improvável que os padrinhos/compadres exercessem o mesmo papel da mesma maneira em famílias diferentes e em momentos diferentes. Essa diversidade de significados e estratégias se torna elemento importante para se compreender a dispersão das escolhas de padrinhos encontrada em Rio Grande no final do século XIX, como se verá.

Para algumas pessoas, a instituição podia reforçar laços de amizade, enquanto para outras estabelecer relações clientelistas, por exemplo. Em Rio Grande, não era incomum que uma mesma família direcionasse sua escolha a um laço vertical no batismo de um filho, e fortalecer relações horizontais numa próxima oportunidade. Ou mesmo, utilizar um mesmo ritual para ambas as coisas, escolhendo uma madrinha próxima da família e um padrinho de posição superior, ou vice-versa.⁴⁴⁰ Poderia, ainda, optar por diversificação alguma, escolhendo um mesmo padrinho para todos os seus filhos.⁴⁴¹

A formação desse laço apresenta sempre algo de potencial, e, principalmente, abre uma linha de comunicação permanente, o que permite a *possibilidade* de ajuda mútua, ainda que as expectativas dos atores a respeito da relação formada nem sempre se concretizem. E, mesmo que seja quase impossível dar conta das muitas das maneiras em que o parentesco espiritual podia ser usado na prática, as pessoas que ele une podem ser estudadas, assim como outras interações estabelecidas entre compadres ou entre padrinhos ou madrinhas e seus afilhados.⁴⁴²

As diferenças sociais existentes entre compadres, ou seja, o aspecto assimétrico dessa relação, têm sido o principal foco dos estudos de compadrio que tratam de contextos de Antigo Regime a que tive acesso. Ressaltou-se que esse laço foi muito utilizado pela população para o estabelecimento de alianças com pessoas ou famílias situadas no topo da hierarquia social. Já para esse grupo, compadrio e apadrinhamento foram utilizados para formar ou reafirmar sua rede clientelar, além de demonstrar seu prestígio.⁴⁴³ O compadrio seria, então, parte integrante das estratégias de sustentação da posição que os atores ocupavam na hierarquia social, ou de busca de melhora dessa posição. Em sociedades de Antigo Regime, extremamente hierarquizadas como eram, a posição de um grupo dentro da hierarquia, e mesmo a própria existência dessa hierarquia precisava ser recriada e mantida dia a dia. Era

⁴⁴⁰ Pode ser visto como um exemplo disso os casos em que mães escravas escolhem para padrinhos de seus filhos um membro da família senhorial, e para madrinha uma companheira de senzala.

⁴⁴¹ ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

⁴⁴² SABEAN, David. **Kinship in Neckarhausen, 1700-1870**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

⁴⁴³ ALFANI, Guido. Godparenthood and the council of trent: crisis and transformation of a social institution (italy, XV-XVIIth centuries). **Obradoiro de História Moderna**, N.º 18, 2009, pp. 45-69. (p. 65).

preciso que todos participassem do jogo social que mantinha, e que ocasionalmente também modificava, suas regras, construindo e reconstruindo a realidade constantemente. Para isso estabelecia-se uma série de negociações que, embora tivessem seus limites, exerciam papel fundamental na diminuição de possíveis conflitos. Acredito que as relações de apadrinhamento e compadrio podiam ter um papel importante nessa configuração social.

Guido Alfani faz algumas suposições a respeito do tema da relação de compadrio entre desiguais sugerindo que a relação clientelista formada nesse momento estaria vinculada à assimetria existente nos presentes que um compadre poderia oferecer ao outro: *quando os presentes batismais do padrinho e sua contribuição para a nova relação se davam de forma que seria impossível para o pai da criança pagar esses favores com serviços similares, a natureza assimétrica do laço 'naturalmente' tenderia a encorajar o último a assumir o papel de cliente*⁴⁴⁴. Ressalta, no entanto, que se trata apenas de uma hipótese, já que o conhecimento que se tem a respeito da natureza dos presentes de batismo em sociedades de Antigo Regime é insuficiente e limitada às classes mais altas.⁴⁴⁵

Encontrei apenas um indício da existência de troca de presentes entre padrinhos e pais do batizando, no relato feito pelo Major Lisle de um ritual de batismo na vila do Rio Grande. O Major viu-se em terras luso-americanas por estar a bordo do navio Lady Shore, no papel de prisioneiro, rumo ao degredo na Austrália quando o mesmo foi tomado pelos prisioneiros no meio do caminho. Os detalhes de como o Lady Shore acabou aportando em Rio Grande fogem ao meu propósito aqui. O que interessa é que em suas memórias Lisle conta a ocasião do batizado do filho de um de seus companheiros de navio.

Uma das esposas que veio conosco entrou em trabalho de parto poucos dias antes de deixarmos o navio; a criança e a mãe chegaram com segurança, e foram recebidas na casa da viúva de um Brigadeiro-General. Ela vestiu a mãe e, ao descobrir que a criança ainda não havia sido batizada, decidiu realizar a cerimônia de acordo com os ritos da Igreja de Roma. Um batismo é um assunto muito importante neste país, e levado a cabo com muito esplendor; conseqüentemente, a esposa do soldado foi generosamente vestida, e ornamentada com diamantes emprestados pela Senhora. A viúva do Brigadeiro e o General foram os padrinhos; a cerimônia foi conduzida com magnificência, e ao final o General presenteou o pai com uma pequena soma, que

⁴⁴⁴ ALFANI, Guido. **Fathers and Godfathers**. Spiritual Kinship in Early-Modern Italy (Catholic Christendom, 1300–1700). Ashgate Publishing, Ltd., 2013, p. 179-181. Tradução livre. No original: *When the baptismal gifts of the godfather and his contribution to the new relationships were such as to make it impossible for the child's father to repay these favours with similar services, the asymmetrical nature of the tie 'naturally' tended to encourage the latter to take on the role as client.*

⁴⁴⁵ ALFANI, Guido. **Fathers and Godfathers**. Spiritual Kinship in Early-Modern Italy (Catholic Christendom, 1300–1700). Ashgate Publishing, Ltd., 2013, p. 183-184.

provavelmente depois teria sido aumentada, não fosse sua má conduta ter obstado as recompensas de Sua Excelência.⁴⁴⁶

Salvo grande engano, a criança que foi batizada em tal ocasião chamou-se Sebastiana – uma flexão do nome do padrinho, o Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, que foi acompanhado à pia por Dona Josefa Eulália de Azevedo, viúva do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira. O supostamente esplendoroso ritual foi assim registrado pelo vigário da freguesia de Rio Grande de São Pedro:

Aos quatro dias do mês de Setembro de mil setecentos e noventa e sete anos nesta Matriz de São Pedro do Rio Grande batizei e pus os Santos Óleos a Ana, filha legítima de Roberto Guelxe e de Eugênia Guelxe naturais de Holanda; declaro que o nome da Batizada é Sebastiana. Nasceu no mar a vinte e cinco de junho do presente ano. Foram Padrinhos o Tenente General Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara e Dona Josefa Eulália de Azevedo. E para constar fiz este assento que assinei. Vigário Agostinho José Mendes dos Reis⁴⁴⁷

Não é possível saber se a prática de presentear os pais da criança era algo recorrente ou ocorreu devido às circunstâncias especiais daquele batismo. De qualquer maneira, a preocupação com possíveis presentes a serem recebidos me parece uma motivação muito débil para a formação de um laço sacralizado como era o compadrio. Ainda que tal prática – caso existente e recorrente – possa ser entendida como representativa das características do tipo de relação desigual ali formada.

Uma interpretação dessa relação entre desiguais é fornecida por Hameister, que entende tal fenômeno de uma inversão na lógica do dom. Refere-se inicialmente aos trabalhos de Marcel Mauss e Maurice Godelier, nos quais o primeiro trata das três obrigações do dom: dar, receber e retribuir, e o segundo fala de uma quarta obrigação, ocorrida na reciprocidade entre desiguais, na qual são oferecidos bens tão superiores que jamais poderão ser retribuídos

⁴⁴⁶ SEMPLE, James George. **The Life of Major J.G. Semple Lisle**. Containing a Faithful Narrative of His Alternate Vicissitudes of Splendor, and Misfortune. Written by Himself, Etc. w. Stewart, 1799. Tradução minha. No original: *One of their wives who came with us had been brought to bed a few days before we left the ship; the infant as well as the mother arrived safe, and were by a Brigadier-General's widow, received into her house. She clothed the mother, and finding the child had not yet been christened, resolved to have that ceremony performed according to the rites of the church of Rome. A christening is a very important concern in this country, and managed with much splendor; accordingly the soldier's wife was dressed very handsomely, ornamented with diamonds which the lady lent her. The Brigadier's widow and the General stood sponsors; the ceremony was conducted in a most magnificent style, and when it was over, the General presented the father with a small sum, which would probably afterwards have been augmented, had not his misconduct precluded his Excellency's bounty.*

⁴⁴⁷ ADPRG. 8º Livro de Batismos de Rio Grande, f. 77v.

na mesma medida.⁴⁴⁸ No caso da relação entre desiguais, como é o exemplo do dom da vida por parte de uma divindade, a dádiva superior, aquela que não pode ser retribuída, parte que quem é superior na relação. É por isso que Hameister considera que no compadrio se dá uma inversão dessa lógica, já que a dádiva principal – a oferta de um filho espiritual – parte daquele de posição inferior:

Inverter-se-ia, assim, não a direção dessa relação, mas o sentido da mesma: partia de quem tem menos a oferta inicial e inexistia a possibilidade de quitação da dívida na mesma moeda por parte de quem tem mais. Havendo uma relação assimétrica, dos menos aquinhoados [...], viria o ato de “generosidade ou violência”, havido sob forma de uma oferta de cunho religioso, que obrigava os mais aquinhoados à dívida impagável.⁴⁴⁹

Sem poder retribuir a oferta, as pessoas em melhor situação social, os padrinhos, ficariam eternamente endividadas, obrigadas moralmente a realizar uma série de pequenos favores em prol de seus compadres. Obrigados, de certa forma, a pequenos e vários presentes e auxílios que jamais equivaleriam à dádiva inicial.

Seja qual for o entendimento que se tenha dos motivos que levam à formação de relações socialmente verticalizadas no âmbito do compadrio, há certo consenso entre os pesquisadores de que, no modelo católico pós-tridentino, o padrinho e a madrinha tendiam a ter sempre status social superior ao dos pais do batizando. Um dos desdobramentos dessa característica é que os convites recebidos podem servir como um indicador de prestígio social. Não é possível saber os valores que levaram às escolhas em cada caso, nem exatamente quais características deveriam ter, ao menos idealmente, os padrinhos e madrinhas. Porém, acredito que o fato de que várias pessoas diferentes, em momentos diversos, escolheram uma mesma pessoa com quem se unir espiritualmente pode servir como um bom indicativo do lugar ocupado por essa pessoa na hierarquia social, especialmente por se tratar de uma escolha feita publicamente, e sacramentada pela Igreja. Assim sendo, selecionei as pessoas que mais receberam convites à pia na Vila do Rio Grande nas últimas duas décadas do século XVIII, na busca de identificar quem eram aqueles que tiveram depositada em si a confiança de várias pessoas, em momentos diferentes ao longo daquele período.

⁴⁴⁸ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

⁴⁴⁹ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

4.2. Quem era chamado a batizar em Rio Grande?

Na América Portuguesa as determinações do Concílio de Trento foram adaptadas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, formuladas em 1707 e assinadas pelo Arcebispo D. Sebastião Monteyro Da Vide.⁴⁵⁰ Trata-se de um compêndio de cinco livros cujo conteúdo visava ordenar a vida cristã, e estabelecer ou reforçar regras a serem seguidas por fiéis e párocos.

Com relação especificamente à escolha de padrinhos, essas ordenações determinam que no Batismo *não haja mais que um só padrinho, e uma só madrinha, e que não admitam juntamente dois padrinhos, e duas madrinhas*⁴⁵¹. Dentro desse limite numérico, poderiam ser escolhidas pessoas já batizadas de idade de quatorze anos, com relação aos homens, e doze com relação às mulheres – embora fosse possível solicitar licença especial para que pessoas mais jovens atuassem como padrinhos.

De acordo com o determinado no Concílio de Trento, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* expressam a proibição de que pais apadrinhem seus filhos, deixando claro também o papel de padrinhos e madrinhas, e os impedimentos matrimoniais surgidos a partir do ritual do batismo:

Mandamos [...] que o Sacerdote, que batizar, declare aos ditos padrinhos, como ficam sendo fiadores para com Deus pela perseverança do batizado na Fé, e como por serem seus pais espirituais, tem obrigação de lhes ensinar a Doutrina Cristã, e bons costumes. Também lhes declare o parentesco espiritual, que contraíam, do qual nasce impedimento, que não só impede, mas dirime o Matrimônio: o qual parentesco conforme a disposição do Sagrado Concílio Tridentino, se contrai somente entre padrinhos, e o batizado, e seu pai, e mãe; e entre o que batiza, e o batizado, e seu pai, e mãe; e o não contraem os padrinhos entre si, nem o que batiza com eles, nem se estende a nenhuma outra alguma pessoa além das sobreditas.⁴⁵²

Além dos pais biológicos do batizando, estariam proibidos de assumir o papel de padrinhos também os infiéis, hereges, ou públicos excomungados, os interditos, os surdos, os mudos, e os que ignoram os princípios de nossa Santa Fé; nem Frade, Freira, Cônego

⁴⁵⁰DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707. Antes, eram seguidas nesse território as instruções constantes nas *Constituições Extrauagantes do Arcebispado de Lisboa*, publicadas em 1569 (disponível em <http://purl.pt/15317>, acesso em janeiro de 2016).

⁴⁵¹DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

⁴⁵²DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

Regrante, ou outro qualquer Religioso professo de Religião aprovada, (exceto das Ordens Militares).⁴⁵³

No geral, os batismos em Rio Grande pareciam respeitar as normas, especialmente no que diz respeito ao número de padrinhos, com raras e interessantíssimas exceções. Com relação à feitura do registro, há algum desvio, mas no geral, pelo menos no caso do batismo, ela era respeitada. As Constituições estipulam como devem ser feitos os assentos:

Aos tantos de tal mês, & de tal ano batizei, ou batizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N. & de sua mulher N. & lhe pus os Santos Óleos: foram padrinhos N. & N. casados, viúvos, ou solteiros, fregueses de tal Igreja, & moradores em tal parte.⁴⁵⁴

Nos registros estudados, produzidos em Rio Grande entre 1777 e 1800⁴⁵⁵, seguidamente estão ausentes algumas informações, especialmente quando se trata dos padrinhos, os quais muitas vezes não tem nada além do nome anotado. As informações mais frequentes de pais espirituais são o nome e o estado matrimonial. Algumas vezes, porém, os párocos não só faziam os registros com todas as informações exigidas, mas também incluíam outras, como a legitimidade do batizando (se filho legítimo, ilegítimo, natural ou exposto), o nome e a naturalidade dos avós e, em casos bem mais raros, o nome e a naturalidade dos pais dos padrinhos. A qualidade das informações encontradas tende a ser melhor de acordo com o entendimento do pároco que realizou o registro tem da posição que as pessoas referidas no assento ocupavam na hierarquia social. Assim, os registros de batismo de crianças provenientes das principais famílias da localidade, ou pelo menos as mais antigas, tendem a trazer mais informações do que os registros de escravos, por exemplo, embora existam casos que fujam à regra do que seria esperado, podendo registros referentes aos escravos trazerem mais informação do que os registros de algumas pessoas livres.

Foram utilizados os dados provenientes de atas de batismo registradas nos livros cinco a oito de Rio Grande, que cobrem do período imediatamente posterior à retomada da Vila (1776) até o ano de 1800, quando se encerra o último livro de livres, mesmo ano em que surge primeira freguesia subsidiária no território da *fronteira do Rio Grande*, a de Nossa

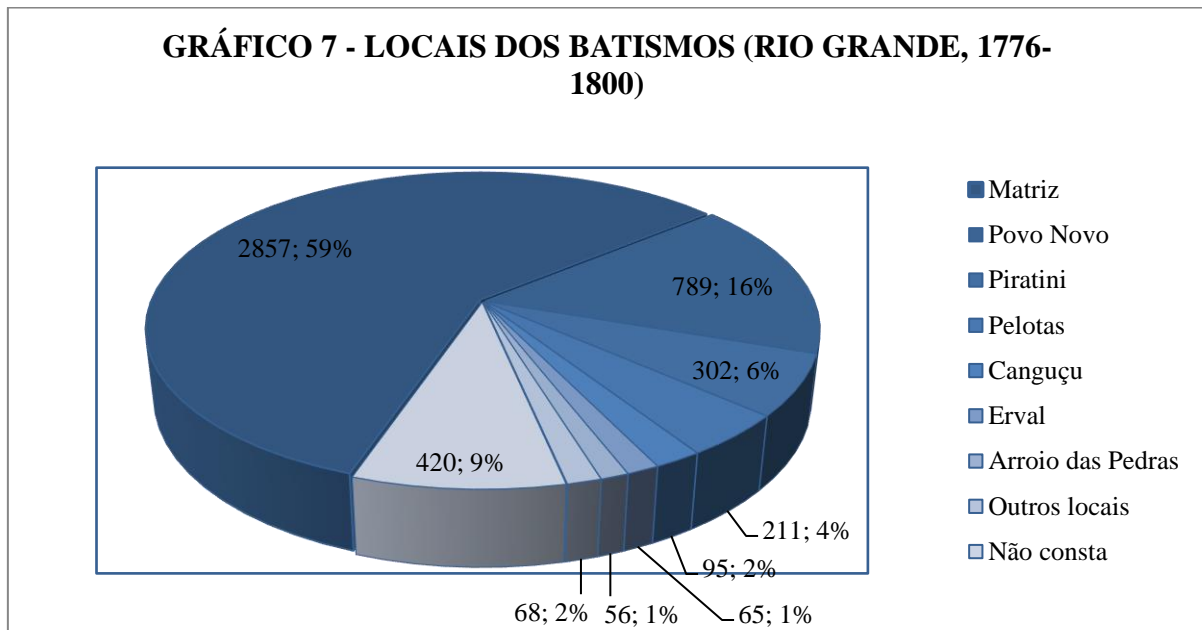
⁴⁵³DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

⁴⁵⁴DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

⁴⁵⁵ADPRG. **5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande**. Uma vez que os dados apresentados a partir daqui são provenientes desses registros, não serão referenciados novamente a não ser em casos específicos.

Senhora da Conceição de Canguçu.⁴⁵⁶ Como já explicitarei no primeiro capítulo, o sexto livro é referente à população escrava. Optei por não analisar de forma separada os compadrios de livres e escravos por se entender que, como já disse, por mais importantes que fossem as distinções existentes naquela sociedade, as mesmas não significavam ausência de contato e de sociabilidade entre pessoas de condições diferentes.

No total, contaram-se 4864 registros, sendo que a maioria dos batismos ocorreu na Igreja Matriz (ver Gráfico 7). Boa parte da população tinha, então, acesso ao batismo no centro da freguesia – o que significa que, ao menos em tese, poderiam contatar um grupo variado de pessoas, não sendo a distância física um impedimento nas escolhas feitas nesses casos. Poucos foram os batismos que ocorreram em locais onde as opções poderiam ser bastante limitadas nesse sentido, como os vinte batizados que ocorreram no Acampamento do Piratini, ou os dois que aconteceram no Acampamento do Paim, ou, ainda, os dois casos de batizados *na viagem em que vinha das Ilhas*⁴⁵⁷, casos em que a opção de padrinhos provavelmente estivera circunscrita às pessoas presentes.



Matriz: Matriz de São Pedro do Rio Grande; *Povo Novo*: Capela de Nossa Senhora das Necessidades do Povo Novo; *Piratini*: Oratório de São Francisco de Paula da Estância de Piratini, Oratório de Nossa Senhora da Conceição do Capão Grande, Acampamento de Piratini, Oratório do Divino Espírito Santo da Fazenda do Padre José Alves Chaves; *Pelotas*: Oratório de Nossa Senhora dos Prazeres de Pelotas, Oratório do Reverendo Doutor Pedro Pereira Fernandes de Mesquita; *Canguçu*: Oratório de Nossa Senhora da Conceição de Canguçu, Oratório da Real Feitoria do Cânhamo de Canguçu, Fazenda de Canguçu; *Ervat*: Oratório de São João Batista do Erval; *Arroio das Pedras*: Capela / Oratório de Nossa Senhora da Conceição do Arroio das Pedras.

FONTE: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

⁴⁵⁶ ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

⁴⁵⁷ ADPRG. 5º livro de Batismos de Rio Grande, fl. 127v.

Outro fator que poderia limitar a escolha dos padrinhos era a urgência do batismo, nos casos em que se apresenta risco à vida do batizando. Esse ritual era considerado o mais importante dos sacramentos, por ser aquele que introduzia a pessoa no mundo da cristandade, e, portanto, dava as condições para a salvação da alma. Era ele também que limpava o pecado original, com o qual, segundo a mitologia católica, nasciam todos os seres humanos. Permitir que uma pessoa falecesse sem o sacramento era enviá-la para o outro mundo em pecado. Por isso existia a possibilidade de que o batismo prescindisse da cerimônia na igreja:

Ainda que tenhamos mandado que o Batismo se administre pelo próprio Pároco na Igreja Paroquial, e por imersão, nem por isso deixa de se poder administrar licitamente fora da Igreja em qualquer lugar, e por efusão, ou aspersão, e por qualquer pessoa nos casos de necessidade, e todas as vezes que houver justa, e racional causa, que obrigue a que assim se faça: como são, se alguma criança, ou adulto estiver em perigo, antes de poder receber o Batismo na Igreja, pode, e deve ser batizado fora dela, em qualquer lugar, por efusão, ou aspersão, e por qualquer pessoa, posto que seja leigo, ou excomungado, herege, ou infiel, tendo intenção de batizar como manda a Santa Madre Igreja. E posto que o Batismo feito por qualquer das ditas pessoas fica válido, concorrendo os mais requisitos de sua essência, contudo se deve entre elas guardar tal ordem, que estando presente o Pároco que for sacerdote, este prefira a todos, e logo o Sacerdote simples, e em sua falta o Diácono prefira ao Subdiácono, o Clérigo ao leigo, o homem à mulher, o fiel ao infiel. O que se entende, sabendo os sobreditos fazer o Batismo, porque se não souberem, aquele o fará que bem o saiba fazer.⁴⁵⁸

Os batizados em necessidade eram registrados pelo pároco quando ele recebia a notícia do batismo realizado ou, mais frequentemente, quando a criança era levada até a Igreja para receber os Santos Óleos. De acordo com as Constituições, no caso de batismo em necessidade não deveriam ser atribuídos padrinhos. Muitas vezes, no entanto, quando o padre realizou o assento do batizado em necessidade, registrou o nome dos padrinhos ou, no mínimo, em caso de ser mais afeito ao respeito das normas, as *testemunhas*. Pode-se supor, a partir disso, que em algumas ocasiões poderia ocorrer um apadrinhamento mesmo sem o devido ritual, especialmente se considerada a importância dessa oportunidade de estabelecer laços formais com outros membros da sociedade.

Nos casos de batizado em necessidade em que padrinhos ou testemunhas foram mencionados, entendeu-se que se tratava, socialmente, de uma relação de compadrio plenamente estabelecida, e, portanto, essas pessoas foram incluídas na análise como se o batizado fosse regular. Restaram 72 (1,5%) casos em que não há padrinhos mencionados por

⁴⁵⁸ DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

conta de se tratar de batismo em necessidade, o que mostra que poucos foram os casos em que o risco à vida do batizando impediu a formação do laço formalmente.

Busco agora traçar um panorama geral das pessoas sobre quem recaía a responsabilidade de apadrinhar uma criança nessa Vila do sul da América portuguesa em seu momento de reorganização. As informações apresentadas a seguir, a respeito do estado matrimonial, condição social e qualificativo social de padrinhos e madrinhas de Rio Grande, levam em consideração as informações explicitadas pelos párocos nos registros, e também aquelas que foram obtidas via cruzamento nominativo.

A tabela 18 mostra o estado matrimonial das madrinhas e padrinhos, quando tal informação esteve disponível no registro ou pode ser obtida por outros meios. Havia uma preferência por pessoas casadas, e isso era levemente mais pronunciado no caso das madrinhas (42,5%) do que dos padrinhos (35,9%), embora a presença de solteiros também fosse significativa. Talvez se devesse, em parte, ao valor dado por essa sociedade ao matrimônio – e portanto o maior prestígio relativo de que poderiam dispor as pessoas casadas com relação às solteiras. Além disso, é mais provável que pessoas casadas tenham uma convivência mais estreita com outras de mesma condição, o que teria influência nas escolhas feitas. Considerando apenas os casos em que foi possível saber a condição matrimonial, crianças legítimas tinham padrinhos casados 68% das vezes e 73% madrinhas dessa condição. Afilhados que foram ditos filhos naturais tiveram 42% de padrinhos casados e 56% de solteiros, enquanto 47% das madrinhas eram solteiras e 48% delas eram casadas.⁴⁵⁹

**TABELA 18 – ESTADO MATRIMONIAL DOS PADRINHOS E MADRINHAS
CONSIDERANDO A TOTALIDADE DOS BATISMOS (RIO GRANDE, 1776-1800)**

	PADRINHOS		MADRINHAS	
	NA	%	NA	%
Casados	1716	35,9	1683	42,5
Solteiros	981	20,5	716	18,1
Viúvos	55	1,2	75	1,9
Religiosos/Santas	151	3,2	172	4,3
Não consta	1872	39,2	1315	33,2
Total	4775	100	3961	100

Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

Ainda com relação ao estado matrimonial, entre as pessoas casadas, em 1291 ocasiões (26,9% do total dos batismos) padrinho e madrinha eram casados um com o outro

⁴⁵⁹ Crianças legítimas tiveram 1445 padrinhos casados, 642 solteiros e 42 viúvos, e suas madrinhas eram 1428 casadas, 475 solteiras e 64 viúvas. Filhos naturais tiveram 205 padrinhos casados, 274 solteiros e 11 viúvos, e 194 madrinhas casadas, 197 solteiras e 10 viúvas. ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

quando compareceram à pia. Esse número representa apenas os casos em que a relação foi explicitada pelo padre, ou que se tratava de casal que teve a relação mencionada em ocasião anterior. Acredito que o número de padrinhos e madrinhas de uma mesma criança que eram também marido e mulher seja superior ao mencionado. Além disso, pai e filha compareceram à pia juntos 51 vezes, irmãos, 24 vezes e mãe e filho, três vezes. Foi possível identificar também outros casos em que pessoas de uma mesma família compareceram juntos à pia, mesmo que a relação não tenha sido identificada pelo feitor do registro. Assim, parece relativamente alto o número de vezes em que os pais de um batizando, tendo a oportunidade de formalizar laços espirituais com grupos diferentes de pessoas – um padrinho de uma família e uma madrinha de outra, por exemplo – optaram, ao invés disso, por reforçar um mesmo vínculo.

O reforço do vínculo pode ser observado também nos muitos casos em que pais escolhem para padrinho ou madrinha pessoas que já eram seus compadres por terem batizado outros filhos seus. Dentre os dez padrinhos que mais compareceram à pia em Rio Grande, nove foram convidados mais de uma vez pelo mesmo casal e isso ocorreu com mais de um casal de compadres. Pode-se argumentar que isso é devido ao simples fato de que se tratava de pessoas muito procuradas, e que a frequência com que eram convidados, por si só, aumentava a probabilidade de acontecerem repetições, por assim dizer. No entanto, dentre os 251 padrinhos que tiveram três ou quatro afilhados, 32 foram convidados mais de uma vez pelo mesmo casal ou mãe. É o caso de Caetano Martins Coelho, citado no capítulo anterior, que tinha três afilhados, todos filhos da mesma mãe.⁴⁶⁰ Talvez seja preciso considerar, nesses casos, juntamente com a possibilidade de reforço do laço entre os compadres, a atuação enquanto padrinhos e madrinhas. É possível pais carnis tenham o desejo de fornecer a um outro filho ou filha os mesmos pais espirituais de um rebento nascido anteriormente. De qualquer forma, trata-se de um reforço positivo à atuação do padrinho ou madrinha.

Com relação à condição jurídica dos padrinhos, na maior parte dos registros (4443 ocasiões, ou 93,4%) não há referência explícita, o que faz com que possam ser entendidos enquanto livres, embora não se elimine a possibilidade de algumas vezes a condição simplesmente não ter sido anotada. Um exemplo disso é o fato de que não há apenas quatro padrinhos ditos *índio* nos registros do período, porém via cruzamento nominativo foram identificados outros onze que não tiveram a condição explicitada quando apareciam cumprindo aquele papel. O mesmo procedimento de identificação foi realizado com relação às

⁴⁶⁰ ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

madrinhas. Como pode ser percebido pela Tabela 19, embora haja padrinhos e madrinhas indígenas, forros e escravos, sua proporção com relação ao total de padrinhos é inferior às proporções dessas categorias nos mapas populacionais, e mesmo entre os pais e mães de batizando. ⁴⁶¹

TABELA 19 – CONDIÇÃO JURÍDICA DOS PADRINHOS E MADRINHAS CONSIDERANDO A TOTALIDADE DOS BATISMOS (RIO GRANDE, 1776-1800)

	PADRINHOS		MADRINHAS	
	NA	%	NA	%
Livres	4443	93,0	3470	87,6
Escravos	230	4,8	238	6,0
Forros	87	1,8	76	1,9
Índios	15	0,3	5	0,1
Entidade Espiritual	0	0	172	4,3
Total	4775	100	3961	100

Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

Há proporcionalmente mais madrinhas escravas do que padrinhos nessa condição, embora ambos tenham uma representação relativamente pequena no conjunto. Quase todos os padrinhos e madrinhas escravos têm afilhados também cativos.

Por esses dados, percebe-se que o papel de compadre estava disponível a pessoas de todas as condições sociais, mas também estava, como tantas outras coisas naquela sociedade, desigualmente distribuído. Esse aspecto fica mais explícito quando se observa a proporção de padrinhos e madrinhas portadores de qualificativos sociais junto a seus nomes (patentes e títulos) com relação, por exemplo, com o número de pais com a mesma característica.

Qualificativos foram anotados pelos párocos 608 vezes para padrinhos, sendo que 150 deles eram religiosos. As 459 ocorrências de padrinhos leigos com título ou patente registrada referem-se, na verdade, a 169 homens, alguns dos quais apresentam patentes diferentes ao longo do período. Como se pode perceber pela Tabela 20, a maior parte tanto dos padrinhos como das ocorrências se deu entre os capitães. As atas batismais em geral não diferenciam os regimentos, não sendo possível saber, portanto, quantos eram os oficiais de ordenanças, por exemplo.

⁴⁶¹ Ver dados apresentados no capítulo 1.

TABELA 20 – OCORRÊNCIA DE QUALIFICATIVOS ENTRE OS PADRINHOS NÃO RELIGIOSOS CONSIDERANDO A TOTALIDADE DOS BATISMOS (RIO GRANDE, 1776-1800)

TÍTULO/PATENTE	FREQUÊNCIA	Nº PESSOAS
Capitão	166	66
Tenente	78	37
Alferes	63	38
Tenente Coronel	26	8
Coronel	24	7
Sargento mor	23	11
Capitão Mor	13	3
Senhor Marechal Governador	9	1
Cabo	8	5
Brigadeiro	7	2
Outros (Doutor, Ajudante, Cadete, Furriel, Licenciado, Patrão mor, Tenente General, Quartel mestre, Sargento, Auditor, Cirurgião mor, Dom, Major)	41	26
Total	458	204

Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

Considerando todos os batismos e apenas a frequência em que o qualificativo aparece textualmente no registro, tem-se que 9,4% dos batismos tiveram padrinhos com essa característica. Se forem acrescentados os apadrinhamentos desses mesmos 204 indivíduos ocorridos antes de terem suas respectivas patentes ou títulos, sua participação ocorre em 16,3% dos assentos batismais. Os afilhados que eram filhos de pais e mães com as mesmas características – ou seja, pessoas que em algum momento de suas trajetórias aparecem com títulos na documentação – são 5,9% do conjunto de batizados. Ou seja, se o número de pais e mães com qualificativo pode servir de indicativo de sua participação no conjunto populacional, segue-se que pessoas que possuem títulos acompanhando seus nomes têm mais chance de ser convidados ao compadrio.

Com relação às madrinhas, o único qualificativo que aparece é *Dona*, o qual consta textualmente 275 vezes, sendo utilizado com relação a 130 mulheres diferentes, as quais acumulam 372 afilhados. Proporcionalmente menos mulheres apresentam qualificativo do que homens (5,7%), considerando o total de batizados.

Embora qualificativos apareçam mais entre padrinhos e madrinhas do que entre pais e mães, seria de se supor uma maior participação dos primeiros, considerando a ideia de que a busca se dava sempre por um padrinho de status igual ou superior ao dos pais do batizando. Isso reforça o argumento de que a noção de superioridade deve ser discutida. Ainda mais quando se considera que esses padrinhos e madrinhas portadores de qualificativos também estão desigualmente distribuídos entre afilhados de condições sociais diferentes, como mostra a Tabela 21.

TABELA 21 – PADRINHOS E MADRINHAS COM QUALIFICATIVO DE ACORDO COM A CONDIÇÃO SOCIAL DO BATIZANDO CONSIDERANDO A TOTALIDADE DOS BATISMOS (RIO GRANDE, 1776-1800)

Condição do Batizando e número de ocorrências	Padrinhos com qualificativo*		Madrinhas com qualificativo*	
	NA	%	NA	%
Filhos de pai ou mãe com qualificativo – 286	159	55,6	116	40,6
Escravos – 1110	50	4,5	7	0,6
Filhos de mães forras e alforriados na pia – 224	48	21,4	15	6,7
Filhos de indígenas – 77	12	15,6	2	2,6
Filhos de pais sem qualificativo ou condição declarada – 3167	529	16,7	232	7,3
Total** - 4826	798	16,5	372	7,7

* Foram contabilizados também os apadrinhamentos de pessoas que viriam a ter qualificativo, porém ainda não tinham naquele momento.

** Referente ao total de atas batismais, incluindo as que não tem padrinho ou madrinha declarada.

Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

Interessante observar que forros e filhos de forros têm maior probabilidade de ter padrinho com qualificativo do que a população livre em geral, o que talvez seja reflexo de uma situação relacional de algumas daquelas pessoas que pode ter tido influência na própria aquisição da liberdade, embora uma conclusão a esse respeito demande uma investigação caso a caso.

A maior parte dos padrinhos e madrinhas que aparecem na documentação com qualificativos receberam convites de pessoas que não aparecem com essa mesma característica na documentação. No entanto, são os filhos de pai ou mãe *qualificados* que têm a maior chance de receberem padrinhos com a mesma condição de seus pais. Isso não implica a não existência das relações verticais, no sentido proposto por Mintz e Wolf, apenas que a *distância* por assim dizer, entre os membros da relação geralmente não é tão pronunciada. Em outras palavras, é muito mais provável que um capitão ou um tenente possa convidar o marechal governador ao compadrio do que um livre que não tenha patentes, o que não significa a ausência de hierarquia entre o suposto tenente e o governador.

Ao mesmo tempo, percebe-se disparidade ainda maior com relação às escolhas das madrinhas. Assim como acontece no caso dos padrinhos, são os rebentos das famílias mais perto do topo da hierarquia social (portadoras de qualificativos) os que mais tem Donas como madrinhas. Por outro lado, os escravos, forros e indígenas tinham ainda menos chance de ter uma madrinha desse tipo do que o restante da população livre. Uma das explicações para isso pode ser a possibilidade de que a escolha de padrinhos e madrinhas fosse levada a cabo tendo com base objetivos diferentes.

Esse elemento aparece com clareza em alguns trabalhos que tratam do compadrio entre a população escrava, já que colocam em evidência as diferenças jurídicas (livres ou

escravos) das pessoas escolhidas para batizarem essa população, elemento que não fica tão claro quando se observam apenas os batismos de livres. De acordo com os trabalhos consultados, o mais comum estatisticamente era que escravos tivessem padrinho e madrinha livres, seguido pela opção padrinho e madrinha escravo. Quando havia disparidade na condição, no entanto, a tendência era sempre a ser padrinho livre e madrinha escrava.⁴⁶² Isso não foi diferente em Rio Grande.

Mesmo que essa situação de disparidade não seja proporcionalmente o mais comum, levou os pesquisadores a levantarem hipóteses extremamente pertinentes ao tema aqui discutido. Para Ana Rios, essa opção teria *sido uma maneira de conciliar o interesse no status social do padrinho com os cuidados e a solidariedade que uma madrinha escrava poderia mais facilmente prestar à criança*.⁴⁶³ Também Brügger e Kjerfve argumentaram que tal escolha poderia indicar motivos de ordem pragmática com relação aos padrinhos, e um desejo de auxílio no cotidiano de criação dos filhos com relação às mães espirituais⁴⁶⁴, o que foi salientado por Silvia Brügger em trabalho posterior.⁴⁶⁵ Por sua vez Stuart Schwartz salienta, a respeito disso, que

Talvez nisso houvesse reconhecimento da importância social do padrinho livre, que poderia fazer as vezes de protetor e intercessor no futuro, mas uma estratégia paralela e prática era levar em conta a possibilidade de, em caso da morte da mãe, a madrinha escrava assumisse responsabilidade pela criação do afilhado.⁴⁶⁶

⁴⁶² RIOS, A. M. L. **Família e Transição** (Famílias Negras em Paraíba do Sul, 1872-1920). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1990. Apud BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850*. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2004; BRÜGGER, S. M. J. & KJERFVE, T.M.G.N. *Compadrio: Relação Social e Libertação Espiritual em Sociedades Escravistas (Campos, 1754-1766)*. **Estudos Afro-Asiáticos**, no 20. RJ: Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, junho de 1991; SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001. BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850*. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2004.

⁴⁶³ RIOS, A. M. L. **Família e Transição** (Famílias Negras em Paraíba do Sul, 1872-1920). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1990. Apud BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850*. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2004.

⁴⁶⁴ BRÜGGER, S. M. J. & KJERFVE, T.M.G.N. *Compadrio: Relação Social e Libertação Espiritual em Sociedades Escravistas (Campos, 1754-1766)*. **Estudos Afro-Asiáticos**, no 20. RJ: Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, junho de 1991.

⁴⁶⁵ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850*. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2004.

⁴⁶⁶ SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001, p. 283.

Essa situação abre uma interessante janela de interpretação do papel exercido pelas mulheres no parentesco espiritual, e leva a pensar que padrinho e madrinha pudessem exercer papéis diferenciados e complementares na vida de seu afilhado, o mesmo podendo ser dito a respeito da relação de compadrio formada no mesmo momento.

A diversidade das escolhas disponíveis pode ser percebida quando se observa o panorama do número de afilhados por padrinho ou madrinha, e qual a probabilidade de uma pessoa ter mais de dez afilhados, por exemplo. As Tabelas 22 e 23 mostram a distribuição de afilhados por padrinho e por madrinha respectivamente, considerando apenas os registros que apresentavam padrinho, no caso da Tabela 22, e apenas os registros que apresentavam madrinha, no caso do Tabela 23, e em ambos considerou-se apenas os registros legíveis.

TABELA 22 – NÚMERO DE AFILHADOS POR PADRINHO CONSIDERANDO OS BATISMOS COM PADRINHOS (RIO GRANDE, 1776-1800)

Quantidade de Afilhados por padrinho	Número de Padrinhos	%	Total de Afilhados por Grupo	%
1	1061	57,6	1061	24,9
2	320	17,4	640	15,0
3	173	9,4	519	12,2
4	77	4,2	308	7,2
5	59	3,2	295	6,9
6	41	2,2	246	5,8
7	24	1,3	168	3,9
8	22	1,2	176	4,1
9	9	0,5	81	1,9
10 ou mais	55	3,0	766	18,0
Total:	1842	100	4260	100
Não contabilizados	497	-	497	-

Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

TABELA 23 – NÚMERO DE AFILHADOS POR MADRINHA CONSIDERANDO OS BATISMOS COM MADRINHAS (RIO GRANDE, 1776-1800)

Quantidade de Afilhados	Número de Madrinhas	%	Total de Afilhados por Grupo	%
1	980	64,7	980	34,0
2	245	16,2	490	17,0
3	122	8,1	366	12,7
4	54	3,6	216	7,5
5	35	2,3	175	6,1
6	20	1,3	120	4,2
7	19	1,3	133	4,6
8	11	0,7	88	3,1
9	08	0,5	72	2,5
10 ou mais	20	1,3	242	8,4
Total:	1514	100	2882	100
Não contabilizados	907	-	907	-

Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

Não foram contabilizados os padrinhos e madrinhas cujos nomes – muito comuns ou incompletos – não permitiam uma identificação adequada e não havia outros meios de distingui-los dos demais. Isso foi muito mais pronunciado no caso das madrinhas, o que pode ser percebido não apenas pelo fato de que as não contabilizadas configuram quase o dobro dos não contabilizados, também pelo fato de que já havia inicialmente menos madrinhas do que padrinhos. Muitos desses casos dizem respeito ao uso de apenas um sobrenome sem que seja possível saber se o registro em questão refere-se a uma pessoa já conhecida cujo nome está incompleto ou a um novo agente. Por exemplo, há cinco batismos em que o padrinho se chamava Antônio Pereira, e não me foi possível saber se esse era seu nome completo, ou se tratava-se de Antônio Pereira Basto, Antônio Pereira da Cruz, Antônio Pereira da Silva, Antônio Pereira da Terra, Antônio Pereira de Ávila ou Antônio Pereira de Lemos, todos também padrinhos no mesmo período.

Essas questões metodológicas são aqui explicitadas porque, apesar de serem comuns ao trabalho de possivelmente todos os pesquisadores que utilizam esse tipo de fonte, têm seu peso ainda mais marcado quando se busca investigar pessoas que não eram da elite. Como já comentei, para estas há mais itens identificadores, os registros a elas referentes são, no geral, mais completos. Isso significa que sua atuação enquanto padrinhos e compadres pode acabar sendo supervalorizada. Ao mesmo tempo, existe a possibilidade muito clara de que muitas pessoas do grupo que identifiquei como *intermediário* tenham suas participações subvalorizadas nesse processo. Como mostrarei adiante, o padrinho assim identificado que mais teve afilhados no período por mim investigado foi Francisco da Costa Martins, que com dezoito afilhados divide a posição de quinto mais procurado com outras duas pessoas. Ao

mesmo tempo, há outros seis *Francisco da Costa* que aparecem na documentação, quatro dos quais em batizados ocorridos no mesmo oratório em que Francisco da Costa Martins aparecia mais frequentemente. É provável que se trata da mesma pessoa, mas não é possível saber, fator que faz com que não tenham sido agregados esses batismos. Caso o fossem, Francisco da Costa, com 24 afilhados, estaria na terceira posição de padrinhos preferenciais, juntamente com o Coronel Manuel Marques de Sousa e o Reverendo Doutor Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, pessoas que, ao contrário de Francisco, quase sempre tem seus qualificativos explicitados e dificilmente teriam algum apadrinhamento não computado.

Essa situação é mais pronunciada no caso das madrinhas, já que há menos cuidado no registro dos nomes femininos, além do fato de as mulheres portarem menos sobrenomes, os quais podem ainda variar ao longo de suas vidas, especialmente em se tratando dos devocionais.⁴⁶⁷ Ao mesmo tempo em que nem todos os homônimos puderam ser diferenciados uns dos outros, o contrário também pode ser verdadeiro: uma mesma pessoa pode aparecer com nomes diferentes. São os limites impostos ao pesquisador pelas características dos documentos disponíveis que justificam a retirada de uma parcela dos batismos das tabelas elaboradas – procedimento que, infelizmente, não elimina a possibilidade de falsas associações ou falsas separações, ainda que as diminua consideravelmente.

Apesar dessas questões, é bastante significativo que mais de 80% dos padrinhos e madrinhas não tenham mais do que três afilhados. É possível que os compadres fossem pessoas bastante próximas aos pais do batizando – parentes, amigos, vizinhos, lideranças locais – na maioria dos casos. A dispersão das escolhas mostra também que as estratégias que as pessoas estabeleciam podiam ser bastante variadas em cada momento, como já foi comentado.

A pouca concentração das escolhas e o fato de que pessoas de todas as posições sociais poderiam ser convidadas ao compadrio mostram o generalizado acesso a esse tipo de relação. Ao mesmo tempo, a dispersão das escolhas, ao se observar o conjunto dos compadrios, coloca em evidência ainda maior os relativamente poucos casos em que uma pessoa é convidada várias vezes à pia batismal no curto período aqui investigado. Especialmente quando se considera que a grande distribuição de afilhados por padrinho ou madrinha não implica que esse papel estivesse disponível a todos.

Um bom exemplo disso é o fato de que muitos dos pais e mães das crianças batizadas – pessoas que possuem compadres, portanto, e que se esperaria que recebessem convites ao

⁴⁶⁷ MARQUES, Rachel. Práticas de nomeação e população escrava em Rio Grande de São Pedro, século XVIII. *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2015.

compadrio em retorno – não apadrinharam ou amadrinharam ninguém no mesmo período. Dos 246 pais que batizaram cinco ou mais filhos, 45 (18,3%) não foram convidados para ser padrinhos, ou pelo menos não foram identificados como tal. Dentre eles está Salvador Jorge, detentor de uma data de terras no *Rincão de Pelotas*, que junto com sua esposa Maria Francisca de Jesus deu a batizar nada menos do que doze filhos, e não teve retribuição ou recebeu outros convites em Rio Grande no mesmo período. João de Sousa Dorneles e sua mulher Joana Maria Vieira batizaram onze filhos, mas não constam entre os padrinhos no período analisado. Nove foram os filhos batizados de José dos Santos de Faria e Maria Isabel Vieira, e tampouco eles tinham afilhados.

Pode-se dizer, então, que ter vários afilhados não era a situação mais comum. Ainda que o período analisado – 22 anos completos – seja relativamente curto e que o número de afilhados que uma pessoa vinha a ter nesse ínterim não seja representativo do número dessas relações desse tipo que poderiam ser estabelecidas ao longo de sua vida, esse levantamento mostra um retrato de sua atuação naquele momento. E o que esse retrato mostra é que a imensa maioria das pessoas não teve mais do que três afilhados.

Isso sugere que as pessoas que tiveram muitos convites receberam, pelo menos durante aquele período, reconhecimento social necessário para serem considerados bons candidatos a padrinhos. Esse reconhecimento precisa ser qualificado, já que pode ter origens diferentes – ser restrito ao seio da família, ou a um grupo social específico ou ser mais diversificado. Ainda assim, o simples contraste entre o panorama aqui apresentado e o fato de alguns se utilizarem muito mais desse tipo de relação do que a maior parte da população é motivo suficiente para que, no mínimo, se procure saber mais sobre quem eram e de que forma se relacionavam. Acredito que partir disso se pode buscar compreender melhor o reconhecimento social obtido por eles e alguns dos elementos formadores de prestígio social.

4.3. *Campeões na pia batismal: padrinhos e madrinhas preferenciais*

As atas de batismo aqui pesquisadas foram utilizadas para identificar aquelas pessoas que mais receberam convites ao compadrio nos primeiros anos após a retomada de Rio Grande. Elaborei a partir delas o Quadro 2, que mostra os principais padrinhos e madrinhas de acordo com o número de afilhados que tinham. Ou seja, esse quadro apenas qualifica os dados numéricos apresentados nas Tabelas 22 e 23 e, portanto, devem ser levadas em consideração as mesmas ressalvas metodológicas feitas com relação a elas.

A partir da identificação dos nomes dos compadres mais requeridos, pude investigar, um a um, a presença daqueles mesmos elementos apresentados no Capítulo 2 – posse de terra e de escravos, nível de riqueza, informações qualitativas complementares, presença de patentes milicianas ou outros títulos e mesmo referência a esses atores em trabalhos historiográficos. Não havia informações disponíveis para todos eles, como era de se esperar. Nesses casos, seus nomes estão grafados em cinza.

Felizmente, um bom número pôde ser identificado e alocado em três categorias. A primeira se refere àqueles reconhecidos enquanto membros das principais famílias, e/ou detentores de grandes fortunas, portadores de patentes, entre outros elementos que os associam à elite da localidade. Isso não significa que toda pessoa cujo nome foi grafado, na listagem abaixo, em **roxo**, possuísse o poder de mando e prestígio social necessários para ser considerado como tal. Apenas que, de acordo com as informações que pude obter sobre eles, estavam mais próximo do topo da hierarquia social do que os intermediários que são alvo do presente estudo. Esses últimos têm seus nomes salientados em **negrito**.

Por último, tem-se os religiosos (grafados em **azul**). Optei por separá-los dos demais por considerar que a função que exerciam os colocava em situação privilegiada para serem escolhidos como padrinhos. Se o compadrio já carrega em si, de forma integrada, funções religiosas e mundanas, a escolha de párocos como padrinhos levam essa duplicidade ao extremo. A vontade de dar à criança a melhor proteção espiritual possível e ainda adquirir um compadre que apresente a possibilidade de ser um importante aliado no âmbito social podem se ver plenamente contempladas na figura dos padres, dado o papel que essas pessoas exerciam na comunidade. Como representantes de Deus, não se pode duvidar do prestígio que tinham em termos religiosos, e podiam dar aos afilhados uma educação espiritual adequada. Por outro lado, muitos desses padres, especialmente os vigários colados, vinham das famílias mais proeminentes da terra, o que significa que uma aliança com eles poderia significar uma aliança com essas famílias. Por esses motivos optei por separá-los em categoria própria.

Alocar pessoas tão diferentes, como situações e possibilidades de ação muito díspares, em apenas esses grupos é uma generalização muito grande, realizada com o único propósito de colocar em evidência a atuação daquelas pessoas que identifiquei como tendo uma situação intermediária em termos econômicos (de acordo com os critérios apresentados no capítulo 2). Quando me refiro a *aqueles situados no topo da hierarquia social* ou a *pessoas da elite ou muito próximas dela* quero dizer, em realidade, que se trata de pessoas com condições econômicas e/ou que foram referidas com a deferência indicada em qualificativos sociais que os situam, na hierarquia social, acima daqueles por mim estudados. Não significa,

de nenhuma maneira, que acredito que todas as pessoas grafadas em uma mesma cor representem um grupo social, que se viam como semelhantes umas às outras ou que tinham as mesmas possibilidades de ação entre si.

QUADRO 2 – PADRINHOS E MADRINHAS COM MAIS AFILHADOS CONSIDERANDO A TOTALIDADE DOS BATISMOS (RIO GRANDE 1776-1800)	
Nº de Afilhados	Padrinhos e Madrinhas
27	Antônio Francisco dos Anjos; Domingos Rodrigues.
25	Vasco Pinto Bandeira
24	Manuel Marques de Sousa; Pedro Pereira Fernandes de Mesquita.
20	José Antônio Xavier da Câmara.
19	José Inácio da Silva; Liberato Firmino de Proença.
18	Francisco da Costa Martins; José de Brum da Silveira; José Vieira da Cunha.
17	Isabel Francisca da Silveira; Manuel Luís de Mesquita; Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara.
16	Joaquina Rosa do Nascimento; Maria Micaela do Nascimento.
15	Antônia Vitorina Luísa da Silva; Domingos da Boa Nova; Faustino Correia; João Cardoso da Silva; José Inácio dos Santos Pereira; Manuel dos Santos Resende; Manuel José Gomes.
14	Domingos Francisco de Araújo Roso; Joaquina Marques de Lima; Manuel Bento da Rocha.
13	Alexandre Elói Porteli; Ana Jacinta do Nascimento; Antônio Rodrigues Barbosa; Domingos Gonçalves Chaves; Francisco das Chagas; Joaquina da Silva; Joaquina de Azevedo Lima; José Alves Chaves; José Martins de Oliveira; Rafael Pinto Bandeira.
12	Agostinho José Mendes dos Reis; Antônio Pereira de Ávila; Antônio Silveira Borges; Caetana Maria; Inácio Marcelino Vieira; Isabel de Santo Antônio; Jerônimo Xavier de Azambuja; José de Sousa; Luís José de Oliveira.
11	Duarte Mendes de Sampaio; José Antônio de Campos; José Antunes da Porciúncula; José Rodrigues Barcelos; Luzia Firmiana do Pilar; Manuel José Pereira Nunes; Manuel Pereira Madruga.
10	Antônio de Brum da Silveira; Francisco de Ávila da Rosa; Francisco Inácio da Silveira; Inácia Pereira; Isabel de Brum da Silveira; João Antônio Pereira de Lemos; João Cardoso de Gusmão; João Coutinho de Amorim; Joaquim Bartolomeu dos Passos; Joaquim José de Proença; José Ferreira de Araújo; José Pereira da Rosa; Manuel Antônio de Araújo; Manuel Fernandes de Melo; Maria Bernarda de Sousa; Maria Inácia; Pedro Francisco Chaves; Rosa Maria da Fonte; Simão Soares da Silva; Teodora Maria de Jesus; Vicência Maria de Jesus; Vitória Correia.
09	Adrião Pires Gonçalves; Antônio José Torres; Dorotéia Antônia de Jesus; Feliciano Antônio de Almeida Pereira; Francisco Xavier Ferreira; Jacinto Furtado; Joana Leite; João Francisco Vieira Braga; Joaquina Antônia Pinto; José da Rosa Gomes; José Rodrigues Martins; Manuel Correia Simões; Maria Rosa; Rita Gonçalves Coutinho; Rosa Pereira; Tecla Joaquina; Teresa da Costa Pereira.
08	Ana Loureiro; Antônio de Medeiros; Antônio José Feijó; Antônio Machado; Antônio Mendes de Oliveira; Bento Martins Ferreira; Brás da Silva; Cipriana Furtado; Domingas da Rosa; Fabiana Teixeira; Francisco Ferreira de Sousa; Francisco Pires Casado; Inácia Maria Furtado; Inácio Antônio da Silveira; João de Madureira Roboredo; João Mendes de Santa Bárbara; Joaquim Manuel da Trindade; José Garcia de Vasconcelos; José Inácio Lucas; José Rodrigues da Silva; Manuel Dutra da Silveira; Manuel Gonçalves; Manuel Marques de Sousa [2]; Manuel Pereira da Rosa; Marcos José de Leivas; Maria Ângela Coelho; Maria Clara de Jesus; Maria Dias; Maria Madalena da Rocha; Perpétua de Jesus; Rodrigo Fernandes Duarte; Rosália Maria Silveira; Vicente Muniz;

Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

Como o simples contraste dá a perceber, no geral são aqueles mais bem colocados na hierarquia os que mais conseguem acumular afilhados. Caso fossem observados os batizados por grupo familiar, é possível que essa preponderância fosse ainda mais acentuada – Antônio Francisco dos Anjos e Domingos Rodrigues, por exemplo, eram concunhados.

Os dois padrinhos mais procurados eram comerciantes e charqueadores, grupo que já vinha despontando na última década do século XIX e que na primeira do seguinte firmariam sua posição como elite econômica da localidade, como já comentei. Ao mesmo tempo, os dois homens que eram provavelmente os maiores potentados locais no século XVIII – o Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira e o Capitão Mor Manuel Bento da Rocha – embora tivessem muitos afilhados, acumularam a metade dos convites dos dois charqueadores naquele período. Importante lembrar que esses batismos não representam a totalidade dos apadrinhamentos desses agentes. Manuel Bento da Rocha acumulou mais de cinquenta afilhados nas localidades de Rio Grande, Viamão e Porto Alegre ao longo da segunda metade do século XVIII,⁴⁶⁸ e é possível que Rafael Pinto Bandeira acumulasse afilhados em Rio Pardo, região em que atuou mais fortemente. Porém, isso também é verdadeiro com relação aos charqueadores citados. Os apadrinhamentos aqui analisados, ocorridos em Rio Grande, foram os primeiros de ambos, salvo alguns que pudesse ter ocorrido ainda na Colônia do Sacramento. Nos anos seguintes aos aqui estudados, seguiriam padrinhos frequentes, tanto na freguesia de São Pedro do Rio Grande como na de São Francisco de Paula de Pelotas, distrito em que se localizavam as principais charqueadas, e onde charqueadores eram os padrinhos mais procurados.⁴⁶⁹

Ao mesmo tempo, é preciso levar em consideração as questões relacionadas ao ciclo vital dos padrinhos. Em 1881, quando recebe o seu primeiro afilhado em Rio Grande, Antônio Francisco dos Anjos tinha 27 anos de idade. No mesmo ano, Manuel Bento da Rocha tinha mais de quarenta e Rafael Pinto Bandeira, 42 anos de idade, sendo que os últimos faleceram em 1791 e 1795 respectivamente.⁴⁷⁰ Embora o fato de serem mais velhos não impeça-os de serem boas opções para o compadrio, pode ser que esse fator influa no raciocínio estratégico daqueles que fazem as escolhas, especialmente na avaliação do papel de padrinho – já que é menos provável que um padrinho ou madrinha mais velho pudessem acompanhar seu afilhado

⁴⁶⁸ MARQUES, Rachel. **Por Cima da Carne Seca**. Hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Dissertação (Mestrado) – UFPR, Curitiba, 2012.

⁴⁶⁹ Agradeço a Jonas Vargas a disponibilização dessas informações, provenientes em base de dados produzida a partir do 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula de Pelotas.

⁴⁷⁰ ADPRG. **3º livros de óbitos de Rio Grande**.

ou afilhada até a idade adulta. Esses exemplos se referem a atuação de pessoas da elite, mas sugerem reflexões a respeito dos papéis de compadre e padrinho independentemente do status de quem os ocupa.

Os padrinhos e madrinhas apresentados no Quadro 2 são os preferenciais considerando o conjunto dos batismos, em todas as igrejas, capelas e oratórios. Uma vez que a freguesia de São Pedro do Rio Grande era bastante grande territorialmente, é importante considerar também o fato de que nem sempre as pessoas podiam se deslocar até a Matriz para receber os sacramentos. Nas capelas e oratórios presentes nos diferentes distritos eram realizados sacramentos que posteriormente eram registrados no livro da Matriz. Essas distâncias poderiam ter um papel limitador nas possibilidades de escolha ao compadrio. Assim, optei por separar os registros por local do batismo para observar possíveis diferenças nos compadres preferenciais em cada lugar. O Quadro 3 apresenta os padrinhos e madrinhas preferenciais considerando apenas os batizados ocorridos na Igreja Matriz.

QUADRO 3 - PADRINHOS E MADRINHAS COM MAIS AFILHADOS CONSIDERANDO APENAS OS BATISMOS OCORRIDOS NA MATRIZ (RIO GRANDE 1776-1800)	
Número de Afilhados	Padrinhos
22	Antônio Francisco dos Anjos; Pedro Pereira Fernandes de Mesquita.
21	Domingos Rodrigues.
20	José Antônio Xavier da Câmara; Manuel Marques de Sousa.
19	Liberato Firmino de Proença.
17	Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara.
16	José Inácio da Silva.
15	José Inácio dos Santos Pereira; Manuel Luís de Mesquita; Vasco Pinto Bandeira.
13	Ana Jacinta do Nascimento; Domingos Gonçalves Chaves; Faustino Correia; José de Brum da Silveira [2]
12	Antônio Silveira Borges; Caetana Maria; Joaquina Rosa do Nascimento; José Vieira da Cunha.
11	Agostinho José Mendes dos Reis; Joaquina de Azevedo Lima; Luís José de Oliveira; Maria Micaela do Nascimento.
10	Antônia Vitorina Luísa da Silva; Duarte Mendes de Sampaio; Joaquim José de Proença; José Antunes da Porciúncula; José Ferreira de Araújo; Manuel Antônio de Araújo; Rafael Pinto Bandeira; Simão Soares da Silva; Vitória Correia.
9	Alexandre Elói Porteli; Antônio José Torres; Isabel de Santo Antônio; Jerônimo Xavier de Azambuja; Joaquina Marques de Lima; José Rodrigues Barcelos; Tecla Joaquina.
8	Ana Loureiro; Antônio Machado; Bento Martins Ferreira; Francisco Inácio da Silveira; Francisco Xavier Ferreira; Isabel de Brum da Silveira; Jacinto Furtado; João de Madureira Roboredo; João Francisco Vieira Braga; Joaquim Manuel da Trindade; José Alves Chaves; José Martins de Oliveira; José Rodrigues da Silva; Manuel Correia Simões; Manuel Fernandes de Melo; Manuel Pereira Madruga; Maria Ângela Coelho; Rodrigo Fernandes Duarte.

Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

A presença de pessoas da elite como compadres preferenciais fica ainda mais salientada nessa amostra. Considerando que os filhos de pais com qualificativos têm maior probabilidade de terem padrinhos e madrinhas dessa mesma condição, como foi visto, é

possível que essa configuração seja reflexo das escolhas de famílias mais abastadas, que teriam melhores condições de se deslocar até a Igreja Matriz, independentemente de onde morassem. Também há que se considerar a população que efetivamente morava na vila, cuja proporção frente ao total de habitantes não é possível saber por escassez de fontes a respeito (a Relação de Moradores de 1786, por exemplo, lista apenas os proprietários rurais). Se as listagens de bens presentes nos inventários *post mortem* apresentadas anteriormente são algum indicativo, os habitantes da Vila eram a minoria com relação aos habitantes rurais, pelo menos nos anos iniciais aqui considerados.⁴⁷¹

Paralelamente, alguns dos padrinhos preferenciais de filhos de escravas ou forras também batizam quase sempre na matriz, como se verá. Nesses casos, os padrinhos e madrinhas mais raramente são membros da elite, e provavelmente fazem parte do setor intermediário aqui estudado, embora cada caso deva ser verificado.

Com relação aos demais locais de batismo, há um que se destaca por ser onde ocorreram 16% dos batismos aqui estudados: a Capela de Nossa Senhora das Necessidades do Povo Novo. Além de ser o segundo local onde mais se realizou o primeiro sacramento cristão, a julgar pela Relação de Moradores de 1786 nesse distrito predominavam as propriedades pequenas e médias, e era onde se encontrava a maior parte dos lavradores, como mostrei no Capítulo 2.⁴⁷² Havia também um pequeno núcleo de casas no entorno da capela, as quais algumas vezes constam nos inventários de pessoas que tinham propriedades no distrito.

QUADRO 4 - PADRINHOS E MADRINHAS COM MAIS AFILHADOS CONSIDERANDO APENAS OS BATISMOS OCORRIDOS NO ORATÓRIO DO POVO NOVO (RIO GRANDE 1776-1800)	
Número de Afilhados	Padrinhos
14	Francisco da Costa Martins.
12	Manuel dos Santos Resende.
11	Domingos da Boa Nova.
10	Joaquina da Silva.
9	Antônio Pereira de Ávila.
7	José Antônio de Campos; Manuel José Pereira Nunes; Manuel Lucas de Oliveira; Pedro Francisco Chaves.
6	Antônio Mendes de Oliveira; Joaquina Antônia Pinto; Manuel Teixeira Nunes; Marcos José de Leivas; Maria Bernarda de Sousa; Rosa Pereira.
5	Anacleto Pereira; Angélica Antônia de Oliveira; Antônio de Quadros; Domingas da Rosa; Isabel do Espírito Santo; João Pereira da Terra; Manuel Gonçalves; Manuela Maria Bueno; Maria Gomes da Cunha Pilar.

Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

⁴⁷¹ APERS. **Processos de Inventário.**

⁴⁷² AN. Códice 104, v. 8. **Relação de moradores de Rio Grande, 1786.**

Nesse espaço, há um quadro bem diferente do existente na matriz. Aqueles identificados por mim como próximos à elite não estão ausentes, mas tem uma atuação bem menos pronunciada. É provável que os padrinhos e madrinhas preferenciais nesse caso fossem pessoas que habitassem nas proximidades da povoação, ou pessoas com alguma influência com os habitantes dali. Esses dois aspectos estão somados no casal Capitão Antônio Mendes de Oliveira e de sua esposa Dona Maria da Silva. Esse é o mesmo Capitão proveniente da Praça da Colônia do Sacramento que pediu data de terras para que pudesse *fazer suas lavouras para com elas remediar as indigências*.⁴⁷³ Recebeu-as no Distrito do Povo Novo. Além de ser, provavelmente, morador do Distrito, parte das motivações que levaram muitas pessoas a convidar esse casal ao compadrio deve ter sido o fato de que Antônio era o Capitão da Cavalaria Auxiliar no Distrito, tendo, assim, certa ingerência sobre os demais. É ele, inclusive, quem assina a Relação de Moradores do Distrito.⁴⁷⁴

Sobre Francisco da Costa Martins, Domingos da Boa Nova e os demais marcados na listagem tratarei com calma no capítulo seguinte. É possível adiantar, porém, que esses dois, além de moradores do distrito (no caso de Francisco, no agrupamento de casas no entorno da Capela), eram letrados, e seguidamente citados como aqueles que haviam redigido documentos tais como testamentos e cartas de alforria a pedido dos demais moradores da região.

Os demais oratórios e capelas contam com um volume modesto de batismos. Porém é digno de nota o fato de um casal que acumulou muitos afilhados ao longo da vida, e que continuava como padrinho e madrinha preferencial em Rio Grande nesse período, o Capitão Mor Manuel Bento da Rocha e sua esposa Isabel Francisca da Silveira, batizou quase que exclusivamente na Capela da Fazenda Nossa Senhora dos Prazeres de Pelotas, de sua propriedade. Ali também batizaram com alguma frequência o cunhado de Isabel, o Sargento Mor Francisco Pires Casado. Os membros dessa família constituíram uma boa opção ao compadrio, como se pode perceber pelo fato de que as cinco irmãs da família Silveira e seus maridos acumularam mais de duzentos afilhados nas localidades de Rio Grande, Viamão e Porto Alegre nos anos anteriores.⁴⁷⁵ No entanto, ao que parece, no final do século XVIII os

⁴⁷³ AHRS, Fundo Fazenda, **Livros de Registros das datas de terra que se dão aos casais das Ilhas** (Códice F1230), publicado em BARROSO, Vera. **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002, p. 683.

⁴⁷⁴ AN. Códice 104, v. 8. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786.

⁴⁷⁵ MARQUES, Rachel dos Santos. **Por Cima da Carne Seca**. Hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Dissertação (Mestrado) – UFPR, Curitiba, 2012.

convites que recebiam estavam restritos a serem provenientes de membros das novas gerações da família e pessoas que habitavam nas proximidades da Fazenda.

Outro exercício que foi feito com o objetivo de colocar em perspectiva as escolhas de padrinhos e madrinhas preferenciais foi separá-los de acordo com a condição social da mãe do batizando. Observaram-se assim quais pessoas foram preferencialmente escolhidas para apadrinhar filhos de escravas (Quadro 5), forras e índias. Não foram incluídos os batismos de africanos adultos por se considerar que a lógica de escolha, nesse caso, é distinta: mesmo que não esteja claro quem faz a escolha do padrinho do escravo, ele ou seu senhor, procura-se sempre um padrinho, nunca um compadre, já que o batismo nesses casos não gera compadrio entre o senhor do escravo e o padrinho ou madrinha.

QUADRO 5 - PADRINHOS E MADRINHAS COM MAIS AFILHADOS CONSIDERANDO APENAS OS BATIZADOS DE FILHOS DE ESCRAVAS EM TODOS OS LOCAIS (RIO GRANDE 1776-1800)	
Número de Afilhados	Padrinhos
15	José Antônio Xavier da Câmara.
11	Liberato Firmino de Proença.
6	Francisco da Costa Martins.
5	Antônio Machado; Duarte Mendes de Sampaio; Felizardo Nunes do Rosário; Francisco Xavier Ferreira; Inácio Barbosa; José Saturnino da Costa Pereira; Lourenço Ribeiro; Manuel Gil; Maria Meireles; Patrício José.
4	Antônio Leal; Antônio Rabelo de Paiva; Domingos da Boa Nova; Inácio da Costa Moreira; Marcos Cardoso; Margarida do Carmo.

Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

Quando observadas apenas as escolhas das mães escravas, acompanhadas eventualmente por seus maridos, fica patente a maior distância entre elas e os mais bem situados na hierarquia no que se refere ao irmanamento espiritual, o que já havia sido indicado pela avaliação dos afilhados de pessoas qualificadas (Tabela 21). Também fica clara a pouca participação dos senhores dos maiores plantéis. Como já apontaram Gudeman e Schwartz em artigo hoje clássico, raramente senhores batizavam seus próprios escravos.⁴⁷⁶ Os motivos disso ainda estão sendo discutidos, assim como as exceções existentes em alguns contextos, mas o fato é que em Rio Grande, assim como na Bahia do século XVIII, isso também se verifica.

Em todos os casos até aqui apresentados há mais padrinhos preferenciais do que madrinhas. Um dos processos que gera essa diferença nos dados é a já comentada dificuldade

⁴⁷⁶ GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. Purgando o Pecado Original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. **Escravidão e Invenção da Liberdade**. Estudos Sobre o Negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

de distinguir as mulheres umas das outras pela maior fluidez de seus nomes e maior número de homônimos. Isso é ainda mais acentuado no caso de madrinhas escravas, que quase nunca portam sobrenomes, o que significa que muitas madrinhas preferenciais podem ter sido *perdidas no mar de nomes* aqui trabalhado. É significativo o fato de que muitas das escravas identificadas que tinham três ou quatro afilhados tivessem nomes que, se não eram incomuns, não eram tão frequentes na localidade.

Dos onze padrinhos e madrinhas destacados no Quadro 5, seis eram libertos ou diretos descendentes: Antônio Machado, Lourenço Ribeiro e sua mulher Maria Meireles e Inácio da Costa Moreira e sua mulher Margarida do Carmo e Marcos Cardoso. Embora eles não ocupassem as primeiras posições, proporcionalmente estão sobrerrepresentados. A respeito do padrinho que mais batiza filhos de escravas, José Antônio Xavier da Câmara, tratarei adiante, mas é interessante o fato de que ele tenha batizado quase exclusivamente filhos de escravas ou de forras nesse período.

Com relação aos filhos de mães forras, devido à diminuta proporção dessa população no conjunto total, nesse grupo também há menos casos de pessoas que tenham tido mais que um afilhado. No entanto, acredita-se aqui ser sintomático que o único padrinho que chegou a ter cinco afilhados que eram filhos de mãe liberta tenha sido um religioso, o Padre José Inácio dos Santos Pereira. Além dele, outros três padres tinham afilhados nessa categoria. Isso reforça a hipótese de que parte da população forra tenha algumas vezes buscado respaldo junto aos representantes da Igreja, não apenas via compadrio, também como testamenteiros, situação em que se deve escolher alguém de confiança para exercer essa função. Aliar-se àqueles que tinham o papel de reguladores morais da sociedade pode ter sido visto como uma maneira dessa população fazer valer sua posição na liberdade.

Os batizados de filhos de índias tampouco são muito numerosos. Entre eles se destaca o nome do Alferes João Coutinho de Amorim, que, além dos quatro filhos de mulheres indígenas, tem como afilhados os filhos naturais de duas escravas. Sobre ele, os documentos até agora consultados infelizmente silenciam.

Embora não se possa dizer que os padrinhos preferenciais identificados por meio das categorias aqui indicadas tenham respaldo perante o conjunto de cada grupo, especialmente por se tratar de populações que possuem também suas diferenças internas e suas hierarquias, em uma sociedade que busca colocar a todos dentro de uma escala, esse exercício serve para indicar que pessoas diferentes podiam ser consideradas de maneiras diferentes dependendo do grupo social, do local de habitação, do local de origem, ou mesmo da família. Ou seja, se perante o conjunto dos habitantes do Rio Grande de São Pedro – lugar cheio de Capitães,

Tenentes e Sargentos dispostos a receberem afilhados e compadres, ser Alferes poderia não ser grande coisa. Mas, por algum motivo, perante muitas mães indígenas da localidade, um determinado Alferes foi considerado como uma boa escolha nos momentos em que batizaram os seus filhos.

Isso pode ser reflexo, simplesmente, da situação de que muitas pessoas podiam não ter *acesso* aos Capitães, Tenentes, Sargentos e outros, ou seja, não tinham com eles uma relação previamente estabelecida, ainda que extremamente desigual, que permitisse o convite ao irmanamento. Difícil crer que esse fosse sempre o caso, especialmente considerando que a imensa maioria das pessoas que recebiam convites para apadrinhar ou amadrinhar em Rio Grande no final do século XVIII não tinha qualquer qualificativo que acompanhasse seu nome. Embora isso seja em grande parte reflexo das opções disponíveis – ou seja, do fato de que a maior parte dos cristãos habitantes daquelas paragens não eram detentores de títulos – esse fator coloca em perspectiva a verticalidade desse tipo de laço, sem chegar a negá-la. Caso fosse chamada ao compadrio, na maior parte das circunstâncias, a pessoa de *maior status* social que é possível convidar – como propõe Alfani – seria de se esperar que a proporção de membros da elite entre os padrinhos preferenciais fosse muito superior. Ou, no mínimo, que o acúmulo de afilhados fosse muito maior. Seria de se esperar, talvez, que os escravos buscassem, quase sempre, membros da família senhorial para padrinhos de seus filhos.

Isso sugere, por um lado, que mesmo que fosse possível aos pais dos batizados convidarem ao compadrio as pessoas consideradas por eles como as de maior *status*, elas não necessariamente seriam a melhor opção disponível para o compadrio. Como foi frisado no início deste capítulo, o reforço de laços horizontais é uma faceta importante desse tipo de relação.

Por outro lado, acredito que o acúmulo de afilhados, em um panorama de pulverização de escolhas, indica o prestígio daqueles que receberam os convites. Indica, portanto, a verticalidade daqueles laços, ainda que a distância social entre os compadres pudesse ser relativa somente ao grupo social e às redes de relações em que aquelas pessoas estavam inseridas. Em outras palavras, não é porque um padrinho ou madrinha não eram as pessoas de maior *status* que um casal podia convidar ao compadrio, que deixava de ser considerados como ocupante de uma posição hierarquicamente superior. O destaque de alguns padrinhos preferenciais, ainda que pequeno se comparado ao dos grandes potentados locais, não era menos importante.

Acredito que o prestígio representado nos muitos convites vindos de pessoas diferentes ao longo de anos indica uma maior disponibilidade de meios relacionais de quem

os recebem. Assim, dentre aqueles que se destacaram, em termos materiais, da grande massa populacional que sequer conseguiu chegar ao papel de proprietário – ainda que de um pedaço pequeno de terra, ainda que de poucos escravos – há alguns que obtiveram outro destaque: o de serem reconhecidos pelos seus pares como alguém digno de confiança suficiente para que lhe pudessem dar o papel de pais espirituais de seus próprios filhos. É sobre essas pessoas, esses padrinhos preferenciais pertencentes ao grupo dos *intermediários*, que trata o capítulo seguinte.

5. PRIMUS INTER PARES: PADRINHOS PREFERENCIAIS ENTRE INTERMEDIÁRIOS SOCIAIS

Power resides where men believe it resides. No more and no less.
G. R. R. Martin

Nas últimas décadas do século XVIII, na vila do Rio Grande de São Pedro, viveram e se relacionaram alguns milhares de homens e mulheres muito diferentes. Diferentes gêneros, diferentes idades, condições jurídicas, estruturas familiares, níveis de riqueza e poder de mando. No meio a tanta diferença, compartilhavam um espaço. Compartilhavam também alguns códigos comuns com os quais podiam interpretar o mundo em que viviam e agir sobre ele. Dentre esses códigos estavam noções como hierarquia e prestígio, as quais contribuíam para regular as maneiras com que se vinculavam uns aos outros.

Venho argumentando desde o início deste trabalho a noção de hierarquia como essencial para o entendimento daquela sociedade. Era por meio da hierarquia, ou melhor, por meio de múltiplas hierarquias concomitantes que se podia dar sentido e organizar tais diferenças sem que fosse necessário apartar os diferentes uns dos outros.

O grande problema, para o pesquisador que busca entendê-las, é que os elementos que formavam superioridade ou inferioridade hierárquica entre duas pessoas ou grupos de pessoas nem sempre é algo fácil de discernir. A sociedade aqui estudada deixou, nos documentos que produziu, alguns elementos que facilitam o trabalho daqueles que a estudam. Creio ser consenso entre os historiadores que, em sociedades pautadas por parâmetros de Antigo Regime, aqueles que portavam certos títulos ou patentes tinham nisso um elemento de superioridade sobre aqueles que não os portavam. Mas o que dizer das hierarquias entre aqueles que não portavam tais distintivos, e que tinham situações sociais e materiais muito semelhantes entre si. Difícil crer que, ao interagirem entre si, prescindissem de orientar suas relações de acordo com o entendimento de mundo e os valores que possuíam.

Como discuti no capítulo anterior, também o momento de formar laços de parentesco espiritual era permeado de hierarquia. A formação do laço entre o padrinho ou madrinha e seu afilhado ou afilhada, por si só, já implica na superioridade dos primeiros, da mesma forma em que um pai carnal é superior a seu filho. As relações entre os compadres, assim como as relações entre irmãos, podem ser simétricas ou assimétricas, dependendo das condições de cada um. Porém, diferentemente do laço carnal, no compadrio a relação não se dá pelo fato fortuito de terem nascido em uma mesma família. A existência de uma escolha é fundamental.

É ela que permite que se possam utilizar as relações de compadrio para buscar compreender como aquelas pessoas percebiam e se relacionavam umas com as outras.

Como demonstrei no capítulo anterior, foram muitas as pessoas escolhidas para a formação desse tipo de laço, o que indica que eram muitas as motivações que geraram as preferências. Ao mesmo tempo, o número de pessoas que foi reiteradamente escolhida era bem menor. Considerando que ser chamado à pia batismal era sinal de que o padrinho ou madrinha era percebido pelos pais do batizando como seu igual ou seu superior, mas jamais seu inferior, o acúmulo de convites pode ser entendido do sinal de prestígio social.

Uma vez estabelecido o panorama do compadrio em Rio Grande e identificados os padrinhos e madrinhas mais frequentes, o presente capítulo se dedica ao estudo da atuação e das relações de alguns padrinhos preferenciais provenientes daquela camada intermediária previamente identificada – pequenos proprietários de terras, escravos ou pequenas fortunas.

Para melhor poder abordar e avaliar essas relações, fiz uso de algumas técnicas de representação gráfica utilizadas na metodologia de análise de redes na elaboração de diagramas que contribuíssem não apenas na explicação, também na análise daquelas relações.⁴⁷⁷

A utilização do método de análise de redes, desenvolvido principalmente para o estudo de sociedades contemporâneas, em história apresenta algumas limitações. O pesquisador Michel Bertrand aponta como maiores dificuldades encontradas pelo historiador a natureza de suas fontes – que tendem a ser produzidas justamente no momento em que uma rede de relações é acionada, fator que dificulta ou mesmo impede a identificação de outras redes ou escolhas possíveis aos atores sociais – e a consideração da diacronia a partir de uma metodologia desenvolvida a partir de análises sincrônicas.⁴⁷⁸ Ainda assim, o recurso a essa metodologia pode permitir o acesso a informações não perceptíveis quando se observam apenas as relações diádicas, e também a análise de um vasto conjunto de relações.

⁴⁷⁷ A chamada *social network analysis* desenvolveu-se na segunda metade do século XX principalmente a partir de trabalhos de sociologia e antropologia que refletiam sobre modos de sociabilidade e estruturação de uma sociedade em termos de rede social. Foram pioneiros os trabalhos de Mitchel, Boissevain e Barnes, os quais enfocam, mais do que os indivíduos ou elementos de análise (que podem ser também empresas, cidades, grupos), as relações estabelecidas entre um grupo definido de pessoas, com a propriedade adicional de que as características dessas ligações como um todo podem ser usadas para interpretar o comportamento social da pessoas envolvidas. As análises de redes buscam, portanto, perceber não apenas as relações entre os membros de um grupo, mas as influências de tais relações no comportamento e/ou na trajetória social dos mesmos. MITCHEL, J. Clyde. The concept and use of social networks. In: MITCHEL, J. Clyde (Org). **Social Networks in Urban Situations**. Manchester: University of Manchester/University Press, 1869.

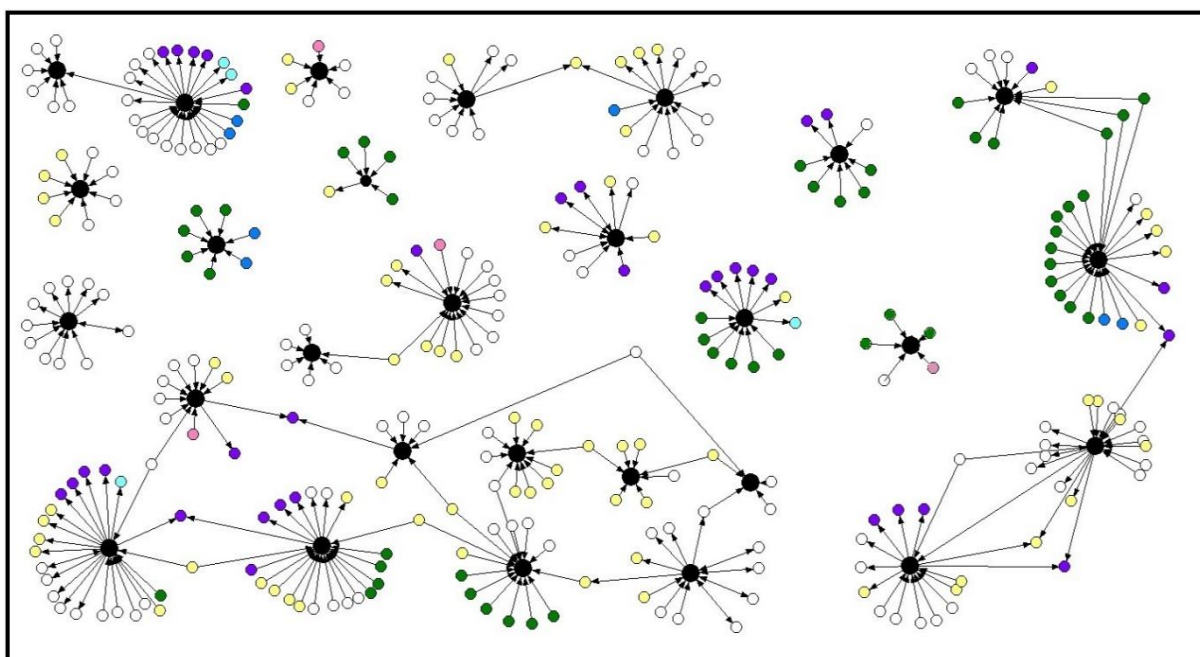
⁴⁷⁸ BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. In: **Revista Mexicana de Sociología** 61. (2). jun. 1999.

Os diagramas aqui elaborados não representam as redes sociais dos atores nelas contemplados. Representam, apenas, as relações de compadrio por eles estabelecidas. São, portanto, uma rede em potencial, uma vez que não me foi possível por meio das fontes disponíveis perceber essas redes de compadrio em funcionamento, ou seja, sendo ativadas com o intuito de se atingir algum objetivo.

Ainda assim, têm um valor analítico importante, na medida em que pude incorporar à identificação dos laços de compadrio as mesmas categorias utilizadas para distinguir os padrinhos preferenciais no capítulo anterior. Assim, no Quadro 6 constam 255 relações entre 264 agentes, sendo esses últimos indivíduos ou casais. Os pais dos batizados sempre aparecem como um único nó. Ao mesmo tempo, padrinhos e madrinhas que eram casados entre si também aparecem como um único nó. Isso foi feito porque entendo que, mesmo que o compadrio não se estabeleça com o cônjuge do padrinho ou madrinha, a aliança foi feita entre as duas famílias em questão.

A partir de 28 agentes iniciais – padrinhos e madrinhas preferenciais intermediários, tracei as relações formadas a partir dos convites que receberam e também aqueles que eles próprio fizeram, nos casos em que tenham tido filhos no período considerado.

QUADRO 6 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE PADRINHOS PREFERENCIAIS INTERMEDIÁRIOS EM RIO GRANDE (1776-1800)



Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

Os nós em preto representam os padrinhos preferenciais primeiramente identificados. Os em amarelo, outros atores identificados como intermediários. Em roxo, os pertencentes à elite e/ou portadores de qualificativos. Os escravos estão identificados em verde e os forros, em azul. Em rosa encontram-se alguns casais de indígenas. Em azul claro estão os religiosos que foram convidados a padrinhos. Os deixados em branco foram os que não foi possível classificar. As setas partem de quem realizou o convite para quem o recebeu, ou seja, de pais para padrinhos.

Em primeiro lugar deve-se ter em mente que essas classificações, que por si só já são simplificadoras, não levam em consideração o fator tempo. Foram feitas a partir de dados produzidos em momentos diversos daquele em que o compadrio foi estabelecido, geralmente posterior. Por exemplo, uma das ferramentas utilizadas para identificar a situação material dessas pessoas, o inventário, pode não ser representativa da condição encontrada durante boa parte de sua vida adulta. Ainda assim, é bastante significativo que a maior parte dos nós em roxo ali apareçam penas como convidados do grupo inicial.

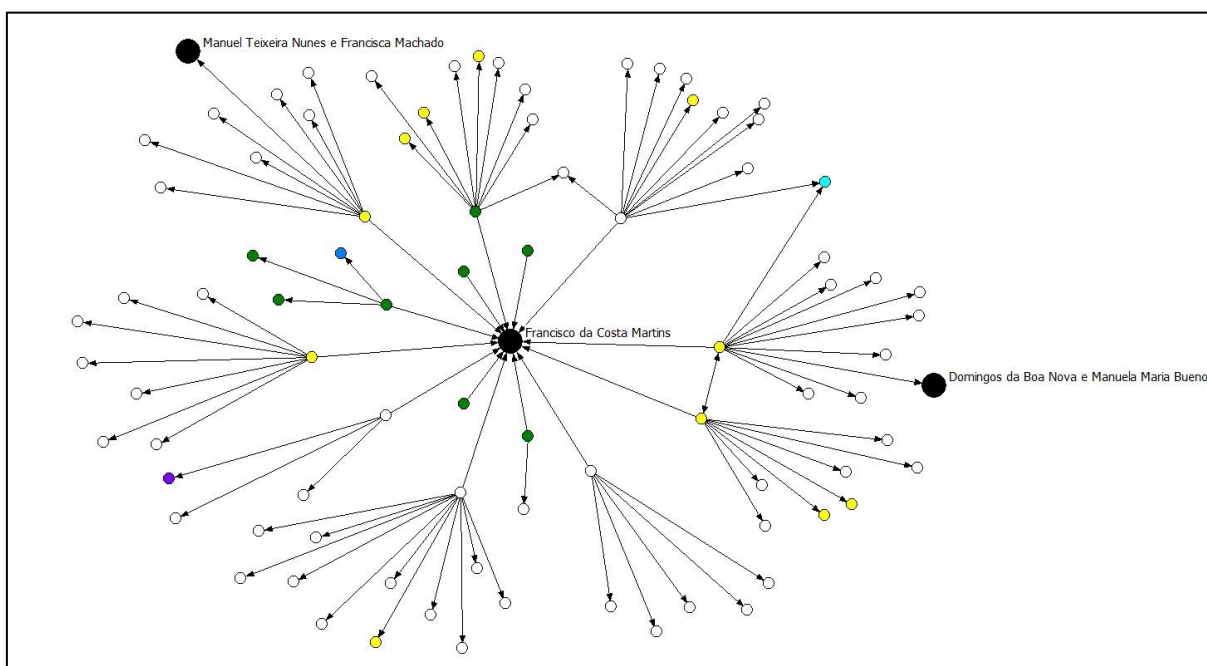
O maior agrupamento no desenho, à esquerda, é formado principalmente por moradores do Distrito do Povo Novo. Dentre eles, o padrinho mais procurado foi Francisco da Costa Martins, que recebeu dezoito convites entre 1783 e 1796. Quatro vezes Francisco se dirigiu à Igreja Matriz para participar do ritual, mas em quatorze outras o sacramento foi feito na Capela do Povo Novo. Doze de seus afilhados eram filhos legítimos de pai e mãe livre, e seis eram filhos naturais de mãe escrava, sendo duas delas africanas e duas crioulas. De seus compadres e comadres livres, onze eram filhos ou netos de Ilhéus, e um era filho de pais naturais da Colônia do Sacramento. Ou seja, se trata de um grupo bastante heterogêneo. Esses compadrios, assim como os demais compadres dos pais de seus afilhados, estão representados no Quadro 7. Como Francisco casou apenas em 1795, nele não aparecem as suas próprias escolhas para compadres. Curiosamente, a partir desse ano ele não mais aparece batizando.

Francisco da Costa Martins era português, natural de Braga, e se casou em Rio Grande com Ana Brígida Buena, filha de Salvador Bueno da Fonseca. Seu sogro aparece como detentor de uma sesmaria junto ao Serro Pelado, para a qual, aparentemente, ele não tinha título legítimo, motivo pelo qual seus herdeiros perderam *três léguas de comprimento e meia légua de largo, e em partes um quarto e menos, e neste terreno ficaram acomodados dezenove casais das Ilhas*.⁴⁷⁹ Não era essa a única propriedade de Salvador, já que na Relação

⁴⁷⁹ AN. cod. 104, vol 11. Relação de pessoas que, em consequência das ordens do vice-rei, tiveram que desocupar os terrenos em que estavam sem ter títulos legítimos, no distrito de Serro Pelado até Camaquã. Correspondência com o governador do continente do Rio Grande.

de Moradores ele aparece como detentor de um campo que teria *três léguas de comprimento e uma de largo*, no qual vivia de *lavouras e criação de animais* e onde criava cerca de seiscentas cabeças de gado bovino.⁴⁸⁰ Pode-se dizer que, em termos de estratégia matrimonial (e patrimonial) Francisco da fez um bom casamento, e esse é um elemento importante a ser considerado quando se estuda sua trajetória.

QUADRO 7 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE FRANCISCO DA COSTA MARTINS



Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

Ele próprio parecia ter pouquíssimos bens antes do casamento. Em seu inventário, aberto em 1813, consta um monte mor de 1:008\$788 réis (283 libras), mas ao que parece, a maior parte de sua composição foi recebida como herança por sua esposa.⁴⁸¹ Ana Bueno declarou ao juiz de órfãos que o *rincão de campos no distrito do Piratini*, no valor de 608\$388 réis (60% do valor total do patrimônio), fazia parte de sua legítima paterna. Talvez Francisco fosse proprietário, antes do casamento, da *morada de casas velhas de capim com seu terreno no Povo Novo, entre o beco do cemitério e Antônio Rodrigues, situadas na praia da Igreja* também mencionada no inventário. Segundo um requerimento da viúva anexado ao final do processo, era nessa casa que a família morava.

⁴⁸⁰ AN. Códice 104, volume 8. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786.

⁴⁸¹ APERS. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande. Inventário de Francisco da Costa Martins (1813).

Esse documento não dá indícios de qual seria a principal atividade econômica da família. Há alguns animais inventariados, porém, a existência de setenta cabeças de gado bovino não constitui atividade de criação naquele contexto, era um número modesto. Não há bois lavradores, enxadas, arados ou foices. Francisco não é citado por comerciantes da Vila e não encontrei indícios de que fizesse parte das tropas regulares, e não parece ter tido qualquer cargo ou patente o servisse para distingui-lo dos demais.

Fica a questão de que elementos puderam fazer com que um homem de tão poucas posses pudesse ter conseguido um casamento com a filha de um *sesmeiro* – ainda que não fosse dos mais ricos – e tivesse uma atuação à pia batismal que pode ser comparada, em termos numéricos e de diversidade de afilhados, à de muitos membros de famílias de elite.

Há, no entanto, outros indícios a respeito de Francisco da Costa Martins. Não é apenas nos registros batismais que seu nome é elemento frequente. Seguidamente ele é citado em testamentos e cartas de alforria como o redator dos mesmos. No registro da alforria do escravo Domingos, de propriedade de Manuel Pereira Madruga, por exemplo, consta que *por não saber ler nem escrever, Manuel pediu a Francisco da Costa Martins que a fizesse e assinasse como testemunha*. A mesma formulação aparece no testamento de João Machado Maciel e em carta de alforria passada por Francisca do Rosário, apenas para citar alguns.⁴⁸²

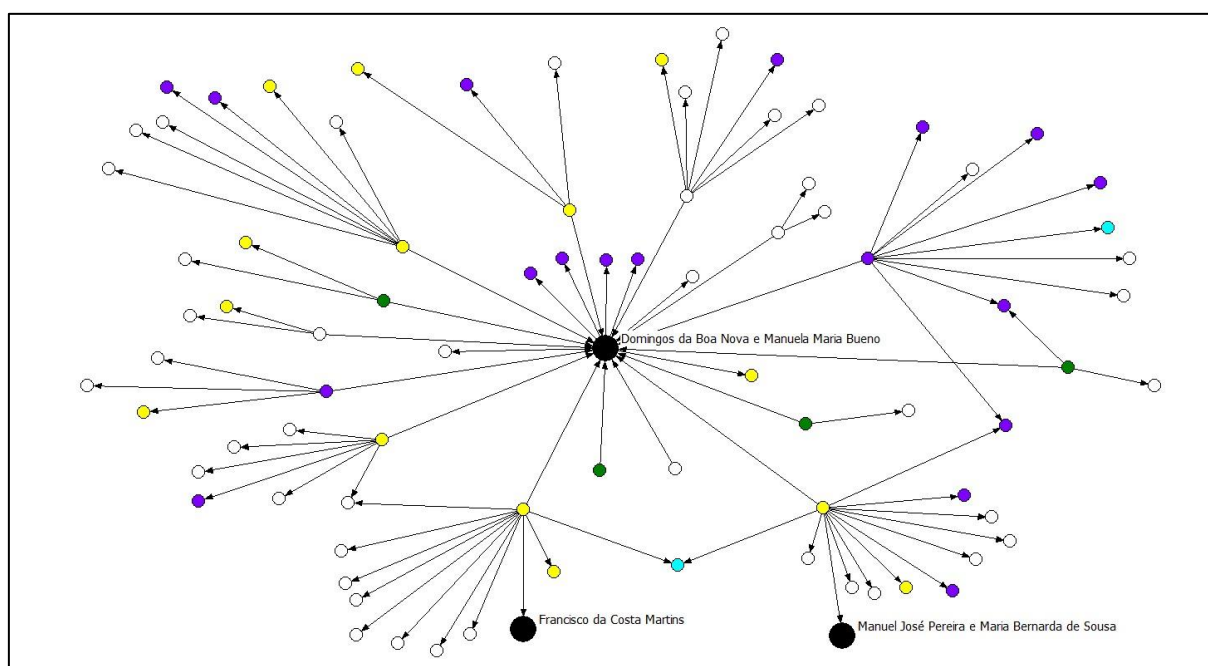
Embora não se saiba qual a proporção de pessoas que sabiam ler e escrever naquela localidade perante o total da população, é possível argumentar que esse era um atributo raro, pelo menos a julgar pelo número de testamentos escritos *a rogo* por terceiros, por ser o testador analfabeto. Ser letrado é uma característica que ajuda entender a excepcional atuação de Francisco da Costa Martins como padrinho.⁴⁸³ Porém, Francisco não era o único morador do Povo Novo a possuir o domínio das letras. Outro morador do Povo Novo, Domingos da Boa Nova, também é frequentemente mencionado nas mesmas circunstâncias. Incidentemente, Domingos era o segundo padrinho preferencial no Povo Novo, e também havia casado com uma das filhas de Salvador Bueno da Fonseca.

⁴⁸² 1º Tabelionato Público, Judicial e Notas de Porto Alegre - REGISTROS GERAIS (Registros diversos) Livro 3 - 1805 a 1806; 1º Tabelionato Público, Judicial e de Notas de Porto Alegre - REGISTROS ORDINARIOS - Livro 2 - 1801 a 1803; 2º Tabelionato Público, Judicial e de Notas de Porto Alegre - TRANSMISSOES E NOTAS - Livro 33 - 1804. Apud MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007.

⁴⁸³ Buscando melhor entender esse caso, encontrou-se referência a Francisco da Costa Martins em um livro sobre história do Rio Grande do Sul, na seguinte passagem: *De 1780 a 1789, foram fundadas outras escolas particulares, como a de José da Silva Braga e Manuel da Silva Castro em Porto Alegre, outra em Povo Novo em 1784, por Francisco da Costa Martins*. BARBOSA, Fidélis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul** [recurso eletrônico]. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2013. Não foi possível confirmar essa informação.

Natural de Rio Grande, mas filho de Ilhéus, casou com Manuela Maria Bueno, com quem teve pelo menos quatro filhos.⁴⁸⁴ Talvez isso explique o grande número de Ilhéus entre seus compadres, talvez seja apenas um reflexo da característica da maior parte da população naquele Distrito. De qualquer forma, há mais pessoas identificadas como intermediários e como elite em sua rede do que na do recém-chegado Francisco da Costa Martins, apesar do fato de que esse último era reinol.

QUADRO 8 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE DOMINGOS DA BOA NOVA E MANUELA MARIA BUENO



Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

Entre os quinze afilhados de Domingos, que algumas vezes era acompanhado à pia por sua esposa, há onze filhos legítimos, um aparentado de sua esposa, e quatro mães que eram escravas de moradores do mesmo Distrito. Já entre os compadres que o casal escolheu, ao batizar seus próprios filhos, há o avô Salvador Bueno da Fonseca, um capitão e pelo menos dois comerciantes.

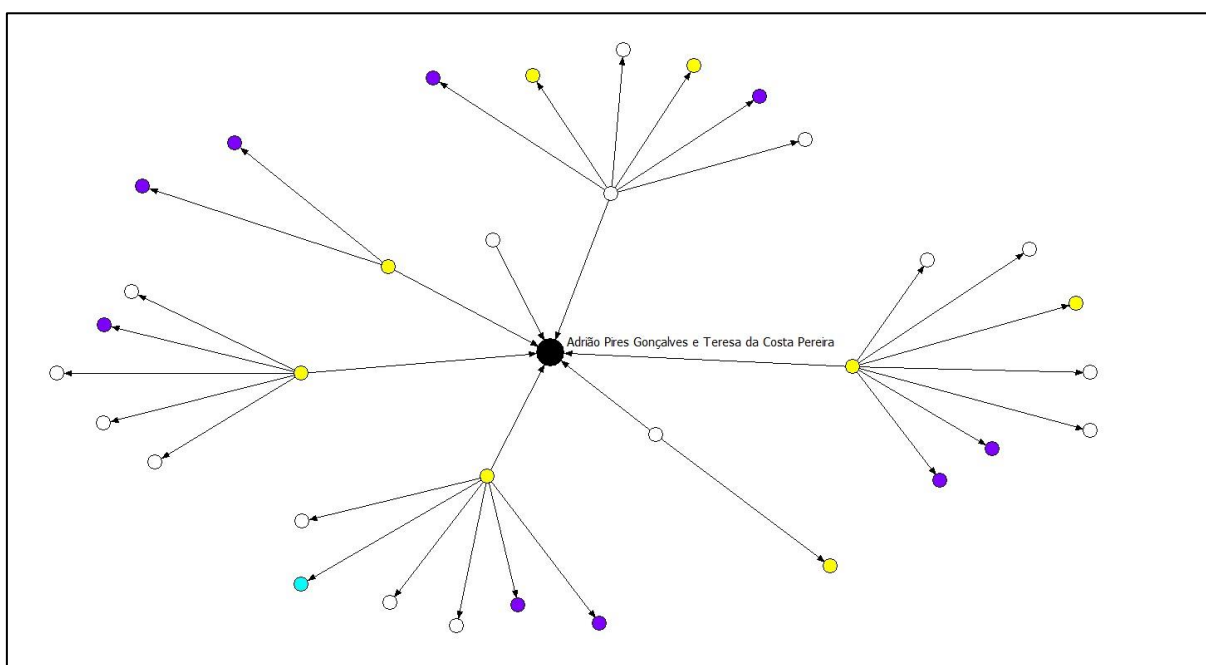
Não encontrei inventário nesse casal, o que dificulta ainda mais o entendimento de sua atuação, permanecendo como único elemento de análise o fato de que Domingos da Boa Nova era letrado. Talvez isso tivesse mais importância do que se pode hoje imaginar em um ambiente em que até os religiosos (os letrados que normalmente estavam disponíveis) nem sempre estavam presentes.

⁴⁸⁴ ADPRG. 2º Livro de Casamentos de Rio Grande, fl. 72v.

Esses não são os únicos casos em que padrinhos preferenciais que no Povo Novo e em Torotama – distritos habitados majoritariamente por lavradores, como mostrei anteriormente – exerciam outras atividades ao invés, ou paralelamente à lavoura.

Ao longo de onze anos o casal Adrião Pires Gonçalves e Teresa da Costa Pereira recebeu um número considerável de crianças como afilhados, sempre um acompanhado do outro na pia. Ou, nesse caso, afilhadas, já que as meninas eram sete do total de nove crianças, quase todas legítimas, com exceção de uma menina exposta em sua casa. Talvez ela tenha sido criada por eles, uma vez que esse casal não teve filhos.

QUADRO 9 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE ADRIÃO PIRES GONÇALVES E TERESA DA COSTA PEREIRA



Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

Diferente da diversidade encontrada nos casos anteriores, todos os seus compadres eram livres, legitimamente casados e, em sua maioria, Ilhéus. Mais do que isso, nove dos seus quatorze compadres (um casal convida duas vezes) eram provenientes especificamente da Ilha do Faial. A partir disso, seria possível pensar que esses padrinhos tivessem em comum com aqueles casais o local de origem. No entanto, Adrião era natural de Braga e Teresa, da Colônia do Sacramento, local onde casaram, e de onde vieram após sua última tomada pelos espanhóis.⁴⁸⁵ Na Relação de Moradores de 1786, Adrião Pires consta como detentor de uma

⁴⁸⁵ RHEINGANTZ, Carlos G. "Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia do Sacramento". In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO / INSTITUTO DE GEOGRAFIA

data de terras em Torotama, recebida em 1781 juntamente com os outros casais que vieram de Maldonado, e da Colônia, e adquiriu posteriormente outras terras, como já demonstrado no Capítulo 2.⁴⁸⁶

Isso dá indícios para se entender em parte a ligação desse casal com seus compadres, já que na mesma listagem aparecem três deles (seis, se consideradas as mulheres). Parece, então, que proximidade, a vizinhança, e uma trajetória em comum também são elementos que devem ser considerados quando se estudam essas relações. Ainda assim, uma vez que eram quase sessenta os casais que constam na listagem, segue a pergunta sobre que elementos teriam salientado Adrião e Teresa perante os demais. Não deveria ser destaque termos de patrimônio, já que pelo menos quatro de seus compadres tinha situação semelhante à sua. Talvez o fato de que Adrião era alfaiate tenha contribuído para que fossem mais procurados do que os demais, ou talvez o fato de não terem tido filhos que pudessem herdar parte de seu modesto patrimônio tenha sido um elemento no cálculo estratégico de seus compadres.⁴⁸⁷ Ou, ainda, tenha contribuído alguma característica pessoal não tão palpável ou um tipo de atuação cotidiana perante seus colegas de condição. A única coisa que é possível saber por certo é que ao longo de pouco mais de uma década, por algum ou por vários motivos, várias pessoas de situação próxima à deles escolheram compartilhar com eles seus filhos, e assim se irmanarem-se espiritualmente.

Outro casal sem filhos com uma atuação digna de nota na pia batismal foi Manuel Pereira Madruga e Isabel de Santo Antônio. Isabel foi madrinha em doze cerimônias de batismo. Em onze delas, o padrinho era seu marido, Manuel Pereira Madruga, e uma vez seu par foi Francisco Pereira Madruga, seu cunhado. Nesse último caso, a afilhada foi Isabel, que era filha natural de Maria Francisca de Jesus, mulher sobre quem o registro de batismo não dá qualquer informação além do nome. Assim, todos os afilhados de Isabel e Manuel, conjuntamente, eram filhos legítimos. Também eram, todos, filhos ou netos de ilhéus.

Assim como seus compadres, Isabel e Manuel eram ilhéus, naturais da Ilha do Faial, tendo se deslocado para Rio Grande provavelmente na *grande migração*, no período anterior à tomada da Vila pelos espanhóis. Também eram moradores do Povo Novo, possuindo uma

E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL. *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. v. II. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.

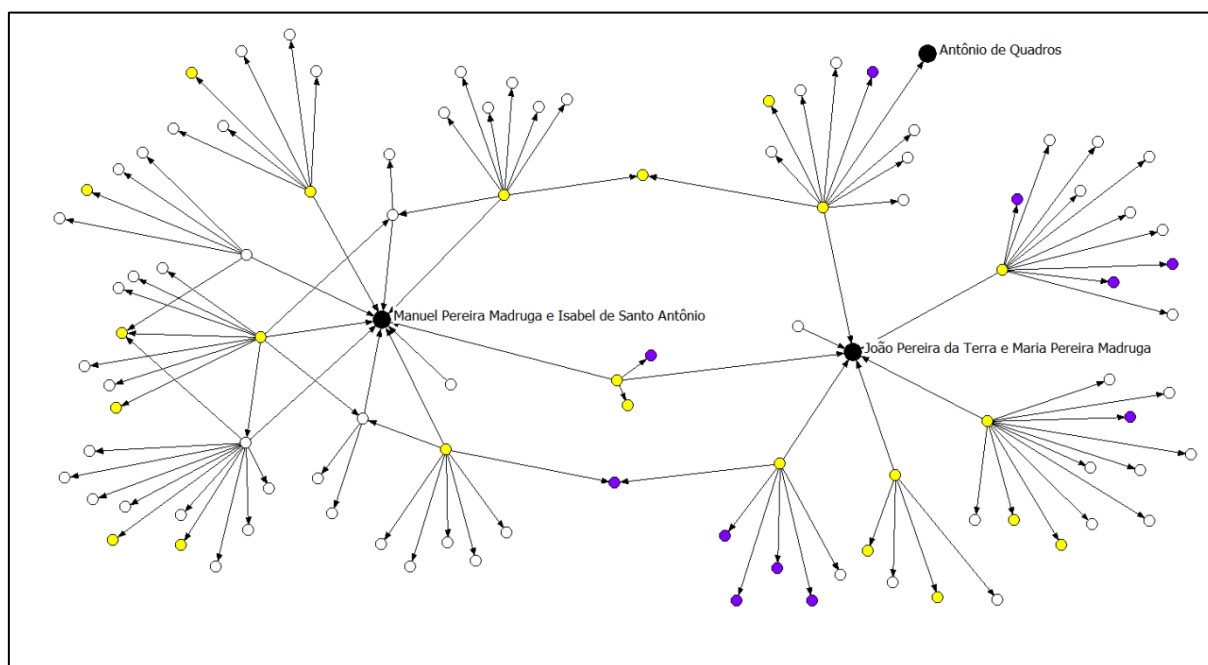
⁴⁸⁶ AN. Códice 104, volume 8. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786.

⁴⁸⁷ RHEINGANTZ, Carlos G. "Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia do Sacramento". In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO / INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL. *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. v. II. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.

data de terras onde cultivavam suas lavouras. Na Relação de Moradores constam como proprietários de sessenta reses, dezesseis bois, oito cavalos, e trinta éguas, números modestos naquele contexto.⁴⁸⁸ Não deixaram inventário, mas aparecem nos registros paroquiais como proprietário da escrava Domingas, Angola, e de seus três rebentos, a qual foi alforriada, mediante pagamento, em 1802. Assim como ela, um outro africano, Domingos, foi alforriado em 1805.⁴⁸⁹

Embora isso não indique a existência de um patrimônio muito vultuoso, como o casal não teve filhos, e a ausência de herdeiros forçados parece ser um elemento que amplia as possibilidades de se receber filhos espirituais, não apenas nesse caso. Por outro lado, parece que sua posição é respaldada por um grupo mais homogêneo de pessoas do que foi visto os casos anteriores. Seus compadres são ilhéus, possivelmente agricultores, e, principalmente, muitos deles são *parentes* do casal. Pelo menos cinco dos doze afilhados de Manuel e Isabel eram filhos de membros da família, em especial filhos de suas sobrinhas.

QUADRO 10 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE MANUEL PEREIRA MADRUGA E ISABEL DE SANTO ANTÔNIO E DE JOÃO PEREIRA DA TERRA E MARIA PEREIRA MADRUGA



Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

⁴⁸⁸ AN. Códice 104, volume 8. **Relação de moradores de Rio Grande**, 1786.

⁴⁸⁹ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007.

Uma comparação interessante pode ser feita com os compadrios do casal João Pereira da Terra e Maria Pereira Madruga (provavelmente irmã de Manuel Pereira Madruga), também lavradores no Povo Novo. Mesmo próximos, os desenhos de suas redes são bastante distintos. Enquanto esse último casal tem uma rede aparentemente mais aberta, Manuel Pereira Madruga e Isabel de Santo Antônio são convidados ao compadrio por pessoas que também se convidam entre si, formando uma rede entrecruzada no que se refere aos batismos da família estendida.

Além de sugerir a presença de solidariedades entre a parentela estendida, a configuração dos compadrios de Manuel e Isabel também indica que sua atuação como padrinhos era mais restrita ao seio da família. Sequer os escravos, seus ou dos parentes próximos, estão incluídos. Isso não elimina a noção de hierarquia dessas relações, pelo contrário. Mesmo que boa parte de seus compadres sejam familiares, são as sobrinhas, hierarquicamente inferiores a tios e tias dentro da organização familiar, que fazem o convite. Ao mesmo tempo, ao se ampliar um pouco a escala de análise, dessa família para o local onde o casal habitava, o distrito do Povo Novo, claro está que não possuíam o mesmo tipo de vinculação com seus vizinhos do que os padrinhos anteriormente tratados. Manuel Pereira Madruga e Isabel de Santo Antônio batizaram, quase que exclusivamente, na Igreja Matriz. Por outro lado, o fato de poderem se deslocar até a Matriz para a realização das cerimônias mesmo quando seus compadres também eram moradores no Povo Novo indica que, quando foram convidados ao compadrio, essa escolha não era tão restrita às pessoas disponíveis nas proximidades.

Outra pessoa do setor intermediário que batiza exclusivamente na matriz é Ana Loureiro. Casada com José Gonçalves Fontes, aparece à pia acompanhada do marido nos quatro primeiros dentre os oito amadrinhamentos que realizou entre 1783 e 1796. Falecendo em abril de 1788, aos cinquenta anos de idade, José não deixou testamento, segundo o Vigário que fez seu registro de óbito, *por não ter de que*.⁴⁹⁰ Talvez o casal já não tivesse a escrava Isabel ou sua filha Ana, talvez simplesmente a propriedade de uma escrava não fosse considerado o suficiente para a feitura de um testamento.⁴⁹¹ Não encontrei propriedade rural no nome de nenhum dos dois, e é bastante provável que habitassem na parte urbana da vila,

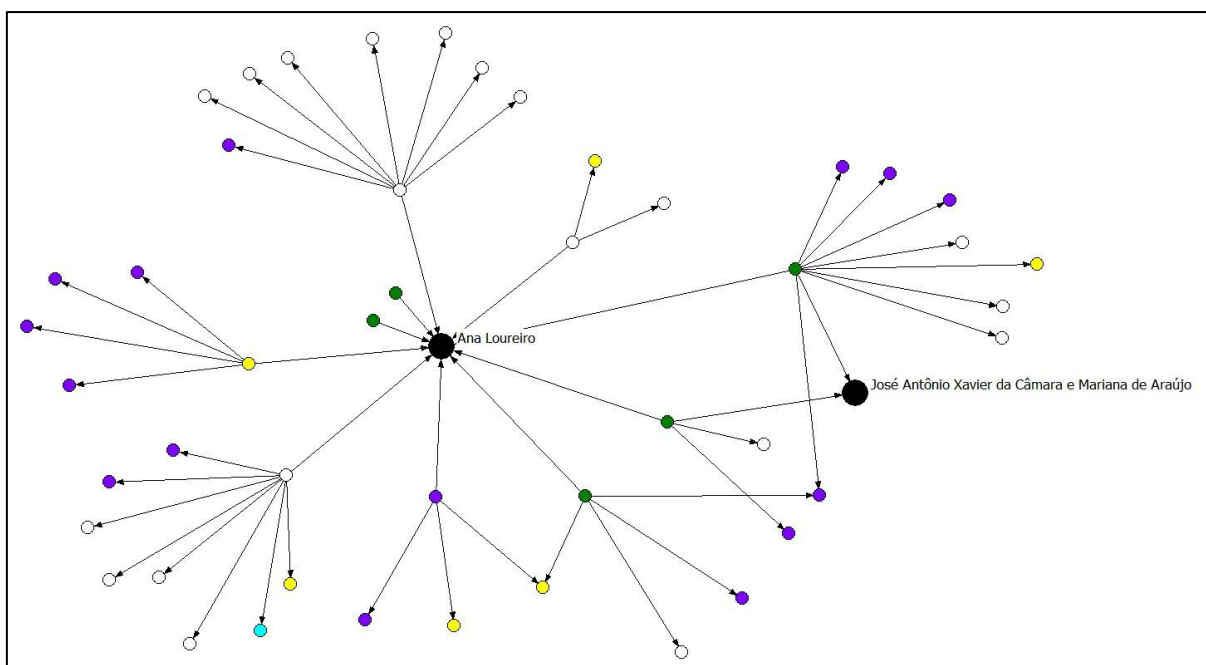
⁴⁹⁰ ADPRG. 2º livro de Óbitos de Rio Grande, fl. 82v.

⁴⁹¹ ADPRG. 6º Livro de Batismos de Rio Grande, fl. 20.

onde José Gonçalves Fontes era mestre carpinteiro, tendo sido nomeado para avaliar algumas embarcações que seriam vendidas pela Fazenda Real no ano de 1779.⁴⁹²

José Gonçalves Fontes, carpinteiro, também é citado no testamento de Adrião Pires Gonçalves, alfaiate: *Declaro que alguns que me estão devendo algumas quantias como são João de Lima, e José Gonçalves Fontes ambos falecidos lhes perdoo o que me estão devendo em atenção à sua pobreza.*⁴⁹³ Ana Loureiro também é citada em testamento, tendo recebido do Padre Manuel de Sousa Cordeiro doze mil e oitocentos réis e sua roupa de cama, *em recompensa do trabalho que comigo tem tido.*⁴⁹⁴

QUADRO 11 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE ANA LOUREIRO



Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

Além desses pequenos vestígios, não consegui encontrar muitas informações a respeito desse casal que explicassem o curioso conjunto de compadres que tinham. Além das cinco mães escravas que convidaram Ana Loureiro ao compadrio, tem-se Alberto Teixeira Fróez, soldado de artilharia, e sua esposa Maria Luísa da Encarnação, que estavam entre os casais que vieram da Colônia do Sacramento, assim como estavam Luís Nogueira de da Silva e Joana Josefa Barbosa, a qual, ao falecer, foi dito que *era muito pobre, possuía somente a*

⁴⁹² AHRS. **Fundo Fazenda**, maço 22, documento 23.

⁴⁹³ ADPRG. 4º Livro de óbito de Rio Grande, fl. 48v.

⁴⁹⁴ ADPRG. 4º Livro de óbito de Rio Grande, fl. 121.

*morada de casas da qual ficou de posse seu marido.*⁴⁹⁵ Um casal *pobre*, segundo os critérios do pároco, padrinho de crianças *pobres*.

Uma afilhada, porém, destoa dos demais: Maria, filha legítima de José de Brum da Silveira e de Maria Dias da Conceição, nascida um ano antes da morte do pai. José de Brum faleceu deixando o inventário com a maior fortuna da década de 1780.⁴⁹⁶ O fato de que uma mulher de poucos recursos econômicos tenha sido convidada ao compadrio por um dos casais mais ricos e prestigiados da localidade é rara, mas não impensável. Nesse tipo de relação, fatores como amizade e gratidão podem ter um grande peso nas escolhas, embora não sejam em nenhum momento, explicitados. A proximidade de Ana com a família de José de Brum não aparece apenas nesse último compadrio formado por ele antes de sua morte. Quatro das cinco escravas comadres de Ana Loureira pertenciam à família estendida de José de Brum.

Quais características de Ana a distinguiam das demais mulheres de seu meio a ponto de transformá-la em uma das madrinhas mais procuradas daquela localidade, não foi possível saber. Se recuperar aspectos da vida dos padrinhos preferenciais que não eram de elite já é tarefa difícil, isso é ainda mais pronunciado no caso das madrinhas. As mulheres são sujeitos muito menos frequentes na documentação e suas habilidades, ainda que essenciais para a contínua recriação do mundo em que viviam, não costumam ser valorizadas. Talvez Ana fosse parteira – atividade que exigia conhecimento e habilidade e que ingeria sobre a vida e a morte de mães e seus filhos, mas que não costuma ser mencionada nos documentos que foram produzidos.

Assim como Ana Loureiro, outro padrinho frequente entre as mães escravas de Rio Grande foi José Antônio Xavier da Câmara. Dezenove de seus vinte afilhados e afilhadas eram filhos de mães escravas ou de mães forras, e apenas cinco tinham pai declarado. Entre suas quinze comadres cativas ou libertas há africanas e crioulas em igual proporção, e as escravas pertenciam a senhores de famílias distintas. Assim, embora José também fosse frequentemente procurado pela população escrava ou egressa do cativo, parece ser um grupo de comadres e comadres mais heterogêneo do que aquele de Ana Loureira.

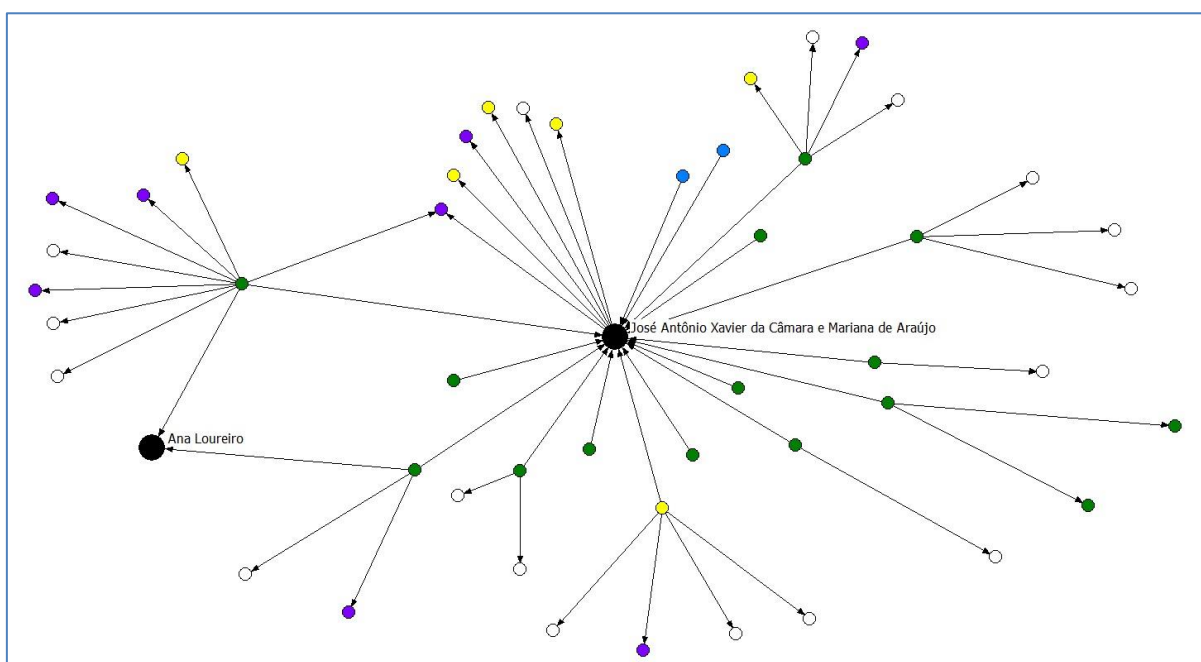
É mais difícil traçar hipóteses a respeito desse padrinho preferencial do que dos anteriormente tratados, por serem muito poucas as informações encontradas acerca dele. Sabe-se que não era uma origem comum um dos fatores a serem considerados, pois José Antônio era natural da Ilha Terceira, e casado com Mariana de Araújo, que por sua vez era

⁴⁹⁵ ADPRG. 3º Livro de óbito de Rio Grande, fls. 96 e 106.

⁴⁹⁶ APERS. Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, **Processo de Inventário de José de Brum da Silveira**, 1784. Ver Capítulo 2.

natural da Colônia do Sacramento. O pai de Mariana foi *oficial de espadeiro* e Alferes na Colônia do Sacramento, mas não há qualquer menção às atividades exercidas por seu genro.⁴⁹⁷ Dado o tipo de formação do casal (marido do outro lado do Atlântico e esposa da Colônia), poderiam constar entre aqueles casais que se deslocaram para Rio Grande depois da tomada, porém, não encontrei seus nomes ou de seus pais como proprietários de alguma data de terras. Essa ausência de propriedades é confirmada pelo registro de óbito de José Antônio, falecido em 1806 com cerca de sessenta anos, no qual se lê que *não fez testamento, nem tinha de que, por ser muito pobre*.⁴⁹⁸

QUADRO 12 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE JOSÉ ANTÔNIO XAVIER DA CÂMARA E MARIANA DE ARAÚJO



Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

Com tão poucas informações encontradas fora dos registros paroquiais a respeito desse padrinho, é possível o questionamento de quais elementos tornam desse um caso digno de estudo quando se busca entender a atuação da parcela livre da população a que pertencia. Entretanto, há nesse caso um elemento mais raro nos casos anteriores: José Antônio e Mariana

⁴⁹⁷ RHEINGANTZ, Carlos G. "Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia do Sacramento". In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO / INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL. *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. v. II. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.

⁴⁹⁸ ADPRG. 4º Livro de Óbitos de Rio Grande. Acessado por meio do domínio familysearch.org.

tiveram filhos. Isso significa que se pode estudar também as escolhas feitas por eles para padrinhos e madrinhas de sua filha e de seus três filhos.

Não se teve acesso aos nomes dos padrinhos da filha primogênita do casal, Ana, nascida ainda na Colônia e falecida com poucos meses de idade.⁴⁹⁹ Já os padrinhos de Maria, sua primeira filha nascida em Rio Grande, foram a irmã e o cunhado de Mariana, e o primeiro filho, José, teve como madrinha a avó materna, reforçando assim os laços parentais em um novo contexto. Dos demais, um compadre e uma comadre ainda não foram encontrados no mar de nomes no qual essa população se esconde. Mas os padrinhos de Antônio e de José (homônimo do irmão mais velho) são membros de uma família em ascensão na localidade: Antônio de Brum da Silveira e seu sobrinho, José de Brum da Silveira, filho do anteriormente citado e terceiro na família com esse nome.

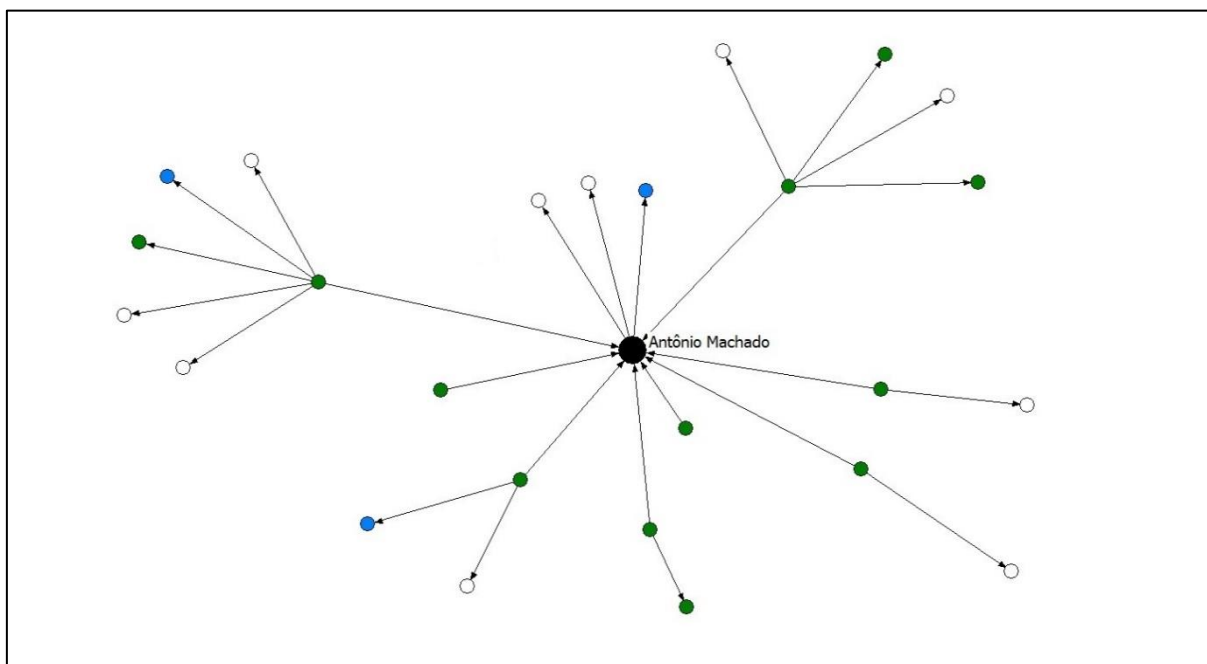
O fato de José Antônio e Mariana manterem laços com uma das principais famílias da localidade em si não explica a atuação do primeiro como padrinho. Nem há maneiras de se verificar por que motivos eram realizadas essas e outras escolhas ao compadrio. Talvez à luz de outras informações essa situação possa gerar novas hipóteses. Mas ela indica, de qualquer maneira, a existência de mais um elemento a ser considerado quando se busca entender os padrinhos preferenciais que não pertenciam aos grupos de elite: a possibilidade de que algumas dessas pessoas atuassem como mediadores entre grupos de atores que e não tinham acesso direto entre si. Por acesso, entende-se aqui não apenas o acesso físico, o contato, mas uma relação próxima o suficiente que pudesse ser utilizada em momentos necessários para se atingir algum objetivo. Isso não significa que mães escravas não pudessem convidar pessoas da elite ao compadrio. Pelo contrário, há muitos casos de membros de famílias proeminentes atuando como padrinhos de filhos ou filhas de escravas. Porém, como demonstrei no capítulo anterior, essa era uma opção menos disponível para essa população, quando considerada em conjunto.

Por outro lado, nem só de elite, ou de boas relações com a elite se faz um bom padrinho. Antônio Machado recebeu oito vezes convite para ser pai espiritual de crianças ou jovens, meninos e meninas em números iguais. Em todos os casos, o ritual do batismo ocorreu na Igreja Matriz, local para onde se dirigiu, provavelmente acompanhado de seu compadre e das cinco comadres, cada um a seu tempo, ao longo de dezessete anos. O único casal de compadres declarado era formado por Sebastião e Maria, ambos de nação rebole e escravos

⁴⁹⁹ RHEINGANTZ, Carlos G. "Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia do Sacramento". In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO / INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL. *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. v. II. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.

do Alferes Antônio de Araújo. Outras quatro mães o chamaram ao compadrio, Francisca, Luísa, Joana e Maria, todas africanas, todas pertencentes a proprietários diferentes. Antônio batizou ainda três escravos africanos, pertencentes a outros dois senhores que não são os mesmos proprietários das mães de seus afilhados, o que permite perceber que sua atuação como padrinho, embora seja exclusivamente na população escrava, não estava restrita a um único plantel.

QUADRO 13 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DE ANTÔNIO MACHADO



Fonte: ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

Parece ficar claro que Antônio Machado foi bem considerado como um padrinho em potencial entre a população de origem africana, mais do que entre os escravos em geral, já que foi com africanos e africanas que formou os vínculos de apadrinhamento e compadrio. Talvez tenha influenciado a formação desses laços o fato de que ele era também egresso do cativeiro, e africano: Antônio aparece na documentação como *preto forro* de nação Benguela ou Guiné, dependendo do registro.⁵⁰⁰

Antônio foi casado, em primeiras núpcias, com a *preta forra* Luzia Maria de Azevedo. Um pouco antes de morrer, em 1783, Luzia declarou ser *natural do Reino do Congo e casada com Antônio Machado debaixo de matrimônio de que não temos filhos alguns*.⁵⁰¹

⁵⁰⁰ Os registros de batismo aqui utilizados não costumam informar a nação de padrinhos e madrinhas. ADPRG. 5º a 8º livros de Batismos de Rio Grande.

⁵⁰¹ ADPRG. 2º livros de Batismos de Rio Grande, f.38v a 39v.

Não tendo descendentes, nomeou seu marido como herdeiro de todos os seus bens, e como primeiro testamenteiro, seguido do Reverendo Padre José Inácio dos Santos Pereira, e de Francisco Colaço. Infelizmente não há descrição dos bens, e, provavelmente por não haver filhos, não foi feito seu inventário. Há apenas a declaração, a respeito do patrimônio: *Declaro que não nomeio os bens que possuímos móveis, escravos, e de Raiz por ser supérfluo*. Como o levantamento dos inventários realizado anteriormente pode indicar, possuir bens de raiz e escravos não era uma situação disponível a muitas pessoas.⁵⁰² Isso considerando que estavam supervalorizados nessa documentação aqueles que tinham algo a legar, os quais, em comparação com a totalidade da população livre, eram a minoria.

Não se pode afirmar que os convites ao compadrio recebidos por Antônio foram feitos esperando algum ganho material futuro, mas essa pode ter sido uma das motivações. Certamente o casal tinha condições para isso. Duas das disposições de Luzia em seu testamento são dignas de nota a esse respeito. Alforriou *um crioulinho por nome por nome Caetano filho de uma nossa escrava por nome Maria*, reforçando em seu texto que seu marido não deveria a isso se opor, e também deixou *um par de brincos de diamantes a Felizarda, filha de Maria escrava de Francisco Colaço, cujos meus testamenteiros lhe farão entregar à dita rapariga*. Itens de ouro e prata foram encontradas em cerca de 30% dos inventários do século XVIII, quase sempre nas maiores fortunas, e muito poucos apresentam joias.

Via estudo de compadrio, foi possível encontrar um casal de ex-escravos africanos que possuíam um patrimônio que deveria ser superior ao de grande parte da população livre e branca, mas que seguia mantendo laços e se destacava perante um grupo de pessoas que tinham em comum com eles a origem. Por outro lado, se a condição de forro, a presença de cabedal e a possibilidade de legados materiais fosse suficiente para *fabricar* um padrinho preferencial, Luzia Maria de Azevedo apareceria também como madrinha, provavelmente batizando em companhia de seu marido, mas ela não foi encontrada naqueles registros.

Tendo enviuvado em 1783, Antônio Machado casou novamente em 1787, com Juliana Maria, *preta forra* de nação Angola. O casal teve quatro filhos batizados na freguesia. O primogênito, Simão, teve um padrinho de mesmo nome, e nenhum sobrenome. *Simão, preto, casado*, teve como par à pia uma santa, a Senhora Santa Ana. Os outros três filhos do casal, José, Pedro e Tomás, tiveram o mesmo padrinho: José Vicente da Silva, por duas vezes

⁵⁰² APERS. Comarca de Santa Catarina, 2º Vara Cível e Crime, Rio Grande, Processos de Inventário (1787-1796). Comarca de Santa Catarina, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, Rio Grande, Processo de Inventário (1772-1799).

acompanhado por Antônia Pinto Brandão, *preta forra*. Antônia aparece em toda a documentação consultada apenas como madrinha, José Vicente, além de constar como padrinho dos filhos de Antônio Machado, aparece apenas uma outra vez: no registro de óbito do marinheiro Manuel de Tal, que faleceu em 1795 aos vinte anos de idade. Segundo o vigário que assinou o registro, Manuel, *cuyo cognome, pátria e filiação ignorava e que era sumamente pobre e miserável e se lhe fez tudo de graça*, havia falecido em casa de José Vicente da Silva.⁵⁰³

Esse era um elemento em comum entre José Vicente e Antônio Machado: o fato de que algumas pessoas faleceram em sua casa. Esse foi o caso de Francisca, *preta forra* de 60 anos, e de Francisco, *preto forro* de nação Mina e cerca de 90 anos de idade, ambos ditos *sumamente pobre*, pelo vigário.⁵⁰⁴ Pode-se pensar que ele acolhia essas pessoas em seus momentos finais. Isso levanta a possibilidade de atendimento religioso/curativo de alguma forma. Infelizmente não há meios de avaliar isso. As religiosidades africanas não costumam aparecer em uma documentação produzida no seio de uma sociedade tão marcadamente católica. Mas são hipóteses a considerar, ainda que apenas como hipóteses.

O que acho mais interessante nesse caso, é que Antônio Machado era *preto*. Nunca empardeceu, nunca embranqueceu e os registros não silenciavam sobre sua cor. Era um homem *preto forro*, que foi casado com duas mulheres *pretas forras*, que seguiam também *pretas* na documentação, mesmo quando deixando depois de si bens de raiz, escravos e brincos de diamante. Pode-se pensar, a partir disso, que pelo menos aos olhos daqueles que fizeram os registros a que se teve acesso sobre essas pessoas, eles não possuíam o prestígio social revelado pelo silenciamento da cor. No entanto, ao que parece, perante outros *pretos* de seu convívio, Antônio Machado não era apenas mais um. Os *pretos* João Benguela, Antônio Benguela e Manuel Mina, o tiveram como padrinho. O casal Sebastião e Maria, *pretos* Rebolos, o quiseram para compadre, assim como as *pretas* Francisca Benguela, Joana Benguela, Luísa Benguela, Maria Rebolo e Maria Angola. Foi em sua casa que Francisca, *preta forra*, e Francisco, Mina, *preto forro*, vieram a falecer. Perante essas pessoas, pelo menos, Antônio Machado era alguém com quem manter laços sociais. Perante o conjunto dos *pretos* que o circundavam, Antônio Machado era um *preto* de prestígio.

⁵⁰³ ADPRG. 3º livros de óbitos de Rio Grande, f. 88v.

⁵⁰⁴ ADPRG. 3º livros de óbitos de Rio Grande, f. 127, 169.

Como pode ser percebido pelo panorama dos compadrios elaborado no capítulo anterior, os casos aqui trabalhados não eram comuns. A maior parte das pessoas que tiveram muitos afilhados e afilhadas naquele contexto eram membros de famílias proeminentes. No entanto, por mais que a atuação de Francisco da Costa Martins como padrinho, por exemplo, possa ser considerada um caso isolado, é um argumento importante a favor da ideia da presença de múltiplas hierarquias presentes naquela sociedade o fato de que um homem solteiro, desprovido de posses significativas e não pertencente às principais famílias da localidade tenha sido mais vezes convidado a se tornar irmão em espírito do que a maior dos membros da elite foi capaz de fazer no mesmo período de tempo. A ele foi direcionada tantas vezes a declaração pública de respeito e vínculo que o laço do compadrio representa.

Considerando a totalidade da população de Rio Grande, em termos de hierarquia socioeconômica, Francisco, Domingos, Manuela, Adrião, Teresa e os demais jamais se aproximariam do topo da pirâmide imaginária na qual os historiadores buscaram alocar seus objetos de estudo. Porém, para um grupo delimitado de pessoas, em um contexto específico, eles podem ter sido a melhor opção encontrada no momento de escolher alguém a quem se aparentar espiritualmente. O que esses exemplos sugerem, é que há grupos de pessoas que se ligam mais fortemente umas às outras, os quais podem ser formados a partir da condição social, origem, trajetória comum, local de habitação, grupo de parentesco etc. Entretanto, esses grupos não se restringem a nenhum desses elementos.

As pessoas que por meio do compadrio davam prestígio aos padrinhos e madrinhas aqui tratados tinham diferentes origens, condições e situações materiais, mas em sua maioria eram desprovidas de grandes posses e nenhuma delas possuía os qualificativos sociais (títulos e patentes) tão associados aos membros da elite. Deixaram atrás de si pouquíssimos rastros por meio dos quais o pesquisador pode se aproximar delas. Mas eram essas as pessoas que formavam a maior parte da população daquele local. Eram elas que produziam uma parte significativa da riqueza que muitas vezes era aproveitada por outros. Essas pessoas tramavam negócios, legais ou escusos, falavam, jogavam, lutavam, amavam, buscavam meios de sobreviver, e de melhorar de condição. E, principalmente, elas não importavam apenas enquanto números anônimos. Dentro das possibilidades e limitações que tinham, elas agiam, pensavam e, por meio das relações que estabeleciam, davam respaldo àqueles que estavam acima delas na hierarquia, permitindo, assim, essa diferenciação. Mesmo que não soubessem disso, essas pessoas *permitiam* a própria existência da hierarquia social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objeto um setor populacional da América Portuguesa ainda relativamente pouco estudado pela historiografia brasileira. A população dita *livre pobre* e as múltiplas realidades materiais e sociais que podiam ser encontradas em seu seio apenas recentemente passaram a fazer parte do rol de pesquisas realizadas. A constatação de que configuravam, quase sempre, a maior parte da população, colocou em xeque a ideia de que se tratava de um grupo marginal, desclassificado, ou sem razão de ser. Ao mesmo tempo em que se percebeu a importância do mercado interno colonial, percebeu-se também o papel econômico que a população livre podia ter. E, ao se entender a importância da negociação entre todos os setores para a manutenção de uma sociedade desigual, ficou patente seu papel político.

O que procurei demonstrar é que os papéis políticos que os homens e mulheres que foram objeto desse estudo podiam representar não se restringiam à sua relação com aquelas pessoas mais bem colocadas na hierarquia social. Relações desiguais também podiam ser utilizadas pelos setores subalternos no estabelecimento de suas estratégias de sobrevivência e busca pela ascensão social. Mesmo os subalternos às elites, podiam ter seus próprios subalternos sociais, dependendo de qual a escala que se utiliza na análise. Acredito que essa multiplicação de reciprocidades desiguais era um dos elementos que, em meio a comprometimentos e conflitos, dava forma à própria sociedade.

Dentre o conjunto da população livre em posição inferior à da elite, escolhi investigar aqueles que conseguiram ser senhores de algo ou alguém, partindo do pressuposto de que seu sucesso material, ainda que relativo, poderia ser indicativo de alguma desenvoltura social. A situação material encontrada, tão melhor do que a da maior parte das famílias que aparecem na documentação eclesiástica, ainda estava muito aquém do que as mais abastadas puderam acumular. Uma situação intermediária, portanto.

Foram identificados de forma artesanal, caso a caso, como é necessário ao se ter por base grupo tão heterogêneo. Nele há ilhéus agricultores; reinóis cujo pouco cabedal material é compensado pelo cabedal imaterial da educação a que tiveram acesso; mulheres naturais da África que eram donas de excelentes moradas e que mantinham relações próximas com Capitães e Tenentes; mulheres que nasceram e morreram naquele espaço, quase desprovidas de recursos econômicos, mas que tinham o respaldo de serem descendentes das mais antigas famílias a ocuparem aquele território, fossem elas lusas ou indígenas.

Para isso, diminuiu-se a escala de análise para uma localidade periférica pertencente ao vasto Império Ultramarino Luso. Periférica, porém plenamente integrada em sua lógica de funcionamento. A vila do Rio Grande não era única ou excepcional, mas tinha algumas características que a tornavam lócus privilegiado para o estudo a que me propus. O contexto político e econômico que apresentava no final do século XVIII – de contínua expansão – oportunizou um enorme acúmulo de recursos por parte daqueles que faziam parte de sua elite, acúmulo esse que se mostraria mais claramente no século seguinte. E representou, também, oportunidades de acesso a recursos e de ascensão social para os outros grupos, que podem ser representados, por exemplo, no escravo que pode comprar a sua própria alforria pagando em trigo colhido, no capataz que se tornou charqueador.

O recurso ao estudo da situação material daqueles atores sociais serviu, no entanto, apenas de ponto de partida. Embora trouxesse importantes indícios, e a pesquisa necessária a esse processo tenha revelado facetas inesperadas sobre sua situação social, não bastava para responder à pergunta inicial. O papel desses a que passei a chamar de intermediários na recriação da sociedade desigual na qual estavam inseridos só podia ser compreendido a partir do momento em que seu prestígio social também pôde ser verificado.

Para melhor desvelar essa dinâmica utilizei o estudo de um tipo específico de relação – o compadrio. Mas não todo e qualquer compadrio. Pelo menos em Rio Grande no final do século XVIII, uma boa parte das relações de compadrio, talvez a maior parte, pareciam ser simétricas. Ou seja, seguidamente o irmanamento espiritual era mais um aspecto da solidariedade entre iguais, essencial para que aquelas pessoas pudessem viver e conviver umas com as outras. Não foi esse o aspecto que escolhi investigar. Num mar de pulverização de escolhas, pesquei justamente seu oposto – as concentrações de afilhados que, a meu ver, indicam a diferença hierárquica entre aqueles padrinhos/madrinhas e seus compadres.

Isso porque poder formar laços com muitas pessoas e anunciá-los para o restante da comunidade em uma cerimônia sagrada não era algo disponível para qualquer um. Não era, por outro lado, algo reservado somente para a elite. Por meio dos casos selecionados dessa forma, encontrei algumas pessoas que estavam muito distantes do topo da hierarquia social e que, ainda assim, tinham influência sobre um extenso grupo de outras pessoas distantes do topo. Tinham, de certa forma, poder político, ainda que no sentido mais amplo do termo. Em uma sociedade na qual prestígio, condição social e possibilidades de ganho econômico andam de mãos dadas, o respaldo que tinham perante seus pares devia ampliar consideravelmente suas possibilidades de atuação.

O fato de que prestígio social não é encontrado apenas entre aqueles que tradicionalmente são vistos como detentores dessa característica – as elites de uma localidade – complexifica consideravelmente a noção de hierarquia social. Ao invés de uma hierarquia estabelecida a priori de acordo com elementos que os historiadores que olham para o passado podem mensurar, a noção de múltiplas hierarquias, tão múltiplas quanto os diferentes atores e grupos sociais e suas interações com os demais. Dentro dos limites impostos pela configuração da sociedade em que estavam inseridos e utilizando linguagens comuns, traduzidas em visões de mundo semelhantes, aquelas pessoas faziam escolhas distintas, e se furtam à obviedade ou ao cálculo esperado pelo pesquisador que as observa. Especialmente quando se considera que a ascensão social não devia ser o único objetivo que orientava as estratégias daquelas pessoas.

Em meio aos desejos de aquisição de riquezas e prestígio, poderia estar o de obter de ajuda na próxima colheita, a necessidade de auxílio num momento de doença, ou de escrever um bilhete a um parente distante. Alguns dos intermediários mais procurados podiam representar meios de se atingir tais objetivos. Como compadres, tinham obrigação moral de pelo menos buscar auxiliar aqueles que lhes deram o dom de um filho espiritual. Como padrinhos, podiam ensinar seus afilhados não só os preceitos da vida cristã, também as artes da alfaiataria, das letras, das curas.

Esses não são aspectos fáceis de apreender quando se trata de uma população que por muitas vezes se esconde por trás de nomes comuns ou sobre quem quase não há registros. Além das citadas neste trabalho, muitas outras devem existir, escondidas na ausência de registros sobre suas vidas. Outras Anas, provavelmente parteiras ou curandeiras a quem recorriam os necessitados. Outros Manuéis, escravos, que foram dia a dia estabelecendo laços que contribuíram para que pudessem se libertar. Outros africanos que poderiam representar a alguns de seus conterrâneos o acesso a práticas religiosas que trouxeram como bagagem. Outros comerciantes, alfaiates e carpinteiros que, por meio das atividades que exerciam, se relacionavam com um número muito mais amplo de pessoas que necessitavam de suas habilidades.

Ao terem depositada em si a confiança de muitos de seus parentes, vizinhos, colegas de ofício, os intermediários aqui estudados encontram destaque que os permitiu, quem sabe, melhorar sua própria condição, ascender em pelo menos algumas facetas das múltiplas hierarquias em que estavam inseridos. As possibilidades de atuação daquelas pessoas no universo relacional em que se inseriam podiam ser limitadas se comparadas às dos Capitães, dos charqueadores, dos grandes comerciantes, mas não eram, por isso menos importantes. Era

a existência e a ação de todos os súditos de *Sua Majestade Fidelíssima*, incluindo o mais pobre deles, que dava corpo ao Império Português. E sua ascensão, ao mesmo tempo, contribuía para a recriação cotidiana de uma sociedade desigual, com oportunidades e, especialmente, desigual apropriação dos recursos produzidos pelo conjunto da população.

Essa dinâmica merece maiores estudos. Ao longo da presente pesquisa procurei trazer à tona aspectos da participação política e social de pessoas que seguidamente foram estudadas na forma de números, ou como simples receptoras da ação das elites. Foram quatro anos de muito trabalho, que me deixaram com a impressão de ter aberto apenas uma pequena janela para aquele mundo, extremamente rico e complexo. E para a vida de pessoas que, mesmo que talvez não soubessem, construíram dia a dia o mundo em que viveram.

Fontes Manuscritas:

ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE

Estreito, Livros de Batismo:

-1º Livro, 1763-1765

Rio Grande, Livros de Batismo:

- 1º Livro, 1738-1755.

- 5º Livro, 1776-1789.

- 6º Livro, 1776-1806.

- 7º Livro, 1789-1795.

- 8º Livro, 1795-1800.

Rio Grande, Livros de Casamento:

- 2º Livro, 1776-1799.

- 3º Livro, 1799-1808.

Rio Grande, Livros de Óbitos:

- 2º Livro, 1776-1788.

- 3º Livro, 1788-1800.

- 4º Livro, 1800-1810.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

- Fundo Câmaras Municipais. Câmara Municipal de Rio Grande. Correspondência Expedida (23 de Fevereiro de 1811). Propõem lista tríplice para Capitão-Mor desta Vila e seu termo, começando com o Capitão Antônio Francisco dos Anjos.

- Fundo Requerimentos, maços 1 a 14.

- Fundo Sesmaria, maços 1 a 10.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Projeto Resgate: documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro, cópia em CD;

ARQUIVO NACIONAL

Códice 104.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Processos de Execuções de Testamento.

- Caixa 004.0217
- Caixa 005.0670

Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, Pelotas. Processos de Inventário

- Caixa 006.0375
- Caixa 006.0676

Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Vara da Família, Sucessão e Provedoria, Rio Grande, Processos de Inventário

- Caixa 005.0577
- Caixa 005.0578
- Caixa 005.0579
- Caixa 005.0580

Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, 1º Cartório Cível, Rio Grande, Processos de Inventário

- Caixa 005.0199

Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, 2º Cartório Cível e Crime, Rio Grande, Processos de Inventário

- Caixa 005.0262

BIBLIOTECA NACIONAL

Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro suas freguesias e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições e idades em que se acham em 7 de outubro de 1780;

Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro suas freguesias e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições e cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780;

Fontes impressas:

AHRS **Anais**. Vol. 1. Porto Alegre, 1977. Registro de uma portaria do Coronel Governador Diogo Osório por onde manda assistir com pão de munição de uma quarta de farinha por dez dias aos índios Minuanes (07/07/1750).

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Demarcação do Sul do Brasil**. In: Revista do Arquivo Público Mineiro v. XXIII. (1). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929 e 1933.

BARROSO, Vera. **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002;

Código Filipino, ou, Ordenações e leis do reino de Portugal: recopiladas por mandado d'el Rey D. Felipe I / por Cândido Mendes de Almeida. – Ed. fac-sim. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012, Livro I, Título 88.

Lei de Sesmarias, versão para o português actual. Disponível em: http://wwwold.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2245&Itemid=459. Acesso em: 15 dez. 2015.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. EST Edições, 2007;

Referências:

ACHADO, Cacilda. **A trama das vontades**: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Apicuri, 2008.

ALADRÉN, Gabriel. **Sem respeitar fé nem tratados**: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777–1835). Niterói (RJ): PPGH/UFF, 2012.

ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades Negras Nas Paragens do Sul**: Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. [2008].

ALFANI, Guido & GOURDON, Vicent. Entrepreneurs, formalisation of social ties and trustbuilding in Europe (14th-20th centuries). Dondena Working Paper No. 25, 2010. Disponível em www.dondena.unibocconi.it/wp25] (acesso em 14/02/2014).

ALFANI, Guido. Godparenthood and the council of trent: crisis and transformation of a social institution (italy, XV-XVIIth centuries). **Obradoiro de História Moderna**, N.º 18, 2009.

ALFANI, Guido. Fathers and Godfathers. Spiritual Kinship in Early-Modern Italy (Catholic Christendom, 1300–1700). Ashgate Publishing, Ltd., 2013.

ASSUNPÇÃO, J. E. O Negro nas Charqueadas Pelotenses. In: TRIUMPHO, Vera (org.). Rio Grande do Sul: **Aspectos da Negritude**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1991.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

BAKOS, Margaret. **RS: Escravidão e abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul** [recurso eletrônico]. Passo fundo: Projeto Passo Fundo, 2013.

BARTH, Fredrik. **Nomads of south Persia**: The Basseri Tribe of the Khamseh Confederacy. [sl] Oslo University Press, 1961.

BENNETT Michael. Spiritual kinship and the baptismal name in traditional european society. In: POSTLES, Dave & ROSENTHAL, Joel T. (Ed.). **Studies on the personal name in later medieval England and Wales**. Kalamazoo: Western Michigan University, 2006.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. In: **Revista Mexicana de Sociología** 61. (2). jun. 1999.

BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul**: Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

BLANCO, Márcio Munhoz. **Pelas Veredas Da Senzala**: família escrava e sociabilidades no mundo agrário (campos de Viamão, c.1740- c.1760) Porto Alegre: UFRGS, 2012 (Dissertação de Mestrado).

BÖHM, João Henrique de. Memoires relatifs à l'expedition au Rio Grande. In: IHGB. **Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)**. v. III, p. 254. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.

BOTELHO, Tarcísio R. & LIBBY, Douglas Cole. Filhos de Deus Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. **Varia Historia**, nº 31, 2004.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. In: **LOCUS**: revista de história. Juiz de Fora. vol 3. n 5., 1997.

BROWN, Larissa V. **Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822**. Tese (Doutorado) – University of Virginia, Virginia, 1986.

BRÜGGER, S. M. J. & KJERFVE, T.M.G.N. Compadrio: Relação Social e Libertação Espiritual em Sociedades Escravistas (Campos, 1754-1766). **Estudos Afro-Asiáticos**, no 20. RJ: Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, junho de 1991.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2004.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal**: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Anna Blume, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (1962).

CAVAZZANI, André Luiz. **Tendo o sol por testemunha**: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830). Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2013.

CÉSAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul – Período Colonial**. Porto Alegre: Editora globo, 1970.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1990].

CODY, Cheryll Ann. There Was No "Absalom" on the Ball Plantations: Slave-Naming Practices in the South Carolina Low Country, 1720-1865. **The American Historical Review**, Vol. 92, No. 3 (Jun., 1987).

COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros**: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo, Companhia das Letras, 2012 [1985].

DA COSTA, Iraci del Nero. **Arraia-miúda**: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. MGSP Editores, 1992.

DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

DE CASTRO, Hebe Maria Mattos. **Ao sul da história**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DE MOURA FILHO, Heitor Pinto. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913)-DOI: 10.5752/P. 2237-8871.2010 v11n15p9. **Cadernos de História**, v. 11, n. 15, p. 9-34, 2011.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. **Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao Espaço Português** In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Fundo: Méritos, 2006, vol. 1.

ESPÍRITO-SANTO, Miguel. Os casais de número e as formalidades a *Real Mercê*. In: BARROSO, Vera. **Açorianos no Brasil**: história, memória, genealogia e historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998 [1994].

- FARIA, Sheila. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Niterói, RJ: UFF, 2004;
- FARINATT, Luís Augusto. Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil (1845-1865). **Anos 90**, v. 15, n. 27, 2008;
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- FERREIRA, Roberto Guedes. **Pardos**: trabalho, família, aliança e mobilidade social, Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.
- FERREIRA, Roberto. Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidades de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII- XVTII). In: FERREIRA; DE SAMPAIO; FRAGOSO (Ed.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2014.
- FERREIRA, Roberto. O vigário Pereira, as pardas forras, os portugueses e as famílias mestiças. Escravidão e vocabulário social de cor na Freguesia de São Gonçalo (Rio de Janeiro, período colonial tardio). In: FRAGOSO & GOUVÊA (Orgs.). **O Brasil Colonial**, volume 3 (ca. 1720 – ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. **Topoi**, n. 5, p. 9-40, 2002.
- FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial. **Revista USP**, n. 58, p. 104-115, 2003.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (Org). **Tráfico, cativo e liberdade** (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 331-366, 2005.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Civilização brasileira, 1997.
- FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ediplat, 2006.
- FORTES, João Borges. **Os casais açorianos**. Presença lusa na formação sul-rio-grandense. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1978 (1932).
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 [1992].
- FRAGOSO, João, e FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 [1996].
- FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria. **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVIXVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2001.
- FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: **TOPOI**, Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, no 5. 2002.
- FRAGOSO, João. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. **Locus-Revista de História**, v. 6, n. 1, 2000.
- FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio;

- FRAGOSO, João (Eds.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.
- FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. **Topoi**, v. 11, n. 21, p. 74-106, 2010.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; e BICALHO, Maria Fernanda B., Uma Leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**. Revista de História e Ciências Sociais. Lisboa, n.º 23 (novembro de 2000).
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003 (1933).
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Volume 1.
- GIL, Tiago e COMISSOLI, Adriano. Camaristas e Potentado no extremo da Conquista, Rio Grande de São Pedro, 1770-1810. In: FRAGOSO e SAMPAIO (Orgs). **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- GIL, Tiago Luís. **Coisas do Caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba**. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- GIL, Tiago Luís. **Infiéis Transgressores: os contrabandistas da "fronteira"**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- GIL, Tiago Luís. **O crédito numa comunidade de fronteira: problemas, algumas experiências metodológicas e alguns resultados (Rio Grande, 1780-1810)**. Sevilha: Universidad Pablo de Olavide, 2006.
- GODELIER, Maurice. **O Enigma do Dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOMES, Luciano Costa. Escravidão e agricultura no Rio Grande de São Pedro, período colonial: sugestão de um modelo de interpretação. **Revista Latino-Americana de História**, v. 3, n. 10, p. 89-110, 2014.
- GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802**. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1992 [1978].
- GRANOVETTER define a *força* de um laço como a (provavelmente linear) combinação da quantidade de tempo, intensidade emocional intimidade e serviços recíprocos que caracterizam o laço. GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. In: **The American Journal of Sociology**, Vol. 78, No. 6, 1973, pp. 1360-1380.
- GREENE, Jack P. **Negotiated authorities: essays in colonial political and constitutional history**. Rutgers University Press, 1994.
- GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA & ALMEIDA (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro, FGV, p. 19-38, 2009. [1777].
- GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. **Almanack Braziliense**, n. 6, p. 4-13, 2007.
- GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationship and Selecting Godparent In: **Man, New Series** vol. 10. (2). Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975.

- GUDEMAN, Stephen. The *Compadrazgo* as a Reflection of the Natural and Spiritual Person. In: **Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland** vol. 0. (1971). 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971.
- GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- HAMEISTER, Martha D. & GIL, Tiago. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO et al (Orgs) **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 265-310 (p. 293).
- HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)**. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- HAMEISTER, Martha. **O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)**. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- HEBRARD, Jean. Esclavage et dénomination: Imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au xixe siècle. **Cahiers du Brésil Contemporain**, 2003.
- HESPANHA, A. M.; XAVIER, A. B. As Redes Clientelares. In: MATTOSO, José. **História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)**, v. 4. Lisboa: Estampa, 1998, p. 340-341.
- HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do leviathan: instituições e poder político: Portugal, séc. XVII**. Coimbra: Almedina, 1994.
- ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2006.
- KJERFVE, TMGN; BRÜGGER, SMJ. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). **Estudos afro-asiáticos**, v. 20, 1991;
- KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.
- KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa**. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 2006.
- LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da "revolução" do consumo. In: REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV Editora. 1998 Rocco, 1985.
- LEVI, Giovanni. Family and kin: a few thoughts. **Journal of Family History**, v. 15, no 4, 1990.
- LEVI, Giovanni. Reciprocidad mediterránea. In: OLIVEIRA & ALMEIDA (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro, FGV, p. 19-38, 2009 [2002].
- LEVI, Giovanni. Un problema de escala. **Relaciones: Revista de El Colegio de Michoacán**, v. 24, n. 95, 2003.
- LIBBY, Douglas. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA; IVO & MARTINS. **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFGM: Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.
- LIMA, Carlos A. M. **Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

- LUNA, Francisco Vidal. Estrutura de posse de escravos. In: COSTA & LUNA. **Minas colonial: Economia e Sociedade**. São Paulo: FIFE-Pioneira, 1982.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. **Ciência e Cultura**, v. 32, n. 7, p. 836-841, 1980.
- MACHADO, Cacilda. **A Trama das Vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008 [2006].
- MARQUES, Rachel dos Santos. Práticas de nomeação e população escrava em Rio Grande de São Pedro, século XVIII. **Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional** (no prelo).
- MARQUES, Rachel. **Por Cima da Carne Seca**. Hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Dissertação (Mestrado) – UFPR, Curitiba, 2012.
- MARQUES, Rachel. Práticas de nomeação e população escrava em Rio Grande de São Pedro, século XVIII. **Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba, 2015.
- MATHEUS, Marcelo. **Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo Sul do Império Brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 18 29-1888)**. Dissertação (Mestrado) – UNISINOS, São Leopoldo, 2012.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 (1995).
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. v.2. São Paulo: EPU/EdUSP, 1974.
- METCALF, Alida. **Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822**. Berkeley: University of California Press, 1992.
- MINTZ, Sidney W. & WOLF, Eric R. An Analysis of Ritual Co-Parenthood (Compadrazgo). **Southwestern Journal of Anthropology**, Vol. 6, No. 4 (Winter, 1950).
- MITCHEL, J. Clyde. The concept and use of social networks. In: MITCHEL, J. Clyde (Org). **Social Networks in Urban Situations**. Manchester: University of Manchester/University Press, 1869.
- MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul. In: IHGB. **Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)**. v. IV. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. As Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; DE SOUZA TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta: as Cartas de Alforria de Porto Alegre, 1748-1888**. EST Edições, 2007.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre, 1858-1888**. EST Edições, 2003.
- NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP, 2004.
- NADALIN, Sergio. O compadrio batismal a partir dos registros paroquiais: sugestões metodológicas II. In: X Encontro Nacional De Estudos Populacionais. Anais... Abep, v. 3, 1996. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.com.br>.
- NASCIMENTO, Heloisa Assumpção. **Arcaz de Lembranças**. s/l: Martins Livreiro, 1982.
- NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- NEIS, Ruben. **Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha**. Porto Alegre: Escola Superior de Tecnologia de São Lourenço de Brindes/Sulina, 1975.

- NEUMANN, Eduardo Santos. A fronteira tripartida: a formação do Continente do Rio Grande – Século XVIII. In: GRIJÓ. *et al* (Org). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004;
- OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 1999.
- OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Fundo: Méritos, 2006, vol. 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul), pp. 153-170.
- PAIVA, França. **Escravidão e universo cultural na Colônia**, Minas gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.
- PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento - o extremo sul da América Portuguesa**. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002.
- QUEIROZ, Maria Luiza. **A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Rio Grande: FURG, 1987.
- QUEIROZ, Maria Luiza. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande**: estudo de história demográfica (1737-1850). Tese (Doutorado) – UFPR, Curitiba, 1992.
- RAGOSO, João; GOUVÊA, Maria. **O antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa:(séculos XVI-XVIII). Editora Record, 2001.
- RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas: O lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia Historia**, nº 31, 2004.
- REICHEL, Heloisa Jochins. Fronteiras no Espaço Platino. In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Fundo: Méritos, 2006.
- RHEINGANTZ, Carlos G. "Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia do Sacramento". In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO / INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL. *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. v. II. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.
- RIOS, A. M. L. **Família e Transição** (Famílias Negras em Paraíba do Sul, 1872-1920). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1990. Apud BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2004.
- RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e compadrio entre escravos das fazendas de café**: Paraíba do Sul, 1871-1888. Cadernos do ICHF, p. 104-128, 1990.
- RIOS, Ana Maria Lugão. The politics of kinship. Compadrio Among Slaves in Nineteenth-Century Brazil. **The History of the Family** An International Quarterly, Volume 5, Number 3, 2000, pages 287–298. Apenas para citar alguns do primeiros.
- RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. [1967].
- SABEAN, D. W. (1998), **Kinship in Neckarhausen, 1700–1870**. Cambridge: University Press, 1998.
- SAMPAIO, Antônio Carlos J. A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650-1750. In: FLORENTINO, Manolo. **Tráfico, cativo e liberdade** (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 287-329, 2005.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul**: século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
- SCHANTZ, Ana Paula. **Libertos no Rio Grande de São Pedro**: (2009).

- SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos. Roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001 [1992].
- SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SEMPLE, James George. **The Life of Major J.G. Semple Lisle**. Containing a Faithful Narrative of His Alternate Vicissitudes of Splendor, and Misfortune. Written by Himself, Etc. w. Stewart, 1799.
- SILVA, Vera Alice Cardoso Aspectos da função política das elites na sociedade colonial brasileira: O 'parentesco espiritual' como elemento de coesão social. **Varia Historia**, nº 31, 2004, pp. 97-119.
- SIRTORI, Bruna. **Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia**. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784). 2008.
- SLENES, Robert W.; FARIA, Sheila de Castro. Família escrava e trabalho. **Revista Tempo**, v. 3, n. 6, p. 1-7, 1998.
- SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava no sudeste do Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativo**: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Apicuri, 2009. [2006].
- SOUZA, Francisco Ferreira de. Descrição da Viagem ao Rio Grande. In: IHGB. **Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)**. v. III, p. 254. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.
- SOUZA, Laura de Mello. **Norma e conflito**: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.
- SOUZA, Laura de Melo e. **Desclassificados do Ouro**. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2004 [1982]. 4ª ed.
- SPALDING, Walter. **Gênese do Brasil-Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1953.
- VARGAS, Jonas. **Pelas Margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.
- VENÂNCIO, Renato P.; SOUSA, Maria J. F.; PEREIRA, Maria T. G. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. A madrinha ausente: condição feminina no Rio de Janeiro, 1750-1800. In: COSTA, Iraci Del Nero da. Brasil: história econômica e demográfica. No. 27. Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986, (Não se trata de um estudo de compadrio, mas contribuiu para levantar questões e influenciou muito os estudos posteriores).
- WINCHESTER, Ian. On referring to ordinary historical persons. In: WRIGLEY, E. A. (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973.
- WRIGLEY, E. A. Introduction. In: WRIGLEY, E. A. (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973.
- ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí : Ed. Unijuí, 2002.